

Cronos

REVISTA DO
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRN
ISSN 1518-0689

NATAL/RN

VOLUME 7

NÚMERO 1

JAN/JUN

2006

Políticas Públicas





Cronos

NATAL/RN

VOLUME 7

NÚMERO 1

JAN/JUN

2006

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitor: Nilsen de Carvalho Fernandes de Oliveira Filho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Márcio Moraes Valença

Vice-Diretora: Ângela Maria Paiva Cruz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: João Emanuel Evangelista

CRONOS - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor: José Antonio Spinelli Lindoso

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno de Araújo Dantas

João Emanuel Evangelista

José Antonio Spinelli Lindoso

José Willington Germano

Lore Fortes

Norma Missae Takeuti

Pedro Vicente Costa Sobrinho

Vânia de Vasconcelos Gico

CONSELHO EDITORIAL

Augusto Guilherme Mesquitela Lima – Universidade Nova de Lisboa – Portugal

Brasília Carlos Ferreira – UFRN

Carlos Nelson Coutinho – UFRJ

Celso Frederico – USP

César Barreira – UFC

Edgard de Assis Carvalho – PUC/SP

Evaldo Vieira – USP

Gilberto Vasconcellos – Universidade Federal de Juiz de Fora

João Gabriel Teixeira – UnB

John Lemons – New England – USA

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Robert Austin – La Trobe University – Austrália

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

Cronos

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal-RN – Brasil – CEP 59078-970

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Organização do Dossiê: Aldenor Gomes e Maria do Livramento de Miranda Clementino

Diretor da EDUFRN: Enilson Medeiros dos Santos

Editora de Imagens: Ângela Almeida

Ilustrações da Capa e Miolo: Dorian Gray

Capa: Mariz Comunicação Integrada

Editoração Eletrônica: Marcus Vinícius Devito Martines

Normalização: M. L. L. de Sales Cabral – Normalize

Auxiliares de Editoria: Otávio Revorêdo Costa e Pedro Henrique P. Xavier Pinto

A Revista **CRONOS**, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

Catálogo na fonte

Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, v. 1, n. 1
(jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000- .

Semestral

Descrição baseada em: v. 7, n. 1 (jan./jun. 2006).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Políticas Públicas – Periódico.

CDU 301(05)

CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal-RN volume 7 número 1 janeiro/junho 2006

ISSN 1518-0689

SUMÁRIO

EDITORIAL	11
DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Vera Schattan Ruas P. Coelho (CEBRAP), Ilza Araújo L. de Andrade (UFRN), Mariana C. Montoya (University of Sussex)</i>	
Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?	15
<i>Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN)</i>	
Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial.....	27
<i>Aldenôr Gomes (UFRN)</i>	
A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino	39
<i>Fernando Bastos (UFRN)</i>	
Estabelecidos e <i>outsiders</i> nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B.....	53
<i>Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos (Universidad Nacional del Comahue – Argentina)</i>	
Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina.....	65
<i>Lincoln Moraes de Souza (UFRN)</i>	
A agenda e as agendas no Brasil	79
ARTIGOS	
<i>Elda Rizzo de Oliveira (UNESP, Araraquara)</i>	
Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas	105
<i>Célia Regina Congílio Borges (PUC, Campinas)</i>	
Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo	127
<i>Jean Carlo de Carvalho Costa (UFPB)</i>	
Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação.....	135
<i>Edison Bariani (UNESP, Araraquara)</i>	
Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos.....	151
<i>Fernando Bessa Ribeiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal), Octávio Sacramento (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal)</i>	
Sexo, amor e interesse entre <i>gringos</i> e <i>garotas</i> em Natal	161

<i>Marina Soler Jorge (USP)</i> Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro	173
ENTREVISTA	
<i>José Graziano da Silva</i> (Entrevista realizada por Aldenôr Gomes e Fernando Bastos – UFRN) A FAO frente às desigualdades sociais na América Latina e Caribe	185
POEMAS	
<i>Henrique Castriciano</i>	
Alma ferida	193
Na aldeia	193
RESENHAS	
<i>Alex Galeno (UFRN)</i>	
Maffesolianas	197
<i>Margarida Maria Knobbe (UFRN)</i>	
Conhecimentos nos plurais	199
<i>Emanoel Francisco Pinto Barreto (UFRN)</i>	
Teorias do jornalismo.....	201
<i>André Alves (GRECOM/UFRN)</i>	
Recompondo um mosaico de sentimentos	205
<i>Carlos Alberto Pereira Silva (UESB)</i>	
Transdisciplinaridade e fragmentação do conhecimento	207
RESUMOS DE DISSERTAÇÕES	211
DOSSIÊ DOS AUTORES.....	223
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	231
SUMÁRIOS ANTERIORES	235

CRONOS

A publication of the UFRN Post-Graduation Program in Social Sciences

Natal-RN volume 7 number 1 January/June 2006

ISSN 1518-0689

CONTENTS

EDITORIAL 11

DOSSIER PUBLIC POLICIES

*Vera Schattan Ruas P. Coelho (CEBRAP), Ilza Araújo L. de Andrade (UFRN),
Mariana C. Montoya (University of Sussex)*

Deliberation committees: a good strategy to improve our social policies? 15

Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN)

Innovating the drawing of the international relations: the territorial agreement 27

Aldenôr Gomes (UFRN)

A participating management in public policies: the experience of the Hunger Zero
Program in Northeastern semi-arid region 39

Fernando Bastos (UFRN)

Established and outsiders in the Credit Policies: the case PRONAF B 53

Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos (Universidad Nacional del Comahue – Argentina)

Social plots in the modernization and globalization processes in the River Negro's
fruitful valleys, Argentina 65

Lincoln Moraes de Souza (UFRN)

The agenda and the agendas in Brazil 79

ARTICLES

Elda Rizzo de Oliveira (UNESP, Araraquara)

Media Communication, biomedical model and medium's cures 105

Célia Regina Congílio Borges (PUC, Campinas)

Governmental actions and productive restructurings in Brazil. The myth of the minimal 127

Jean Carlo de Carvalho Costa (UFPB)

Silvio Romero and "the idea of the three races". A hermeneutics of the national, starting
from the miscegenation category 135

Edison Bariani (UNESP, Araraquara)

Pattern and salvation: the debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos 151

Fernando Bessa Ribeiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal),

Octávio Sacramento (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal)

The illusion of conquest. Sex, love and interest between *gringos* and *garotas* in Natal 161

<i>Marina Soler Jorge (USP)</i>	
Popular culture, erudition and mass culture in Brazilian movie	173
INTERVIEW	
<i>José Graziano da Silva (Entrevista realizada por Aldenôr Gomes e Fernando Bastos – UFRN)</i>	
FAO in face of the social inequalities in Latin America and the Caribbean	185
POEM	
<i>Henrique Castriciano</i>	
Hurt soul.....	193
In the village.....	193
REVIEWS	
<i>Alex Galeno (UFRN)</i>	
Maffesolianas	197
<i>Margarida Maria Knobbe (UFRN)</i>	
Knowledge in plural.....	199
<i>Emanoel Francisco Pinto Barreto (UFRN)</i>	
Theories of journalism	201
<i>André Alves (GRECOM/UFRN)</i>	
Reshaping a mosaic of the feelings	205
<i>Carlos Alberto Pereira Silva (UESB)</i>	
The Trans-disciplinarian manifest	207
DISSERTATIONS' ABSTRACTS	211
DOSSIER ON THE AUTHORS	223
RULES FOR PUBLICATION OF ARTICLES	231
PREVIOUS SUMMARIES	235



EDITORIAL

A revista CRONOS dá continuidade à sua publicação, elegendo, nesse fascículo, o tema das Políticas Públicas como objeto de seu dossiê temático.

O trabalho de Vera Coelho, Ilza Andrade e Mariana Montoya abre o dossiê, discutindo a relevância da experiência brasileira recente dos fóruns deliberativos como alternativa para redesenhar o modelo de gestão das políticas sociais após a crise do Estado de Bem Estar e a emergência do neoliberalismo. Valendo-se de extensa literatura nacional e internacional, os autores mostram as dificuldades presentes na formalização de uma coalizão que envolva Estado, mercado e atores da sociedade civil e sugerem uma agenda de pesquisa para examinar a questão.

Maria do Livramento Miranda Clementino faz uma leitura do processo de invenção institucional esboçado em nível das regiões metropolitanas do país, detendo-se em três casos: o do Consórcio do ABC paulista, o da Região Metropolitana de Natal e o do Consórcio Pólo Costa das Dunas, os dois últimos no Rio Grande do Norte. Os três casos, embora em níveis bastante diferenciados de amadurecimento, distinguem-se por serem tentativas de redesenhar o aparato institucional do federalismo brasileiro para enfrentar questões candentes que atingem parcela expressiva da população do país, sobretudo a mais pobre.

Aldenôr Gomes relata analiticamente o momento inicial da implantação do Programa Fome Zero (PFZ) na região Nordeste, destacando, sobretudo, a tentativa pioneira de invenção institucional de aparatos participativos que enfrentaram a reação do poder local e se chocaram com o peso das tradicionais relações de clientela. Análise rica em dados de primeira mão, também evidencia os dilemas de uma coalizão governamental heterogênea e contraditória situada frente ao impasse da conservação ou da mudança.

Fernando Bastos utiliza o aporte do institucionalismo, operando conceitos como arranjo institu-

cional e ambiente institucional, na análise de uma política pública específica, o PRONAF B, voltado ao segmento dos agricultores familiares. Sua principal conclusão é de que o ambiente institucional prevaiente, pautado pelo figurino da modernização conservadora, é extremamente desfavorável à integração dos agricultores familiares, reproduzindo mecanismos de exclusão que os condenam à condição de *outsiders*.

Mônica Bendini e Pedro Tsakoumagkos apresentam importante esforço de elaboração intelectual para desvendar os processos de mudança em uma região agrícola de exportação, a bacia do Rio Negro, na Patagônia argentina. Área incorporada ao mercado mundial e vivencia intensas metamorfoses tecnológicas, produtivas, comerciais e de organização da mão-de-obra, condicionadas pelo processo de globalização e de flexibilização da produção. Entretanto, tais processos são sobredeterminados pelas estruturas regionais e locais em sua dinâmica. Destaque-se a finura da análise que se detém no impacto desses processos mais amplos sobre a configuração da estrutura de classes da fruticultura de exportação.

O texto de Lincoln Moraes de Souza encerra o dossiê Políticas Públicas, com um exaustivo levantamento acerca da questão da agenda pública na literatura internacional e brasileira, ressaltando as orientações teóricas dos autores, a periodização temática em função das conjunturas políticas e os temas dominantes em cada momento.

Inicia-se a seção Artigos com as reflexões de Elda Rizzo de Oliveira. A autora constrói, usando o mote de um programa televisivo, um instigante e erudito exercício de reflexão acerca de fenômenos situados na região de fronteira entre o mundo sensível e o mundo inteligível. Focaliza o adoecimento e a cura, remetendo para o que chama fenômenos de campo, inapreensíveis, em sua complexidade e polissemia, pelo modelo biomédico vigente, calcado no dualismo corpo-alma da razão cartesiana. Retrutando a “crise cosmológica, ontológica e epis-

temológica da Modernidade” propõe a noção de real imaginal, para fundar um paradigma unificador, capaz de nos fazer “leitores de enigmas”.

Célia Borges analisa as convergências entre reestruturações produtivas e ações governamentais no Brasil dos anos 90, questionando a tese muito difundida do fim do Estado-nação capitalista, designando o papel estratégico que este continua a desempenhar como pólo dominante de reprodução dos requisitos materiais e ideológicos da dominação do capital em escala global.

Jean Costa detém-se nos significados do pensamento do ensaísta brasileiro Sílvio Romero, um intelectual que, a partir do influxo das idéias positivistas e darwinistas de fins dos oitocentos e inícios dos novecentos, debate-se para produzir uma síntese inovadora, articulando a noção de miscigenação, com a qual espera dar conta do nacional naquilo que o singulariza.

Edison Bariani recompõe os termos de um célebre debate que colocou em campos opostos dois autores fundamentais na consolidação da sociologia científica no Brasil: Florestan Fernandes e Alberto Guerreiro Ramos. À distância de meio século, talvez as convergências sejam (quase) tão importantes quanto as divergências. Os padrões do trabalho científico, as questões da dependência e do subdesenvolvimento, a formação da consciência crítica e o papel do intelectual mobilizam a energia e as paixões dos dois grandes intelectuais brasileiros.

Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento realizam interessante estudo de caso etnográfico acerca das relações que se estabelecem entre gringos e “garotas de programa” no âmbito do que estipulou-se denominar turismo sexual, questionando as representações correntes, do senso comum e dos *media*, focando a complexidade situacional que faz circular dinheiro, emoções, interesses, exploração, afetos, projetos de vida inapreensíveis por esquemas analíticos reducionistas.

Marina Soler Jorge finaliza a secção Artigos percorrendo os labirintos do último meio século da produção cinematográfica brasileira e expõe, com rigor

analítico e senso crítico, os avatares que as representações referentes ao erudito, ao popular e ao massificado experimentaram na filmografia nacional *pari passu* às mudanças estéticas, políticas e sociológicas ocorridas em nossa sociedade.

Na entrevista, os professores Aldenôr Gomes e Fernando Bastos conversam com o economista e cientista social José Graziano da Silva, ex-Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar do Governo Lula e atual Coordenador da FAO para a América Latina e o Caribe. O entrevistado responde a questões que apontam para o dramático quadro de desigualdade social e fome que persiste no Continente e acentua as mudanças políticas dos últimos anos, como um elemento que impulsiona transformações nesse cenário desolador.

José Antonio Spinelli Lindoso



DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

Vera Schattan P. Coelho – CEBRAP

Ilza Araújo L. de Andrade – UFRN

Mariana C. Montoya – University of Sussex

RESUMO

Neste artigo retoma-se o debate em torno das alternativas postas à política social a partir da crise do modelo de Welfare State e situa-se o caso brasileiro. A seguir é feito um balanço da literatura que analisa a experiência brasileira onde, a partir da Constituição de 1988, se buscou implementar um modelo de co-gestão entre estado e sociedade civil na formulação e fiscalização das políticas sociais. Finalmente, é proposta uma agenda de pesquisa que permita definir estratégias que ampliem a participação da sociedade civil na gestão das políticas sociais e evitem a captura dos fóruns deliberativos por grupos privados contribuindo, assim, para tornar a co-gestão um instrumento efetivo na promoção da inclusão e da democratização social.

Palavras-chave: Política social. Co-gestão. Sociedade civil. Estado.

ABSTRACT

In this paper we resume the discussion about the alternatives which are placed at the disposal of the social policy, from the crises of the Welfare State model to the Brazilian case. Then we take stock of the literature that analyses the Brazilian experience in which, starting from the 1988 Constitutional, a model of co-management between State and civil society was put into practice to the definition and inspecting of the social policies. Finally, we propose an investigation agenda that opens doors to the definition of strategies enlarging the participation of the social society in the management of the social policies and capable of sparing the deliberation committees

of being assaulted by private groups. Thus, the co-management can come to be an effective tool in the promotion of inclusion and social democratization.

Keywords: Social policy. Co-management. Civil society. State.

A POLÍTICA SOCIAL ENTRE O ESTADO, O MERCADO E A SOCIEDADE CIVIL

Políticas sociais que buscam tornar a estrutura de oportunidades e a distribuição de renda mais equitativas foram e continuam sendo implementadas com diferentes graus de sucesso, senão por todos, por boa parte dos Estados capitalistas. Nestes países a presença de diferentes atores, recursos e valores contribuíram para que emergissem variados sistemas de tributação e de transferência de renda que buscam ampliar a inclusão social e mitigar as desigualdades geradas pelo mercado.

Talvez o aspecto mais polêmico das tentativas de ampliar a “inclusão social” através das políticas sociais seja o fato de que alguém deve decidir sobre quem contribui com o que e quem recebe o que. Afinal, quem tem o direito de decidir? E, que garantias há que nesse processo não serão criadas novas distorções?

Do pós-guerra até meados dos anos 70 o Estado assumiu não só a tarefa de definir os critérios distributivos que deveriam orientar a política social como, também, tomou para si o encargo de orga-

nizar a tributação, bem como a oferta de benefícios pecuniários e de boa parte dos serviços públicos associados às políticas sociais. Neste período houve um extraordinário processo de difusão das políticas sociais tanto na Europa, quanto na América, cabendo destacar que na América do Sul, o Uruguai, a Argentina e o Brasil adotaram desde cedo políticas desta natureza.

Para o grupo de países que contavam na década de 80 com sistemas de proteção social maduros, e entre os quais inclui-se o Brasil (MESA-LAGO, 1994), o custo crescente das políticas sociais tornou-se um problema. A elevação do custo derivou da expansão dos programas sociais e do aparato estatal responsável pela sua gestão, do valor crescente dos benefícios, e, também, das mudanças tanto na pirâmide populacional como no mercado de trabalho. Nesta nova conjuntura duas ordens de problema apareceram com clareza.

Por um lado, a manutenção destas políticas dependia de taxações crescentes e do progressivo comprometimento de recursos estatais para sustentá-las, o que para os políticos eleitos significava perda de autonomia na gestão do orçamento e para os capitalistas que operavam em economias abertas perda de competitividade no mercado (PIERSON, 2001).

Por outro lado, ficaram claros certos limites do projeto do Estado de Bem Estar Social enquanto instrumento de promoção de justiça social, pois em países que, como o Brasil, tinham políticas sociais pautadas por critérios de mérito para o recebimento dos benefícios acabou se introduzindo um sistema onde em muitos casos os grupos com mais recursos conseguiram drenar para si os maiores benefícios cristalizando iniquidades¹. Já os países nórdicos, que haviam pautado suas políticas por princípios iguali-

tários e universalistas, se confrontaram com limites financeiros que os levaram a abrir mão da estratégia de promover uma permanente diferenciação dos serviços públicos o que acabou por levar os estratos ricos a buscarem planos previdenciários e serviços de saúde privados introduzindo uma dicotomia entre serviços públicos e privados que fragilizou o ideal universalista (ESPING-ANDERSEN, 1994).

Esta situação acabou criando incentivos para que representantes de certos segmentos do mercado, dos políticos eleitos, bem como da sociedade civil endossassem em diferentes países a revisão do projeto do estado de bem estar social vigente e a busca de formas alternativas para garantir os direitos de cidadania. Com isso ficou evidente a controvérsia entre os que seguem defendendo a manutenção do estado de bem estar tradicional e aqueles que passaram a defender mudanças no papel a ser desempenhado pelo estado, pelo mercado e pela sociedade civil, seja na tarefa de definir os critérios distributivos a serem adotados, seja na forma de gerir o financiamento e a oferta de serviços.

O debate que ocorreu em mais de 60 países em torno da reforma da previdência social é um exemplo eloqüente de uma disputa entre estado e mercado onde se alinharam, por um lado, os que defendiam as reformas incrementais que permitissem manter o sistema de repartição e a gestão previdenciária estatal e, por outro lado, aqueles que defendiam a sua capitalização, isto é, a privatização do sistema que passaria a ser regulado pelo estado. O fato de dezoito países terem promovido, total ou parcialmente, a capitalização de seus sistemas previdenciários (BROOKS, 2000) dá uma idéia da extensão da disputa que vêm sendo travada entre estado e mercado pelos recursos destinados às políticas sociais.

A idéia de “empowerment” da sociedade civil que ganhou força, sobretudo, a partir dos anos 90, pode ser interpretada como uma estratégia que visa tornar a sociedade civil responsável por parte das decisões distributivas que vinham sendo tomadas pelo estado, bem como de reorientar para a sociedade recursos e tarefas até então sob sua responsabilidade.

1 Até a Constituição de 1988 que incorporou os princípios universalistas a política social brasileira era meritocrática (DRAIBE, 1988).

O princípio de mérito procura garantir que o cidadão será recompensado segundo sua contribuição ao bem estar da sociedade, ou ao esforço que dispensou em suas atividades de trabalho ou, ainda, aos custos em que incorreu para realizar seu trabalho e às contribuições que fez ao próprio sistema (FIGUEIREDO, 1997).

A tipologia proposta por Gaventa e Cornwall (2001) que reconhece três tipos diferentes de direitos associados à cidadania sintetiza o debate travado desde o final da década de 70 até hoje em torno dos possíveis modelos de política social. Assim, a noção mais convencional associada ao estado de bem estar tradicional reconhece: 1. o direito que todo cidadão tem a receber um pacote de recursos capazes de assegurar estabilidade econômica, saúde e educação; 2. já a noção do cidadão consumidor ressalta o seu direito de escolher os serviços financeiros, de saúde e de educação que consumirá, e, finalmente, 3. a concepção participativa aponta para o seu direito de participar das decisões referentes a que serviços serão prestados e como o serão. Esta tipologia permite, portanto, reconhecer uma arena de conflito entre atores ligados ao estado, ao mercado e à sociedade civil onde se disputa a forma como os interesses privados devem ser arbitrados, a definição do interesse público, e, ainda, o modo de gerir a produção e a distribuição dos recursos que a sociedade disponibiliza para as políticas sociais. Afinal, estes direitos de cidadania exigem simultaneamente diferentes procedimentos e atores responsáveis pela definição e estabelecimento de direitos, pela formulação de políticas e, ainda, pela prestação e fiscalização dos serviços.

Ou seja, a concepção liberal de cidadania promoveu a capacidade estatal de definir e prestar serviços. Já a concepção do cidadão enquanto consumidor sugere manter a definição das políticas na esfera estatal, mas transferir parte dos recursos até então destinados aos serviços estatais para o mercado sob o argumento de que a competição entre prestadores públicos e privados (tanto aqueles que visavam o lucro, quanto aqueles sem fins lucrativos) irá gerar melhores serviços e preços menores. Finalmente, a concepção participativa de cidadania procura promover a própria sociedade civil enquanto ator capaz de gerir uma proporção maior dos recursos destinados às políticas sociais orientando-os não só para a produção de serviços pré-definidos, mas

sendo ainda capaz de definir novos produtos e formas de produzi-los.

SITUANDO O CASO BRASILEIRO

Neste artigo procuramos situar o caso brasileiro no movimento de revisão das políticas sociais descrito acima. Desde a década de 30 até os anos 80 assistiu-se no país a um processo de lenta e permanente expansão das políticas sociais que pouco a pouco foram deixando de ser privilégio dos trabalhadores do setor formal para abranger setores mais amplos da população. Com a Constituição de 1988 este movimento foi aprofundado e os direitos de cidadania passaram a ser universais.

Da perspectiva dos debates mais gerais que estavam ocorrendo no período em torno das fragilidades do estado de bem estar social fica claro que o texto constitucional reafirmou o papel central do estado para garantir os direitos associados ao modelo liberal de cidadania, mas inovou ao propor uma aliança entre ele e a sociedade civil para superar aquelas fragilidades. Neste sentido, se a proposta de co-gestão das políticas sociais foi o resultado das pressões sociais ela também foi uma tentativa de responder aos desafios postos ao próprio modelo “tradicional” de estado de bem estar social em um momento em que este vivia uma crise evidente. Neste contexto, os conselhos, as audiências públicas e as câmaras setoriais são exemplos de espaços onde se esperava que estado e sociedade viessem a trabalhar juntos para garantir a definição de prioridades em consonância com o interesse público e o controle social sobre as políticas sociais.

Este modelo foi saudado como promissor e não sem razão. A possibilidade de democratizar a gestão das políticas sociais é imperativa. O problema não está aí, mas na dificuldade de concretizá-lo. Se retomarmos a tipologia proposta por Gaventa e Cornwall (2001) percebermos que o fundamento deste modelo de co-gestão reside na proposta de “somar” dois campos que tem cada vez mais aparecido em disputa: o estado e a sociedade civil. Desta perspectiva caberia uma indagação sobre as possibilidades

reais de uma ampla aliança entre estado e sociedade para garantir os direitos de cidadania tal como foram concebidos no modelo liberal.

Hoje já existe uma literatura considerável analisando tanto as experiências de co-gestão de políticas sociais institucionalizadas pela Constituição, como outras que surgiram posteriormente. A seguir retoma-se esta literatura tendo em vista proceder a uma avaliação do processo de implementação destes mecanismos de co-gestão e, conseqüentemente, das chances de que venha a contribuir para a resolução do que segue sendo ainda hoje um dos principais desafios enfrentados por nossa política social: compatibilizar a democratização social com a inclusão de largos estratos da população que hoje vivem abaixo da linha da pobreza.

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

As políticas sociais brasileiras sofrem de distorções diagnosticadas há algum tempo e que vêm se revelando difíceis de sanar. Assim, até hoje parte importante dos 21% do PIB nacional destinados às políticas sociais ainda financia pensões, educação universitária e serviços de saúde de alta complexidade para camadas relativamente abastadas da população. Também não se conseguiu promover uma melhora substancial na qualidade dos serviços básicos de educação e saúde prestados pelo estado, seja porque este não dispõe de condições institucionais adequadas, seja porque houve um completo êxodo das classes altas e médias destes serviços provocando falta de “vozes” exigindo esta qualidade. Finalmente, estas políticas têm sido ineficazes na tarefa de incluir cerca de 25 milhões de brasileiros que vivem na indigência² (IPEA, 2001).

Este conjunto de problemas deixa claro que não há solução simples para a política social no Brasil. Afinal, focalizar recursos, isto é, priorizar políticas que garantam que uma “cesta básica” de produtos e

serviços chegarão aos realmente necessitados, pode ser tão desastroso quanto universalizar serviços. Seja porque focalizar o atendimento reforça a segregação social dos pobres e implica na criação de um sofisticado aparato para identificar quem são os realmente carentes, seja porque a desejável democratização e universalização dos serviços em um contexto como o brasileiro pode facilmente levar à sua captura pelos estratos mais organizados deixando que os mais carentes permaneçam excluídos.

A Constituição brasileira promulgada em 1988 procurou equacionar estes problemas com: 1. A definição de políticas sociais universais; 2. A definição de percentuais mais elevados do orçamento federal a serem destinados ao gasto social; 3. A descentralização destas políticas; e 4. A criação de mecanismos para a participação da sociedade civil na formulação, gestão e fiscalização destas políticas.

A regulamentação da Constituição ocorreu, sobretudo, no início da década de 90 promovendo importantes mudanças no perfil dos gastos sociais e na distribuição dos recursos entre o governo federal, os estados e os municípios, que, alias, foram muito fortalecidos neste processo. Houve, também, uma ampla institucionalização dos canais de participação da sociedade civil³. Nos concentraremos a seguir na avaliação das experiências de institucionalização da participação da sociedade civil na co-gestão das políticas sociais, pois entendemos ser esta questão crucial para o avanço dos debates propostos pelo Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability.

2 Dados da Cepal (2001) indicam que 29,9% dos lares ou 37,5% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, ganhando menos de US\$ 1 por dia.

3 Uma análise completa do desempenho da política social brasileira nos anos 90 implicaria, portanto, na discussão dos vários aspectos apontados acima o que não cabe no escopo deste artigo. Cabe, no entanto, comentar que houve principalmente a partir da segunda metade da década um forte impulso descentralizador nas políticas de educação e saúde e que a despeito das várias crises internacionais e da pressão da dívida externa sobre as finanças públicas os gastos governamentais nas áreas de saúde, educação, previdência social e reforma agrária cresceram ou se mantiveram constantes (IPEA, 2001).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

A Constituição de 1988 procurou garantir a participação da sociedade civil na gestão da política social através dos conselhos gestores de política (principalmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, criança e adolescente), de equipamentos (escolas, centros comunitários, unidades de saúde) e de recursos públicos (fundos municipais, estaduais e federais) que se organizam desde o nível local até a esfera federal. Estes fóruns contariam com a participação paritária de representantes da sociedade civil, dos prestadores de serviços e do governo e atuariam como um mecanismo de descentralização e participação da sociedade civil no governo local e, também como um instrumento de democratização do processo de formulação das políticas nacionais. Isto porque haveria um processo de mão dupla onde as demandas locais seriam encaminhadas aos conselhos estaduais e federal, incrementando o fluxo de comunicação entre as várias esferas governamentais.

A implantação dos conselhos gestores foi iniciada na área da saúde a partir da promulgação da lei que regulamentou a reforma sanitária em 1990, e gradualmente se estendeu para as seguintes áreas: criança e adolescente, assistência social, educação, trabalho e desenvolvimento rural, e, dentro dessas áreas, para programas específicos, como é o caso do conselho da merenda escolar e do programa Comunidade Solidária.

O processo de institucionalização da participação através dos conselhos vem sendo considerado, pela literatura, como um importante mecanismo da chamada *deliberative democracy* (BOHMAN; REHG, 1997; COHEN, 1997; HABERMAS, 1997; AVRITZER, 2000b) ou *associative democracy* (COHEN; ROGERS, 1995; HIRST, 1994). O conteúdo substantivo desse modelo de democracia seria uma ampliação do espaço público, com a possibilidade de discussão aberta e deliberação acerca de políticas públicas e a democratização do processo decisório. Soma-se a isso a possibilidade do controle social.

Há um intenso debate acerca da natureza da democracia deliberativa, cujo fundamento encontra-se nos clássicos da teoria democrática. Rousseau na sua defesa da soberania popular como elemento fundante da democracia vê a decisão como o elemento central do processo deliberativo. Assim, quanto mais aberto à participação popular for o processo decisório, mais democrático será o seu resultado, independente de como seja realizada essa participação. A vertente mais contemporânea da teoria democrática (Touraine, Habermas, Arendt, Cohen, Bohman) tem defendido, no entanto, a importância do componente argumentativo, discursivo, no interior do processo deliberativo, principalmente se o que se quer é pensar a ampliação da esfera pública como um elemento da democracia.

Refletindo sobre o lócus da democracia deliberativa no Brasil, AVRITZER (2000b) chama atenção para os dois tipos de fóruns, que em sua opinião, constituem arenas privilegiadas para a convivência entre o estado e a sociedade: os conselhos e o orçamento participativo. O funcionamento dos conselhos gestores, enquanto mecanismos de realização da democracia deliberativa, vem sendo objeto de análise de diferentes estudiosos. A grande maioria dos estudos realizados no Brasil está voltada para a experiência dos conselhos gestores da área da saúde, por serem os conselhos mais antigos e conseqüentemente, mais consolidados. Hoje existem mais de 5.000 conselhos de saúde, praticamente um para cada município brasileiro⁴, espalhados pelo país envolvendo quase 100.000 atores individuais e inúmeras associações. O desenho institucional, em termos de composição, formação e funcionamento destes conselhos foi definido na década de 90 pela mesma lei federal que atrela a liberação dos recursos para o setor saúde, nos estados e municípios, à existência formal dos conselhos.

Um balanço da literatura existente sobre o tema aponta para duas importantes vertentes prio-

4 No Brasil existem 5507 municípios.

rizadas na análise: a questão do controle social e a questão da participação do cidadão.

A noção de controle social está diretamente vinculada à idéia de constituição de uma esfera pública democrática que possa viabilizar o controle dos governantes por parte da sociedade (*accountability*), o que supõe a institucionalização de mecanismos de controle do setor público pela sociedade, garantindo, no caso da saúde, a fiscalização não somente da parte do orçamento destinada ao setor, mas também da definição de prioridades e estratégias de ação, da localização de serviços entre outras questões.

Para que o controle social seja exercido de fato são necessárias mudanças profundas no aparato institucional dos governos assim como uma mudança radical no padrão da relação estado-sociedade. Decorrida quase uma década da introdução de mecanismos de democracia deliberativa no Brasil, o amadurecimento de algumas experiências, principalmente o orçamento participativo, em algumas regiões, já sinaliza para mudanças concretas nestas práticas.

São notórios os avanços realizados nessa direção em alguns estados brasileiros, principalmente Rio Grande do Sul (GENRO, 2000; SANTOS, 1998; FEDOZZI, 2000), em Minas Gerais (ANASTASIA; AZEVEDO, 2000; AVRITZER, 2000a), em São Paulo (COHN; ELIAS; JACOBI, 1993) e no Ceará (CORDEIRO, 1998; TEIXEIRA, 1997) mas, não há dúvida que experiências significativas vêm ocorrendo, ao nível local, no país como um todo. Certamente a grande maioria dos municípios brasileiros ainda convive com as dificuldades impostas pela herança autoritária de nossa história política, mas a efetividade dos conselhos gestores em algumas áreas e a prática crescente do orçamento participativo, experimentado em cerca de 140 cidades brasileiras⁵, sinalizam para mudanças significativas

no campo das práticas institucionais e da postura política dos governantes. Todos esses casos implicaram na cessão de um espaço decisório, por parte do estado, em favor de uma forma ampliada e pública de participação, elemento fundamental na concepção de democracia deliberativa.

DIFICULDADES VIVIDAS NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS

Segundo os estudiosos do tema, há problemas tanto no que concerne ao exercício do controle social, quanto à base associativa da sociedade. O avanço do controle social esbarra na tradição autoritária e patrimonialista (ANDRADE, 1998; SPOSATI; LOBO, 1992) que marcou a formação do Estado brasileiro, e que se manifesta, ainda hoje, na manutenção de práticas oligárquicas e clientelistas nas estruturas de governo. Algumas avaliações sobre a composição e o funcionamento dos conselhos de saúde no país têm mostrado que, em alguns casos, os governantes, na tentativa de anular o controle social proposto pela legislação que instituiu os conselhos, modificam a legislação, ao nível do município, rompendo com o princípio da paridade em sua composição. Dessa forma ao invés de se estabelecer o controle das ações governamentais pelos conselhos gestores, estabelece-se um controle dos governantes sobre a formação e o funcionamento dessa instância de participação.

Esta resistência aparece também entre a burocracia dos órgãos públicos. Afinal, ela sempre teve o monopólio da informação e o controle dos recursos, o que lhe garantia um papel privilegiado no processo de negociação dos interesses políticos em jogo.

Um outro problema está na resistência da sociedade civil a participar das instâncias deliberativas. É importante lembrar, que uma característica básica dos movimentos sociais em sua primeira fase (anos 70 e 80 ainda durante a ditadura militar) era uma postura radicalmente anti-estado, o que tornava difícil a mudança requerida dos movimentos sociais, na fase de sua institucionalização e incorporação ao

⁵ Segundo dados divulgados pelo Instituto PÓLIS cerca de 140 municípios entre pequenos, médios e grandes, governados por partidos localizados nas mais diversas posições do espectro político, realizam experiências de gestão participativa do orçamento municipal, no momento.

novo modo de gerir a coisa pública. Na verdade, existe ainda uma certa resistência dos movimentos organizados da sociedade em relação à participação institucionalizada. O espectro da cooptação ou da utilização do movimento como mecanismo de legitimação dos grupos no poder ainda é muito forte entre algumas organizações da sociedade. Com isso, em muitos casos torna-se difícil para os representantes da sociedade civil olharem para os representantes do poder público numa dimensão de proximidade e acima de tudo de cooperação.

Um elemento que dificulta esta cooperação tão necessária ao exercício do controle social por parte dos conselhos gestores diz respeito ao acesso e difusão de informações (ABRASCO, 1993; COHN; ELIAS; JACOBI, 1993). Avritzer (2000a) chama atenção para a importância da informação nos arranjos deliberativos sendo necessário que todos os participantes dessas experiências tenham as informações relevantes para uma deliberação de governo. No entanto, no modelo de democracia prevalecente na maioria dos países, a burocracia produz e detém, senão a totalidade, pelo menos a maior parte das informações necessárias ao processo decisório e esse é um fator bloqueador da participação efetiva.

Para Avritzer (2000a, p. 44)

Os novos arranjos deliberativos se baseiam em mudanças em relação à concepção de informação. Uma delas é que o estado, assim como o mercado, possui informações incompletas para a tomada de decisões e que, portanto, é preciso que os atores sociais tragam informações para que a deliberação contemple plenamente os problemas políticos envolvidos.

Este comentário aponta para uma outra questão, que diz respeito ao tipo de informação produzida para responder às questões postas pela burocracia estatal ou pelos administradores privados. Não há dúvida de que a tomada de decisão em uma arena democrática deve incluir informações não contempladas por estas esferas. Disponibilizar informação para a tomada de decisões em arenas deliberativas implica, portanto, na necessidade de produzir novas informações. Esta questão começa a ser discu-

tida, mas as experiências neste sentido ainda são incipientes.

Um outro problema comentado por um número significativo de estudiosos é a cultura política dominante que em muitos casos “nega” a condição cidadão a certos grupos (CARVALHO, 1995; VIANA, 1998). Neste sentido, Cohen (1997) chama a atenção para a necessidade de igualdade entre os participantes destes processos, mas não uma igualdade vista somente do ponto de vista formal, mas, reconhecida e praticada por todos, de forma legítima.

Estas observações vão ao mesmo sentido das apontadas por Fraser (1995) sobre o fato de que a exclusão não é necessariamente formal, ela se expressa também na legitimidade e autoridade conferida – ou negada – aos distintos “estilos culturais” que caracterizam os vários sujeitos participantes da esfera pública. A esfera pública se apresentaria, assim, como um cenário estruturado vantajoso para alguns, e desvantajoso para outros, uma vez que está inserida em uma sociedade mais ampla, que é conflituosa e desigual quanto às oportunidades de fazer valer distintos temas e interesses existentes.

Finalmente, um último problema se assenta no fato da idéia dos conselhos estar calcada na suposição da existência de uma sociedade organizada e demandante de participação capaz de garantir a realização de um novo padrão de gestão das políticas, principalmente na área social. Com a incorporação e a institucionalização dos princípios de gestão compartilhada no desenho das políticas públicas no país, o problema que se apresenta para a sua concretização, diz respeito, no entanto, à fragilidade da base social. A inexistência de organização da população dificulta o funcionamento do modelo uma vez que, em algumas regiões do Brasil, a população não está suficientemente organizada nem, tampouco, mobilizada, para se incorporar aos mecanismos institucionais de participação.

Em resumo, os pesquisadores que estudaram o funcionamento dos fóruns deliberativos institucionalizados a partir da Constituição de 1988 apon-

taram a tradição autoritária do estado brasileiro, a falta de informações apropriadas, a presença de uma cultura política que em muitos casos dificulta reconhecer no outro um cidadão, a fragilidade da vida associativa e a própria resistência dos atores sociais e estatais a aceitarem participar desses fóruns como elementos que têm dificultado que estes espaços cumpram plenamente seus objetivos. No entanto, a despeito de todos estes problemas estes estudos são bastante otimistas em relação ao futuro. A principal razão para este otimismo está no fato de os autores reconhecerem nestes fóruns um espaço real para que novos atores tragam demandas, participem do processo de organização da agenda e da formulação de políticas e fiscalizem a sua gestão, bem como para que os atores estatais se confrontem com as demandas e o poder da população.

COMENTÁRIOS FINAIS

O Brasil seguiu, no contexto dos debates travados em inúmeros países, a partir dos anos 70, em torno dos rumos a serem seguidos na condução das políticas sociais, um caminho bastante corajoso e inovador, tanto ao constitucionalizar, como ao institucionalizar a participação da sociedade civil na gestão das políticas sociais. A literatura mostra, no entanto, que o processo de institucionalização da participação tem enfrentado problemas, entre os quais a dificuldade de promover a tão desejada aliança entre a sociedade civil e o estado. Para entender esta dificuldade é importante retomar a idéia de que no processo de revisão do estado de bem estar social se organizou um campo de disputa para definir os procedimentos de formulação de políticas e a forma de prestação e de fiscalização dos serviços entre atores ligados ao estado, à sociedade civil e ao mercado.

Esta observação não pretende sugerir, no entanto, que as alianças sejam inviáveis. Pelo contrário o que se pretende é chamar a atenção tanto para o fato de que há disputa entre os atores ligados a cada uma destas esferas, como para o fato de que estes atores são profundamente heterogêneos e, ainda,

lembrar que nenhum deles está naturalmente destinado a promover o bem comum. Desta perspectiva, são muitas as coalizões possíveis entre estes atores sendo importante reconhecer “quem ganha e quem perde a partir de padrões particulares de reforma (ou de não reforma) do “welfare state”, pois isto pode alterar substantivamente o processo de formação de coalizões” (PIERSON, 2001, p. 104) e, portanto, a combinação entre estado, mercado e sociedade civil desejável e possível em cada país.

A partir desta perspectiva serão retomadas a seguir as várias questões levantadas ao longo deste trabalho com o intuito de sistematizar uma agenda de pesquisa que permita investigar que mudanças na distribuição de papéis e recursos destinados às diferentes arenas e atores e, também, no formato institucional dos fóruns deliberativos, poderão contribuir para cimentar alianças capazes de ampliar de forma mais significativa os processos de democratização e inclusão social.

Neste sentido, o primeiro ponto a ser considerado diz respeito à divisão de trabalho entre estado e sociedade civil posta em marcha pela concepção de cidadania presente na Constituição brasileira. Segundo esta concepção, o papel da sociedade civil é viabilizar o controle sobre os governantes (*accountability*), influenciando sobre o processo de formulação das políticas, a definição de prioridades, a fiscalização e a avaliação das ações governamentais. Nesta concepção a produção e a distribuição dos serviços segue sendo, portanto, competência exclusiva do estado.

Com isto, o problema da produção dos serviços, posto de perspectivas diferentes pelos que advogam a favor dos direitos do cidadão consumidor e por aqueles que defendem a cidadania participativa, permaneceu sem resposta. Para os primeiros, não se conseguiu enfrentar os problemas da ineficiência do estado enquanto prestador de serviços e para os últimos não se conseguiu ainda envolver a sociedade na gestão dos serviços públicos. Para os estudiosos fica a questão de avaliar em que medida a transferência para o mercado de parte da prestação de serviços hoje realizados pelo estado ou, alternativamente, o

envolvimento da sociedade civil nestas tarefas poderia democratizar o acesso aos serviços, ampliar os recursos disponíveis para financia-los e, ainda, promover a sua qualidade.

O segundo ponto a ser comentado trata do que parece ser uma das principais fragilidades do projeto de co-gestão definido na Constituição brasileira: seu sucesso depende quase que totalmente de uma coalizão difícil de ser alcançada. Afinal, este modelo supõe por um lado que os atores sociais são capazes de transformar suas demandas em propostas políticas concretas, o que coloca questões sobre a extensão em que grupos marginalizados estão aptos a articular seus problemas e a participar destas arenas. Ou, em outros termos, é razoável esperar que os excluídos, que carecem de informação, influência e organização e que geralmente estão dispersos se organizem para participar destas arenas? Há uma diferença entre necessidade e capacidade de demandar que é preciso reconhecer, afinal, a necessidade não produz por si identidade, nem tampouco promove a ação coletiva.

Mas, se a sociedade civil nem sempre consegue se organizar, este não parece ser o caso dos atores estatais quase sempre prontos a se organizar para barrar a entrada de novos parceiros sendo, portanto, previsível que não colaborem para fortalecer fóruns que promoverão a sociedade civil à condição de “sócia” na gestão das políticas públicas.

Embora estas dificuldades e resistências coloquem problemas reais ao avanço da co-gestão das políticas sociais é possível vislumbrar soluções. Por um lado, sabemos que o poder Executivo – seja ele federal, estadual ou municipal – não é monolítico sendo muito provável que alguns grupos busquem ampliar seu espaço político através do estabelecimento de alianças com a sociedade civil, seja a sociedade organizada, sejam os excluídos (COELHO, 1999; COELHO, 2001).

No caso de buscarmos uma aliança com os excluídos, esta seria facilitada à medida em que estes atores estatais conseguissem promover a capacidade dos conselhos de atuarem como “institucional

host”. Segundo Houtzager (2001) “quando as redes locais são fracas o estado pode vir a desempenhar o papel de anfitrião institucional contribuindo para a construção de vínculos associativos entre os setores marginalizados e com isso reforçando as relações entre estado e sociedade”. No mesmo sentido Tendler (1998) argumenta que o funcionamento da vida associativa – e, por extensão, dos conselhos – depende das formas de interação entre estado e sociedade civil, para as quais contribuem decisivamente os incentivos derivados da ação governamental.

Desta perspectiva, é possível pensar em alianças entre segmentos da burocracia (tanto estatal, quanto partidária) e da sociedade civil que venham a promover de fato a democratização destes fóruns. Entretanto, é sempre importante ter em mente que não há qualquer garantia que as alianças operarão neste sentido havendo um risco real de que elas se restrinjam a composições que reforcem ainda mais a exclusão daqueles que não dispõem do poder para expressar suas preferências.

Desta perspectiva uma questão crucial é forjar um desenho institucional que abarque questões referentes à definição dos procedimentos de escolha dos conselheiros, aos procedimentos para o debate e para a tomada de decisão e, ainda, para o acompanhamento da sua implementação, que permita tornar estes fóruns deliberativos mais estáveis e menos dependentes das “boas” alianças travadas entre os atores sociais e estatais⁶.

O último ponto a destacar diz respeito à necessidade de desenvolvermos instrumentos que permitam acompanhar o impacto destes fóruns sobre os processos de inclusão social. Afinal, toda a prática e a literatura se concentraram na questão da promoção de novas agendas capazes de incluir novos atores, novos temas e novas prioridades. Ocorre que a institucionalização destes fóruns tem significado em inúmeros casos multiplicar não só esferas con-

6 Tal como na idéia de justiça procedimental a justiça fica garantida não pelos resultados distributivos alcançados mas pelo fato de que obedecidos certos procedimentos torna-se possível reconhecer os resultados alcançados como sendo justos.

sultivas, mas, também, deliberativas o que pode vir a significar a multiplicação dos pontos de veto no sistema político tornando ainda mais difícil concretizar novas políticas. Neste contexto é importante desenvolver instrumentos para avaliar a contribuição efetiva das diferentes experiências aos processos de inclusão e democratização social.

Para concluir vale comentar que neste cenário é difícil fazer previsões gerais sobre as coalizões e arranjos mais bem talhados para promoverem a redistribuição de renda e a inclusão social. Afinal, não estamos diante de um jogo de soma zero⁷ e cada sociedade dispõe de um arcabouço legal próprio, de capacidades estatais muito diferentes, bem como de uma sociedade civil com um histórico de vida associativa muito diverso que podem ou não contribuir para promover a ampliação dos recursos disponíveis para a política social, bem como para a gestão adequada destes. Cabe, assim, ao pesquisador o trabalho paciente de mapear as diferentes coalizões e combinações possíveis e identificar aquelas que têm conseguido promover de fato a cidadania participativa.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. *Relatório final da oficina: incentivo à participação popular e controle social em saúde*. Brasília, 1993. (Série Saúde e movimento, n. 1).

ANASTASIA, F.; AZEVEDO, S. Governança, 'accountability' e responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ABCP, 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC, 2000. Mimeografado.

ANDRADE, I. A. L. Descentralização e poder municipal no nordeste: os dois lados da moeda. In: SOARES, J. A. (Org.). *O orçamento dos municípios do nordeste brasileiro*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

⁷ Em um jogo de soma zero tudo o que um dos parceiros ganha o outro perde. Já em jogos cooperativos é possível ampliar o "bolo" de modo que o produto final a ser repartido seja maior que a soma daquilo com que cada um dos jogadores iniciou a partida.

AVRITZER, L. *Sociedade civil, espaço público e poder local: uma análise do orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre*. [S.l.: s.n.], 2000.

_____. *Teoria democrática e deliberação pública*. Lua Nova, São Paulo, n. 50, 2000.

BOHMAN, J.; REHG, W. *Deliberative democracy*. Cambridge, USA: Mit Press, 1997.

BROOKS, Sarah. *Social protection and economic integration: the politics of pension reform in an era of capital mobility*. [S.l.]: Duke University, 2000.

CARVALHO, A. I. *Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: IBAM, 1995.

COELHO, Vera Schattan P. A reforma da previdência e o jogo político no interior do executivo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 55, nov. 1999.

_____. Poder Executivo e reforma da previdência social na América Latina. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 61, nov. 2001.

COHEN, J. Procedure and substance in deliberative democracy. In: BOHMAN, M. J.; REHG, W. (Ed.). *Deliberative democracy*. Cambridge, USA: Mit Press, 1997.

COHEN, J.; ROGERS, J. *Associations and democracy*. London: Verso, 1995.

COHN, A.; ELIAS, P.; JACOBI, P. Participação popular e gestão de serviços de saúde: um olhar sobre a experiência do município de São Paulo. *Revista Saúde em Debate*, n. 38, mar. 1993.

CORDEIRO, C. *Conselhos de desenvolvimento sustentável no Ceará: os desafios da gestão compartilhada*. Fortaleza: Iplance, 1998.

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *IPEALPLAN: políticas sociais e organização do trabalho*, Rio de Janeiro, n. 4, 1988.

ESPING-ANDERSEN. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. *Lua Nova*, São Paulo, n. 35, p. 73-111, 1995.

FEDOZZI, L. *O poder da aldeia: gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo, 2000.

FIGUEIREDO, A. Princípios de justiça e avaliação de políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, 1997.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: ROBBINS, Bruce (Org.). *The phantom public sphere*. Minnesota, USA: University of Minnesota Press, 1995.

GAVENTA J.; CORNWALL A. From users to choosers to makers and shapers: repositioning participation in social policy. *IDS Working Paper*, England, n. 127. June 2001.

GENRO, T. Co-gestão: reforma democrática do estado. In: FISCHER, N. B.; MOLL, J. (Org.). *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HABERMANS, J. Direito e democracia: entre faticidade e validade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1-2, 1997.

HIRST, P. *Associative democracy: New forms of economics and social governance*. Amherst, USA: University of Massachusetts Press, 1994.

HOUTZAGER, P. *Collective action and political authority: rural workers, church and state in Brazil*. [S.l.]: Theory and Society, 2001.

MESA-LAGO, Carmelo. *La reforma de la seguridad social y las pensiones em America Latina*. Santiago: Cepal, 1994.

PIERSON, Paul. Post-industrial pressures on the mature welfare state. In: PIERSON, P. (Org.). *The new politics of the welfare state*. New York: Oxford University Press, 2001.

POLÍTICAS sociais: acompanhamento e análise. *IPEA*, Brasília, ano 2, 2001.

SANTOS, B. S. Participatory budgeting in Porto Alegre: towards a redistributive justice. *Politics and Society*, v. 26, n. 4, p.461-510, 1998.

SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle social e políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 4, n. 8, 1992.

TEIXEIRA, F. J. *Descentralização da gestão das políticas públicas na cidade de Icapuí: 1999-2000*. Fortaleza: Escola de Formação de Governantes, 1997.

TENDLER, Judith. *Good government in the tropics*. Rio de Janeiro: Renavam: Enap, 1998.

VIANA, A. L. Desenho, modo de operação e representação dos interesses do sistema municipal de saúde e os conselhos de saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 3, n. 1, 1998.

Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

Maria do Livramento Miranda Clementino – UFRN

RESUMO

O trabalho consiste em analisar os avanços e recuos das estratégias de ação dos governos municipais, na organização de um “pacto territorial” que permita uma renovação da agenda pública local. Essa idéia, não se restringe a um mero espaço físico seja metropolitano ou regional. Perpassamos essa compreensão em busca de uma definição mais ampla, que possa abarcar toda a complexidade da questão metropolitana no Brasil, ou melhor, que possa atender às demandas que o desenvolvimento urbano exige diante de questões que lhe são postas na atualidade.

Palavras-chave: Governos municipais. Pacto territorial. Agenda pública local.

ABSTRACT

The work consists in analyzing the advances and retreats of the action strategies of the municipal governments in the trying at performing a “territorial agreement” that leads to the renewal of the local public agenda. This idea is not restrict to the objective of conquering a mere physical space, be it metropolitan or regional. We long for reaching a more ample definition, a one who comprises all the complexity of the metropolitan question in Brazil. In fact, one who meets the demands presented by the urban development related to the challenges of the present.

Keywords: Municipal government. Territorial agreement. Local public agenda.

INTRODUÇÃO

As cidades vivem atualmente, diante da globalização econômica, um processo de complexificação de suas realidades, dadas as constantes e variadas transformações sociais decorrentes da dinâmica (global) do sistema capitalista. Nesse clima de re-

modelagem estrutural, as chamadas regiões metropolitanas brasileiras aglutinam problemas clássicos como um alto grau de conurbação ou de tendência funcional entre os municípios que as compõem. Do mesmo modo, congregam inexoráveis problemas contemporâneos como: a violência urbana, a falta de moradia, o desemprego, a precariedade de infraestrutura e de prestação de serviços públicos, que também carecem de soluções urgentes a fim de melhorar a qualidade de vida de sua população.

A problemática atual das grandes cidades brasileiras, particularmente das regiões metropolitanas, está intrinsecamente relacionada ao atendimento das necessidades básicas dos seus habitantes de maneira eficaz e democrática, a fim de diminuir a extrema desigualdade social existente, que também tende a ser global. País eminentemente urbano, o Brasil concentra mais de 80% de sua população nas cidades. Fazendo de sua realidade urbana uma das mais graves do mundo. Esses problemas requerem atenções redobradas e especiais por parte dos municípios e dos governos.

No Brasil, no campo da cooperação intergovernamental, observa-se o surgimento de algumas experiências de gestão urbana responsáveis pelo estabelecimento de relações cooperativas e colaborativas entre municípios integrantes de regiões metropolitanas. Debater a questão das regiões metropolitanas no Brasil significa reconhecer a ausência de um mecanismo jurídico capaz de vincular os municípios em sua dimensão horizontal. Muito embora a Constituição de 1988 tenha inovado o sistema federativo em inúmeros aspectos, tornando-o singular, sem similar no mundo e a cooperação de entes políticos

integrantes da federação tenha se tornado uma exigência constitucional institucionalizada, por vários fatores ela tem sido obstada. Um deles, é a exacerbação da competição entre estados e municípios, fruto de regras que favorecem uma conduta predatória, de um lado, a ausência de um consenso entre os atores políticos e sociais, de outro.

A Região Metropolitana poderia cumprir importante papel na cooperação das áreas urbanas mais adensadas do país. A necessidade de cooperação também é uma questão cada vez mais presente no plano local, principalmente com o surgimento dos problemas gerados pela conurbação nas áreas de forte crescimento populacional. Entretanto, a Região Metropolitana enfrenta dificuldades para **organizar** essa cooperação não somente porque sua autonomia institucional é muito pequena, mas principalmente pela fragilidade política e pela inexistência de instrumentos financeiros que lhes dêem sustentação.¹

A despeito desses problemas observa-se a conformação de novas práticas de articulação entre municípios, cujos exemplos expressivos são os consórcios e fóruns municipais. O desenvolvimento de mecanismos ou instituições cooperativas é o grande alento do período recente. Baseado num modelo de colaboração que mistura ações verticalizantes com a prática voluntária de parceria horizontal, os consórcios estão crescendo, mas também continuam muito aquém das necessidades do país, sobretudo para as Regiões Metropolitanas.

Segundo Abrucio (2000), a explicação para a criação desses consórcios está, primeiro, na ação dos grupos técnicos e de organismos da sociedade

civil revelando que a redemocratização do país criou novos estratos sociais; em segundo, os processos de indução por níveis hierárquicos de governos superiores com destaque para os governos estaduais; e finalmente, na ação de líderes sociais que assumiram prefeituras com o propósito de agir para além do municipalismo autárquico num contexto institucional adverso.

O resultado desses consórcios intermunicipais, além da melhora na qualidade das políticas públicas, é a instauração de novas formas organizacionais que permitam o diálogo, a construção do consenso e a ultrapassagem da tradição autoritária e centralizadora do Estado brasileiro. Converte para fortalecer a proposta de reafirmação e ampliação dos espaços públicos que pode ser percebida como um movimento em dois sentidos: aprofundamento da democratização das relações Estado-Sociedade e extensão das áreas de atuação sócio-governamental.

O trabalho consiste em analisar os avanços e recuos dessas estratégias de ação dos governos municipais na organização de um “pacto territorial” que permita uma renovação da agenda pública local. Essa idéia, não se restringe a um mero espaço físico regional. Perpassamos essa compreensão em busca de uma definição mais ampla, que possa abarcar toda a complexidade da questão metropolitana no Brasil, ou melhor, que possa atender às demandas que o desenvolvimento urbano exige diante de questões que lhes são postas na atualidade.

A proposta de um “pacto territorial” vem fundamentada na idéia de um acordo político via negociações entre forças dinâmicas (atores sociais, empresas, instituições, Estados e municípios) capazes de empreender a interação entre diferentes setores de um território, não circunscrito a um único município, no intuito de desencadear um processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Em suma, ao “pacto territorial” caberia aglutinar forças, delimitar demandas e equacionar problemas comuns.

1 No sistema federativo, a responsabilidade pela solução de interesses coletivos não deve ser difusa, abstrata, impessoal, dividida entre entes políticos de igual nível. No Brasil são os próprios municípios, junto com o estado federado, que definirão quais funções públicas executivas de interesse comum deverão ser geridas por este último, **cooperando** com os primeiros em prol da coletividade. Ademais, essa colaboração não constitui benesse do estado federado, mas direito assegurado pela Constituição aos Municípios. Estes só não participarão dos órgãos ou entidades regionais quando e se não quiserem, pois não há como obrigá-los a participar, se não o desejarem. Nessa hipótese, o impasse somente será resolvido politicamente, mediante negociação (LOMAR, 1992, p. 18).

DILEMAS DA RE-CENTRALIZAÇÃO: A GESTÃO METROPOLITANA

O crescimento acelerado das grandes cidades, o rápido processo de conurbação e o aumento da intervenção do Estado nacional são responsáveis pelo surgimento das áreas metropolitanas no Brasil. Além disso, sua institucionalização ocorreu no auge do regime militar quando a crença no planejamento centralizado estava em alta². Entretanto, embora já tenha sido prevista na Constituição de 1967, foi em 1973 que a União chamou para si a atribuição de definir quais seriam as regiões metropolitanas brasileiras³. E não satisfeita, invadiu a esfera de competência dos estados federados instituindo um modelo único de gestão para todas elas. Ao fazer isso, ignorou as inúmeras diferenças existentes entre as mesmas e não assumiu a gestão única que instaurara, deixando-a aos estados. O modelo único de gestão muito rígido, não considerava as peculiaridades de cada região e era excessivamente dependente da figura do governador do estado. Restou, pois, um vazio em termos da responsabilidade do destino das metrópoles.

Desse modo, as regiões metropolitanas foram formadas por imposição do poder central, todos os municípios são obrigados a participar dela, sem nunca terem sido consultados para tal finalidade. Mesmo assim, durante os anos 70 e início dos anos 80 as Regiões metropolitanas foram objeto de debate intenso e consideradas importantes instrumentos de planejamento regional.

A Constituição federal de 1988 abre espaço para o estabelecimento de um novo acordo político institucional entre vários atores sociais. Os mesmos

começaram a defender uma concepção municipalista na qual não havia espaço para a figura jurídica da Região Metropolitana. Na realidade, a questão metropolitana não era vista como uma prioridade. Muito ao contrário, é dado na Carta Magna um tratamento genérico à questão, delegando aos estados a maioria das definições de suas atribuições, antes concentradas na União. Aos estados cabe, a partir de então, inclusive, a decisão de institucionalizá-las⁴.

Abrucio (2000) considera que faltou uma visão compartilhada do federalismo, considerado por ele, aspecto básico de qualquer Federação atualmente. Souza (1998, p. 58) afirma que

a Constituição não encarou a difícil tarefa de promover a chamada divisão institucional do trabalho entre esferas de governo, sinalizando de que se trata(va) de um Estado nacional que se subdivide em governos subnacionais [...] a ênfase exagerada na competência concorrente, que se expressa em áreas hoje muito sensíveis de políticas públicas – meio ambiente, habitação, saneamento, pobreza e marginalidade social, por exemplo – pode ficar ao sabor das eternas disputas entre governos, gerando um adiamento ou uma grave omissão quanto a necessidade do imediato enfrentamento dessas questões.

Azevedo e Mares Guia (2000) dizem que embora os governos estaduais reconheçam formalmente a importância da questão institucional metropolitana “tendem a ver esta como um jogo de soma zero, em que a maior governança implicaria diminuição de poder para estados e/ou municípios”. Os atores políticos com maior cacife político “tendem a ser conservadores e arredios diante de propostas de mudança do *status quo*”.

Rolnik (2001, p. 3), analisa o problema invertendo seu foco. Afirma que

2 A região metropolitana surgiu no cenário jurídico a partir de 1967, com a Constituição imposta pelo regime militar que se instalou no país em 1964, seguida das alterações que resultaram do ato de força que gerou a emenda Constitucional número 1, de 1969.

3 A Lei Complementar federal número 14 de 08/06/1973, estabeleceu oito regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, e Fortaleza) e a Lei complementar número 20 de 10/03/74 instituiu a do Rio de Janeiro.

4 Em seu artigo 25 a Constituição Federal estabelece que “os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (MARES GUIA, 1993).

a ampliação do espaço político local esbarra, entretanto, em temas cuja territorialidade ultrapassa claramente os limites do município. Tal é o caso de quase todos os temas ligados à infra-estrutura urbana: tanto transportes como saneamento ou energia dificilmente estão circunscritos a um só município.

No caso das metrópoles, a questão é ainda mais grave: “a descentralização e aumento da autonomia municipal acabaram evidenciando claramente a não legitimidade e representatividade dos organismos existentes de gestão metropolitana, contribuindo para esvaziá-los ainda mais, quando não para extingui-los” assim, em temas essenciais como as políticas de investimento e gestão da infra-estrutura ou o desenvolvimento econômico, “diante da ausência de um espaço político regional as forças políticas locais acabam sendo sub-representadas em processos decisórios essenciais para o desenvolvimento local, centralizados nas esferas estaduais e federal”.

A questão das áreas metropolitanas no Brasil continua sendo um problema à ser enfrentado. A correção do distorcido pacto federativo brasileiro tem necessariamente de passar pelo devido reconhecimento da natureza e identidade das áreas metropolitanas – o que somente pode se dar de maneira firme. Apesar de não haver receita pronta para a superação desses limites, sugerimos que o pressuposto básico para a mudança desta situação está num mínimo de um consenso em torno de um projeto de desenvolvimento regional – desenvolvimento metropolitano. E esse consenso é chamado por alguns de “pacto territorial”.

INOVANDO NO DESENHO DAS RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS: O PACTO TERRITORIAL

O desenvolvimento metropolitano pode ser (re)significado como uma nova forma de se desenhar políticas públicas, baseando-se na horizontalidade setorial e espacial e no processo de planejamento e gestão urbana, tendo como princípio orientador o processo de construção social coletiva “de baixo para cima”.

A idéia de desenvolvimento metropolitano, entretanto, ultrapassa questões específicas do desenvolvimento municipal ao abranger questões de natureza estratégica, funcional e alocativa. Segundo Cano e Sameghini (1991, p. 23) podem-se apontar três razões:

1) aquelas que intervêm nos processos estruturantes do espaço respectivo (de natureza estratégica), dentre eles o desenvolvimento econômico, a dinâmica demográfica, uso e ocupação do solo, transporte, infra-estrutura e recursos naturais; 2) aquelas que dizem respeito à racionalidade e a possíveis ganhos de escala na provisão e operação dos equipamentos e serviços (funcional); e, 3) aquelas que lembram a necessidade de otimizar a disponibilidade de recursos, em particular a alocação de recursos financeiros.

Sabe-se, desde logo, que é muito restrita a influência de entidades regionais no Brasil, seja quanto aos determinantes macroeconômicos, seja no que se refere às mudanças no arcabouço produtivo. Em nível municipal, porém, é preciso lidar com os dobramentos desses processos, suas conseqüências sociais, exigências de infra-estrutura e ameaças ao meio ambiente. Isso impõe a necessidade de seu conhecimento e acompanhamento. Por isso, a dimensão territorial do desenvolvimento tem sido cada vez mais considerada nos processos de planejamento. Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização, mas sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, logicamente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação, capazes de enriquecer o tecido social de uma localidade, de uma metrópole.

A idéia central é que o território, mais do que uma simples base física para relações entre indivíduos, empresas e instituições, possui um tecido social e uma organização complexa caracterizada por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos seus custos de transportes e de comunicações. Um território (espaço apropriado por determinado grupo) representa uma trama de relações com raízes

históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 1998).

Busca-se, assim, um pacto territorial entre diferentes atores sociais. Refere-se à construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. Dessa forma, as forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território não se confinam nos limites de um determinado município. A questão que se levanta é como o Estado pode se constituir em um dos agentes facilitadores da **organização** do pacto social territorial? Quais são os instrumentos mais eficientes para administrar os conflitos entre os diferentes atores gerados pela diversidade de interesses? Como incorporar os pobres e excluídos nesses interesses contando com governos clientelistas e conservadores? Acreditamos, porém, que a união de municípios com o propósito de compartilhar a busca de solução de problemas e a defesa de interesses comuns é uma estratégia eficiente na recomposição do planejamento e gestão metropolitana, pois aumenta o seu poder e as suas chances de sucesso nas negociações com as instâncias burocráticas superiores para atendimento de suas reivindicações. A propriedade e os limites geográficos não compõem a agenda das estratégias de desenvolvimento metropolitano nessa perspectiva. Na visão de Chambers (1995, p. 14) isso significa colocar as pessoas, em particular os pobres, como prioridades das políticas de desenvolvimento. Em outras palavras, deve-se priorizar as especificidades urbanas e regionais, a complexidade de suas realidades e a multidimensionalidade das estratégias de seu desenvolvimento.

Todavia, para concretização de um “pacto territorial” nos moldes aqui propostos e, em se tratando do Brasil, é necessário levar em conta a necessidade de incorporação da variável política ao planejamento técnico regional; de considerar as especificidades municipais, uma vez que cada um dos sistemas

urbanos possui lógica própria e se distribui no território metropolitano de modo particular; e, principalmente, porque esta idéia toca num aspecto político importante da redemocratização do país, a descentralização.

O trabalho toma por referência a experiência do Consórcio do Grande ABC, na região metropolitana de São Paulo, considerada a mais bem sucedida experiência de consórcio intermunicipal no país; e, duas outras experiências, na região metropolitana de Natal, no Nordeste do Brasil. Na região metropolitana de Natal, uma cidade média que caminha rapidamente para a condição de metrópole média, serão estudadas as experiências do Consórcio do Pólo Costa das Dunas e a do Parlamento Comum.

A EXPERIÊNCIA RECENTE DO CONSÓRCIO DO ABC PAULISTA

A formação de redes municipais faz parte de um processo de profundas transformações que recentemente vem ocorrendo na economia e, conseqüentemente na sociedade, particularmente para a Região Metropolitana de São Paulo – exemplificando o Consórcio do Grande ABC (KERR; BARONI, 1991).

O processo de reestruturação industrial, o desemprego crescente e o intenso processo de terceirização da economia resumem os impactos da crise da economia sobre as metrópoles brasileiras. A partir dessa crise o Grande ABC procurou constituir formas de organização regional para dar conta da nova realidade, contrastante com a existente no passado de São Paulo, concentrando a indústria e o emprego nacional.

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC foi criado em dezembro de 1990, com a participação dos governos da região, muito embora tenha sofrido descontinuidade em função dos resultados das eleições de 1992, desfavoráveis às forças democráticas progressistas.

De acordo com Pacheco et al. (1992), esse consórcio se diferencia de outros que têm surgido pelos seguintes aspectos: a) seus objetivos são mais am-

plos uma vez que além da gestão ambiental trabalha com outros problemas comuns, como por exemplo, aqueles decorrentes da crise econômica e da política recessiva, tendo por base as idéias de identidade regional, autonomia e fortalecimento local; b) por haver surgido como iniciativa dos próprios municípios, o que o diferencia de outros consórcios incentivados pelos governos estaduais.

A estrutura de funcionamento do Consórcio do ABC expressa um tipo de articulação “por baixo” que envolve não só as esferas políticas de governo, como o corpo técnico e a sociedade civil organizada. Ao lado do Conselho Deliberativo – formado pelos prefeitos dos municípios integrantes – constituiu-se um Conselho Fiscal, com representantes das Câmaras de Vereadores; um Conselho consultivo, formado por entidades da sociedade civil (empresários, ambientalistas, trabalhadores, etc.); e uma equipe técnica das prefeituras envolvidas.

Por outro lado, a agenda do Consórcio é resultado da interdependência dos processos urbanos, assim como das novas pautas de atuação dos governos municipais em direção ao movimento da economia e à questão ambiental.

Embora o Consórcio tenha viabilizado algumas iniciativas importantes voltadas para a região e sua economia (destinação e tratamento do lixo, proteção de mananciais, gerenciamento de recursos hídricos, garantia dos níveis de emprego e renda, e estratégias de desenvolvimento local/regional), a descontinuidade administrativa nas prefeituras provocou um esvaziamento da proposta entre 1993 e 1996 (ABRUCIO, 2000, p. 427). Mesmo assim, o Consórcio Intermunicipal não foi desativado e realizou ações referentes à questão ambiental.

Abrucio (2000) frisa que se há fatores favoráveis ao consorciamento no ABC (alto grau de associativismo horizontal, identidade regional construída desde os anos 30, crise econômica provocando saídas conjuntas, o discurso técnico e papel das lideranças políticas), igualmente existem os que atrapalham tal iniciativa. Disputas político-partidárias e em menor medida sindicais, briga por investimentos dentro

da região gerando guerra fiscal entre municípios e, principalmente, as condições favorecedoras do municipalismo autárquico podem se tornar obstáculos à formação de uma ação integrada no Grande ABC.

Em 1997, com os novos prefeitos, entre eles, mais uma vez, Celso Daniel sendo eleito prefeito de Santo André (grande idealizador e articulador do Consórcio em 1990) o Consórcio é retomado. Desta feita, revigorado pela criação da Câmara Regional do ABC (com tarefas mais executivas) e, posteriormente, pela Agência de Desenvolvimento, concorrendo para isso a entrada do governo estadual na condição de parceiro.

Para o prefeito Celso Daniel (brutalmente morto em 2002), há dois fatores decisivos para o retorno e fortalecimento do consórcio intermunicipal do ABC: o capital social acumulado na região e a variável institucional ligada ao tipo de federalismo existente no Brasil. Ele acreditava que é preciso entender a forma de articulação e hierarquia que há entre os dois fatores. Transcrevo sua longa observação a esse respeito feita em entrevista concedida a Fernando Abrucio (2000, p. 429).

É verdade que o capital social, a mobilização da sociedade, são decisivos no ABC. O papel do Fórum da Cidadania em colocar o tema na agenda quando ele estava congelado comprova isso. Mais do que isso, mesmo se houver um retrocesso na próxima legislatura, ganhando prefeitos que discordem da ação regionalizada, será muito difícil paralisar todas as medidas tomadas. É a construção de uma camada que não pode ser totalmente retirada. Podemos estancar, mas não voltar ao nível zero e, supondo que estejamos agora, digamos, no nível dez, não voltaríamos, por exemplo, para o dois. Acho difícil isso.

Acrescenta:

mas o fator institucional federativo é o marcante. Se é importante a mobilização da sociedade, são as prefeituras, de modo autárquico que agem no nosso federalismo, que ativam ou não os instrumentos de parceria. Tudo bem, não voltaremos à estaca zero, mas se prefeitos contrários ao projeto ganharem, o projeto também não avança. **É isto que faz a diferença, que hierarquicamente é**

mais importante. Também por isso que o apoio do governo estadual foi essencial. Talvez sem ele tivéssemos avançado menos (grifo nosso)

E conclui: “enquanto não mudarmos a estrutura autárquica de nosso federalismo e não tivermos instrumentos de ação regional institucionalizados ou algo próximo disso, pode até haver a mobilização social, mas ela não trará avanço sozinha”.

Fica claro na argumentação feita por Celso Daniel que o sucesso e continuidade do Consórcio do Grande ABC depende da variável institucional. Para ele, o apoio dos governos municipais e do governo estadual são peças-chaves no processo de colaboração e cooperação regional no ABC paulista. Nesse sentido a descontinuidade política e administrativa no período 1993/96 são a prova cabal de sua afirmativa. Ao serem reeleitos, seis dos sete prefeitos da região de quando o Consórcio foi criado, rapidamente ele novamente toma corpo, sendo reforçado pela parceria do governo Franco Montoro e pelo entusiasmo e apoio do Secretário de Desenvolvimento de São Paulo, Emerson Capaz (ABRUCIO, 2000). Para Celso Daniel, precisamos inclusive de instrumentos de ação regional institucionalizados (ou algo próximo disso) para fazer frente aos problemas regionais e metropolitanos.

O PARLAMENTO COMUM DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: UMA NOVA EXPERIÊNCIA

As Regiões Metropolitanas continuam sendo essenciais no mapa demográfico, socioeconômico e político do Brasil. Reúnem hoje cerca de 30% da população brasileira, congregando além das nove primeiras instituídas pelo regime militar, aquelas criadas em fase posterior à Constituição de 1988 (26, ao todo). A Região Metropolitana de Natal criada em 1997, por um projeto de iniciativa da Deputada Fátima Bezerra (do Partido dos Trabalhadores), é uma delas. Entre as dificuldades enfrentadas na implementação do novo modelo no qual são os Estados Federados que criam institucionalmente as metrópoles, observa-se, de início, a inexistência de uma consciência metropolitana entre os oito municípios

que dela fazem parte. Prevalece ainda no governo estadual e entre os prefeitos uma visão tradicional, de municipalismo autárquico, essencialmente local, que dificulta ou se opõe à visão regional.

A rigor, não há ainda experiência de gestão metropolitana em Natal. O que existe é uma legislação muito recente e que apresenta uma situação política muito reveladora das dificuldades de sua implementação. Com o agravamento de problemas comuns aos municípios que compõem a região e a ausência de iniciativas governamentais, particularmente do governo estadual, que relutava em iniciar os procedimentos relativos à implementação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, surgiu no início de 2001 um movimento político do âmbito legislativo municipal, que toma para si a incumbência de **organizar** as principais reivindicações dos oito municípios metropolitanos.

A idéia do parlamento comum da região envolve a participação dos 113 vereadores de todas as Câmaras Municipais. Começou a ser objetivada em 2001 quando o vereador George Câmara (PC do B) apresentou à Câmara Municipal de Natal o projeto de Resolução de sua autoria, que no rápido período de 20 dias foi aprovada por unanimidade. Do mesmo modo, em tempo breve o projeto foi absorvido pelas demais Câmaras de Vereadores e após um grande evento realizado foi assinado o Termo de Adesão ao Tratado do Parlamento Comum pelas câmaras dos demais municípios. O “Tratado Metropolitano” é uma espécie de Estatuto que deverá nortear as ações dessa instância política. Nele fica expresso um “acordo de vontades” entre as Câmaras municipais e não cria um ente público. É bom lembrar que no Brasil a Câmara de Vereadores não é uma pessoa jurídica, nem mesmo a prefeitura o é. O município, sim (BRUNING, 1995, p. 22). Ou seja, o Parlamento não pretende substituir o papel de cada Câmara Municipal.

Os vereadores, na sua opção política de instituir o Parlamento, são guiados “pelos princípios federativos, pela autonomia municipal e pela independência harmônica das instituições políticas e jurídicas, que

exercem as funções e poderes outorgados pelo povo” (Parlamento Comum, Regimento Interno). Estabelecem o acordo de vontades com base em orientações jurídicas e políticas e apoiados pela democracia representativa adotada no país, pelas Constituições Federal, Estadual e Leis Orgânicas Municipais e na Lei Complementar 152/97 do estado do Rio Grande do Norte que cria a Região metropolitana de Natal. Aprovam o Tratado “pelo bem comum e desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana de Natal”.

O órgão é destituído de sede fixa e tem caráter eminentemente político, não se sobrepondo às Casas Legislativas dos municípios que as integram e função meramente sugestiva. Reivindica para si um novo papel: o de organizar a agenda metropolitana. É um fórum apropriado para debater problemas comuns e encaminhá-los às instâncias competentes para resolvê-los.

Foram definidas 3 instâncias de decisão na composição do Parlamento Comum, quais sejam: Mesa Diretora, Colégio de Comissões e Colegiado Pleno, já consignadas no Tratado assinado e no Regimento Interno. Para pertencer ao Parlamento-nível pleno, basta ser vereador de um dos municípios da região metropolitana. Para os demais níveis prevalecem os princípios básicos: autonomia de cada Câmara e garantia de participação de todas elas nessas instâncias. A Mesa Diretora é a instância mais ágil do Parlamento. É composta por nove membros. O Colégio de Comissões é uma instância intermediária, está composto por 30 membros e representa as respectivas Câmaras Municipais através de Comissões Especiais ou Permanentes. São nomeadas por cada Casa Legislativa.

O Parlamento Comum tem se revelado uma instância muito dinâmica na solução dos problemas metropolitanos em Natal. Através de vários eventos – reuniões, seminários – vem construindo e negociando com outros segmentos e instituições sociais uma Agenda Metropolitana. Em 2002 formulou uma pauta de reivindicações amplamente discutida e consubstanciada na Carta dos Vereadores da Gran-

de Natal assim sintetizada: a) demandas relativas ao uso do solo (plano diretor único e integração urbanística com garantia de crescimento ordenado); b) ao meio ambiente (construção de aterro sanitário, saneamento básico, preservação de mananciais, qualidade da água e zoneamento ambiental); c) a infraestrutura urbana (tarifas telefônicas, de transportes uniformes, novo abatedouro, integração de trens urbanos, urbanização das praias e novo terminal rodoviário); d) a cultura (calendário único de eventos, feira cultural itinerante e criação de rádios e TV’s comunitárias); e) às questões sociais (cobertura integrada de segurança pública, delegacias de defesa da mulher, melhoria na prestação de serviços jurídicos, combate a doenças tropicais, cobertura hospitalar integrada); e, f) gestão urbana (assento no Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e criação de conselhos metropolitanos setoriais) (PARLAMENTO COMUM DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, 2002).

Chama atenção a ênfase dada à solução de problemas contemporâneos que supostamente afetam mais decisivamente as grandes metrópoles. A ênfase dada à segurança pública e à questão ambiental são exemplos de que esses problemas independem do tamanho da metrópole. Não resta dúvida que a proposta de criação do Parlamento Comum foi bem sucedida considerando a) a facilidade com que foram mobilizados os vereadores em torno da idéia; b) a construção coletiva dos documentos que o formalizam e o finalizam: o Tratado Metropolitano e a Carta de Vereadores; c) o reconhecimento de sua existência política através da conquista de assento no Conselho de Desenvolvimento Metropolitano; d) no envolvimento da sociedade civil na formulação de suas propostas; e) na continuidade e regularidade de seu funcionamento e das negociações políticas bem sucedidas.

Poder-se-ia inadvertidamente dizer, que sua construção é muito limitada. Visa tão somente organizar o debate e a discussão de uma agenda metropolitana que seria encaminhada às instâncias competentes para encaminhamento e solução. En-

tretanto, pouco podendo fazer diretamente, desempenha relevante papel político na construção de um pacto territorial.

O CONSELHO DO PÓLO COSTA DAS DUNAS

Dando seqüência às ações do PRODETUR/NE I, o Banco do Nordeste do Brasil deu início, em 1998, ao processo de estruturação de “Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável”, visando assegurar o aproveitamento da atividade turística, pela convergência e continuidade de ações, via incorporação de paradigmas empresariais e fortalecimento dos elos da Cadeia Produtiva do Turismo. Nesse contexto, os Pólos de Turismo são uma iniciativa empresarial do banco cujo principal objetivo é promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo regional sob a ótica do empresariamento, através da formação de parcerias que permitam a mobilização e integração dos atores locais envolvidos com a gestão e organização da atividade turística.

Os Pólos materializam-se a partir da instalação dos Conselhos de Turismo, que constituem espaços sistematizados para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas que concorram para o desenvolvimento do Setor, caracterizados por forte senso de corresponsabilidade e parceria institucional. Contam com a participação efetiva de diversos segmentos econômicos e sociais: Governo Federal; governos estaduais e municipais; Terceiro Setor – ONGs ambientais/sociais, universidades, centros de pesquisa, associações comunitárias; setor privado – entidades de classe, “trade” turístico, e instituições do sistema “S”. O Pólo Costa das Dunas foi criado em 1999 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2002). Esse Pólo integra 16 municípios do Rio Grande do Norte situados ao sul e ao norte a partir de Natal, quase todos litorâneos e juntos com uma população de 1,1 milhões de habitantes – de acordo com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Na estruturação do Conselho observamos uma espécie de “cooperação intersetorial” que congrega atores dos três segmentos: a) representantes de governos, sendo 3 do

governo federal, 7 do governo estadual e 8 dos municipais; b) do setor privado, com 9 representantes de federações, associações, sindicatos patronais, “trade” turístico e instituições do sistema S; e, c) do terceiro setor, com 9 representantes, sendo 2/3 de ONGs e associações comunitárias e 1/3 de representantes de universidades e centros de pesquisa, formando o que poderíamos chamar de “rede cooperativa”.

Desde sua instalação o Conselho vem atuando num processo de desenvolvimento regional do turismo dito sustentável. Sua atuação vai além das esferas governamentais, atingindo outros setores importantes para o desenvolvimento da atividade turística, que vivencia forte expansão no Rio Grande do Norte, particularmente na área metropolitana de Natal, desde meados dos anos 80 do século passado. Para isso desenvolve suas atividades de modo sistemático e bem estruturado. É formado por coordenação, gerência executiva, assessoria e 36 membros. Funciona através de Câmaras Técnicas e respectivos coordenadores. O conteúdo de suas ações no período 1999-2002 pode ser observado através das Câmaras que estruturou: artesanato, educação para o turismo, mata estrela (mata atlântica), meios de hospedagem e alimentação, melhoria do sistema de transporte, ordenamento dos equipamentos da orla marítima, qualificação profissional e empresarial do turismo, resíduos sólidos, segurança do turista, selo de qualidade, turismo cultural e Via Costeira (principal cordão de hotéis no Parque das Dunas).

Observa-se, a despeito de sua importância, que o Conselho funciona com uma lógica eminentemente empresarial, favorecendo o crescimento da atividade turística, sem uma preocupação maior com as comunidades costeiras que rapidamente modifica e transforma. A sociedade civil ainda não está organizada no mesmo nível do segmento empresarial. Por sua vez, o Estado continua sendo um grande intermediador/facilitador da iniciativa privada, favorecendo o atendimento às demandas empresariais, descurando, muitas vezes, dos problemas sociais e ambientais que o turismo gera, em troca de alguns empregos.

CONQUISTAS E DESAFIOS

As experiências aqui relatadas, e outras similares no Brasil de hoje, têm alentado o vácuo pela ausência de instituições que dêem conta da complexidade dos problemas urbanos e metropolitanos. Nesse sentido, que lições podem ser tiradas das experiências aqui estudadas? A primeira, é que a melhoria das relações intergovernamentais dependerá da capacidade dos governos de mobilizar e envolver a comunidade e o setor privado em ações cooperativas. A segunda, é que os governos das áreas metropolitanas terão de equacionar o relacionamento horizontal entre municípios, evitando dispersão de recursos e conflitos. Por outro lado, seu fortalecimento político viabilizará negociações multinível, inclusive quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento regional. Por último, as experiências sugerem que a consolidação desse papel de intermediação política será tarefa complexa e não se completará em curto prazo. Requer um continuado aprendizado político. Contudo, o debate nessa direção substituirá com vantagem a disjuntiva público-privado, atenuará a competição entre municípios e fortalecerá a visão regional.

Se esses formatos jurídico-institucionais, como consórcio, parlamento, conselho favorecem pactos territoriais, a quebra dos caminhos tradicionais do clientelismo, da corrupção e da apropriação do Estado por interesses particulares e o aumento da eficiência da coisa pública, será preciso incentivá-los. Não podem apontar para um modelo inovador de organização regional?

A cooperação entre entes políticos integrantes da Federação tornou-se uma exigência constitucional institucionalizada no Brasil. Fortaleceu-se o federalismo cooperativo impondo-se uma articulação permanente entre União, Estados e Municípios, nem sempre praticada. No nível municipal o que se observa é a ocorrência de uma “autonomia dependente” das instâncias superiores. Logo, no Brasil, a integração entre níveis de governo far-se-á através de negociação política. Como a questão metropolitana

é tratada nesse âmbito político a organização dessa cooperação em bases democráticas e participativas é desejável. Problemas comuns devem ser resolvidos no plano da política. No caso, trata-se de partilhar com parceiros o poder de alocar recursos, de priorizar obras, de oferecer programas de ação etc.

Essa visão, supomos, amortece o tom nostálgico com que sempre encaramos a ausência de uma intervenção governamental metropolitana mais articulada entre estados e municípios após o malogro da fase do planejamento eminentemente técnico e do modelo de gestão único e centralizado do tempo dos militares. Sabemos da sua ineficácia, e por isso mesmo acabou. Trazê-lo simplesmente de volta junto com a idéia da institucionalidade metropolitana pode comprometer o nosso frágil arranjo federativo. Mesmo que continue acreditando que precisamos de uma instância que cuide dos graves problemas metropolitanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. 1998, 14 p. Monografia. Fortaleza, 1998.
- ABRUCIO, Fernando Luis. *Os laços federativos brasileiros: avanços, obstáculos e dilemas no processo de coordenação intergovernamental*. 2000, 455p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- AZEVEDO, Sérgio; MARES GUIA, Virgínia R. dos. *Reforma do Estado e federalismo: reflexões preliminares sobre governança metropolitana*. In: ANPOCS, 23., 1999, *Anais...* Caxambu. Caxambu: [s.n.], 1999. 34 p.
- AZEVEDO, Sérgio; MARES GUIA, Virgínia R. dos. *Reforma do Estado e federalismo: os desafios da governança metropolitana*. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz. *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Renavan, 2000.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Pólo de desenvolvimento integrado de turismo Costa das Dunas: Relatório 1999/2002*. Fortaleza, 2002.

BRUNING, Raulino J. **A fiscalização do município pelos vereadores**. Blumenau: FURB, 1995. 73 p.

CANO, Wilson; SAMEGHINI, Ulysses. Urbanização, desenvolvimento econômico e entidades regionais: reflexões sobre a experiência paulista. In: _____. **A nova organização regional do estado de São Paulo: subsídios para um modelo de gestão**. São Paulo: FUNDAP, 1991. p. 23-33.

CHAMBERS, R. **Poverty and livelihoods: whose reality counts?** Brighton: Institute of Development Studies, 1995. 53 p. (Discussion paper, 347).

KERR, Helena; BARONI, Margareth. Consórcios intermunicipais e entidades regionais. In: _____. **A nova organização regional do estado de São Paulo: subsídios para um modelo de gestão**. São Paulo: FUNDAP, 1991. p. 56-65.

LOMAR, Paulo José Villela. O federalismo brasileiro e a gestão regional metropolitana. In: _____. **A nova organização regional do estado de São Paulo: subsídios para um modelo de gestão**. São Paulo: FUNDAP, 1992. p. 9-22.

MARES GUIA, Virginia R. dos. **O controle do processo de parcelamento do solo e a expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, Belo Horizonte, 1993.

PACHECO, Carlos Americo et al. **Região administrativa de São Paulo**. Campinas. Mimeo. (Convênio IE/UNICAMP/SEP).

PARLAMENTO COMUM DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL. **Carta dos vereadores da Região Metropolitana de Natal**. Natal, 2002.

ROLNIK, Raquel. Governar as metrópoles: dilemas da re-centralização. In: ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 2001. 21 p.

A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino

Aldenôr Gomes – UFRN

RESUMO

O início da implementação do “Programa Fome Zero”, em fevereiro de 2003 no Brasil, experimentou uma nova prática de gestão das políticas públicas, onde era fundamental a participação da sociedade civil. E essa nova prática de gestão vinha com o anúncio da formação de um Comitê Gestor Local que era formado a partir da ação de agentes locais de segurança alimentar, no qual seis dos seus nove membros eram escolhidos entre os segmentos organizados da sociedade civil. Essa forma de escolha dos membros do comitê animou a população, irrigando o tecido social com a seiva da esperança de uma efetiva participação. As pessoas não só atendiam ao chamamento das associações comunitárias rurais e urbanas, sindicatos, organizações religiosas, conselhos comunitários, etc. como acreditavam que estavam participando na construção de algo novo. Essa euforia participativa, contudo, teve fôlego curto diante da constatação de um estágio muito embrionário de organização da sociedade em geral, principalmente nas regiões mais pobres como o nordeste brasileiro. A tudo isso se somou a resistência política das instâncias de poder local em cada município, que passaram a criar uma série de barreiras à aplicação daquela política que se estendia do boicote aos dados oficiais até a negação da infra-estrutura de trabalho aos membros dos comitês.

Palavras-chave: Participação. Política pública. Segurança alimentar.

ABSTRACT

The beginning of the implementation of the Hunger Zero Program, on February 2004 in Brazil, revealed a new way of managing public policies in which the participation of society played an essential role. This new mo-

del of conducting the public policies had come out with the establishment of a Local Manager Committee which had been constituted of local food security agents and in which six out nine members were chosen among non-governmental organizations. This way of selecting the committee’s members had encouraged the public, irrigating the social tissue with the perspective of an effective participation. People had not only attended the call of the communitarian rural and urban associations, unions, religious entities, counsels etc, but had also emphasized that they were participating in the building of something new. This collective euphoria, however, did not last long due to the incipient organization stage of the society in general, overall in the less developed regions, as in Northeast. Adding to all these facts, a strong opposite movement, arising from many political instances of the local powers in each province started to be noticed. As a result, it placed many serious obstacles on the process of implementing that new policy. These obstacles were of various kinds, like the faking of governmental data and the denying of work infrastructure to the members of the committee.

Keywords: Participation. Public policies. Food security.

INTRODUÇÃO

O início da implementação do “Programa Fome Zero (PFZ)”, em fevereiro de 2003 no Brasil através do Programa Cartão Alimentação (PCA), experimentou uma nova prática de gestão das políticas públicas, onde era fundamental a participação da sociedade civil. E essa nova prática de gestão vinha com o anúncio da formação de um Comitê Gestor Local (CG) como uma estratégia de espaço democrático de participação e controle social.

A necessidade da criação de comitês gestores no PFZ estava diretamente vinculada à noção de controle social de políticas públicas, por ter sido o programa instituído mediante a justificativa de que o seu êxito estava na dependência do controle externo das suas instâncias burocráticas. Essa afirmação procurava atenuar o descrédito da sociedade na gestão pública, oferecendo-lhe uma alternativa de controle que, segundo Andrade (2004, p. 234), estava baseada “na possibilidade dos grupos organizados influírem e decidirem sobre o tipo de sociedade e de ação governamental necessários ao bem estar da coletividade, além de manter mecanismos de avaliação das ações governamentais”.

Os comitês gestores eram formados por nove membros voluntários, escolhidos a partir da sua inserção em organismos ligados direta ou indiretamente a ações de segurança alimentar, dos quais seis deles eram escolhidos entre os segmentos organizados da sociedade civil; os outros três eram indicações do governo estadual, governo municipal e um representante dos agentes de saúde.

Essa forma de escolha dos membros do comitê animou a população, irrigando o tecido social com a seiva da esperança de uma efetiva participação. As pessoas não só atendiam ao chamamento das associações comunitárias rurais e urbanas, sindicatos, organizações religiosas, conselhos comunitários, etc. como acreditavam que estavam participando na construção de algo novo.

Essa euforia participativa, contudo, teve fôlego curto diante da constatação de um estágio muito embrionário de organização da sociedade em geral, principalmente nas regiões mais pobres como a semi-árida do nordeste brasileiro. A tudo isso se somou a resistência política das instâncias de poder local em cada município, que passou a criar uma série de barreiras à aplicação dessa política que se estendia do boicote aos dados oficiais até a negação da infra-estrutura de trabalho aos membros dos comitês.

Este trabalho é uma reflexão sobre a experiência como Supervisor Regional-NE do Ministério

Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), durante os dezoito primeiros meses de implantação dos Comitês Gestores do Cartão Alimentação do PFZ nos pequenos municípios do semi-árido do Nordeste brasileiro. Mesmo que não tenham sido ainda submetidas a um tratamento estatístico, essas reflexões representam mais do que um simples relato de visitas. Primeiro, pela clareza que sempre tive da temporalidade da função que desempenhava e, segundo, pela postura de pesquisador que tem norteado minha prática de extensão universitária. Tudo isso junto, fez com que as ações desenvolvidas, desde o início do trabalho, fossem orientadas por preocupações acadêmicas do tipo reflexão – ação – reflexão.

A Supervisão Regional-NE do MESA foi criada, experimentalmente, como uma estratégia da implementação do PFZ. Tinha como missão principal, inicialmente, supervisionar as ações de criação dos comitês gestores do PCA e, em seguida, supervisionar a implantação dos comitês ao nível dos municípios, incluindo o atendimento emergencial local para desobstruí-los de possíveis entraves ao pleno atendimento das famílias carentes.

Nessa trajetória, visitei todos os nove estados do Nordeste e a porção semi-árida de Minas Gerais em diferentes atividades que iam desde a supervisão/coordenação do processo de capacitação dos Agentes Locais de Segurança Alimentar (ALSAs), até atendimentos emergenciais em mais de 20 municípios. Além disso, representava o MESA em treinamentos/planejamento do Talher-Regional, instância organizativa da sociedade civil, que promovia a educação cidadã dos beneficiados do Programa. Posteriormente, essa experiência de supervisão foi estendida às demais regiões brasileiras, institucionalizando-se no PFZ a função de Supervisor Regional.

As reflexões aqui apresentadas são frutos dessas ações que, pelas especificidades da minha função, algumas vezes podem estar contaminadas do envolvimento pessoal do pesquisador, momentos esses nos quais nem sempre foi possível exercer o distanciamento necessário do objeto estudado, o que não as invali-

dam tendo em vista que nas ciências humanas e sociais não há consenso em torno desse paradigma (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).

O PROGRAMA FOME ZERO E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE

O Programa Fome Zero (PFZ) foi implantado em 2003 com o intuito de construir uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil, tendo como princípio norteador o atendimento do “Direito à Alimentação” para toda população, através da

conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias (BRASIL. Instituto Cidadania, 2001, p. 5).

Era a concretização de uma caminhada histórica de lutas, cujos registros remontam ao ano de 1991 com a proposta do Instituto da Cidadania do “Projeto Fome Zero”, elaborado sob a liderança do Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva; da mobilização nacional que se seguiu com a “Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida”, movimento liderado pelo sociólogo Herbert de Souza que protagonizou a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), no governo Itamar Franco.

Segundo Takagi (2006, p. 53), a importância da implantação dessa política devia-se a que, pela primeira vez, ela era assumida como

prioridade máxima explicitada por um Presidente da República; conta com um Ministério próprio [Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA] e orçamento considerável, depois de uma década de indefinições nas políticas sociais.

Tomando como referência o documento inicial do Instituto da Cidadania, o PFZ tinha como base teórica de análise a concepção de que o problema

da fome nacional era fruto do modelo econômico vigente, responsável pela geração e persistência de um ciclo vicioso e que este só seria quebrado a partir da adoção de um programa massivo de segurança alimentar implementado a partir de ações que garantissem, por um lado, a inserção de segmentos excluídos da produção nacional de alimentos, com ênfase em amplos segmentos da agricultura familiar e, por outro lado, garantisse o acesso das populações em insegurança alimentar a alimentos de qualidade, condignamente e todos os dias do ano.

O PFZ, a partir do diagnóstico de que havia no Brasil 44 milhões de pessoas (cerca de 11 milhões de famílias) em diferentes níveis de insegurança alimentar, definiu como pressuposto de análise que o problema da fome estava muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos. Nesse sentido, segundo Takagi (2006, p. 55),

o projeto utilizou um conceito mais amplo que remete ao termo insegurança alimentar, englobando as pessoas que não tem condições de afirmar se poderão se alimentar dignamente e com qualidade todos os dias do ano, embora não estejam com suas condições biológicas afetadas.

Essas colocações acima estão sintetizadas nos dois esquemas gráficos que se seguem (BRASIL. Instituto da Cidadania, 2001).

Quando da transformação do Projeto Fome Zero do Instituto da Cidadania, de 1991, em política pública do Governo Federal em 2003, o PFZ passou a ser operacionalizado a partir de três eixos básicos de atuação: I – Construção participativa de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional; II – Implantação de políticas públicas e III – Mutirão contra a Fome.

Esses eixos, pensados segundo uma dinâmica de interdependência de suas ações, ficariam sob a responsabilidade de instituições/setores do governo e da sociedade civil, específicas. Assim, a construção participativa da política de segurança alimentar e nutricional era de responsabilidade do CONSEA, como forma de concretizar o compromisso de en-

Círculo Vicioso da Fome



Círculo Vicioso da Fome

volvimento dos movimentos sociais nessa tarefa; a implantação de políticas públicas que seriam agrupadas em três blocos específicos: a) políticas estruturais – dirigidas ao combate das causas da fome, visavam criar mais e melhores empregos e a universalização dos direitos sociais; b) políticas específicas – tinham como ponto de partida o combate emergencial da fome e desnutrição, através da garantia do acesso à alimentação de qualidade a todas as famílias pobres; c) políticas locais – implementadas em conjunto com as organizações locais para garantir a segurança alimentar comunitária, diferenciando-se de acordo com o tamanho do município (MESA, 2003).

No início do novo governo, janeiro de 2003, o MESA dedicou seus primeiros esforços de trabalho na formatação de uma ação específica de combate imediato à fome e à desnutrição. A implementação dessa ação estava tencionada pela grande repercussão e expectativa que foi gerada no seio da sociedade brasileira, com grande desdobramento na comunidade internacional, principalmente a partir da declaração do Presidente Lula no dia de sua eleição, de

que seu primeiro ano de governo teria como prioridade o combate à fome¹.

Para não causar maiores polêmicas, dado o nível de exposição em que se encontrava o MESA, as decisões do ministério quanto à política, ao espaço geográfico e ao público alvo, foram tomadas de forma rápida e isentas de qualquer sofisticação acadêmica. Assim, foi escolhida a porção semi-árida² da região Nordeste, pelo reconhecimento nacional de ser esta detentora do maior bolsão de pobreza nacional; o estado foi o Piauí, também por ser um dos mais pobres da região e dentro do qual não seria difícil escolher dois, indiscutíveis, municípios com menos de 75 mil pessoas de população para iniciar

1 A frase do Presidente Lula apresentada em discurso no dia de sua eleição e que se tornou célebre expressa bem esse caráter universal do programa: “Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome [...] Se ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida [...]” (BELIK; DEL GROSSI, 2003, p. 9).

2 O Semi-Árido Brasileiro se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – 86,48%), a região setentrional do Estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 Km².

a experiência piloto de distribuição do “Programa Cartão Alimentação – PCA”.

A definição do público-alvo foi feita tomando-se como base as informações de renda dos indivíduos³. Com o auxílio dos dados de rendimento publicados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE⁴,

estimou-se a renda disponível per capita das famílias, acrescentando à renda familiar uma estimativa de renda da produção autoconsumida pelos agricultores, bem como deduzindo da renda familiar as despesas com aluguéis ou prestação com casa própria (BELIK; DEL GROSSI, 2003, p. 9).

Se local e público-alvo do projeto piloto tinham sido isentos de polêmicas, a política emergencial, e principalmente o cartão alimentação que lhe servia de carro-chefe, não teve a mesma sorte. Inspirado no Programa *Food Stamp* americano e também nas experiências nacionais do tíquete do leite e de outros programas similares, o PCA nasceu envolto de intensa polêmica⁵. Sua implementação tinha como objetivo substituir a “política” tradicional de combate à fome baseada no fornecimento de cestas básicas, pelo seu caráter temporário, oscilante e gerador de dependência e de corrupção. Além disso, “ele deveria estar vinculado às principais políticas estruturais de combate à pobreza; sendo complementar a outros programas de transferência de renda e suas condicionalidades, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação” (TAKAGI, 2006, p. 71).

O PCA também apresentava do ponto de vista financeiro a justificativa de poder

ser massivo sem correr o risco de provocar os impactos inflacionários típicos de programas que geram distribuição de renda no curto prazo. Ele direciona a capacidade de gasto adicional dos consumidores mais pobres para a aquisição de alimentos, estimulando a produção dos pequenos agricultores locais,

um setor de reconhecida capacidade ociosa no país (BRASIL. Instituto Cidadania, 2001, p. 148).

A implantação do PCA deveria ser de forma gradual, a partir das regiões onde residia maior proporção de famílias carentes, e utilizando-se de cadastros já existentes, no caso o Cadastro Único (CADUNICO) da Caixa Econômica Federal (CEF). Suas principais linhas de ação podiam ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- Benefício de R\$ 50,00/família (Renda *per capita* inferior a meio salário mínimo);
- Período de 6 meses, prorrogáveis por mais 2 períodos;
- Titular do cartão, preferencialmente, a mulher responsável pela família;
- Implementação com a participação do Comitê Gestor;

O apelo nacional de envolvimento da sociedade no grande mutirão de combate à fome bem como o espaço privilegiado, nem sempre favorável, que os diferentes canais de comunicação da imprensa nacional vinham dando ao PFZ, criaram uma expectativa de participação no seio da sociedade, motivada por diferentes nuances político-ideológicas. Dentre tais nuances destaca-se o descontentamento e a desconfiança de grande parte da população pela ausência de transparência nos critérios de cadastramento, ocorrido em anos anteriores das famílias pobres que compunham o cadastro único na CEF.

O anúncio de que, ao nível de cada município, seria formado um comitê gestor com participação majoritária de segmentos da sociedade civil (2/3 entre nove componentes) para acompanhar e fiscalizar a distribuição do cartão alimentação do PFZ, começou a gerar inquietações e contra-informações entre as pessoas dos pequenos municípios do semi-árido nordestino, *locus* privilegiado para iniciar o programa. Isso fez com que, rapidamente, o MESA fizesse a formatação final dos comitês e passasse, urgentemente, para tarefa de capacitação dos agentes e implantação definitiva dos comitês ao nível municipal.

3 Em Takagi, Silva e Belik (2001), pode-se ver maiores detalhes sobre o cálculo da linha de pobreza regionalizadas a partir da renda das famílias.

4 IBGE, 1999.

5 Para maiores detalhes sobre a dimensão da polêmica em torno da adoção do PCA, vide Takagi (2006).

Essas se constituíam nas fases precursoras da chegada do Fome Zero ao município.

As etapas de formação, capacitação e implantação do comitê gestor podiam assim ser resumidas: utilizando-se das vias institucionais (leia-se do poder público estadual e municipal), o MESA solicitava a indicação de dois representantes por município: um (representando o poder local) indicado pelo próprio prefeito municipal e o outro (representando a sociedade civil) deveria ser escolhido entre lideranças de instituições/organizações da sociedade. Como nunca ficou explícita a forma de escolha dentre as lideranças dos segmentos da sociedade civil, esta, em geral, foi sempre motivo de muitas reclamações. Escolhidos os representantes, o MESA enviava suas equipes de capacitadores aos estados para realizar o treinamento dos Agentes Locais de Segurança Alimentar (ALSAs) dos municípios selecionados naquela etapa de implantação do programa.

A capacitação correspondia, basicamente, à explicação da filosofia do programa (seus pressupostos e diagnóstico da pobreza/fome nacional) e, principalmente, do conteúdo do PCA e a forma de seleção das famílias pobres a serem beneficiadas dentre aquelas famílias cadastradas do CADUNICO da CEF.

Capacitados, os ALSAs retornavam às suas localidades e desencadeavam o processo de formação do comitê gestor, através da realização de assembleias setoriais de onde saíam os representantes de cada organização específica. Essas reuniões, em geral, despertavam muito interesse e participação dos diferentes segmentos organizados da sociedade. E, como afirmou um agente local de segurança alimentar: *“as sucessivas assembleias setoriais que se realizaram entre os diferentes segmentos da sociedade civil possibilitaram um verdadeiro espetáculo de cidadania”*.

Depois de realizadas as assembleias setoriais, os dois ALSAs, conjuntamente, chamavam uma Assembleia Municipal através de ampla divulgação e, em geral, com a presença do prefeito que nem sempre a presidia, na qual toda a população votava as indicações dos nove membros que comporiam o comitê gestor. Todos os membros, mesmos os indica-

dos pelo poder local, poder estadual e pelos agentes de saúde, que eram membros natos, eram votados/confirmados pelo voto da assembléia.

Segundo Balsadi, Del Grossi e Takagi (2004), os Comitês Gestores passaram a ser o braço operacional nos municípios, realizando de forma voluntária a análise dos cadastros existentes, com a seleção das famílias enquadráveis nos critérios, a exclusão de famílias não-enquadráveis e o acompanhamento e orientação das famílias beneficiadas. Mas também consistiam na base do controle social do Programa, sendo responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização das ações do PCA e do PFZ.

Uma das ações mais importantes e inovadoras assumidas pelos comitês gestores foi, sem dúvida, a possibilidade de acesso da população às listas que continham os nomes das famílias beneficiárias do PCA. Essas listas, por recomendação do próprio MESA, eram exibidas em lugares públicos – prefeituras, câmaras de vereadores, igrejas, escolas, mercados públicos, clubes sociais, etc. – antes que se iniciasse o pagamento do primeiro mês de benefício. É desnecessário enfatizar o *frisson* que a espera dessas listas provocava entre os munícipes que se sentiam com poder de acusar excessos e ausências.

Essa era a formatação da experiência-piloto de utilização do PCA que seria, gradativamente, mas, não lentamente, expandida para os demais municípios do semi-árido nordestino, depois para todo o resto do Nordeste, Região Norte e, por fim, para todo o Brasil.

As ações de expansão, no âmbito do PFZ, foram atropeladas por uma situação conjuntural: a estiagem que assolava cerca de 1.200 municípios do semi-árido nordestino, exigindo do MESA uma série de ações emergenciais para a região.

A primeira ação foi garantir a continuidade do pagamento do Bolsa Renda por mais três meses (janeiro, fevereiro e março de 2003), ao mesmo tempo em que era ampliado o Programa Cartão Alimentação (PCA) no semi-árido, que fora implantado inicialmente em dois municípios do Piauí: Guaribas e Acauã. A criação efetiva do mesmo se daria pela Medida Provisória nº 108, de 27 de fe-

vereiro 2003, que criou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação (TAKAGI, 2006, p. 98).

O processo de capacitação dos ALSA, e o seu desdobramento de formação dos comitês gestores municipais, seguiu em ritmo acelerado mesmo com todos os percalços de tentativas de intervenções na escolha dos representantes da sociedade civil, por

parte do poder público municipal. A leitura da tabela 1, a seguir, dá uma idéia da dimensão e velocidade com que foram montados os comitês gestores em geral, e no nordeste em particular, atingindo-se ao final de 2003 uma meta muito superior à planejada que era apenas de 1.000 municípios no nordeste semi-árido.

Tabela 1 – Municípios Capacitados e Comitês Gestores Formados no Brasil, Grandes Regiões e Estados, 2003

Estados e Regiões	Municípios Capacitados	Comitês Gestores Formados
Alagoas	101	85
Bahia	381	333
Ceará	175	171
Maranhão	209	92
Paraíba	218	214
Pernambuco	172	168
Piauí	222	211
Rio Grande do Norte	164	154
Sergipe	72	72
Nordeste	1.714	1.500
Goiás	10	10
Mato Grosso	6	6
Mato Grosso do Sul	15	15
Centro-Oeste	31	31
Espírito Santo	10	10
Minas Gerais	170	170
São Paulo	24	24
Rio de Janeiro	14	12
Sudeste	218	211
Acre	21	21
Amazonas	60	45
Amapá	15	13
Pará	130	94
Rondônia	51	44
Roraima	14	7
Tocantins	137	106
Norte	428	330
Paraná	18	18
Rio Grande do Sul	25	25
Santa Catarina	17	17
Sul	60	60
Total Brasil	2.451	2.132

CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA

Da euforia da construção dos comitês gestores...

*Que estória é essa de escolher representante do meu município sem passar por mim?
E o Prefeito não manda mais no Município, não?*

Indagação como a referida acima se constituiu numa constante entre dirigentes municipais das pequenas cidades (com até 75 mil habitantes) do Semi-Árido Nordeste, diante do processo de escolha de um representante da sociedade civil para ser capacitado como ALSA, no momento em que se iniciava a implantação do PFZ. Isso sem falar que, em cada município eram capacitados, pelo MESA, dois agentes de segurança alimentar sendo que um deles era de indicação exclusiva do prefeito municipal. Contudo, era evidente que o temor de perder o controle da situação, por parte do poder municipal, punha em xeque um modelo de mando local que, historicamente, tem se reproduzido através de práticas clientelísticas de troca de favores no uso da coisa pública. Sentindo-se ameaçado pela perspectiva de generalização de uma nova prática de gestão das políticas públicas, onde é fundamental a participação da sociedade civil, prefeitos dos grotões do semi-árido nordestino preferiam se antecipar numa orquestrada reação ao que se impunha como novo.

E esse novo vinha com o anúncio da formação de um “comitê gestor local” que era formado a partir da ação dos “agentes locais de segurança alimentar”, no qual seis dos seus nove membros eram escolhidos entre os segmentos organizados da sociedade civil. E aí se estabelecia uma verdadeira maratona daqueles dirigentes municipais não afeitos a intervenções nas suas práticas de governança, na tentativa de interferir na escolha dos representantes de sindicatos, associações comunitárias, grupos religiosos, etc., no que nem sempre foram bem sucedidos.

Ao ser indagada do porquê do interesse de participar da escolha do representante de sua associação, uma conselheira assim se expressou: *“Temos a consciência de que estamos construindo uma política que não está pronta”*. E esse renascer de uma esperança e

interesse de participação tinha um sabor todo especial diante da realidade em que viviam, onde existia um grande número de conselhos comunitários nos quais, por terem sido fomentados por meras conveniências burocráticas, o que menos importava era a participação popular. Essa era a experiência acumulada de “cidadania” dessas populações.

E foi através da ação desses participantes voluntários dos comitês gestores que foram expostas as irregularidades contidas no Cadunico de cada município. E essa prática de expor as feridas do cadastro que iria dar suporte à implantação do PCA passou a ser reivindicada pelos membros dos comitês na condução do Programa Bolsa Família (PBF), tendo em vista que este programa se constituiu na unificação dos cadastros das outras políticas sociais de transferência de renda. A sociedade agora, ao saber quem seriam as famílias beneficiadas em todos os programas, conquistava a garantia básica de consolidação de uma política que se baseava na seriedade, transparência e dentro dos princípios de justiça social.

Não havia mais dúvida de que a sociedade dos grotões estava em movimento, construindo a sua cidadania. Mas muito ainda precisava ser feito. Ainda havia muita tentativa de manipulação, muita interferência da política partidária. O poder municipal ainda tentava atropelar negando a infra-estrutura de trabalho, como: sala, computador, operador. Alguns ainda teimavam em querer reduzir o programa a meras gincanas assistencialistas, clientelísticas. Mas também havia resistências. Havia gritos contra a opressão onde imperava o silêncio e o medo. Já não se aceitava mais passivamente o império da lei do silêncio.

Era assim que estava irrompendo a cidadania nos grotões do semi-árido nordestino. Era assim, no imaginário da população local, que se estava construindo a participação popular.

...à decepcionante desarticulação do esforço de organização

O mês de outubro de 2003, oitavo mês de vigência do cartão alimentação, foi o divisor de águas no percurso de atuação dos comitês gestores muni-

cipais. Alguns problemas decorrentes da implementação precipitada do PBF, ainda no transcorrer da operacionalização do PCA, que se esperava fossem resolvidos no mês seguinte, aguçaram-se e já pareciam colocar em risco a continuidade dos comitês gestores municipais.

A necessidade urgente de se galgar resultados positivos, logo no início da implementação da política, fez com que a estratégia de implantação do cartão alimentação passasse a se confundir com o próprio PFZ, dada a velocidade do seu avanço nos grotões do semi-árido.

A partir daí, passou-se a acumular, sucessivamente, um sem número de quebra de metas, ora dos municípios atingidos, ora de famílias beneficiadas. Não dava mais para falar de Fome Zero sem fazer alusão ao avanço de benefícios distribuídos e ao número de comitês gestores instalados, haja vista a importância que estes assumiram na conformação de uma política com efetiva participação da sociedade. Pela primeira vez neste País, se afirmava, estava se rompendo o monopólio do poder municipal na gestão das políticas públicas e reduzindo-se a distancia entre seus objetivos e as demandas dos beneficiários.

Contudo, a grande novidade que permeava a implantação do PCA, qual seja, a criação dos comitês gestores, não parecia mais se constituir na diferença entre todas as demais políticas de transferência de renda, até então em vigor no País. A tão almejada garantia efetiva de participação da sociedade civil na gestão e controle social da política começava a gerar conflitos entre os grupos políticos dirigentes no interior do próprio governo. A tudo isso, eram adicionadas algumas resistências iniciais para operacionalização do PCA ao nível local decorrentes, principalmente: a) das fragilidades da organização de setores da sociedade civil; b) dos vícios de uma sociedade historicamente acostumada com práticas clientelísticas, gerando descrédito nas ações governamentais; c) do receio da perda de espaço, controle e gestão das políticas públicas federais ao nível municipal, por instâncias do poder político local.

A euforia inicial a partir da implantação das experiências-piloto já em fevereiro do primeiro ano de governo nos municípios de Guariba e Acauã, no estado do Piauí, e a conseqüente expansão no mês de abril para os demais estados do semi-árido nordestino davam lugar a algumas incertezas. Havia certo inconformismo entre os gestores da política, mesmo constatando-se que algumas resistências ao nível local vinham sendo gradativamente vencidas e que diversos mutirões de participação da sociedade civil e de parcerias com setores governamentais pareciam tomar corpo em torno do PCA.

Contudo, é bom lembrar, que essas conquistas, essas quebras de resistências, não se davam sem um acirrado embate entre diferentes forças, muitas vezes antagônicas, na arena da luta política local. Parecia que a proporcionalidade favorável à sociedade civil nos comitês gestores e o apelo para que setores da sociedade local se representassem, perdiam o impulso inicial que, esperava-se, levariam a um rápido e surpreendente processo de organização social ou a sua consolidação, quando já existente.

Por outro lado, militantes partidários, alojados principalmente no Talher⁶, responderam tardiamente ao chamamento de participação do processo de organização da sociedade civil. Isso aumentava a angústia de setores menos integrados na política partidária local que, voluntariamente, buscavam se inserir nesse “mutirão da solidariedade de combate à fome” embalados por diferentes motivos que iam desde motivações de cunho eminentemente religiosas, ou de práticas caridosas, até manifestações de base mais politizadas. Formou-se, assim, um verdadeiro exército de voluntários anônimos movidos pelos mais diferentes motivos de participação, onde

6 O Talher era um dos componentes do “Mutirão contra a Fome” que se encarregaria da capacitação para a educação cidadã, através da preparação de monitores que capacitariam aqueles que participavam de Copo/CRDs, Pratos ou atuassem como Sal. Era um instrumento de alimentação, pois segundo a proposta do PFZ, este também seria responsável por saciar não só a fome de pão, mas também a de beleza (BRASIL. Programa Fome Zero, 2003).

era majoritário o desejo de quebrar o tradicional clientelismo político local.

Contudo, a supremacia de interesses revanchistas por parte de setores, quase sempre antagonizados, da política partidária local transformava o espaço de ação/negociação do comitê gestor numa arena de luta política partidária. O certo é que se explicitava de forma generalizada em cada local a vontade de participação de pessoas embaladas pela esperança de terem nas mãos a possibilidade de efetivamente participarem e de interferirem na gestão de uma política pública.

No entanto, essa pretensa “politização” do comitê gestor passou a se constituir num entrave ao alargamento da base social do público-alvo do PCA, devido, principalmente, ao caráter investigador (beirando o polialesco) assumido por parte dos integrantes de cada comitê. O que seria uma deturpação do que afirma Andrade (2004, p. 234), ao vincular a noção de controle social com a “constituição de uma esfera pública democrática que possa viabilizar o controle dos governantes pela sociedade”.

O próprio comitê gestor parecia também ter sido picado pela “mosca azul”⁷ passando a se centrar muito mais no seu caráter de poder institucionalizado, centrando suas ações frente às famílias beneficiadas na cobrança dos recibos e/ou notas fiscais das compras de alimentos realizadas. Isso feria frontalmente a filosofia do programa, em geral, e do papel dos comitês gestores, em particular, que deveriam agir como instâncias educativas e formativas e nunca de caráter investigativo ou polialesco.

Tornou-se lugar comum, nas visitas realizadas pelo gerente regional-NE aos comitês classificados como os mais eficientes e organizados, a apresentação de pilhas de notas fiscais, bem acondicionadas em grandes armários, que eram religiosamente devolvidas ao final de cada mês pelas famílias. Com muita tristeza constatava-se que esse ato de comprovar a compra era o único motivo da chefe-de-

família procurar o comitê gestor. Concretizava-se assim o que, segundo Andrade (2004, p. 236), Habermas denominava de

ação instrumental ao invés da ação comunicativa. Enquanto esta está baseada na idéia de socialidade, espontaneidade e solidariedade, aquela está ancorada em procedimentos de coordenação da vida social, próprios da dimensão administrativa do Estado.

Todo o trabalho de educação alimentar que tinha sido repassado aos ALSAs na capacitação do comitê gestor estava totalmente comprometido.

Sabia-se que, segundo a dinâmica de atuação dos comitês gestores, denúncias de irregularidades no cadastramento das famílias pobres do município (CADUNICO) eram suficientes para que se suspendesse o pagamento de todos os beneficiários da política no município. Isso, em geral, criava um clima de descontentamento generalizado na grande maioria da população carente por se ver privada do seu benefício.

Por outro lado, havia uma retração nas pretensões de alcance da política, causando desconforto na equipe gestora ao nível do MESA, sem falar na frequente exploração sensacionalista desses fatos pontuais que era feita pelos meios de comunicação de massa, com ênfase para jornais e redes de televisão de alcance nacional.

O golpe de misericórdia na atuação dos comitês gestores municipais do PCA foi dado em outubro de 2003 com a intempestiva implementação do Programa Bolsa Família (BF) que se propunha, por motivos de racionalidade da política, de unificar todas as vertentes das políticas de transferência de renda nacional.

Os problemas decorrentes da entrada em vigor do BF nos pequenos municípios do semi-árido nordestino onde havia o PCA, foram de grande dimensão e afetaram diretamente a sobrevivência dos comitês gestores. Primeiro, algumas difíceis e dolorosas medidas assumidas pelos comitês, tais como a exclusão de famílias não-merecedoras do benefício, foram desfeitas em outubro e aprofundadas em no-

7 Alusão feita por Beto, Frei (2006, contra-capá), com base em texto de Leandro Konder, de que “A picada da mosca azul incula nas pessoas doses concentradas de ambição do poder”.

vembro; segundo, foi reforçado no documento de apresentação do BF, veiculado no site do PFZ, que os CGs permaneceriam apenas até o mês de dezembro, omitindo-se qualquer referência à futura atuação dos mesmos; terceiro, a partir daquela data, a CEF passou a se negar a tirar dúvidas dos comitês, com a taxativa e lacônica resposta de que “*Não existia comitê gestor na estrutura do Bolsa Família*”; quarto, a mesma CEF passou a realizar pagamentos do BF nos municípios com mais de 75 mil habitantes sem a formação prévia de CG, criando uma expectativa negativa quanto ao futuro daqueles; e, quinto, as famílias que receberam o BF sem antes terem sido beneficiadas pelo PCA, passaram a consultar os comitês de seus municípios sobre o cumprimento das condicionalidades da política (principalmente da exclusividade de compra de alimentos), deixando os integrantes dos comitês sem respostas e sem saber aonde encontrá-las.

Essa situação passou a ser responsável pela generalização de um clima de decepção entre as famílias beneficiárias não atendidas nos pequenos municípios, em geral, e nos membros dos CGs, em particular, diante do desencontro de informações sobre o bolsa-família e da visível desarticulação do programa cartão-alimentação.

As freqüentes visitas de campo realizadas pelo Gerente Regional-NE do MESA, em geral para apurar denúncias sobre o mau funcionamento do programa, testemunhavam o clima de insatisfação dos beneficiários, mas, também, atestavam o estabelecimento de uma forte corrente contra a extinção do comitê gestor.

Em torno dessa defesa do comitê gestor reuniam-se pessoas/instituições com interesses específicos, mas, que convergiam para reforçar o enfrentamento ao antagonismo do poder público municipal frente à eminente perda de espaço no controle das políticas públicas. Esse leque de interesses contemplava atitudes motivadas: a) pela decepção de setores de militância partidária que compunham o Talher, diante do retrocesso da embrionária par-

ticipação que se construía⁸; b) pela perplexidade dos poucos setores organizados da sociedade local (Igrejas, Sindicatos, Associações, ONGs, etc.) que pela primeira vez vislumbravam uma possibilidade de institucionalização de suas persistentes lutas locais; e, por fim, c) pelo desapontamento dos comerciantes locais que haviam se constituídos em “fiéis” parceiros do PCA, diante da oportunidade de participarem ativamente de uma política social dinamizando seus negócios e a economia local.

Em geral, o conteúdo da insatisfação dos que, de certa forma, se envolveram com a efetivação do programa apontavam para construção de uma resistência em defesa da continuidade do cartão alimentação e, com ele, a permanência do comitê gestor.

Assim, reclamavam da estratégia de se passar o PCA para uma coordenação central das políticas sociais do governo federal (o Bolsa Família), mesmo acreditando que isso, embora aparentemente, pudesse se constituir numa estratégia que ajudaria a realçar outras ações do MESA de caráter mais estruturante no segundo ano de governo. Nesse momento representava uma perda de tudo o que se construiu em termos de participação, gestão e, principalmente, de controle social.

E, mais grave ainda, que isso nada mais era do que o abandono de inúmeros e penosos esforços de mobilização social, em condições das mais adversas, disseminando um sentimento de perda e de desesperança em inúmeros grupos, protagonistas de uma histórica luta para serem respeitados enquanto cidadãos. Isso sem levar em consideração que essa mobilização tinha como principal ator um número considerável de pessoas que, afinal, encontravam uma razão para por em prática seus ideais, para participar mais ativamente de um governo que ajudavam a construir.

8 Muitos militantes do PT, nos pequenos municípios do semi-árido do Nordeste, reclamavam o direito de participarem como membros-natos do comitê gestor, representando o governo federal que era do mesmo partido, tendo em vista que tanto ao poder municipal quanto ao estadual era garantida a presença, por lei, naquela instância. Havia aí uma clara tentativa de interferência de interesses corporativos no processo decisório do comitê gestor.

CONCLUSÕES

Nada se fez por acaso. Há registros de muitos e graves embates, prisões e até de morte, nessa busca de conquista por uma política social mais cidadã⁹. E não se está tratando de um período de exceção, já relegado às prateleiras dos entulhos autoritários na história do Brasil. Está-se falando de uma realidade atual, do cotidiano na luta pela participação popular nos lugares mais remotos deste País; de pequenos municípios do semi-árido nordestino onde as sociedades locais foram construídas sobre uma quase intransponível relação de subordinação.

Enfatizava-se que a defesa dos comitês gestores não se constituía numa luta por mudanças na estratégia geral das políticas públicas. Afinal, o confronto com determinada realidade pode impor mudanças de rumo, mas jamais de princípios. Porque era nisso que acreditava a maioria daqueles que lutavam, e principalmente os que ficavam no *front*, e que assumiram o compromisso de se opor ao poder de mando das velhas oligarquias locais.

Daqueles acontecimentos pode-se inferir que o fulcro não estava apenas na oportunidade de construção da participação, mas, principalmente no clima de decepção que se criou em torno de uma pretensa possibilidade que não foi confirmada.

Mesmo sem minimizar fatores como: a contra-reação do poder local frente ao avanço dos movimentos sociais; a necessidade do governo federal de ampliar a base social de atendimento da política diante da urgência da sociedade de acabar com a fome; a prática do enfrentamento político de alguns

segmentos desejosos de (re)conquistar espaço político ou de descaracterizar o poder local; a forma como se desestruturaram os comitês gestores pareceu para aqueles grupos um descrédito, por parte dos gestores da política, na mobilização como forma de controle social e de participação popular.

Poderão esses fatos representar mais um retrocesso na luta de construção pela cidadania, como ocorreu historicamente com os velhos acordos oligárquicos no Brasil, tal como nos descreve Fiori (1995)? Ou, diante da urgência dos gestores públicos persegue-se a via mais rápida do aumento do número de famílias carentes, já que a fome tem pressa? Ou, ainda, desacelera a marcha em benefício do controle social como estratégia de construção da cidadania?

A experiência com a construção dos comitês gestores do PCA nos autoriza a dizer que esse é um falso dilema. O problema não foi só a pressa na obtenção de resultados, foi apostar num estágio de organização e mobilização que estava muito além das reais características da sociedade dos pequenos municípios rurais do semi-árido nordestino. E mais ainda, esqueceu-se também do nível de resistência à participação, intrínseco a essas sociedades, dado a conjuntura de subordinação a que estiveram historicamente submetidas, em decorrência da sobreposição da lógica da obediência à trajetória (PUTNAM, 1996). Isso lhes tem incutido certa incapacidade de se verem participando, interferindo na gestão das políticas públicas dadas as dificuldades que têm de romper com a cultura do favor e do clientelismo. O que de certa forma explica a postura de reprodução de interesses corporativos no processo decisório do comitê gestor mesmo por parte de setores mais politicamente engajados na política partidária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza A. Leão de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, Sergio et al. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 233 – 250.

9 Dentre algumas intervenções do CG: Em Vertente do Lério/PE, um professor do ensino médio foi assassinado 15 dias depois da reunião do CG onde ele fez sérias acusações a manipulação do comitê pela primeira dama do município. Em Santa Bárbara/BA um vereador do PT foi ameaçado de cassação do mandato pelas suas intervenções em defesa da fiscalização da lista dos beneficiários do programa. Em Cuité/PB o ALSA da sociedade civil foi considerado “pessoa não-grata” porque era considerado um entrave à implantação do programa. Em São Pedro/RN a Secretária de Educação Municipal que se apossou dos cartões de famílias beneficiadas, teve que devolver o dinheiro por ação do CG. O Prefeito de um município da Bahia deu feriado no dia da Assembléia Popular, justificando que era para facilitar a participação de todos.

BALSADI, O.; DEL GROSSI, M.; TAKAGI, M. O Programa Cartão Alimentação (PCA) em números: balanço de implementação e contribuições para as políticas sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá-MT. *Anais...* Cuiabá-MT, 2004.

BETO, Frei. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BELIK; DEL GROSSI. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora, 2003.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. *A profissão do sociólogo: pressupostos epistemológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRASIL. Instituto da Cidadania. *Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo, 2001.

BRASIL. Programa Fome Zero. *Cartilha manual do mutirão*. Brasília: MESA, 2003.

FIORI, José Luis. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio*, 1999.

MESA. *Fome Zero – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, 2003.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TAKAGI, M. *A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios*. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2006.

TAKAGI, M.; SILVA, J. Graziano da; BELIK, W. *Combate à fome e à pobreza rural*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B¹

Fernando Bastos – UFRN

RESUMO

Trabalho que tem por objetivo estudar o ambiente institucional para a implementação de políticas de financiamento direcionadas à agricultura familiar. A hipótese central é que, apesar de todas as mudanças ocorridas nas normas de crédito, no sentido de reduzir os obstáculos existentes para o acesso dos *outsiders*, permanece o mesmo ambiente institucional que deu apoio à modernização – cristizador de estruturas reforçadoras dessa exclusão. O pressuposto mais relevante é que os agricultores pobres são os mais expostos às limitações institucionais. Os conceitos de arranjo institucional e de ambiente institucional utilizados neste trabalho foram construídos com apoio da escola institucional, contemplando-se a dimensão econômica, a sociologia das organizações e a ciência política. Na relação das mudanças institucionais com a atuação estatal, foi importante a leitura de estudiosos do Estado Brasileiro. A parte empírica constou de uma pesquisa em que foram aplicados questionários com agricultores beneficiados e não beneficiados com o PRONAF B, em treze municípios do Rio Grande do Norte. Em cada município, foram realizadas entrevistas com quatro de seus principais mediadores. Os resultados da pesquisa ratificaram a hipótese do trabalho de que a concepção das políticas públicas não leva em conta o papel das instituições no comportamento e nas escolhas dos agentes individuais e coletivos, depreendendo-se que essa política, como outras, carece de mediações que transcendam a racionalidade dos marcos legais.

Palavras-chave: Instituições. Políticas públicas. Agricultura familiar. PRONAF B.

ABSTRACT

The aim of this paper is to study the institutional atmosphere required to the putting into practice of finance policies directed to familiar agriculture. The central hypothesis is that, in spite of all the changes that have been verified in the credit rules seeking to reduce the existing credit obstacles on the way of the outsiders, the institutional atmosphere that has supported modernization remains the same: it crystallizes the structures that reinforces exclusion. The most important assumption is that poor farmers are more subject to institutional barriers. The concepts of institutional arrangement and ambient, which are used in this paper, have been constructed with the aid of the institutional school and contemplates the economic dimension, the sociology of the organizations and the political science. In the report of the state-led institutional changes, we highlight the work of the researchers of the Brazilian State. The empirical part of this paper refers to an investigation in which many questions had been proposed to farmers benefited and not benefited from the PRONAF B program in thirteen Rio Grande do Norte provinces. In each province many enquires had been made with four of its main mediators. The results of these enquires have confirmed the work's hypothesis, that the conception of public policies do not take into consideration the role of the institutions in the behavior and in the choices of the individual and collective agents. So it can be concluded that this policy, as so many other ones, is lacking in mediations that go beyond the rationality of the legal marks.

Keywords: Institutions. Public policies. Familiar agriculture. PRONAF B.

¹ Este texto é um resumo da tese de doutorado do autor, em ciências sociais, cujo título é *Ambiente institucional no crédito rural: avanços e retrocessos*.

DECISÕES COLETIVAS EM AMBIENTE DE INCERTEZA

A tomada de decisões, em contextos de países onde os direitos substantivos são negados e o acesso aos benefícios do avanço tecnológico é uma miragem para a maior parte da população, exige que os esforços se centrem nas características de sua sociedade, com pautas que levem em conta a sua história, as diversas intervenções a que foi submetida, as trajetórias de subordinação de que faz parte essa população reprimida, dentre outros aspectos (SEN, 2000).

Isso não apenas implicará a concepção de políticas diferenciadas, porque dirigidas para demandas cuja natureza e tempo exigirão soluções próprias, mas se plasmará em condições de negociação e em modelos mentais muito diferenciados. Num ambiente institucional tão diversificado, onde as preferências e as escolhas políticas se submetem à genealogia dos indivíduos, também não pode ser olvidada a complexidade das relações e, por consequência, os institutos que dão “estabilidade” a essa sociedade complexa. Essas estruturas – as instituições, que conformam as relações interpessoais, constituídas de regras formais e informais e de rotinas, são determinantes para as escolhas dos indivíduos e grupos.

Mas, que são instituições? As instituições determinam a alocação de recursos? O Estado e os grupos dominantes condicionam os hábitos e as normas de conduta dos grupos sociais? Essas e outras indagações poderiam ser feitas a respeito desse fenômeno e muitas respostas poderiam advir, como vem acontecendo, na medida do interesse dos pesquisadores de diversas áreas. A falta de uma linguagem comum e a ausência de interlocuções mais frequentes têm criado obstáculos para a evolução da teoria institucional e contribuído para certo isolamento dos pesquisadores. Além disso, sua natureza interdisciplinar, num ambiente em que se privilegia a departamentalização do conhecimento, vem contribuindo também para que os resultados da investigação sejam limitados. Apesar disso, e talvez por conta disso, é que o insti-

tucionalismo tem despertado a atenção de cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e, com bastante interesse nas últimas décadas, dos economistas.

Em sua versão econômica, segundo Call e Carlos (2004), o institucionalismo opera através de uma visão dinâmica, pragmática, não-individualista e não-mecanicista. Tem como princípio o fato de que as regularidades econômicas se devem ao papel das estruturas de organização política e social. Os institucionalistas, em confronto com a doutrina neoclássica, afirmam que não é a racionalidade, mas são as formas de pensar e os costumes que movem o comportamento econômico. Defendem a interdisciplinaridade para o entendimento dos processos econômicos.

É importante registrar que o institucionalismo ficou fora do foco das ciências sociais por quase quarenta anos, retornando através de Coase (1960), quando, ainda graduando em Economia, em 1932, escreveu a *Natureza da firma*, privilegiando principalmente uma temática no plano das microinstituições e tendo como foco a alocação dos recursos *versus* custos de transação².

North (1990), para quem as instituições seriam “as regras do jogo de uma sociedade”, amplia esse foco para a compreensão do aspecto histórico do fenômeno do desenvolvimento, refletindo sobre o Estado e estendendo a dimensão institucional no plano das regras informais, embora ainda preso à maximização das utilidades e a satisfação do interesse próprio, aspectos caros à economia neoclássica.

2 Desenvolvidos por Coase (1960), nas décadas de 20 e 30 do século passado, as quais de certa forma revolucionaram a teoria dos custos, concebida atualmente como um esforço para superar as fragilidades da teoria neoclássica, para a qual as instituições são parâmetros exógenos. Williamson (1979) iniciou seus trabalhos em economia institucional com a categoria de custos de transação, para ele tido como fricções inevitáveis do processo econômico. Os custos de transação seriam maiores na medida em que fossem menores os níveis de “institucionalização” da sociedade. Ampliando a idéia de custos de transação, North (1990) observa que, considerando um determinado desempenho institucional, uma sociedade teria desempenho tão mais eficiente quanto menor fosse o custo de transação. As sociedades do terceiro mundo teriam seu atraso explicado pela institucionalização inadequada e conseqüentes custos muito altos de transação.

A discussão do papel do Estado na teoria institucional sempre se deu marginalmente, em parte porque, ao centrar-se na otimização da escolha por parte dos indivíduos, perdeu de vista a natureza do que a ação dessa entidade pode representar para o comportamento das pessoas. Outra razão plausível decorre da própria visão economicista de que fenômenos políticos, como são os que determinam a intervenção do Estado, devem ser tratados pela ciência política. Seriam “externalidades” que nenhum papel desempenham nas escolhas econômicas, portanto variáveis exógenas aos modelos construídos.

O entendimento, neste caso, é que, ao vincular-se o Estado com a conduta dos grupos sociais, dessas atuações coletivas emergem marcos regulatórios e ajustes que se reproduzem historicamente em comportamentos e convenções, que podem resultar tanto na cooperação e reciprocidade como na resistência a estímulos contra o isolamento. Por outro lado, o Estado recebe influência da sociedade, na medida em que a sociedade organizada molda a política e esta determina a correlação de forças que age sobre as atuações do Estado.

Isso compreende uma visão alternativa das instituições, o que se contrapõe também à “nova economia institucional”, na qual são aceitos alguns referenciais caros à economia neoclássica, tais como a ênfase no interesse próprio e no comportamento racional, mesmo que limitado. No caso da nova economia institucional, o papel das instituições está dirigido para a construção de arranjos que possam reduzir os custos de transação e influir no comportamento subsequente.

A “economia institucional”, rótulo sugerido recentemente por Hodgson (2000a) como uma concepção alternativa ao neoinstitucionalismo, substitui a idéia de “mão invisível” por um complexo de instituições em permanente mudança, em cujo formato o Estado e a sociedade são determinantes.

Nesse caso, as instituições não se constituiriam apenas em constrangimentos, como supõem os economistas neoinstitucionalistas, mas também em forças impulsionadoras na realização de vocações

e de oportunidades. Conforme enfatiza Hodgson (2000c), os referenciais cognitivos seriam os hábitos e costumes, em lugar do intelecto e das sensações.

O pressuposto teórico deste estudo é que existe um ambiente institucional, moldado à luz dos marcos legais impostos à sociedade e das reações dos indivíduos e grupos sociais a essas intervenções, no contexto de seus interesses, de suas normas e convenções, de sua cultura, dos limites a que estão submetidos e das mediações que são feitas pelos arranjos que lhes dão suporte. O sucesso ou a frustração dessas ingerências reflete não apenas a racionalidade das leis e dos organismos concebidos para esses fins como também o interesse de cooperar ou de resistir, por parte desses grupos.

Nesse sentido é que Putnam (1996) trata a constatação da existência de ciclos viciosos no desenvolvimento das sociedades como o reconhecimento da debilidade das instituições prevalentes e do impacto destas sobre a sustentabilidade das organizações sociais. Estas, mesmo sendo de fundamento democrático, não impedem as assimetrias que excluem em definitivo os grupos que não conseguiram impor suas necessidades nas agendas políticas.

É impossível, no entanto, dar tratamento a elementos dessa natureza, sem que marcos legais possam induzir novas experiências nos indivíduos, reproduzindo mudanças de categorias, de classificações e de construções mentais, ordenadas de forma que os agentes possam refletir sobre seu papel na história. Uma nova visão do Estado, mais ampliada que as tradicionais, é o que sugere a retomada de sua discussão, a partir de estudos como o de Skocpol (1985).

A hipótese mais relevante deste trabalho é que a falta do sucesso previsto nessa empreitada para promover um apoio mais eficaz aos grupos excluídos do campo decorre de um distanciamento entre os propósitos contidos nos marcos legais que apóiam as intervenções e o ambiente institucional onde elas se efetivam, mais adequado ao produtivismo e com pouca sensibilidade para perceber a natureza complexa das demandas existentes.

DIMENSÕES DA INSTITUCIONALIDADE

O fulcro do entendimento desta pesquisa está fincado na compreensão de dois conceitos – arranjo institucional e ambiente institucional – numa tentativa de ampliação teórica da dimensão microssocial, como é trabalhada na “nova economia institucional”, em Williamson (1989), em que tem sido usado num limite muito próximo à teoria da firma. Além disso, também é propósito desta construção aprofundar o que genericamente vem sendo denominado de “ambiente institucional” nas ciências sociais, numa dimensão que incorpore outras disciplinas, particularmente a economia, a ciência política e a sociologia das organizações, mais próximas da idéia.

Nessa acepção, os marcos legais (formais) deixam de representar apenas apetrechos judiciais, para darem significado também ao mundo concreto das organizações e das políticas públicas. As regras informais compreenderiam os acordos, os códigos de conduta, as crenças, a cultura. No entanto o mais importante é a compreensão das instituições (formais e informais) com um propósito mais amplo que o de constrangimento social, de forma que possam ter também o fito de fazer refletir, de estimular, de fazer ascender, de criar oportunidades, de potencializar políticas públicas e de estimular a reciprocidade.

Também é fundamental, na compreensão do ambiente institucional, a interatividade das instituições, indivíduos e grupos sociais, reproduzindo novos grupos e organismos, modificando normas de conduta, adequando mecanismos de intervenção, seja numa compreensão *top down* de “causação descendente” conforme Hodgson (2000b, 2001), seja no sentido *down size* – qual a expectativa da mobilização ou da ação de representações corporativas. É importante tentar elucidar as tensões entre as regras formais modificadas e a persistência de limitações informais, cujas implicações são importantes para se compreender como variam a economia e a política e como os diferentes agentes sociais respondem aos estímulos de mudança.

De princípio, a efetivação das intervenções em determinada realidade social requer o apoio de instrumentos orientados para fins, seja no que se refere ao aparato legal (constituição, leis, decretos, portarias, regulamentos, ajustamentos formais de conduta, etc.), indispensável ao controle das ações, como também os organismos públicos, parcerias privadas e mediadores em geral, com seus *scripts* e desempenho assegurado na implementação das ações. Esse conjunto de regras e organismos deve ser denominado de “arranjo institucional”.

Ocorre que esses instrumentos, como composição de suporte às políticas públicas, com papéis e objetivos definidos, terão que interagir com mais mediações que as diferentes articulações no interior dos marcos legais, formais, concretos. Essas mediações são as limitações informais, decorrentes da cultura dos grupos sociais e das informações transmitidas socialmente (códigos de conduta, comportamentos, crenças, convenções). As tensões resultantes dessas interações entre os marcos legais e as limitações institucionais engendrarão novas atitudes e tomadas de decisão, como resultado das construções mentais reordenadas na mente dos indivíduos e socializadas no coletivo. O ambiente institucional é o espaço construído através desses processos relacionais.

As novas estruturas decorrentes desse processo poderão facilitar a cooperação ou estimular a deserção, a resistência a mudanças, dependendo da sua compreensão na correlação de forças que prevalecerá entre os principais agentes e instituições. O desempenho das intervenções será resultado da eficiência da mudança institucional e da efetividade das instituições, reduzindo o ambiente de incerteza existente, de forma que possam ser empreendidas iniciativas incentivadoras da inclusão.

A compreensão de “ambiente institucional” neste trabalho de pesquisa deve conter, pelo menos, alguns aspectos relevantes, a saber:

- Existe uma relação dialética entre os indivíduos e as instituições. O indivíduo é livre diante destas, mas ao mesmo tem-

po se vê controlado, condicionado por sua existência.

- Existe uma relação forte (*top down*), determinante, entre os marcos legais que são produzidos por governos (constituição, leis, políticas públicas, atuação de organismos) e o comportamento de indivíduos e grupos.
- O hábito de cooperar com mudanças ou de resistir a elas depende do resultado das experiências dos indivíduos e grupos com respeito às intervenções realizadas historicamente.
- O comportamento dos agentes mediadores de intervenção não é reflexo apenas do *script* dos organismos, mas um *mix* entre os objetivos, a experiência acumulada de seus agentes na relação com as entidades que representam e o resultado da interação com o meio, com seus códigos de conduta, suas crenças, sua cultura, suas limitações físicas.
- As instituições não agem apenas no sentido de constranger para reduzir custos de transação econômicos e políticos, mas também para criar, realizar oportunidades e promover direitos substantivos.
- Existe uma relação de poder e dominação que orienta a compreensão dos atores sociais, de forma que as escolhas feitas são o resultado dos conflitos e das tensões entre mudanças das instituições, “construções mentais” cristalizadas no interior dos indivíduos e grupos. Como afirmam Elias e Scotson (2000), esses diferenciais de poder não são afetos apenas à posse monopolista de bens, mas aos graus de organização das pessoas implicadas, do que são exemplos as diferenças de coesão interna e de controle comunitário.
- Num sistema democrático, os mecanismos estabilizadores (instituições) das relações assimétricas de acesso aos direitos só se modi-

ficam de forma lenta e gradual, através de regras de negociação.

- Os problemas locais não ocorrem num vácuo sociológico, são inseparáveis dos problemas de uma escala maior – de uma região, de um país.
- A políticas públicas para se efetivarem necessitam de legitimação, de serem submetidas ao “controle social”³.

Dentro dessa assertiva, ambiente institucional seria o espaço relacional⁴ construído por representações de um conjunto de organismos, regras, convenções, costumes e valores, que, dependendo da compreensão e do consenso dos atores, poderá resultar na prática de reciprocidade ou na deserção. Em se tratando de políticas públicas, as tensões entre a intervenção estatal, as demandas locais e as “construções mentais” prevaletentes condicionam os resultados.

O AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA O PRONAF B⁵

Todo esforço empreendido para a modernização da agricultura, apesar dos resultados econômicos, não alterou a situação de pobreza da maioria da população rural brasileira. A política de crédito rural – carro-chefe da transformação tecnológica do campo – frustrou a expectativa de desenvolvimento rural sustentado, menos por deficiência das normas do SNCR⁶ que pelas regras formais e informais que

3 No sentido de Berger e Luckmann (1985), mais próximo do reconhecimento da existência de tais políticas, que da idéia de controle parcial ou total de seu desempenho.

4 Próximo da idéia de campo relacional, em Bourdieu (1996), segundo o qual os conflitos se dão entre os diversos grupos, com posições de classe, a partir da posse de diferentes tipos de capital (econômico, simbólico e cultural) e de como as diferentes distribuições desses capitais findam estruturando a desigualdade social.

5 Linha de crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que contempla os agricultores mais pobres, com renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00 (MCR- 10-2), Resolução 3.206, 24/06/2004.

6 Sistema Nacional de Crédito Rural.

regem as relações do sistema financeiro em geral e deste com os demais mediadores do arranjo institucional que dá apoio a essa política pública (SAYAD, 1984).

Desde os últimos anos da década de 90, principalmente, como resultado da atuação de organismos de representação desses excluídos e da ação de movimentos internacionais, as agendas de governo têm privilegiado a concepção de políticas públicas voltadas à correção das desigualdades. Assim tem ocorrido com o PRONAF, cuja concepção inicial, com as mudanças que se fizeram posteriormente, aponta nessa direção.

No entanto o sucesso do PRONAF B, e particularmente a ampliação do quadro de beneficiários observada nos últimos dois anos (2003-2004), não sanou óbices importantes, principalmente aqueles cuja solução possibilitaria no futuro uma vida autônoma para os agricultores mais pobres, que os tornassem menos dependentes desse tipo de ação pública.

Nessa assertiva é que Abramovay (2001) reforçou a necessidade de compreender o mercado de crédito e a dificuldade de acesso dos agricultores, indo além da assimetria de informação. Sugere o autor que sejam estudados os diferentes sujeitos sociais que constituem esses mercados e o ambiente institucional em que estão imersos.

O ambiente institucional forjado contém obstáculos muito importantes para que ocorra uma mudança substancial na vida dos agricultores mais pobres. Da parte desses grupos, servem de exemplo, pelo menos: as condições sócio-educacionais – muitas vezes beirando uma “subcidadania” – o controle precário sobre as áreas de cultivo, a desconfiança e a falta de maiores informações quanto à natureza dessa política e o desconhecimento de como se constroem relações de reciprocidade com os agentes financeiros. Além disso, a resistência a empreender ações que potencializem seus esforços sob qualquer forma de cooperação recíproca também contribui para agravar esse quadro de dificuldades e cristaliza

uma trajetória de isolamento e de dependência desse grupo social.

De modo geral, os agentes mediadores que apóiam essa intervenção – mesmo respeitando-se esforços realizados – se revelam carentes de condições técnicas e de infra-estrutura adequada ao trabalho, depreciam, muitas vezes, a real potencialidade dessa nova clientela de crédito – o que também contribui para uma baixa eficiência de suas ações – não privilegiam esforços integrados, desenvolvem atividades paralelas, são pouco criativos e possuem diferentes percepções do caráter dessas intervenções.

Esta pesquisa demonstrou que o arranjo institucional que dá apoio ao PRONAF B, paradoxalmente, mesmo sendo importante na implementação desse programa, apresenta relevantes empecilhos para a ampliação de sua base social, tal como afirma Abramovay (2002a, 2002b). Os números apresentados caracterizam bem os agricultores beneficiados e os não-beneficiados, suas atitudes frente às regras do programa e suas percepções a respeito dos mediadores diretamente envolvidos com seu cotidiano de interesses. Por outro lado, as entrevistas com os parceiros denunciam muitos “ruídos” nessa mediação, que reforçam as dificuldades para um salto qualitativo da inserção dos agricultores e pescadores pobres.

A insuficiência de infra-estrutura nos escritórios locais dos organismos de assistência técnica não condiz com a geração efetiva de recursos financeiros para o órgão, originados da cobrança de uma taxa de assistência técnica. Quando das entrevistas foram feitas algumas estimativas desses valores pelo entrevistador juntamente com os técnicos, revelando-se que essas deficiências não se justificavam e que sua permanência estaria ocasionando uma excessiva dependência para com a prefeitura local, fato que não pode ser confundido com uma suposta parceria.

O baixo nível de inadimplência nas operações de crédito se dá mais por restrições informais a que estão submetidos os agricultores familiares que por respeito à formalidade dos contratos – em muitos casos, celebrados sem a devida compreensão de seus

signatários. A realização do compromisso, em vez de advir dos benefícios derivados dessa troca entre o beneficiário e o agente financeiro, estava mais afeta a outros aspectos peculiares dessa relação: à consciência da obrigação de cumprir, ao desejo de não sofrer restrições e de evitar prejuízo para outras pessoas mais próximas. Isso ocorria mesmo nas ocasiões em que o agricultor era injustamente penalizado, por não compreender e não atender à lógica dos prazos de pagamento constantes dos contratos de operações de crédito.

Um aspecto marcante da pesquisa está relacionado com a resistência desse grupo ao associativismo, mormente quando posto em confronto com as exigências de mobilização, que é uma característica do PRONAF. Transparecem nesse caso, uma certa desconfiança e um distanciamento das relações de associativismo fora da família ampliada e a pouca importância que os agentes mediadores dão a essa prática e às possibilidades destas se efetivarem nos hábitos das famílias rurais.

As experiências de associativismo mais comuns no PRONAF estão relacionadas com a criação de pequenos grupos, por exigência do agente financeiro no ato de contratação do financiamento, no que têm contribuído os demais parceiros. Outra experiência, menos comum, está relacionada com o surgimento de associações comunitárias rurais, motivadas por demandas pontuais de interesse mais geral, passíveis de atendimento através de outras políticas públicas. Nesses casos, tem sido importante a participação de ONGs operando no local.

Essa indisposição para a cooperação e a reciprocidade, consubstanciada numa associação formal ou informal, tem seu reforço no próprio transcurso da atuação dos parceiros de PRONAF. Uma evidência disso é a maneira como vem sendo posta em prática a assistência técnica, com uma ação voltada para o atendimento individual, em detrimento do coletivo, o que é um legado da modernização conservadora, em que as visitas do técnico se realizavam nos moldes da agricultura “no nível de empresa rural”. É significativa nesse aspecto, a ausência de uma me-

todologia de extensão voltada para ações coletivas, num momento em que se amplia o espaço de atendimento e em que prevalece um tipo de clientela para o qual o atendimento individualizado é impraticável e impróprio à solução das demandas.

De fato, os parceiros que apóiam essa política pública, quando não dão o devido crédito para a construção de novas institucionalidades, que privilegiem o esforço comum e a engenhosidade, negam a possibilidade mais efetiva de mudança de vida dessas populações pobres e reforçam o ambiente de descrédito e de frustração diante de iniciativas dessa natureza.

Na presença dessas condições, o ambiente institucional reproduz a falta de civismo em que apenas prevalecem interesses pessoais – inadequados –, em detrimento dos grupos, como foi estudado por Putnam (1996) quando pesquisava na Itália as razões que moviam os indivíduos que demandavam organismos públicos em diferentes regiões daquele país.

A transmissão de informações relativas ao PRONAF B junto ao público-alvo e a outras políticas públicas às quais se adita para efetivar mudanças tem sido mais um óbice para a adesão dos beneficiários. Nesse sentido, as informações, em muitas ocasiões, criam, nos grupos de beneficiários, expectativas negativas em dois extremos: um receio de comprometer-se com ação pública e o que é mais grave – a percepção de que estão frente a uma política assistencialista.

São também significativos os limites de transmissão de informação quando esta se faz a partir de instâncias centrais de governo e veiculadas na grande imprensa, principalmente em rádios e televisão. De fato, como não é explicitado o tempo em que as coisas de fato podem se materializar, as notícias se chocam diretamente com o que efetivamente acontece no momento em que um interessado procura ter acesso a determinada ação pública. Nesse particular, os organismos de mediação, resistentes a mudanças e necessitando de um determinado tempo para se adequarem, não conseguem dar seqüência ao que é demandado. Isso para não falar de outros entraves

institucionais não observados quando da concepção das políticas.

Existe uma aparente falta de sentido quanto ao grau de confiança do agricultor nos organismos de apoio – entre as opções de escolha e as razões do agricultor para fazê-las – revelando níveis de racionalidade limitada. Dessa racionalidade, pontifica, como causa, sobretudo, a transferência parcial de informações por parte do próprio arranjo. De fato, por exemplo, alguns agentes negligenciam informações quanto às etapas que devem percorrer os pretendentes ao crédito, enquanto outros incorrem em erros semelhantes por não esclarecerem convenientemente o pretendente sobre os compromissos que assume ao optar pelo crédito.

Por outro lado, a intervenção dos atores de mediação nessas demandas, condicionando seu apoio a propostas que contemplem apenas determinadas atividades, limita as oportunidades de realização desses grupos para desenvolverem suas aptidões com criatividade e autonomia. A insistência em privilegiar atividades que não abrem oportunidades mínimas de crescimento na renda familiar, como a aquisição de animal de grande porte, é um exemplo concreto desse procedimento. Talvez pudesse constituir-se em exceção, nesses casos, a compra de boi de serviço, na perspectiva de que o agricultor pobre auferisse renda adicional com o trabalho do animal em outras glebas. Mesmo assim, as propostas de crédito necessitariam, para sua aprovação, de uma permanente avaliação, por parte do banco, da demanda local para esses serviços. Essa prestação de serviços, além de localizada e sazonal, depende de condições climáticas e da infra-estrutura existente em máquinas de propriedade privada e pública. Esta última, muitas vezes com oferta abundante em períodos eleitorais, inviabiliza por completo a sobrevivência da prestação desses pequenos serviços privados.

Isso vem reforçar a importância da mudança de percepção dos agricultores quanto ao caráter mercantil do resultado de seu esforço, para que possam compreender a necessidade de utilizar parte dessa força do trabalho familiar na direção de novas oportu-

nidades de ganho, menos sujeitas aos ditames da natureza e à concorrência de outros interesses locais. Nesse particular, os mediadores podem dar contribuição decisiva, na medida em que estejam abertos também para apoiar a realização de outras vocações desses grupos além de seu traço mais comum.

Se já não fossem suficientes os obstáculos desse tipo de ação estatal relativos às limitações dos próprios organismos de apoio, resultando na concessão de crédito inadequado e na prestação de assistência técnica insatisfatória, existe uma incompatibilidade entre as exigências para inserção e a real situação dos usuários, para cuja solução o Estado não tem empreendido o esforço necessário.

Como se pode depreender, a expectativa dessa política de crédito seria criar vínculos entre os agricultores e o mercado a partir da articulação com o agente financeiro e daí estabelecer um certo ciclo virtuoso na trajetória dessas famílias mais pobres. Se mantidas as percepções e a forma de atuação dos agentes mediadores, principalmente quanto à natureza dos usuários, a finalidade dos créditos e a sua aplicação, a possibilidade de sucesso estará reservada apenas a uma parte menor dos atuais beneficiários, como foi reconhecido nas entrevistas.

O Estado, ao criar grupos de beneficiários em ordem ascendente de renda, teve a intenção de que a passagem de um grupo para outro se desse a partir da regularidade da relação com o agente financeiro. Esse propósito pode estar comprometido porque os riscos do agente financeiro aumentam na proporção direta dos limites de financiamento, o que demanda, por parte do banco, mais exigência de garantias. Essas exigências vão de encontro aos limites institucionais a que estão submetidos os agricultores mais pobres, particularmente relativos à precariedade de controle dos meios de produção. Nesse particular, a indefinição desses direitos de propriedade é determinante, tanto em relação à propensão do mutuário a investir – inibindo a realização do capital – quanto em relação à redução dos riscos do agente financeiro. Mantida a situação atual, se o crescimento da renda familiar que ensejou a mudança de grupo não

tiver possibilitado a compra de ativos, como a terra, as exigências bancárias poderão impossibilitar essa mudança.

O PRONAF B, aliando o limite do crédito e o prazo curto de amortização com a prioridade de ser crédito agrícola, praticamente inviabiliza negócios fora do meio rural que poderiam responder de maneira mais eficiente aos esforços dos grupos de demandantes dessa política pública.

Não é desprezível a limitação que representa na estratégia de sobrevivência das famílias rurais a concepção dos organismos que apóiam a política de crédito quanto ao significado de atividade rural, tema que ainda não é discutido convenientemente, nem, conseqüentemente, tratado com mais propriedade nos instrumentos de crédito. Afinal, as pesquisas do Projeto Rurbano têm confirmado, e seu coordenador, Silva (1998, 2002), tem enfatizado, que o rural é maior que o agrícola. Nesse sentido, os limites normativos do agente financeiro, sua dependência frente às instâncias de controle e a percepção dos demais agentes de mediação estão pondo em risco a realização de oportunidades e de avanço numa realidade difusa como se apresenta atualmente o meio rural.

Não resta dúvida de que um dos obstáculos intransponíveis para a ascensão das famílias rurais, no que diz respeito ao limite institucional, tem sido a falta de uma definição dos direitos de propriedade no campo que elimine a precariedade sobre o controle da terra, possibilite-lhes segurança para dispor do resultado de seu trabalho e lhes conceda a autonomia necessária para tomarem decisões. Nesse sentido, além do acesso à terra, as famílias carecem de meios mais simplificados para assegurarem seus direitos de uso.

Por força de uma dicotomia entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, o encaminhamento das demandas dos dois grupos sociais para a agenda pública resultou na formatação de diferentes arranjos institucionais. A tentativa de separar politicamente as posições fez com que esses dois arranjos fossem liderados através de dois ministérios: Minis-

tério do Desenvolvimento Agrário – agricultura familiar – e Ministério da Agricultura – agricultura patronal. Com essa providência, o Estado tem secundarizado as demandas da agricultura familiar, na proporção em que relevantes estruturas de apoio continuam vinculadas a este último organismo. Os exemplos mais evidentes são a assistência técnica, o cooperativismo, o sistema de abastecimento e as ações de controle sanitário.

Desse modo, se já não bastassem os problemas institucionais para uma integração de políticas mais gerais que fortaleçam a condição das famílias rurais do Grupo B na direção de seu acesso ao crédito e da potencialização deste, o ruído se estende também para as necessidades mais imediatas ao sucesso das operações de crédito, que são os serviços agrícolas estatais, visto que a condição socioeconômica desse grupo não permite o pagamento de serviços privados.

A concepção da carreira de agente de desenvolvimento pelo BNB⁷ – ator relevante para a ampliação da inserção dos agricultores mais pobres – além do contexto político em que foi criada essa carreira e das mudanças que ora se verificam no papel do agente de desenvolvimento e no seu espaço de atuação, têm posto à prova os *scripts* forjados no transcorrer de atuação do BNB frente às novas realidades do rural.

Deduz-se das últimas entrevistas, realizadas com os dirigentes e ex-dirigentes do BNB, que, mesmo tendo eles obtido um discutível sucesso interno por harmonizar procedimentos e diretrizes, os demais parceiros do arranjo (ainda que estejam submetidos à força de uma “coerção construtiva”) possuem seus próprios *scripts* e estão “gravitacionados” por outros jogos, nos quais o banco é apenas mais um coadjuvante. Isso para não falar dos sujeitos diretos dessa ação pública, os agricultores e pescadores – com suas próprias normas de conduta, seus hábitos e cultura – submetidos a critérios de escolha

7 Banco do Nordeste do Brasil.

singulares baseados em uma trajetória que lhes foi imposta historicamente.

Pode-se inferir com clareza que a convergência entre as percepções dos dirigentes do banco inquiridos está justamente na convicção de que as construções coletivas podem se realizar apenas com base em ações estratégicas concebidas na burocracia. A essa racionalidade de meios com relação aos fins, bem weberiana, esses atores poderiam, como contraponto também weberiano, acrescentar em sua realidade a liberdade política, o que resultaria numa maior compreensão das ações individuais e da apreensão dos significados e valores que estão dando sentido a tais ações.

Num extremo, tomando em conta as palavras dos ex-dirigentes do banco, fica claro que esse órgão estaria mais focado nos interesses de seu corpo interno e teria criado as estruturas para atendimento desses interesses, em detrimento da demanda da parcela da sociedade para a qual os objetivos foram concebidos. Isso numa clara alusão à apropriação das metas de organismos através de grupos, aos quais faz referência Seltznick (1949), em estudo seminal sobre o TVA, nos EUA (apud SCOTT, 1987).

Outro aspecto institucional relevante diz respeito à criação do Banco do Nordeste e do BNDE, no ano de 1952. Mesmo que a decisão política da época possa não estar na ordem de importância que faz ver o ex-presidente, o entendimento do pesquisado (ex-presidente do banco) quanto aos aspectos que nortearam a fundação desses dois organismos tem seu suporte teórico nos estudos das relações de clientelismo político do Nordeste com o poder central, tratadas por Leal (1997) (apud BURSZTYN, 1990). Tais relações foram construídas historicamente e consubstanciadas através dos pactos oligárquicos, estudados por Fiori (1995).

Por fim, em se tratando do objeto de estudo desta tese, há uma questão de fundo: a discussão quanto ao espaço de inserção da agricultura familiar, particularmente do grupo de famílias mais pobres, como vem sendo tentado com essa linha de crédito rural – PRONAF B. As mudanças de regras que

facilitam a inserção das famílias rurais mais pobres têm ocasionado diferentes formas de resistência e remete às reflexões de Elias e Scotson (2000) quanto ao receio de grupos estabelecidos frente à ameaça que pode representar qualquer possibilidade de ascensão dos não-estabelecidos – os *outsiders*.

O preconceito contra aqueles que estão à margem e a estigmatização por meio de atributos depreciativos acusam a superioridade social dos que já se estabeleceram, como faz ver Elias e Scotson em suas pesquisas (2000). De fato, alguns depoimentos dos agentes entrevistados denunciam essa preocupação dos agricultores de maior porte em desqualificar o esforço estatal para ampliar essa base social, mormente quanto a uma presumível incapacidade dos beneficiários do PRONAF B para dar uma resposta adequada. Além disso, parece importante a colaboração dos próprios mediadores da política de crédito para tornar naturais esses estigmas, na medida em que reproduzem também esses argumentos e expõem o descrédito de soluções alternativas em relação às que foram sucesso na revolução verde.

Tudo isso vem confirmar a hipótese central deste trabalho, de que a dificuldade para ampliar a base social do PRONAF tem seu fundamento no ambiente institucional prevaemente, impregnado de velhas convicções, que impedem a assimilação das transformações ocorridas na estratégia de sobrevivência das populações excluídas.

Estas conclusões sugerem que mesmo mudanças estruturais não acompanhadas da incorporação de direitos substantivos, como a educação, a saúde, a participação, a identificação, etc., poderiam não ter sucesso em seu intento de incorporar em definitivo as famílias rurais pobres nos benefícios do progresso econômico. Enquanto não se verificam possibilidades concretas de uma atuação mais integrada no cenário da ação estatal para o meio rural, poderiam ser realizadas algumas mudanças mais adequadas à realidade de vida desses grupos sociais marginalizados que eliminassem os gargalos de acesso ao crédito.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco *et al.* (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP: EDUSP, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: FRGS, 2002.
- _____. O peso da intermediação bancária no PRONAF. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, p. A 3, 17 abr. 2002.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BURSZTYN, Marcel. *O país das alianças: elites e continuidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CALL, Martinez; CARLOS, Juan. *Instituições econômicas em la economia de mercado, virtudes e inconvenientes*. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/1/inst.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2004.
- COASE, Ronald H. El problema del custo social. *Journal of Law and Economics*, out. 1960.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FIORI, José L. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
- HODGSON, Geoffrey M. Uma economia alternativa para o novo milênio: as teses de Veneza. In: SEMINÁRIO NA FEA/USP, 2000, São Paulo. São Paulo: [s.n.], 2000.
- _____. A evolução da instituição: uma agenda para a pesquisa teórica futura. *Econômica*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 97-125, jun. 2001.
- _____. *The ridden persuaders: institutions and choice in economic theory*. Hertford: University of Hertfordshire (EUA), 2000. Mimeografado.
- HODGSON, Geoffrey M. *Structures and institutions: reflections on Institutionalism, structuration theory and critical realism*. Hertford: University of Hertfordshire (EUA), 2000. Mimeografado.
- NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SAYAD, João. *Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma*. São Paulo: FIPE: Pioneira, 1984.
- SCOTT, Richard W. *The adolescence of institutional theory: international and longitudinal studies*. Stanford: Cornell University, 1987.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- SILVA, José Graziano da. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: CONGRESSO DA SOBER, 35., 1998, Poços de Caldas. Poços de Caldas: SOBER, 1998. p. 117-142.
- _____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicação para as políticas públicas. *Revista da ABRA*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 31-45, jan./abr. 2002.
- SKOCPOL, Theda. *El estado regresa al primer plano: estrategias de analisis en ala investigación actual*. Cambridge (USA): Cambridge University Press, 1985.
- WILLIAMSON, Oliver E. *Las instituciones económicas del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- _____. Transaction cost economics: the governance of contractual relations. *The Journal of Law and Economics*, v. 22, p. 223-261, Oct. 1979.

Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina¹

Mónica Isabel Bendini – Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Pedro Damián Tsakoumagkos – Universidad Nacional del Comahue, Argentina

RESUMEN

En el artículo se parte de los procesos de cambio en la construcción social de lo rural: modernización y globalización para el análisis histórico procesual de una región agrícola exportadora, los valles frutícolas de la cuenca del río Negro. Se cuestiona el alcance de la multifuncionalidad del territorio y se incorpora la dinámica social como categoría interpretativa interconectando el escenario agrario al ámbito rural. Se presentan los sujetos protagónicos: trabajadores, productores familiares y empresas; y se focaliza el artículo en los procesos sociales de cambio que reconstruyen la región.

Palabras-claves: Modernización. Globalización. Valles frutícolas.

ABSTRACT

In this paper we start from the changing processes in the social construction of the rural: modernization and globalization to the analysis of the historical process of an exporting agricultural region, the fruitful valleys along the River Negro's banks. Here we discuss the reach of the multifunctional use of the territory; social dynamic is added to the analysis as an interpretative category that interconnects the agricultural scenery with the rural ambient. The protagonist subjects are presented: workers, familiar producers and companies. The focus of the pa-

per is centered on the social processes of change which are reconstructing the region.

Keywords: Modernization. Globalization. Fruit growing. Agro-industry.

INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas, la región agrícola de la cuenca del río Negro, en el norte de la Patagonia argentina experimenta reestructuraciones a nivel de posicionamiento de actores y en la organización de la agricultura; surgen nuevas configuraciones territoriales que expresan la heterogeneidad de procesos agrarios y de tramas sociales.

Focalizamos nuestro artículo en los procesos de cambio en esta región agroexportadora desde la colonización inicial en el Alto Valle y especialmente en los procesos diferenciales más recientes de concentración y expansión territorial en los valles medios de los ríos Negro y Neuquén e inferior del río Limay en la misma cuenca.

Pasamos revista a la organización social de la agricultura en la región, específicamente a la génesis y desarrollo de la actividad frutícola que la ha definido económica y socialmente.

Los procesos de expansión capitalista y de concentración comercial y actualmente también productiva son fenómenos vinculados a los procesos de globalización e integración en la cadena de valor agrícola. Al considerar la escala regional remiten, sin embargo, al debate acerca de las especificidades locales, discontinuidades y heterogeneidades en la

¹ Este artículo reúne materiales de los proyectos de investigación del Grupo de Estudios Sociales Agrarios, FADEyCS, Universidad Nacional del Comahue: *Globalización, regionalización y reestructuración en el mercado de trabajo frutícola*, CONICET (PIP n. 4265) y *Cambios en la cadena de valor agrícola y reposicionamiento de productores familiares, empresas y trabajadores. El caso del sistema frutícola del norte de la Patagonia*, Agencia Nacional de Promoción Científica y Técnica (PICT n. 04-08-747).

integración (PRITCHARD, 2000; MURMIS; BENDINI, 2003). Aquí se presentan hallazgos y reflexiones acerca del carácter homogéneo/heterogéneo de las tendencias sociales, tecnológicas y territoriales que han venido ocurriendo.

El abordaje conceptual metodológico se enmarca en tres propuestas.

La primera es la perspectiva estructural de globalización en el sistema agroalimentario de fruta fresca. Friedland (2001) identifica al respecto como áreas principales de análisis a los procesos de producción; procesos de trabajo; organización de los productores; producción y aplicación científica; y redes de comercialización y distribución. En la necesidad de replantear este marco teórico-metodológico, el propio Friedland propone tres áreas adicionales de investigación: la escala; la organización sectorial y el papel del Estado; y los elementos culturales en el consumo de los productos.

La segunda es el análisis de los diversos tipos de lazos en la estructuración social, para lo cual Murmis (2003) plantea la necesidad de evaluar la sociabilidad en las redes y organizaciones sociales. Asimismo, en el contexto más amplio de la integración social, se toman en consideración posiciones y comportamientos incluidos en la resistencia a la modernización homogeneizante

La tercera es la categoría interpretativa de la integración en las cadenas de valor agrícola dentro de la cual, Flora y Bendini (2003) destacan una de las formas predominantes que desarrollan las empresas transnacionales para maximizar sus ganancias y garantizar la acumulación de su capital: persiguen el control absoluto dentro de las cadenas de valor y la completa libertad fuera de ellas. De tal manera que los cambios en los sistemas agroalimentarios pueden ser interpretados como una compleja dinámica de controles y resistencias que continuamente se renuevan y se transforman.

Desde este marco, nuestro objetivo es comprender la naturaleza de los procesos de cambio social en una región agroexportadora de más de setenta años de desarrollo.

LOS VALLES FRUTÍCOLAS DE LA CUENCA DEL RÍO NEGRO

La ocupación y organización social de este territorio ha implicado procesos agrarios condicionados por la dinámica de la trama social que reconoce la existencia de actores institucionales, la presencia de actores colectivos y la creación entre unos y otros de las condiciones para que los actores individuales adopten estrategias productivas, comerciales, negocien y renegocien su integración en la cadena (PEREZ YRUELA, 2002).

Los procesos de organización de la agricultura en la región – en tanto están localizados en zonas semiáridas con necesidades de infraestructura de riego y de sistematización de suelos previa a la puesta en producción – fueron y siguen siendo condicionados por la forma diferencial de intervención estatal tanto a nivel de inversiones básicas como a nivel de las orientaciones políticas referidas a los sujetos sociales protagónicos productores familiares y/o empresariales (BENDINI; STEIMBREGER, 2003).

La conformación y evolución de este espacio agrícola no ha dependido solamente de la inversión y de la incorporación tecnológica sino también de las condiciones y características institucionales, históricas y culturales para la modernización y reestructuración, la adopción generalizada o selectiva de cambios técnicos y la modalidad que asume la estructuración social.

La apertura de espacios de colonización y de espacios competitivos está también vinculada con las modalidades diversas de intervención del Estado y con las formas concretas de ocupación y utilización del territorio que combinaron y combinan la intervención directa del Estado y la colonización privada (FLORA; BENDINI, 2003).

Integran esta región dedicada al cultivo de frutas frescas y productos industriales derivados (manzanas, peras, uva y en menor medida, pelones, duraznos, jugos, sidra, etc.), el tradicional Alto Valle y los valles de la cuenca de desarrollo más reciente (valle inferior del río Limay, valles medios de los ríos Negro y Neuquén). Se ubica en las provincias de

Río Negro y Neuquén y conforman un área de unas 135.000ha bajo riego en las que se desarrolló una agroindustria de empaque, conservación y elaboración de productos industrializados, orientada desde su inicio en los años treinta hacia la exportación, principalmente a Brasil y Europa (actualmente de jugos y fruta en fresco absorbiendo un 70-80% del volumen total de exportaciones). Representa además, el grueso del producto agropecuario regional y de la producción nacional de manzanas y peras. Involucra más de 50.000 trabajadores familiares y asalariados, aproximadamente 8.700 unidades agrícolas de tipo familiar y empresarial con distinto grado de integración, empresas agroindustriales, industriales y comerciales.

Estos valles fueron colonizados predominantemente por inmigrantes italianos y españoles que llegaron con posterioridad a la “conquista del desierto” (1875-1879) y a la construcción de la infraestructura de transporte y de riego en el Alto Valle del río Negro. La derrota de los pueblos indígenas y el despojo de sus tierras, dieron lugar a un proceso de apropiación de ese territorio. En sus inicios, tal apropiación adoptó la forma de entrega de parcelas a miembros del ejército. Soldados que trabajaron en el cavado del primer canal de riego llamado actualmente por ello “canal de los milicos” recibieron pequeñas parcelas. Con posterioridad, el grueso de las mejores tierras dio lugar a la constitución de grandes propiedades que en una etapa inicial (hasta el primer cuarto del siglo XX) eran objeto de cultivo de forrajes y uso ganadero mediante formas de “tanterías”. A fines del siglo XIX y principios del XX, el Estado nacional ejecuta las obras de riego y acuerda con la compañía británica Ferrocarril del Sud el tendido del ramal hasta la región. Sin embargo, “extensas porciones del Alto Valle del río Negro tardaron décadas en subdividirse e incluso muchas permanecieron prácticamente incultas aunque el sistema de riego había quedado completado en 1928” (OCKIER, 1996, p. 43). En efecto, compañías colonizadoras nacionales y extranjeras, y especuladores de tierra, llevaron a cabo dicha subdivisión que da

lugar a la conformación de una estructura agraria de pequeñas y medianas propiedades a la que acceden inmigrantes europeos – mayoritariamente italianos y españoles (FLORA; BENDINI, 2003).

Así fue que en esta región de clima semiárido, con el posterior aprovechamiento hídrico, pudo desarrollarse un oasis bajo riego con agricultura intensiva y con alta especialización en el uso del suelo, que contrasta fuertemente con el paisaje desértico circundante de baja densidad demográfica (CAVALCANTI; BENDINI, 2001).

El capital británico, que había ingresado a través de las inversiones en ferrocarriles, se expandió hacia la experimentación, acopio y comercialización de productos agrícolas. Además, esa penetración del capital británico, fue modulando una matriz productiva basada en la producción familiar, unidades capitalizadas con uso de trabajo asalariado estacional. La producción de fruta tenía como destino los mercados de las grandes ciudades, principalmente Buenos Aires, aunque la existencia de exportaciones ha sido una constante.

Con la constitución del complejo agroindustrial frutícola en la década de los ‘60, las exportaciones crecieron en términos absolutos y relativos hasta definir una orientación externa. Se constituyó un mercado de trabajo agrícola y postagrícola, generando una importante movilidad espacial de trabajadores de otras regiones del país y de Chile (RADONICH; STEIMBREGER; OZINO, 1999).

El uso del suelo ha sido altamente especializado, y su producción vinculada a mercados de calidad y al sistema agroalimentario mundial. La organización de la agricultura corresponde al tipo *especializada* no solamente por las características específicas de su territorio (clima, suelo) sino porque se la define por sus productos agrícolas – manzanas y peras – históricamente vinculados a la región (valles del río Negro).

Esta fruticultura ha sido durante las últimas décadas una de las actividades productivas más dinámicas de la Argentina. Se trata de un sector económico que no sólo experimentó una expansión

cuantitativa de la producción, sino también una profundización del proceso de acumulación a través de la integración vertical y de las alianzas entre industrias claves. La matriz económica en la que se opera la modernización tecnológica está condicionada por las características de las innovaciones introducidas que profundizan su selectividad en las últimas dos décadas y modifican de modo desigual la capacidad de apropiación y de acumulación. La búsqueda de una integración flexible que se le asocia aparece como respuesta a la necesidad de adecuarse a las exigencias de un mercado crecientemente competitivo – requerimiento de un producto de calidad, estéticamente homogéneo en forma y color – y a la necesidad de reducir costos de producción (TSAKOUMAGKOS; BENDINI, 2001; BENDINI; TSAKOUMAGKOS, 2002).

Las transformaciones agroindustriales más recientes de esta fruticultura constituyen reestructuraciones productivas y comerciales vinculadas al proceso de globalización experimentado en los distintos sistemas agroalimentarios. Sin embargo, la presencia del capital extranjero desde los inicios de la fruticultura en las zonas tradicionales de la región y la temprana orientación exportadora de productos frescos e industrializados; están indicando que su vinculación internacional no es un fenómeno nuevo.

ESTRUCTURA SOCIAL AGRARIA

Desde el punto de vista de la organización social del trabajo, la matriz original se basaba en la presencia de trabajadores familiares con empleo de mano de obra asalariada, principalmente estacional, proveniente de Chile. Posteriormente, al consolidarse el complejo agroindustrial y fortalecerse las tendencias expansivas de la actividad, se produce un incremento de la demanda de mano de obra permanente y se diversifica y amplía la movilidad espacial de la mano de obra estacional. También en esta etapa, se profundiza la diferenciación de los asalariados en trabajadores rurales y, por otra parte, en operarios de galpones, frigoríficos e industrias de jugos y

deshidratado, cuya expresión son las diferentes organizaciones gremiales con dinámicas propias y distintos niveles de negociación.

En la actualidad, la estructura social se compone de diversos tipos de productores familiares llamados “chacareros”, trabajadores asalariados permanentes y transitorios, y empresarios con distintos niveles de integración llamados “fruticultores”. En zonas de expansión reciente de esta fruticultura, la importancia que ha tomado el origen extra-agrario de algunos sujetos de esta rama, hace necesario diferenciar entre fruticultores tradicionales con historia frutícola y fruticultores inversores cuyo origen es extra-agrario. A las empresas agroindustriales dedicadas al empaque-frío, hay que agregar las empresas de productos industrializados (jugos, sidra, etc.). Clasificaciones posibles de estas empresas, son aquellas que discriminan, por un lado, entre empresas parcialmente integradas, totalmente integradas, megaempresas – con integración máxima y fuerte control interno en la cadena –; y por el otro, entre locales, locales transnacionalizadas y transnacionales, vía fusiones, adquisiciones o asociaciones internacionales.

Los sectores sociales articulados al comercio internacional se constituyen en el elemento dinamizador del proceso de expansión, son los productores integrados, ya denominados fruticultores. Más allá del grado de diferenciación preexistente, al cristalizarse y expandirse el modelo productivo, se desarrollan nuevos procesos de diferenciación social en el sentido de desaparición y descomposición de sujetos sociales y surgimiento de nuevos. En la estructura agraria regional, el sujeto social histórico es el chacarero – productor familiar – que inicialmente facilitó el desarrollo de la fruticultura pero, a medida que el proceso de modernización avanza, se encuentra limitado en sus opciones de expansión.

La modernización productiva y la profundización de la integración provoca la subordinación diferencial de los productores familiares no integrados a la etapa industrial. Si bien en el período de expansión general de la actividad, los pequeños pro-

ductores se capitalizaron y modernizaron, el ritmo de acumulación no fue suficiente como para permitir un generalizado salto cualitativo de chacareros a fruticultores, disminuyendo las posibilidades de incorporarse competitivamente al proceso de expansión capitalista y en crisis permanente que sortean coyunturalmente a través de distintas estrategias – arriendo, venta de fruta de descarte a industria, diversificación con agricultura de contrato, toma de créditos, venta directa en ferias.

Las empresas integradas incrementan el porcentaje de producción propia, debilitando el poder de negociación de los chacareros quienes se ven obligados a comercializar sus cosechas en forma individual y aislada en un mercado de primera venta oligopsónico obteniendo precios residuales y efectivizados a través de formas de pago desventajosas. A su vez, los requerimientos de calidad del mercado externo impactan en la fruta comprada a terceros, ya que se seleccionan los mejores oferentes convirtiéndose en factor diferenciador entre los productores primarios. Al elevarse los requisitos de calidad, aquellos productores que por insuficiente acumulación de capital no acompañan este requerimiento inician un proceso de erosión cuyos indicadores actuales son: falta de rentabilidad, notable retraso tecnológico y acentuado proceso de descapitalización. En síntesis, a medida que aumentan los niveles de concentración también se incrementa la diferenciación social a nivel empresario, aunque no sin resistencias de las organizaciones gremiales y movimientos sociales de productores familiares – cámaras locales, federación de productores, mujeres en lucha, consorcios de riego – ante el riesgo de desaparición como productores.

El sector de los productores familiares en esta actividad ha sido estimado en un número aproximado a los 6.000 en la zona tradicional y algo más de 1.000 en las zonas nuevas, de los cuales, tres cuartas partes son del tipo productor independiente y una cuarta parte presentan diversos grados de integración – vinculados con empaque individual, integrados, socios de grandes empresas. La proporción

media regional del trabajo familiar en el trabajo permanente es del setenta por ciento. Se observa una heterogeneidad por zonas ya que en las nuevas áreas de expansión de la actividad, el trabajo familiar apenas supera el veinticinco por ciento del personal permanente y es en estas zonas donde aumenta considerablemente la relación personal temporario/permanente – 1,52 frente al promedio regional de 0,80 (BENDINI et al., 2000).

De acuerdo a lo que evidencian las expresiones gremiales y las estrategias del conjunto de los productores, es posible diferenciar básicamente como hemos ya señalado, dos tipos de sujetos sociales protagónicos: los fruticultores y los chacareros. Los fruticultores tienen su expresión gremial en la CAFI (Cámara Argentina de Fruticultores Integrados) gremio que representa a las grandes empresas exportadoras. Las Cámaras de Productores – locales nuclean a los productores familiares y su expresión colectiva es la Federación de Productores de Fruta de Río Negro y Neuquén – gremio de los chacareros (productores independientes e integrados no exportadores). Sin embargo, cabe aún otra diferenciación al interior de los chacareros, si se toma en cuenta la distinción hecha por la propia Federación que los representa, consistente en considerar “de subsistencia” al estrato inferior de unidades frutícolas. Llamativamente, este subsector suele recibir la denominación de “pobladores”.

Pasando a los trabajadores asalariados, un panorama de los distintos tipos que se configuran en la actualidad es el siguiente:

En la producción agrícola se produce una diferenciación tanto en los trabajadores permanentes como en los transitorios:

- por un lado, va configurándose un obrero permanente central más polivalente o con habilidad extensiva y semicalificado en las unidades productivas reconvertidas de mediano o gran tamaño. La atenuación de la estacionalidad de algunas tareas que requieren cierta calificación ha permitido el surgimien-

to de lo que puede denominarse permanente discontinuo (o transitorio permanente) al prolongar el lapso de contratación respondiendo a la estrategia empresarial de optimizar la calidad con la flexibilización;

- por otro, persiste el peón permanente periférico de baja calificación dedicado a tareas generales y estacionales predominantemente en las chacras de menor tamaño y/o no reconvertidas;
- en cuanto a los transitorios, se verifica también una segmentación ya que puede hablarse de transitorios centrales en el caso de aquellos trabajadores que son requeridos para algunas tareas calificadas -tractoristas, podadores, raleadores- aunque no se excluye que hagan otras tareas culturales. Se trata principalmente de trabajadores asentados en la región;
- por otro lado, hay también un transitorio periférico, sobre todo en el caso de los cosecheros. Esta es la actividad de mayor demanda estacional y presentan diferenciación según lugar de procedencia por área de destino. En las zonas tradicionales, la cosecha es cubierta por mano de obra regional y extrarregional de baja calificación, mientras que en las zonas nuevas, se recluta mano de obra migrante estacional – golondrina – predominantemente extrarregional o "afuerina", también de baja calificación y alta precariedad.

En términos de volumen, hay una disminución de permanentes por hectárea; en cuanto a los transitorios, hay un aumento absoluto y relativo de trabajadores en cosecha al incrementarse los rendimientos por hectárea y al expandirse la superficie implantada.

En la producción industrial:

- por un lado, persiste una diferenciación entre trabajadores fijos o permanentes sin sus-

pensión, permanentes con suspensión – un sector más voluminoso que el anterior – y temporarios en el pico estacional de cosecha. En conjunto, las nuevas tecnologías tienden a aumentar la polivalencia y la desjerarquización.

- por otro, cobran importancia los estamentos técnicos vinculados a las nuevas tecnologías constituyéndose en el núcleo central o fuerte del proceso de producción. Es frecuente que este tipo de personal cumpla también tareas en la producción primaria.

Aquí también, como en la producción agrícola, la diferenciación se vincula a la calificación. Al profundizarse la incorporación de tecnologías automáticas y electrónicas en empaque y frío que fundamentalmente aumentan el ritmo y la intensidad del trabajo con nuevos requerimientos de calificación, se modifican y/o surgen nuevas posiciones laborales y en conjunto disminuye el volumen de trabajadores y aumenta la desestacionalización del trabajo. Siendo así, la reestructuración laboral en el sector agrícola se relaciona principalmente con los cambios en la continuidad y calificación, mientras que en el sector industrial los cambios fundamentales se relacionan con la tecnología y la flexibilización del vínculo contractual (TSAKOUMAGKOS; BENDINI, 2001).

El funcionamiento de este mercado tradicional de trabajo agrario sigue dando cuenta de una considerable estacionalidad del empleo, principalmente para la temporada de cosecha – cuarenta y cinco por ciento del empleo agrícola y algo menos del cuarenta por ciento del empleo en tareas postagrícolas de acondicionamiento, conservación y procesado de fruta – a pesar de su atenuación en algunas labores. Persiste el tradicional requerimiento de mano de obra extrarregional para la temporada de cosecha, otrora proveniente predominantemente de Chile y del nordeste del país y, en la actualidad, mayoritariamente de las provincias del noroeste; aunque también hay empleo temporario de mano de obra

local, antiguos migrantes asentados en las zonas históricas en la etapa de expansión de la actividad.

Uno de los mecanismos de intermediación más importante que oficia de sistema de enganche clave para el enlace laboral es la figura del "transportista". Las empresas frutícolas desarrollan distintas estrategias de gestión y de reclutamiento de fuerza de trabajo para cubrir el déficit durante los meses estivales -diferencias salariales con relación a las áreas de origen de los migrantes; contactos y acuerdos con el transportista; distintas formas de mediación a través del Estado, entre otras (RADONICH; STEIMBREGER; OZINO, 1999).

De esta forma, se ha ido desarrollando en este mercado tradicional de trabajo agrario un entramado de relaciones de proximidad – amigos, parientes, conocidos del pueblo – como de relaciones menos personales – transportista, convocantes, capataces, sindicalistas, agentes del estado, iglesias- que intervienen en la regulación de la oferta de trabajadores y demanda de las empresas. Acompañan a los distintos sistemas de enganche, redes sociales e institucionales sobre la base de una compleja red de vínculos sociales reafirmando la complejidad de este mercado de trabajo; en su conformación, interviene la lógica de las empresas (familiares, integradas o globales) para gestionar el empleo y regular la demanda de acuerdo a sus necesidades e intereses; pero también las familias, las comunidades locales y extrarregionales, y el Estado, en sus distintas jurisdicciones, ponen en práctica estrategias y políticas que intentan regular la oferta. Si bien resulta difícil estimar el volumen de estos trabajadores debido a la carencia de registros y de datos estadísticos, se estima que entre 4000 y 8000 trabajadores arriban anualmente a la región para la cosecha.

A partir de la trayectoria ocupacional, el origen, la dirección de la movilidad y los condicionantes; puede construirse la siguiente tipificación de migrantes estacionales: asalariado rural con multiocupación agraria; semiasalariado rural; asalariado con pluriactividad multisectorial; desocupado en área de origen (BENDINI et al., 2000).

MODERNIZACIÓN Y GLOBALIZACIÓN

Los cambios técnicos en la fase más reciente del complejo son a) cambios varietales, recomposición por especies e innovaciones en chacra y b) innovaciones electrónicas y gerenciales en empaque y frío; los que potencian la heterogeneización productiva, de acuerdo con la modalidad con la que se lleva a cabo la adopción. A su vez, a través de la heterogeneidad laboral que se deriva de ello; se expresa su capacidad de diferenciar dentro de los mercados de trabajo.

Pero estos cambios se insertan en un proceso histórico cuya periodización puede ser la siguiente:

– En el inicio y consolidación de la fruticultura (desde fines de los años '30 a los '60), sus protagonistas fueron los chacareros, mayoritariamente inmigrantes y una empresa comercializadora de capital británico. Con el correr de los años se produce el inicio de una integración hacia adelante con enramadas en chacra.

– En la conformación agroindustrial (en los '60 y principios de los '70), hay una integración generalizada hacia adelante. Sus protagonistas fueron las empresas locales con plantaciones y galpones de empaque en las unidades agrícolas donde también embalaban fruta de terceros. Los cambios tecnológicos fundamentales fueron la mecanización y los frigoríficos.

– En la diferenciación agroindustrial (década de los '70 y principios de los '80) se adoptaron nuevos sistemas de conducción de las plantaciones y cambios cualitativos en la manipulación y conservación de la fruta (atmósfera controlada); con significativo impacto heterogeneizador a nivel agrícola y postagrícola.

– En la concentración y trasnacionalización agroindustrial (desde mediados de la década de los '80 a la actualidad) los cambios varietales, por especie y agronómicos en las chacras y la automatización del empaque y conservación de la fruta, se producen en un contexto en el que su inducción desde la de-

manda es dinamizada por capitales transnacionales que invierten en toda la rama y complejizan las modalidades de penetración (diversas formas de asociación y fusión de capitales).

Veamos entonces, cuáles son las tendencias que hemos podido identificar en el reciente período de concentración y transnacionalización agroindustrial:

– La globalización del consumo que induce nuevas variedades y especies en determinadas condiciones de calidad que requieren, a su vez, de toda una reconversión productiva a lo largo del circuito

– La globalización creciente de los circuitos del capital agroindustrial tanto por el hecho de abarcar la totalidad de la cadena, como porque la modalidad de la penetración de los capitales internacionales se vuelve más compleja en un proceso creciente de concentración de la comercialización.

– La redefinición de las posiciones productivas de los distintos actores sociales de la cadena que, a nivel de los productores frutícolas, conlleva mayor asimetría, comprometiendo la continuidad de sectores de productores familiares y empaques pequeños y medianos.

– La reconfiguración espacial con el surgimiento de nuevas zonas frutícolas y su puesta en producción mediante fuerte apoyo estatal a la organización de la agricultura a gran escala.

Son procesos que se inscriben en nuevas formas de organización y gestión de alcance transnacional y que, por tanto, son cualitativamente diferentes en la actualidad. Ahora bien, esas formas de organización transnacionales o globalizadas, que responden a condicionamientos externos, no pueden descartar las especificidades regionales. En efecto, aunque el proceso de reestructuración adopta la forma de cambios tecnológicos y a escala; se trata, sin embargo, de procesos que generan significativos grados de diferenciación/heterogeneización acordes con el nivel de incorporación de tecnologías de punta – pleno, parcial o nulo – y con la naturaleza concentrada de la expansión territorial a nuevas zonas.

La naturaleza de la reestructuración del sistema frutícola estaría indicando el inicio de un cambio histórico cualitativo en el desarrollo de las actividades valletanas y la modificación de las estrategias de acumulación con la redefinición consiguiente de las posiciones productivas y comerciales de los actores sociales. El sistema profundiza su integración y la expansión territorial, con niveles crecientes de concentración y transnacionalización, las nuevas tecnologías facilitan la flexibilización y las alianzas estratégicas, surgen nuevas variantes de inserción como de exclusión de los productores en tanto uno de los sectores subordinados. Estas tendencias se expresan en controles y resistencias.

La diferenciación de sujetos agrarios (fruticultores, chacareros y pobladores) y la diversidad de formas de resistencia local, sugieren una configuración empírica que contrasta con un impacto de la globalización que generara solo dos posibilidades: la viabilidad o la inviabilidad dentro de ella. En efecto, el impacto diferenciador asimétrico en los componentes tecnológicos y laborales, tienen lugar desde una especificidad regional cuya explicación requiere y, a la vez, excede a las determinaciones globales. Hay dotaciones de recursos que posicionan diferencialmente en la actividad económica y formas de resistencia diversas que expresan posibilidades irreductibles a interpretaciones exclusivamente binarias.

En este contexto diferenciado, más allá de aquellos que han abandonado la producción frutícola (por razones de rentabilidad, de marginalidad de la tierra, diversificación de cultivos o cambio por la actividad pecuaria), entre quienes persisten, identificamos tres formas de resistencia local. En primer lugar, las estrategias productivas de los chacareros ya mencionadas: arriendo, venta de fruta de descarte a industria, diversificación con agricultura de contrato, toma de créditos, venta directa en ferias, etc. En segundo lugar, las demandas sectoriales: se refieren al refinanciamiento de las deudas bancarias y a los requerimientos de beneficios impositivos y comerciales; con menor fuerza, aparecen diversas

demandas de medidas promocionales de adopción tecnológica para la reconversión. En tercer lugar, las medidas de acción directa: ya en los '80, los productores llevaron esporádicamente sus tractores y maquinarias agrícolas a plazas con el propósito de llamar la atención pública sobre sus problemas de endeudamiento. Pero a comienzo de los '90 adquiere el carácter de acción colectiva asociada a alianzas tácticas del conjunto de los integrantes del sistema y pasan a denominarse "tractorazos". En los años 2000 y 2001, las interrupciones de calles y caminos crecieron, sin que las alianzas aludidas presenten un carácter tan explícito (BENDINI, 2002).

A nivel de los trabajadores, se produce un aumento del trabajo transitorio y se intensifican los desplazamientos. La movilización de la fuerza de trabajo asociada a los procesos de flexibilización laboral se vincula también a las nuevas formas de tercerización e intermediación de la mano de obra. Las nuevas tecnologías y el contexto normativo institucional facilitan esta flexibilización y surgen nuevas variantes de precarización laboral. Así, los procesos que inciden en el mercado de fuerza de trabajo tienen como una dimensión central en el período reciente a la flexibilización laboral, tanto interna como externa. En el caso en estudio, podemos afirmar que existen procesos mixtos o combinados de ambos tipos de flexibilización. Hay una flexibilización interna o tecnológica en tanto transformación del mercado de trabajo frutícola originada en los cambios tecnológicos del complejo. Hay una flexibilización externa o contractual, en tanto modalidades de funcionamiento del mercado laboral generadas por factores externos al proceso técnico de trabajo. Estos se refieren a la persistencia del trabajo en negro, sobre todo en chacra; a las mayores facilidades para el incumplimiento de la legislación laboral; a la ampliación de los contratos a prueba y al surgimiento de las pseudo-cooperativas de trabajo. En conjunto, se trata entonces de dos tipos de procesos y de sus potenciales relaciones, que producen diversas conexiones "modernización-flexibilizaciones" y que expresan local-

mente diferenciales condiciones de empleo y salarios (TSAKOUMAGKOS; BENDINI, 2001).

Surge el interrogante si, más allá del caso de la fruticultura valletana, los factores internos y externos de la flexibilización laboral se presentan en forma mixta o combinada como un rasgo peculiar de las nuevas características del empleo en las regiones agrícolas de exportación.

Una consecuencia de estos procesos, en el caso en estudio, es el hecho de que no sólo se produce exclusión de fuerza de trabajo sino también inserciones cada vez más precarias en toda la cadena, en un contexto generalizado de desempleo y subempleo, y de debilitamiento sindical. En síntesis, esta situación da cuenta de mundos de trabajo cada vez más precarios e inestables, caracterizados por condiciones de acumulación flexibles; en los cuales se diversifican las modalidades de relación laboral y se diluye el alcance de la vinculación contractual con significativo retroceso en los derechos protectorios del trabajo.

El aumento de los requerimientos estacionales impacta en los procesos de movilidad territorial de trabajadores y sus desplazamientos múltiples en tanto reflejo de transformaciones globales y reestructuraciones de los sistemas agroalimentarios pero también de contextos sociales, legales y prácticas culturales locales (GRAMONT; LARA, 2000).

Al modernizarse y expandirse la fruticultura, aumenta el ritmo y la intensidad del trabajo con nuevos requerimientos de calificación, se modifican y/o surgen nuevos puestos laborales, en conjunto disminuye el volumen de trabajadores y aumenta la desestacionalización del trabajo. Las transformaciones en la etapa agrícola están vinculadas con la continuidad y calificación, mientras que en las etapas postagrícolas están más asociadas a los cambios tecnológicos, en especial a la flexibilización del vínculo contractual (TSAKOUMAGKOS; BENDINI, 2000).

En el acondicionamiento y empaque, de modo semejante que en la cosecha, hay una importante demanda laboral aunque con variaciones en la continuidad y calificación. En el conjunto de esta agroin-

dustria, la marcada estacionalidad de los inicios ha venido disminuyendo, particularmente, con las nuevas tecnologías de frío y automatización de los procesos, también persisten los contratos temporarios, las permanencias discontinuas y las suspensiones. En tales condiciones, la sindicalización activa es difícil de mantener; estos trabajadores que fueron históricamente alcanzados por la legislación laboral protectora de décadas anteriores, se ven actualmente envueltos en procesos de precarización (BENDINI; GALLEGOS, 2002). En los últimos años, los nuevos sistemas de intermediación favorecen la subcontratación y tercerización de la mano de obra como también se reconfiguran los mercados de trabajo locales por el proceso de externalización de servicios que las compañías transnacionalizadas o transnacionales están llevando a cabo.

Otra dimensión vinculada a las transformaciones recientes tiene que ver con la organización espacial de la agricultura. En las últimas décadas, surgen nuevas configuraciones territoriales que expresan la heterogeneidad de procesos agrarios y tramas sociales en el espacio rural. Se produce la expansión territorial de grandes empresas agroalimentarias locales y transnacionales – líderes en el Alto Valle tradicional- hacia los valles medios de la cuenca. La revalorización de las nuevas áreas para la agricultura bajo riego o para la diversificación frutícola deriva en una organización empresarial a escala, relacionada con el uso intensivo de capital concentrado – tecnologías de punta, incorporación de nuevas especies y variedades frutihortícolas y fuerte demanda de mano de obra transitoria, predominantemente estacional. En síntesis, en las nuevas zonas, la organización de la agricultura es altamente especializada y de exportación, vinculada a una producción agrícola históricamente asociada a las características específicas del territorio (clima, suelo) y al sistema agroalimentario mundial.

Este proceso de expansión de la fruticultura a nuevas áreas está relacionado con la profundización de la integración ya mencionada y con la globalización del capital y del consumo estando su producción

orientada a mercados de calidad – principalmente en los países del norte (CAVALCANTI, 1999). En este sentido, la materialización de esta ocupación y organización social del espacio agrario regional refuerza la idea acerca de la consolidación de un proceso de modernización concentrador en las nuevas áreas de expansión. No sólo se observan redefiniciones de los actores sociales en los procesos de reestructuración sino también redefiniciones e inserciones diferenciales de las zonas frutícolas valletanas.

Diversos estudios señalan que las zonas semiáridas constituyen uno de los escenarios donde en las últimas décadas se produce el avance de la frontera agraria con el arribo de grandes empresas nacionales o transnacionalizadas y de capitales transnacionales orientadas principalmente a la agricultura de exportación (GUTMAN, 1988; STEIMBREGER; RADONICH; BENDINI, 2003);. Tal es el caso de los valles medios de los ríos Negro y Neuquén y el valle inferior del Limay. Las empresas, que controlan el empaque, las cadenas de frío y la comercialización de fruta fresca extienden la etapa primaria para asegurarse no sólo una buena parte de la producción que comercializan sino calidades y variedades demandadas. Asimismo la necesidad de ampliar la escala productiva implica también la búsqueda de nuevas áreas para la compra de tierras y/o el arriendo de explotaciones en producción (RADONICH; STEIMBREGER, 1999).

En los últimos años, estas áreas aparecen como zonas potencialmente rentables para grandes inversores lo cual sumado al rol facilitador del estado generan un nuevo dinamismo en la frontera agrícola regional.

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE UN TERRITORIO

Esta nueva dinámica socio-espacial es resultado de condiciones globales que se materializan en un territorio específico a través de cambios técnicos y organizacionales en la cadena frutícola en tanto plataforma para una exportación de calidad (CAVALCANTI, 1999).

Los procesos explícitos en el apartado anterior plantean lógicas consecuencias para el conjunto de la estructura y para su expresión territorial:

- control técnico y del trabajo
- control territorial bajo distintas modalidades
- irrupción de nuevos actores y redefinición de viejos actores sociales
- políticas de regulación territorial, inversión en infraestructura, promociones de diversas actividades, etc.

En realidad, podríamos decir que los procesos regionales de construcción social del territorio, las transformaciones en las respectivas cadenas productivo-comerciales y las modalidades de inserción-heterogeneidad ya mencionadas; configuran el contexto fundamental de los procesos estudiados.

La señalada globalización del consumo se corresponde con un salto cualitativo en la producción y en la modernización tecnológica regional. Hay una creciente integración entre la agricultura, la industria y el comercio. El capital internacional está vinculado a las compañías locales integradas; las alianzas estratégicas y fusiones entre empresas son parte de la tendencia al aumento en la concentración de la producción y comercialización (STEIMBREGER; BENDINI, 2002).

Como se señaló, los tradicionales pequeños productores de fruta responden de varias maneras a los controles externos y a su precaria situación financiera: a través de estrategias productivas y comerciales; demandas sectoriales en materia de políticas públicas específicas que se expresan en negociaciones locales entre el Estado y las organizaciones de productores; y la modalidad de acciones directas en diversos contextos de alianzas (TSAKOUMAGKOS; BENDINI, 2000).

Mientras que los sindicatos obreros se han debilitado; las asociaciones de productores han conservado cierta capacidad de resistencia que de hecho la han ejercido en las formas indicadas en el anterior apartado. Las organizaciones de chacareros tienen

actuación sólo a nivel local y regional mientras que las organizaciones gremiales de los empresarios empacadores integrados tienen jurisdicción regional y nacional y se han fortalecido en consonancia con los procesos de globalización y concentración (FLORA; BENDINI, 2003).

En el mismo sentido, en contra de la imagen inicial respecto a diferencias en la presencia del Estado en los ámbitos de la fruticultura, las evidencias encontradas dan cuenta de que dicha presencia es importante en ambas zonas. En efecto, el Estado no está ausente en materia de políticas territoriales en el ámbito de la fruticultura. Diversas políticas de ese tipo han sido implementadas – adjudicación selectiva en viejas y nuevas áreas, construcción y promoción de obras de infraestructura básica y social, legislación fundiaria, fiscal y ambiental.

REFLEXIONES

El ámbito rural analizado -valles frutícolas de exportación en la cuenca del río Negro en el sur argentino- no está disociado de lo agrario, por el contrario y tal como ilustra Pérez Correa (2003) para América Latina, el peso de lo agrario en la construcción social del territorio sigue siendo clave e identifica la región – “Alto Valle” o “Valles Medios” – con la especialización en manzanas y peras.

Diversos autores conceptualizan las múltiples funciones de los territorios rurales que contribuyen a configurarlos como espacios sociales que éstos pueden desempeñar. Sin embargo, la funcionalidad territorial como categoría interpretativa requiere de la incorporación de los actores sociales en el proceso de construcción del territorio. La dinámica social produce y redefine los espacios rurales, en este sentido, entendemos resulta pertinente la incorporación de los procesos de cambio por los cuales las acciones sociales adquieren especificidad territorial.

En la actualidad, a nivel de las grandes empresas integradas, se modifican las estrategias de acumulación impactando directamente en el resto de los actores con quienes se articulan: los productores familiares que ofrecen su producción en un mercado

oligopsonizado y los trabajadores que aceleradamente se encuentran bajo condiciones de desregulación e inmersos en nuevas modalidades de contratación flexible.

En este contexto, está claro que las transformaciones tecnológicas, con ser importantes, no son, ni el único ni necesariamente en todos los casos, el factor definitorio en la estructuración social. Los factores institucionales juegan también un papel fuerte en dicha estructuración a través del diseño e implementación de políticas de reconversión productiva, comerciales, fundiarias y de infraestructura territorial, y de regímenes laborales.

En conjunto, se trata de una rama dinámica orientada a mercados de calidad que – además de su histórica inserción exportadora – es evidente que se mueve en un fluido proceso de desaparición, persistencia o redefinición de sujetos muy diversos.

Asignamos significación particular a la ruptura de ideas preexistentes de homogeneidad productiva y laboral: la cuestión de los tipos viables y no viables de productores en la fruticultura se expresa en la distinción entre chacareros y pobladores, y contrasta con nuestra observación de situaciones intermedias y sobre todo de variadas formas de resistencia y de alianzas sociales.

En el mismo sentido, en el caso de los trabajadores frente a las clásicas clasificaciones en peones y cosecheros, resalta a nivel empírico la fuerte diferenciación tanto entre trabajadores agrícolas como postagrícolas, aún en el caso particular de los migrantes. Otro tanto sucede cuando debimos apelar a la idea de una flexibilización laboral mixta (tecnológica y contractual) para comprender ciertos procesos en los mercados de fuerza de trabajo frutícola.

El cambio de rol de productor/empresario independiente a eslabón dependiente de la cadena de valor agrícola se produce en términos de acumulación centralizada y riesgo descentralizado, las empresas hegemónicas persiguen el control absoluto dentro de las cadenas de valor y la completa libertad fuera de ellas (FLORA; BENDINI, 2003).

En resumen, más allá de las múltiples condiciones de los territorios rurales, hay múltiples acciones de diversos sujetos sociales, procesos diferenciados, reestructuración, desplazamientos y persistencias, que se expresan en el cambio que ha experimentado la región desde una organización social de la agricultura basada en la producción familiar hacia otra cuya impronta está dada por la integración vertical; y desde una configuración territorial centrada en la localización tradicional con una matriz de pequeñas y medianas explotaciones hacia su complementación con nuevas zonas dentro de la misma cuenca basadas en una agricultura a gran escala.

REFERÊNCIAS

BENDINI, M. La configuración de una región agrícola dinámica en Argentina: actores sociales en la negociación local. In: PÉREZ CORREA, E.; SUMPISI, J. *Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural en América Latina y Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002.

BENDINI, M. et al. Tipos contemporáneos de trabajadores y de migrantes estacionales en un mercado tradicional de trabajo agrario. *Cuadernos Agrarios: migración y mercados de trabajo*, México, n. 19-20, 2000.

BENDINI, M.; GALLEGOS, N. Precarización de las relaciones laborales y nuevas formas de intermediación en un mercado tradicional de trabajo agrario. *Políticas Agrícolas*, Bogotá, n. 12, 2002.

BENDINI, M.; STEIMBREGER N. (Coord.). Territorios y organización social de la agricultura. *Cuaderno Gesa*, n. 4, 2003.

BENDINI, M.; TSAKOU MAGKOS, P. Regiones agroexportadoras, complejos alimentarios y producción familiar: controles y resistencias. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 190, 2002.

CAVALCANTI, J. S. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. (Org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Universitária UFPE, 1999.

- CAVALCANTI, J. S.; BENDINI, M. Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación de Brasil y Argentina. In: GIARRACCA, N. (Comp.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- FLORA, C.; BENDINI, M. Globalización en cadenas de valor agroalimentarias: relaciones entre el mercado, el Estado y la sociedad civil. In: BENDINI, M. et al. (Comp.). *El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: La Colmena, 2003. cap. 13.
- FRIEDLAND, W. Reprise on commodity systems methodology. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food, USA*, v. 9, n. 1, 2001.
- GRAMMONT, H de.; LARA FLORES, S. Nuevos enfoques para el estudio del mercado de trabajo rural en México. *Cuadernos Agrarios*, México, n. 19-20, 2000.
- GUTMAN, P. *Desarrollo rural y medio ambiente en América Latina*. Buenos Aires: CEAL, 1988.
- MURMIS, M. Cuestión social y lazos sociales. In: BENDINI, M. et al. (Comp.). *El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: La Colmena, 2003. cap. 2.
- MURMIS, M.; BENDINI, M. Imágenes del campo latinoamericano en el contexto de la mundialización. In: BENDINI, M. et al. (Comp.). *El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: La Colmena, 2003.
- OCKIER, M. C. Propiedad de la tierra y renta del suelo: la especificidad del Alto Valle del río Negro. *Cuadernos PIEA*. Buenos Aires, n. 1, p. 43, 1996.
- PEREZ CORREA, E.; FARAH QUIJANO, M. A. El desarrollo rural en América Latina. In: BENDINI, M. Et al. (Comp.). *El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: La Colmena, 2003. cap. 4.
- PEREZ YRUELA, M. Los actores sociales en el desarrollo rural. In: PÉREZ CORREA, E.; SUMPSI, J. *Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural en América Latina y Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002.
- PRITCHARD, B. *The tangible and intangible spaces of agro-food capital*. Río de Janeiro: [s.n.], 2000. Ponencia presentada en X Congreso Mundial IRSA.
- RADONICH, M.; STEIMBREGER, N. Modernización productiva y mercado de trabajo en nuevas áreas de exportación: un estudio de caso. *Anales Sociedad Chilena de Ciencias Geográficas*, Santiago de Chile, 1999.
- RADONICH, M.; STEIMBREGER, N.; OZINO, M. Cosechando temporadas. In: BENDINI, M.; RADONICH, M. *De golondrinas y otros mirantes*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 1999. (Cuaderno GESA, n. 2).
- STEIMBREGER, N.; BENDINI, M. Integración agroalimentaria: trayectorias empresariales comparadas en la fruticultura argentina de exportación. In: CONGRESO ALASRU, 5., 2002, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: [s.n.], 2002. 1 CD.
- STEIMBREGER, N.; RADONICH, M.; BENDINI M. Expansiones de frontera agrícola y transformaciones territoriales: procesos sociales diferenciales. In: BENDINI, M.; STEIMBREGER, N. *Cuaderno GESA*, Buenos Aires, n. 4, 2003.
- TSAKOUMAGKOS, P. BENDINI, M. Modernización agroindustrial y mercado de trabajo ¿flexibilización o precarización?: el caso de la fruticultura en la cuenca del río Negro. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: reestructuración y trabajo en la producción agroalimentaria*, Año 6, n. 12, 2001.
- TSAKOUMAGKOS, P.; BENDINI, M. Transformaciones agroindustriales y nuevas posiciones laborales. In: BENDINI, M.; TSAKOUMAGKOS, P. (Coord.). *Transformaciones agroindustriales y laborales en nuevas y tradicionales zonas frutícolas del norte de la Patagonia*. *Cuaderno GESA*, Buenos Aires, n. 3, 2000.

A agenda e as agendas no Brasil

Lincoln Moraes de Souza – UFRN

RESUMO

Observando-se como a questão da agenda tem sido discutida, ficou claro que ela deixou de ser um tema exclusivo de especialistas em políticas públicas e adquirido, de certa forma, um lugar recorrente e importante no conjunto dos debates atuais. Ao mesmo tempo, porém, a expressão adquiriu os mais distintos significados. Neste sentido, considerou-se necessário, no artigo, fazer um pequeno resgate da literatura internacional de política pública sobre o conceito e os tipos de agenda. Como uma das decorrências imediatas, traçou-se um perfil da agenda dos estudos no Brasil, envolvendo seu histórico, as variadas aplicações, sua utilização em diferentes períodos e as respectivas adequações para o contexto do país. Com isto, procedeu-se a uma investigação dos principais textos escritos, visando traçar um perfil geral das agendas no Brasil, acompanhada, por sua vez, de comentários críticos sobre o assunto.

Palavras-chave: Agenda. Agendas no Brasil. Política pública.

ABSTRACT

By the observation of how the agenda question has been discussed, we realized that this is no more an exclusive matter for public policy specialists, but acquired, somehow, an important place in the recent set of discussions. At the same time, however, this expression acquired a lot of different meanings. Following these thoughts, we considered necessary, in this article, to make a little rescue of public policy international literature about the concept and the kinds of agenda. One of the immediate actions was to trace a profile of the agenda of studies in Brazil, that involves its history, its various applications, its uses in different moments, and its adaptations to this country context. After this, we proceeded an investigation of the main written texts aiming to trace a general

profile of the agendas in Brazil, followed by critical comments about this subject.

Keywords: Agenda. Agendas in Brazil. Public policy.

Embora não existam, propriamente, etapas nas políticas públicas, mas processos e simultaneidade, como nos lembram Meny e Thoenig (1992) e Dye (2005), a partir da análise de Ch. O. Jones, em 1970, ficou mais ou menos convencionalizado que haveriam, analiticamente, cinco fases. E que poderiam, no geral, ser sintetizadas da seguinte maneira: identificação do problema (onde estaria incluída a agenda), a formulação de soluções, a tomada de decisão, a implementação ou execução e avaliação¹.

A análise da agenda, à qual nos propomos, será decomposta em duas partes centrais. A primeira sintetiza e comenta o conceito e aspectos complementares ou correlatos, especialmente através de alguns trabalhos da literatura internacional. A segunda remete para textos ou autores(as) brasileiros(as) que escreveram explicitamente sobre o tema no país, ou que trabalharam especialmente com a literatura de políticas públicas.

CONCEITO E TIPOS DE AGENDA

Partindo-se das principais referências da literatura internacional sobre agenda em políticas públicas, especialmente aquelas sintetizadas por Viana

¹ O trabalho de Ch. O. Jones foi intitulado *An introduction to the study of public policy*. A este respeito e sobre os respectivos comentários, ver Meny e Thoenig (1992).

(1996)², podemos iniciar com o texto de Cobb e Elder (1971), onde os autores lembram que o termo agenda tem sido usado no sentido de aludir a um conjunto geral de controvérsias políticas, de conteúdo legítimo e merecedora de atenção. E lançam algumas interrogações: como uma questão ou uma demanda torna-se foco de interesse na política? O que determina a agenda para controvérsia política na comunidade? Como a agenda é construída e quem participa da sua construção? E, já que a balança de forças sociais influenciaria ou controlaria o conteúdo da agenda política com vantagens para uma parte, como esta correlação poderia ser mudada e quais as conseqüências?

Se a agenda constitui os assuntos que chamam a atenção, quais são os seus tipos? Os autores citados apontam dois, isto é, a *agenda sistêmica* e a *institucional ou formal*. Sobre a *agenda sistêmica*, ela é mais geral e mais abstrata no escopo e domínio do que a outra e não necessariamente haveria uma correspondência entre as prioridades da *agenda sistêmica* e da *institucional*, podendo ocorrer, inclusive, discrepância entre ambas. Como ressaltam Meny e Thoenig (1992) a *agenda sistêmica* ou, como chamam também, *agenda conjuntural*, não remeteria para a competência atribuída à autoridade pública como o direito de dar à vida.

Sobre a *agenda institucional*, Cobb e Elder (1971) ressaltam que, devido à inércia em qualquer sistema, ela ficaria atrás da *agenda sistêmica*. E a extensão entre as duas seria intensificada em períodos de sérias discontinuidades do sistema, como depressão, guerra etc. Apesar da composição da *agenda institucional* variar periodicamente, existiriam tendências identificáveis e constantes que limitariam e dominariam as questões, como velhos itens anteriores na agenda e não resolvidos ou a serem alterados em alguns períodos, como saúde, legislação da seguridade social etc. e, desta forma, haveriam poucos itens novos. E dife-

rente da *agenda sistêmica*, como lembram novamente Meny e Thoenig (1992), a *agenda institucional* estaria vinculada aos problemas que dependeriam funcionalmente do consenso ou da competência da autoridade pública, como seria o caso da constituição de um Estado ou os estatutos de uma entidade local.

Ainda sobre a *agenda institucional*, Cobb e Elder (1971) referem-se ao Congresso e ao Presidente como partes ativas na construção e assuntos deste tipo de agenda, pois teriam visibilidade na mídia para promover as questões. Os líderes políticos controlariam diretamente os itens da agenda e escolheriam os respectivos itens para a sua atuação. Já os partidos políticos, jogariam importante papel em transportar questões ligadas aos itens da agenda. E a mídia, por sua vez, elevaria as questões e faria crescer a chance de receber consideração na *agenda institucional*. Finalmente, para que uma questão tivesse o *status de agenda* seria necessário levar em conta a mobilização de tendências e influências e passar pelos decisores-chave ou os *últimos guardiões da agenda*.

Para Cobb e Elder (1971), como um assunto seria incorporado na agenda e quem participaria de sua construção? Para Meny e Thoenig (1992), dever-se-ia distinguir os atores propriamente ditos (que se mobilizariam via participação e organização, como partidos políticos, associações, movimentos sociais etc.), onde os mais ativos seriam os grupos de identificação e os menos ativos os grupos de atenção. Igualmente precisariam ser incluídos os públicos, no caso os espectadores e os mais implicados e informados constituiriam os públicos interessados e distantes e o público em geral.

Um dos pontos centrais, é que para Cobb e Elder (1971) as visões que centram sua atenção na estabilidade e não no processo, terminariam vendo os conflitos e movimentos sociais como aberrações e excluem a participação da massa. E ressaltam que diferentes grupos estariam em posições desiguais na agenda, ou seja, nem todos, como assegura o pensamento dominante, teriam as mesmas oportunidades para colocar suas demandas na agenda. Assim, aceitam para a importância de uma participação popu-

2 A autora analisa os textos *The politics of agenda building: an alternative perspective for modern democratic theory* de Roger Cobb e Charles Elder publicado em 1971; *The study of public policy* de Richard Hofferbert de 1974; *Agendas, alternatives and public policies* de John Kingdon, publicado originalmente em 1984.

lar que extrapole as eleições e se vincule também à agenda.

Relacionando-se os mesmos autores com a problemática da dominação, quando dizem que o consenso de elites determinaria a agenda de controvérsia, diríamos que os grupos dominantes poderiam manipular as tendências e prevalência de valores e impedir ou reinterpretar uma questão e impossibilitar que ela ganhe o *status de agenda*. Quanto aos subordinados, para os autores (referem-se aos protestos dos negros americanos etc.), eles poderiam mudar a lista de questões da agenda de controvérsias através da violência e, não obstante os constrangimentos, como os culturais, seria possível participar mais ativamente na agenda. E por que isto? Diríamos que, pelo fato de Cobb e Elder (1971) acentuarem a agenda fora do governo, isto abre a possibilidade de ampliar o arco dos participantes e, direta ou indiretamente, abrem a possibilidade dos setores populares e dos movimentos sociais terem um papel ativo na construção e definição da agenda fora das eleições.

Passando-se para Hofferbert, vejamos a síntese de Viana (1996). O ponto inicial seria por que alguns assuntos ou itens estariam escolhidos para deliberação governamental e outros não? E isto passaria a ser respondido de acordo com as teorias elitista ou pluralista, uma vez que as agendas governamentais e as decisões estariam vinculadas ao meio social e político. Algumas políticas estariam mais determinadas pelas preferências e expectativas dos que fazem a política do que, propriamente e de forma exclusiva, pelos processos. Quanto à influência sobre as políticas, para umas estariam mais presentes os meios e para outras as rotinas e padrões nas instituições.

Voltando-se para o autor considerado mais importante sobre a agenda, no caso Kingdon (1995), dada a amplitude da sua análise (agenda e alternativas), influência, atualização e constantes referências sobre seu livro³ nos demoraremos mais. O autor

visa mostrar como algo torna-se uma questão e o crescimento e declínio de itens na agenda, e procura saber porque alguns deles e algumas alternativas seriam notórias e outras negligenciadas. Analisa, também, sob que condições cada um dos participantes da agenda seria importante. Vejamos algumas interrogações relevantes: como é feita a agenda? Como os assuntos passam a merecer a atenção dos funcionários públicos? Como a agenda governamental é moldada? Por que alguns temas terminam como proeminentes sobre a agenda política e outros não?

Sobre os usos do termo agenda, lembra que em alguns momentos ela é encarada como um assunto anunciado para encontro ou reunião e em outros como uma espécie de plano e organização dos participantes. Ou, às vezes, usada como um conjunto coerente de propostas, mas relacionadas às outras e formando uma série de ordenamento que se poderia preferir, tal como uma agenda para os anos 2000, ou algo do gênero. Conceitua, então, a agenda, como o espaço de constituição de assuntos e problemas que chamariam a atenção do governo e dos cidadãos e que não se deveria confundir a agenda com as alternativas, já que haveria os seguintes tipos de processo político: definição da agenda, especificação de alternativas, decisão da autoridade e implementação. E a agenda e as alternativas estariam governadas por processos diferentes, incluindo o peso diferente de pessoas em ambas.

E como a agenda seria construída? Isto estaria vinculado aos participantes e aos processos. Começando pelos participantes, existiriam os de dentro e aqueles fora do governo e os participantes visíveis e os não visíveis. Iniciando pelos participantes internos ao governo, inclui a *administração* (Presidente do país, o *staff* presidencial e os nomeados políticos), os *servidores civis* (funcionários de carreira) e o *Congresso*.

Sobre a *administração*, destaca a figura do próprio *Presidente* e é lembrado que ele tem lugar proeminente na definição da agenda, especialmente em função das suas condições: recursos institucionais como o veto; recursos organizacionais por ter suas decisões mais unitárias que o Congresso; co-

3 Publicado inicialmente em 1984. Usamos a edição de 1995, atualizada e ampliada em aspectos importantes como o detalhamento dos procedimentos metodológicos referentes às áreas escolhidas para estudo etc.

mando da atenção pública e, assim, pressionando para que sua agenda seja adotada; prerrogativa para nomear pessoas responsáveis por sua concepção de agenda; colocação de sua agenda para os subordinados e definindo quais os assuntos que deveriam merecer a atenção. Quanto ao segundo elemento da *administração*, no caso o *staff presidencial* (alguns seriam membros e conselheiros pessoais do presidente e outros pertenceriam às agências do escritório do Executivo como orçamento e outras), teria menos importância na definição da agenda do que nas alternativas. Já o terceiro componente da *administração*, constituído pelos *nomeados políticos pelo presidente ou ocupantes de cargos de confiança no gabinete dos altos cargos e birôs das agências*, também teriam menos importância que os outros na definição da agenda, pois seriam capturados por suas agências ou pelos funcionários civis, embora pudessem, mesmo sem criar a agenda, inserir idéias sobre outras agendas.

Passando-se para o segundo componente interno ao governo, ou *servidores civis*, os funcionários de carreira, por se concentrarem mais na administração dos programas e dependerem do Presidente e do pessoal nomeado ou membros do Congresso para influenciar, terminam tendo um peso maior na especificação e implementação das alternativas e reduzida influência na definição da agenda.

O terceiro e último componente dos participantes dentro do governo, seria o *Congresso*. Mesmo produzindo um grande e variado número de agendas individuais e, desta forma, ser incapaz de coordenação, bem como ficar a mercê dos grupos de interesse e dos eleitores e sofrer pressão do Executivo e sem agenda própria, seus membros seriam diferentes e geralmente teriam a habilidade para combinar aspectos da agenda com algum controle sobre as alternativas. Quanto aos seus recursos, poderiam ser citados a autoridade legal, mudanças na legislação, a grande publicidade (especialmente os senadores e futuros candidatos a presidente), a mistura de informação geral e não de especialistas e, em particular, a longevidade. No que se refere aos incentivos e o engajamento na definição da agenda,

dever-se-ia apontar a satisfação aos eleitores. Visaria ainda aumentar a reputação em Washington ao afetar a agenda política e ser levado a sério. Um outro objetivo diria respeito à denominada concepção de boa política pública, que afetaria a agenda. Finalmente, ter-se-ia que apontar o *staff* congressional e o impacto na *agenda do Congresso*.

Ainda pensando-se nos participantes e a construção e definição da agenda, voltaremos a atenção para os componentes fora do governo: os *grupos de interesse*, os *acadêmicos*, os *pesquisadores*, os *consultores*, a *mídia* e os *participantes de campanhas eleitorais (incluindo os partidos políticos) e a opinião pública*. Algumas ressalvas de Kingdon (1995): estes participantes não teriam posição formal dentro do governo; as linhas de atuação seriam bastante tênues, enquanto as comunicações estariam extremamente abertas com os grupos de interesse e membros do Congresso e existiriam valores e orientações comuns formando uma ponte dentro e fora do governo.

Iniciando pelos chamados *grupos de interesse*, haveria uma variedade muito grande, desde aqueles ligados à saúde, transportes, indústria e trabalho organizado até aos classificados como grupos de interesse público como os de consumidores, ambientalistas e outros. Alguns afetariam mais a agenda e outros as alternativas, porém, o mais comum seria a obstrução da agenda governamental (ao se visar a preservação de prerrogativas e benefícios, por exemplo) e menos a promoção de novos itens sobre a mesma, isto é, os grupos de interesse não teriam grande importância enquanto agentes da agenda. Ao se pensar, contudo, em termos de impacto sobre a agenda governamental na promoção de novos itens referentes a ela, isto ocorreria através de cartas, delegações, estímulo a aliados do governo etc. E uma das atividades centrais constituiria em juntar as próprias alternativas às já existentes e proeminentes, propondo emendas ou tentando substituir objetivos na agenda governamental. Quanto aos recursos destes grupos, deveriam ser apontados a capacidade de mobilizar seus membros, a influência nos resultados eleitorais, a coesão interna, a capacidade de conven-

cimento sobre os funcionários governamentais, a de alianças através de grupos e a de chamar a atenção para afetar a agenda governamental.

Um segundo componente fora do governo seriam os *acadêmicos* e derivariam sua presença também pelo fato de sua literatura ser regularmente discutida no Congresso e entre os burocratas. Estariam mais ligados ao longo prazo e mais importantes quando estivessem no governo e via contatos com a chamada comunidade política dos funcionários em Washington, embora afetassem muito mais as alternativas do que a agenda. Os *pesquisadores*, representariam um outro componente também pouco relevante na agenda e seriam chamados pelas agências administrativas para encontros e outros eventos. E, como os *acadêmicos*, teriam um papel mais importante no longo prazo e quando estivessem no governo. No tocante aos *consultores*, embora nem todos estivessem ligados à pesquisa seriam valiosos por sua sagacidade política e esperteza (como advogados nos serviços prestados ao governo etc.). E mesmo que seu peso fosse também maior nas alternativas a longo prazo e não na agenda, os funcionários governamentais os escutariam e seriam chamados para representar interesses.

Quanto à *mídia*, ainda enquanto elemento fora do governo, Kingdon (1995) considera que, embora o fato de ser poderosa na definição da agenda ao afetar as agendas de opinião pública e a governamental, seu peso não seria tão grande assim como aparenta, pois estaria mais presente na cobertura sensacionalista. Algumas das razões para que os efeitos antecipados da *mídia* fossem menores sobre a agenda política, decorreriam da sua tendência para cobrir pequenos períodos e, desta forma, diluir o impacto. Outra razão, é que tenderia a centrar sua atenção no fim do processo de elaboração política e não no seu início.

O autor considera, porém, que a mídia especializada, comunicando-se com a comunidade política, teria mais impacto nas agendas e nas alternativas do que a mídia de massa. De qualquer forma, a *mídia* afetaria a agenda política governamental de diferen-

tes modos, tais como: atuando como um comunicador na comunidade política, já que alguns assuntos iriam para a Casa Branca somente após a publicação nos jornais; acelerando os movimentos e o impacto de algumas idéias e expandindo um conflito, o que seria um fator central na definição da agenda; produzindo efeitos diretos e indiretos, pois os membros do Congresso e outros segmentos observariam como ela afetaria as agendas da opinião pública (importância das notícias saírem nos jornais etc.); variando de um participante a outro, já que alguns precisariam mais dela para ganhar a atenção dos funcionários governamentais.

Voltando-se para um penúltimo componente, no caso os *participantes das eleições* (incluindo a campanha e os partidos políticos), inicialmente é lembrado que as eleições podem afetar a agenda política através de um efeito indireto poderoso devido à nova administração governamental que assume e que prefere determinados programas. Também os novos legisladores no Congresso poderiam modificar a agenda. No caso das campanhas eleitorais, as promessas feitas nestas ocasiões, ao priorizar alguns temas como saúde ou outros, podem afetar a agenda política governamental e a nova administração. Já sobre os partidos políticos, eles poderiam influenciar muito mais a agenda através do conteúdo de suas plataformas, de suas lideranças no Congresso e de outras formas do que ter efeito sobre o detalhamento das alternativas.

Voltando-se para o último componente da agenda fora do governo, a *opinião pública*, ela poderia influenciar as agendas dos funcionários públicos, mesmo levando-se em conta que ela não teria acesso a muitas esferas. A *opinião pública* afetaria muito mais a agenda no geral do que as alternativas consideradas no governo, e poderia colocar alguns itens na agenda governamental em função do grande número de pessoas. Entretanto, e o que é mais comum, poderia ter um efeito negativo no sentido de contrariar a ação governamental, apesar de que essa agenda da *opinião pública* seria muito mais atingida pela agenda governamental do que o contrário.

Ainda quanto aos participantes, Kingdon (1995) os divide em visíveis e não-visíveis. Em relação aos visíveis e que receberiam uma pressão maior da opinião pública, destaca o Presidente, os nomeados de alto nível, os membros proeminentes do Congresso, a *mídia*, os participantes relacionados com as eleições (partidos e outros). Quanto aos não-visíveis, são citados os especialistas acadêmicos, pesquisadores, consultores, burocratas de carreira, *staff* congressual e analistas que trabalham para os grupos de interesse.

Sobre os processos na construção e definição da agenda, caberia ressaltar as características dos órgãos, aparelhos e instituições ligadas à produção de políticas públicas e seleção dos problemas. Já a aceitação na agenda, dependeria da factibilidade técnica, aceitação dos especialistas e do público e em função do consenso e força que gerariam. Porém, nem todo assunto entraria na agenda, ocorrendo, anteriormente, a formação de idéias, o confronto de várias delas e a seleção pela denominada comunidade científica.

E como os itens entrariam na agenda governamental federal e como ela mudaria, uma vez que é o foco sobre o qual o autor prioriza sua análise? Destaca, então, inicialmente a transformação de indicadores como preços, taxas de mortalidade infantil e outros, pois isto apontaria a magnitude e transformações das condições. Lembrando que os problemas não são evidentes por si mesmos, ressalta que as crises, desastres ou outros eventos podem, igualmente, mover um item na agenda. Outras vezes, um item passa a ser proeminente devido às experiências pessoais dos elaboradores de políticas. E uma proposta ou assunto poderia crescer muito na agenda, se tivesse a companhia de um problema importante ou tiver a combinação de eventos semelhantes (desastres, por exemplo). Mas, lembra que o reconhecimento do problema não seria suficiente, necessitando-se, dentre outras coisas, que se pensasse em mudar, comparando-se com outras situações, substituindo-se a categorização. Afirma que a mudança na agenda pressupõe igualmente que haja uma alternativa que responda, de alguma maneira, a uma

nova situação política. Aponta, ao mesmo tempo, para a existência do que chama de *empreendedores políticos*, isto é, aqueles que investem tempo, energia, reputação e algum dinheiro pensando futuramente no sentido da política, segurança no emprego, promoção na carreira etc.

Mas Kingdon (1995) ainda diz que o orçamento pode atuar como promotor de coisas ou como constrangedor em termos da agenda governamental. E que uma das razões da baixa proeminência de alguns itens na agenda é por causa das deficiências de articular os beneficiários e os apoiadores.

Quanto aos tipos de agenda, haveria a *governamental*, a *sistêmica* e de *decisão*. No caso da *agenda governamental ou formal*, ela seria a lista de assuntos que preocupariam o governo e receberiam grande atenção dos funcionários. As propostas tornar-se-iam rapidamente elevadas nesta agenda, porque poderiam ser encaradas como solução para problemas que estão pressionando.

O segundo tipo de agenda, ou *agenda sistêmica* e fora do governo, consistiria na lista de assuntos que há algum tempo preocuparia o país em termos gerais, mas não especificamente o governo. Poderia haver a transferência dos itens da *agenda governamental* para a *agenda sistêmica*, e isto poderia derivar da mobilização de público relevante por líderes, difusão de idéias em círculos profissionais e entre as chamadas elites políticas (particularmente a burocracia), mudança no controle partidário, rodízio de partidos por causa das eleições etc. Ao criticar Cobb e Elder (1971), o autor diz que não necessariamente os itens da *agenda sistêmica* seriam transferidos para a *agenda governamental*. Geralmente, a direção seria contrária ou, falando em linguagem liberal, do governo para a sociedade, já que, segundo o mesmo Kingdon (1995), o Estado, com sua autonomia, poderia, inclusive, criar sua própria agenda.

Já a *agenda de decisão*, seria a lista de assuntos na *agenda governamental* e objeto de decisão. Incluiria só os assuntos que estariam movendo-se na direção de uma decisão da autoridade, como num decreto legislativo e ação presidencial. Um assunto neste tipo de

agenda, estaria vinculado a uma avaliação de alternativa e teria muita chance de crescer se uma solução fosse colocada para o problema, embora isto não constitua uma condição suficiente. A probabilidade de um item crescer variaria em função da existência simultânea, num mesmo conjunto, de problema, proposta e receptividade política. E quando a questão estivesse na *agenda de decisão*, ela teria um maior *status* do que na *agenda governamental*.

Além do que poderíamos considerar como classificação geral da agenda, no caso a *governamental ou formal, sistêmica e de decisão*, Kingdon (1995) refere-se em várias ocasiões a outras formas de agenda. Assim, ligada à agenda geral existiria a agenda na agenda. E um exemplo de *agenda geral* seria a lista de itens que ocupariam o Presidente do país e seu pequeno círculo imediato. Quanto às *agendas especializadas*, poder-se-ia lembrar as agendas na saúde, a agenda dos funcionários públicos nos transportes etc. E, mais, dentro da agenda especializada da saúde, poderia ocorrer, como em outras áreas ou setores, agendas mais especializadas ainda como os assuntos que chamariam a atenção de pessoas em áreas como pesquisa biomédica etc.

Outras denominações pelo autor ainda incluem várias modalidades de agenda e que, de uma forma ou de outra, vinculam-se aos tipos apontados anteriormente. Desta feita, ele refere-se à *agenda do Presidente*, visando chamar a atenção para os recursos deste sobre a agenda e também à definição da *agenda governamental federal*. Acrescenta o que chama de *agenda da administração* ao falar dos participantes da agenda dentro do governo. No caso das eleições, diz que as promessas de campanha, ao priorizar temas como saúde e outros, podem afetar a *agenda política governamental* e a nova administração.

O autor aponta, ao falar do Congresso, que o Presidente do país teria habilidade para dominar a *agenda congressual*. E mesmo dentro deste Congresso, existiria um variado número de *agendas individuais*. Nos Estados Unidos especificamente, segundo ele, haveriam diferenças entre as *agendas partidárias* dos democratas e republicanos. Fala ainda de *agenda da*

opinião pública e que seria muito afetada pela mídia e pela agenda governamental. Acrescenta as *agendas políticas*, ao aludir aos problemas mais importantes apontados por seus entrevistados na pesquisa que serviu de base para este livro, e como exemplo cita as áreas de saúde e transporte.

Por fim, citemos, de forma rápida, outros autores que, na sua maioria, também terminam referenciando-se em Cobb e Elder (1971) e Kingdon (1995). Meny e Thoenig (1992), para se ter uma idéia, afirmam que a agenda não consistiria uma simples lista de assuntos, mas seria caracterizada pelo grau de consenso ou de conflito suscitado pelo problema ou conjunto de problemas considerados. Quando o debate fosse incorporado à agenda, haveria um momento privilegiado. Quanto a Dye (2005), destaca como participantes da definição da agenda as elites (incluindo o Presidente) e o Congresso. Desta forma, o espaço sobre a agenda dos elaboradores de políticas governamentais seria escasso, diferentemente do que muitas vezes se diz quanto ao acesso. Ora, ressalta o autor: poucas pessoas teriam opinião sobre as grandes questões; a opinião pública seria muito instável; os líderes não teriam uma visão clara sobre esta opinião pública. E profissionais da mídia terminariam confundindo sua opinião com a da opinião pública.

Levando-se em conta a importância e a grande influência de Kingdon (1995), poderíamos introduzir alguns comentários e questões a partir do seu trabalho. Uma delas remete para o raio de ação da agenda, isto é, sua aplicabilidade opera quase tão somente no plano nacional. Quanto à elaboração e definição da agenda, onde o autor destaca os grupos de pressão ou de interesse e, mesmo assim, assevera que seria muito mais comum a obstrução na agenda do que a inclusão de novos itens. Além do mais, generaliza a partir de uma problemática muito mais americana e fica suposto que inexistem classes e movimentos sociais e, assim, sem importância

na agenda⁴. Desta maneira, reduz a estrutura social e os agentes à auto-imagem que grande parte da sociedade americana faz de si própria⁵.

Em relação aos participantes na agenda, como foi assinalado, o autor, ao apontar os membros fora do governo não se refere a classes e movimentos e, muito menos, ainda, a seu papel na definição da agenda. Observe-se que só aqueles que teriam uma relação mais estreita com o governo participariam da agenda. Quanto aos consumidores e ambientalistas, são denominados de grupos de interesse público e não de movimentos sociais ou apenas citados rapidamente como movimentos políticos. É verdade que fala em alguns momentos ao que chama de trabalho organizado, mas este aparece, como na segurança do trabalho em termos nacionais, como apoiador de medidas no Congresso e praticamente sem o mínimo de papel ativo na agenda. E isto decorreria, a nosso ver, da visão liberal-pluralista da literatura predominante de políticas públicas no plano internacional. Não é por acaso que mesmo autores como Cobb e Elder (1971), em que pese suas críticas amenas, sejam criticados ao chamarem a atenção de outros setores na definição da agenda.

A QUESTÃO DA AGENDA NO BRASIL

Passando agora para o país e priorizando os textos de políticas públicas, não excluiremos, contudo, outras contribuições⁶. Na parte inicial, traçaremos

4 Sobre a prioridade atribuída aos chamados grupos de interesse na literatura americana dominante e algumas de suas conotações teórico-políticas, ver, dentre outros, Carnoy (1988) e Stepan (1980).

5 A exclusão ou pouca importância atribuída às classes e movimentos sociais na construção da agenda, não é algo específico de Kingdon (1995), mas, como já dissemos, constitui a regra no pensamento predominante em políticas pública. Como já vimos, também Dye (2005) destaca as denominadas elites, o Presidente, o Congresso, os candidatos a cargos eletivos e a mídia como os participantes ligados à agenda.

6 Conferir os estudos de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. Seu foco é a agenda do Legislativo e não, propriamente, a agenda enquanto momento e processo das políticas públicas. Ver, especialmente, Figueiredo; Limongi (1999). Também deve ser citado o trabalho de Almeida e Moya (1997) no tocante à relação entre Executivo e Legislativo. Já outros textos, como o

um pequeno resgate histórico da discussão da agenda no Brasil. Quanto à segunda, será feita uma síntese comparativa dos trabalhos publicados no país com os principais textos da literatura internacional. Já a terceira tece considerações de como a agenda é vista e aplicada pelos autores brasileiros e textos publicados no país, incluindo os tipos, as áreas de abrangência e outras. Finalmente, a quarta, onde mostraremos a aplicação dos estudos da agenda em momentos histórico-políticos diferentes no país.

Pequena história dos estudos da agenda no Brasil

Apesar de pouco divulgadas para pessoas fora do campo de especialistas, as análises e eventos referentes aos temas e literatura de políticas públicas datam no Brasil, pelo menos da década de 1970. Como indica Reis (1977) num texto ligado ao evento, já em 1975 ocorria um seminário sobre o assunto no Rio de Janeiro promovido pela Fundação Getúlio Vargas, intitulado *Políticas Públicas, Estratificação Social e Padrões de Desenvolvimento*.

Este trabalho de Reis (1977), traça um painel geral dos estudos de políticas públicas na literatura internacional ligados principalmente à ciência política, mas não entra, propriamente, nas fases das políticas, como é o caso da agenda. Neste sentido, poderíamos dizer que a primeira vez que a agenda é analisada explicitamente e aplicada mais sistematicamente no Brasil foi num livro de Santos sobre a política social no país publicado originalmente em 1979.

Referenciando-se na dimensão temporal e em termos de décadas, o segundo momento sobre a agenda no país vai ocorrer durante os anos de 1980 e apresenta um caráter predominantemente multifacetado: nos vínculos estabelecidos mais especificamente com a ciência política, como no texto de Lamounier (1982) já no início da década; inserida na revisão sintética da bibliografia internacional,

de Meneguello (1998) e o de Mainwaring; Meneguello; Power (2000) vinculam a agenda aos estudos sobre partidos políticos e também às relações com os governos.

com os trabalhos de Pedone (1986) e Silva e Pedone (1987); conectada com as políticas sociais da chamada Nova República e a agenda daquele momento; incluída nos estudos de caso como o de Santos e Paixão (1989); envolvendo itens proeminentes na agenda de políticas governamentais (1989) ou sugerindo, como faz Reis (1989), uma agenda para o planejamento econômico do governo federal; apontada nas pequenas referências à agenda governamental feitas por Castro (1989); ou apenas citada rapidamente no estudo de Vianna (1989) sobre a temática da política social no Brasil.

Também chama a atenção, dois aspectos importantes. O primeiro e mais amplo, refere-se à atualização da literatura produzida no Brasil. O segundo, decorre dos trabalhos colados à conjuntura daquele momento. Como já assinalaram, dentre outros, Castro e Faria (1989) e Draibe (1998), o fim do regime militar e a denominada Nova República suscitaram debates sobre as fontes de financiamento, cobertura, amplitude das políticas públicas etc.

Num terceiro momento, a maioria dos estudos sobre agenda foi feita na década de 1990 e pode-se destacar os seguintes: trabalhos de revisão bibliográfica como os de Viana (1996) e Marques (1997) onde a agenda está incluída em problemáticas mais gerais; textos que discutem de forma mais sistemática a questão da agenda pública no Brasil como as análises de Melo (1991; 1993a; 1993b; 1996; 1998; 1999), Melo e Costa (1995), Costa (1998), Azevedo e Melo (1997); trabalhos vinculando a agenda mais especificamente com o padrão das políticas sociais no geral e no país especificamente, como em Draibe (1993a; 1993b; 1997; 1998) e Fagnani (1997); vínculos das relações da agenda com a cidadania, como vemos em Silva (1996) e Bodstein (1997); agenda inserida de passagem no estudo de outros temas, como em Rua (1990) e Arretche (1996); análises conectando a agenda à elaboração da Constituição de 1988 e seus efeitos, com destaque para as observações de Couto (1997; 1998) ou Draibe (1998b) sobre a descentralização; tratando-se a agenda no sentido extremamente geral como em Alves (1996)

ao relacionar o tema com a ONU. Já no final da década de 1990, os estudos da agenda retomam, em parte, os temas ligados ao movimento sindical, como nos trabalhos de Prado (1998), Lopes (1998), Codas (1998) e Comin e Castro (1998)⁷ e ligam a agenda também aos trabalhos referentes a partidos políticos como em Meneguello (1998) e as relações do Executivo com o Legislativo na pesquisa de Figueiredo e Limongi (1999).

Como na década anterior, os trabalhos dos anos 90 apresentam-se bem variados sobre a agenda. Entretanto, vão expressar algumas diferenças importantes, entre as quais devemos apontar: o crescimento numérico significativo das análises que trabalham, de uma forma ou de outra, com o tema da agenda; a aplicação mais sistemática e detalhada em campos mais variados; a sistematização da agenda pública no país e mais enfaticamente da agenda governamental, inclusive situando-a numa escala temporal por décadas; a aplicação mais direcionada às políticas setoriais; um tratamento mais acurado da literatura internacional.

Passando-se, finalmente, para a década atual, poderíamos sintetizá-la inicialmente ao realçar o prosseguimento mais ou menos dos mesmos temas: a continuidade da agenda nas políticas setoriais como em Barreto e Pinto (2001), Bodstein (2002), Bodstein et al. (2004); no tocante à literatura internacional, através da análise de Frey (2000); nos estudos partidários, com o texto de Mainwaring, Meneguello e Power (2000); revisão da agenda, como o faz Draibe (2006).

Surgem, porém, alguns temas e tratamentos novos, tais como: o vínculo da agenda com as políticas mais localizadas no texto de Almeida e Carneiro (2003), em Ananias (2005) e Peres et al. (2004); a relação da agenda com as chamadas agências reguladoras, como no trabalho de Campos, Ávila e Silva Jr. (2000); a proposta de Santos (2005) de vincular as redes públicas com a agenda; a análise atinente

7 Registre-se que, nos vínculos da agenda com o movimento sindical, grande parte dos textos da revista *São Paulo em Perspectiva*, dedicada ao sindicalismo, trata do tema.

ao Banco Mundial no trabalho de Borges (2003); a introdução da agenda no tocante aos estudos de Miguel sobre a representação política (2003) e a propaganda política na televisão (2004); a agenda como um tema geral de pesquisa em políticas públicas, bem expresso em Arretche (2003), Reis (2003), Souza (2003) e Faria (2003)⁸, a agenda sobre a chamada reforma do Estado em Fleury (2004) ou a pesquisa na área clínica proposta por Zago (2004).

A literatura internacional e os estudos no Brasil

Comparando-se mais diretamente os aspectos conceituais e políticos dos textos produzidos no Brasil com alguns dos trabalhos centrais e citados da literatura internacional de políticas públicas, têm-se, igualmente, alguns elementos do perfil da produção no país sobre a agenda.

Além daqueles sobre a revisão da literatura ou uma ênfase grande sobre esta e já referidos, como os trabalhos de Pedone (1986), Silva e Pedone (1987), Melo e Costa (1995), Viana (1996), Costa (1998), Melo (1999), Faria (2003) e Frey (2000) e outros, pode-se acentuar alguns que aplicam e explicitam mais diretamente conceitos e idéias centrais da literatura internacional, como: agenda-*setting* (MELO, 1993; MELO, 1996; COSTA, 1998; MELO; SILVA, 1999; MIGUEL, 2003), agenda sistêmica (DRAIBE, 1993b); *problemas de agenda para a governabilidade*, afirmados por Couto (1997) e a defesa da abordagem de Kingdon (FARIA, 2003). Acrescentam-se alguns exemplos que aludem várias vezes ao que Kingdon (1995) chamou de *agendas especializadas*: Melo (1993) fala da agenda da reforma sanitária, agenda do grupo de saúde do IPEA e agenda da política previdenciária, Bodstein (2002) refere-se a agenda setorial etc.

Merecem também destaque as expressões e conceitos semelhantes referentes à saturação da agen-

8 Em relação à agenda de pesquisa e os respectivos textos, eles foram produzidos tendo em vista a mesa-redonda intitulada *Perspectiva da Agenda em Políticas Públicas* e que ocorreu por ocasião do III Encontro da Associação Nacional em Ciência Política em 2002 em Niterói.

da (MELO, 1991; MELO, 1993a; MELO, 1993b; MELO, 1996; MELO, 1998; MELO, 1999), agenda sobrecarregada (COSTA, 1998; COUTO, 1998; SANTOS, 2005), carregada agenda (CASTRO; FÁRIA, 1989) ou problemas de agenda para a governabilidade (COUTO, 1997). Neste caso, como lembra Santos (2005), a influência de Huntington é muito clara. De fato, Huntington (1975) refere-se mais de uma vez à agenda política e, de uma maneira ou de outra, considera que esta agenda estaria sobrecarregada em função dos *direitos excessivos* da população ou coisas do gênero. E isto, ainda para ele, seria um complicador para a intitulada governabilidade⁹.

Entretanto, como regra não tem predominado a abordagem ou visão tipicamente pluralista das ciências sociais¹⁰, apesar de algumas referências como em Miguel (2003). Em outras palavras, a agenda não tem sido reduzida aos governos, parlamento, técnicos, funcionários de carreira, grupos de pressão ou interesse, acadêmicos, a mídia e os partidos políticos. Para tanto, bastaria recordar os trabalhos já referidos no tocante ao movimento sindical ou sindicalismo de uma maneira mais ampla. Há um reconhecimento em muitos textos, de que existem movimentos sociais e que, direta ou indiretamente, eles jogam um papel na definição e construção da agenda e que não são confundidos com simples grupos de pressão ou de interesse. No conhecido trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos (1987),¹¹ para se ter uma idéia, o autor fala claramente de agenda de reivindicações, agenda de demandas dos sindicatos industriais e agenda das organizações sindicais, ou seja, ele avança ao reconhecer a importância dos movimentos sociais e dos trabalhadores e os vínculos com a agenda o que, posteriormente, é retomado, como já vimos. Aliás, como lembra rapidamente outro autor ao referir-se aos movimentos

9 Para maiores discussões sobre a chamada governabilidade e as visões conservadoras sobre o assunto, como a de Huntington (1975), ver Offe (1984).

10 No tocante ao pluralismo, consultar, dentre outros, Carnoy (1988) e Stepan (1980).

11 Deve-se lembrar, novamente, que a primeira edição de seu trabalho é de 1979.

sociais, no caso Santos (2005), diferente dos grupos de interesse, estes movimentos podem dar um caráter mais amplo para suas demandas e vinculá-las a políticas públicas mais gerais.

Extrapolando-se o movimento sindical e num trabalho mais recente, Peres et al. (2005) apontam a importância dos líderes comunitários, nos bairros, no tocante a uma agenda comum e ressaltam, simultaneamente, o papel do debate e da participação popular na definição da agenda. Agregue-se a isto a crescente atenção, pelo menos à primeira vista, no que toca aos liames entre a agenda e o plano local, como apontam alguns trabalhos. Merecem ser lembrados os de Bodstein (1997; 2002), outros em Manguinhos no Rio de Janeiro, Almeida e Carneiro (2003) e de Ananias (2005).

Relevante também sobre a produção no Brasil, é o que denominaríamos de questões de ordem político-ideológica. Desta forma, a maioria dos trabalhos não se limita ao *como* a agenda é definida, o que é comum na literatura internacional, mas aborda igualmente o *conteúdo* da agenda e, em alguns textos, os vínculos com os respectivos grupos sociais. Expressivas a este respeito, por exemplo, são as referências explícitas e expressões, tais como: agenda pública populista, a agenda populista radicalizada, a agenda reformista radical dos governos populistas (MELO, 1991); agenda pública populista (MELO, 1998), agenda do regime burocrático-autoritário (COSTA, 1998). Também significativas, são as expressões agenda reformista (DRAIBE, 1998; FAGNANI, 1997), agenda reformista para a área social (DRAIBE, 1998b), agenda neoliberal (MELO, 1993; DRAIBE, 1993; DRAIBE, 1998, 2006; SILVA, 1996; COSTA, 1998), agenda de reformas de inspiração neoliberal (FAGNANI, 1997), ampla agenda de reformas de inspiração neoliberal (MELO; COSTA, 1995), agenda progressista de reformas (DRAIBE, 1993b), agenda do regime burocrático-autoritário e agenda do regime militar e agenda da Nova República (COSTA, 1998), agendas democráticas e participativas (PERES et al., 2005). Poder-se-ia agregar, ainda, referências que, direta ou

indiretamente, fazem conexões entre agenda e políticas governamentais neoliberais como, dentre outros, Fiori (1997).

Um esboço geral dos tipos de agenda sobre o Brasil

Em função da diversidade do teor dos trabalhos publicados no Brasil, optamos por chamar a atenção agora para a aplicação dos tipos analisados por Cobb e Elder (1971) e Kingdon (1995). Desdobrando a classificação dos autores, resolvemos incluir também o que poderíamos, preliminarmente, chamar de subtipos ou o que Kingdon (1995) chamaria de agenda especializada, no caso as diferentes agendas ligadas à agenda sistêmica e distintas agendas relacionadas à agenda governamental, como veremos logo a seguir. Além do mais, consideramos correto alargar o conceito de agenda institucional ou governamental e vinculá-la ao Estado de forma mais ampla.

Sobre a agenda sistêmica, no Brasil existem bem menos análises do que a agenda institucional ou governamental, o que, a nosso ver, provavelmente expressa uma maior influência de Kingdon (1995), já que ele enfatiza muito mais o último tipo. Como exceção, destacaríamos o trabalho de Draibe (1993b), onde explicitamente fala-se que na transição democrática a crise e reforma do Estado ganharam espaço na agenda sistêmica e política. Outros autores aludem apenas indiretamente à agenda sistêmica. Já no final da década de 70, como mencionamos, Santos (1987) vai referir-se à agenda do movimento sindical, a qual será retomada no final da década de 1990, como também citamos. Destaque-se, inclusive que o mesmo Santos (1987) vai mostrar como a agenda do movimento sindical vai terminar suscitando a elaboração de um projeto de um deputado, ou seja, rebateu em uma área do Estado. Lamounier (1982) e Chaia (1997), por sua vez, estudam a agenda política no geral e através do tempo e Silva (1996), não obstante aponte em vários momentos a uma agenda social da ONU, seu foco são as chamadas redes cidadãos (especialmente as ONGs) e as novas agendas sociais, agendas sociais globais, agenda

pública “planetária” alternativa, agenda alternativa e agenda ambiental. E Miguel (2004) alude à agenda do jornalismo e agenda da mídia.

Quanto à agenda institucional ou governamental, há uma profusão de estudos no Brasil. A este respeito e lembrando que ampliamos o escopo desta agenda para o Estado, grande parte dos autores associa diretamente a esfera pública ao governo e ao Estado, como Azevedo e Melo (1997), Melo (1998) e Draibe (1998) ao falarem de agenda pública. Também encontramos referências à agenda governamental nos trabalhos de Castro (1989), Fagnani (1997), Arretche (1996), Melo (1998), Costa (1998) e Barreto e Pinto (2001), ou mesmo agenda externa do governo ou agenda do Executivo e agenda governativa para Couto (1997). São comuns, além do mais, alusões ao Estado de uma maneira geral, como Fagnani (1997) ao chamar a atenção para a agenda estatal, ou aspectos relativos ao âmbito de atuação como Melo (1991; 1993b) quando fala de agenda social do Estado. Mas esta atuação do Estado, como regra e à semelhança da literatura internacional predominante, situa-se no plano nacional como vemos Fagnani (1997) falar de agenda federal, não obstante alusões ao plano estadual quando Couto (1997) indica a agenda dos futuros governadores após a elaboração da Constituição de 1988, bem como algumas poucas exceções como Almeida e Carneiro (2003), Bodstein et al. (2004) sobre a agenda local, Peres et al. (2005) ressaltarem a agenda do desenvolvimento local e Ananias (2005) ao referir-se à agenda de modernização das ações sociais públicas no âmbito local.

Igualmente importantes são as chamadas para as relações da agenda com as políticas governamentais setoriais, tais como: Reis (1989) ao fazer propostas vinculando a agenda com a política econômica, Bodstein (2002) referindo-se explicitamente à agenda setorial ao chamar a atenção para os conselhos de saúde; Santos e Paixão (1989) falando da agenda das políticas econômicas e energéticas; Melo (1991), apontando as agendas das políticas urbanas e habitacionais; Melo (1993a), igualmente, referindo-se à

agenda das reformas urbana e habitacional, agenda da política de saúde, agenda da reforma sanitária e agenda da política previdenciária; Melo (1996) ainda aponta a agenda para a reforma da seguridade; Azevedo e Melo (1997) aludem à formação da agenda da reforma tributária; e Costa (1998) faz observações sobre a agenda de saneamento, agenda do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento, agenda na política de saúde e agenda da reforma sanitária.

Indiretamente sobre o Estado, Couto (1997) analisa o que chama de agenda constitucional e Melo (1999) aponta para a agenda de pesquisa. Arretche (2003) alude à agenda de pesquisa em políticas públicas no Brasil e Sousa (2003), assim como Faria (2003), falam especificamente de agenda de pesquisa ligada às políticas públicas e Barreto e Pinto (2001) vinculam o assunto com a agenda de pesquisa em educação.

Finalmente, alguns trabalhos versam sobre instituições internacionais de cunho estatal. Neste sentido, Melo (1993a) e Borges (2003) falam da agenda do Banco Mundial; Melo e Costa (1995), ao analisarem as chamadas reformas e aludirem principalmente ao BIRD e FMI, citam uma nova agenda de políticas públicas, globalização e as agências internacionais; Alves (1996) e Silva (1996), aponta para a agenda social da ONU; Costa (1998), por sua vez, lembra a agenda do Banco Mundial e a base, ou algo do gênero, do que seria uma agenda internacional.

A agenda brasileira e os diferentes períodos

Ainda tomando como escala temporal principalmente as décadas, procuraremos mostrar como a literatura produzida no país situou a agenda a partir de diferentes ângulos. E, como a maioria dos textos que abrange um período mais longo destaca como marco inicial a década de 1930, tomaremos esta data como a referência mais importante. Ao que parece, o primeiro trabalho no país a tratar o assunto da agenda situando-o mais sistematicamente no tempo, foi o de Lamounier (1982), mostrando as transformações da agenda política, seu percurso

histórico e o impacto da agenda dos debates políticos sobre a ciência política. Assim, afirma que a primeira etapa da *agenda político-intelectual*¹² iria pelo menos até 1930 e teria sido marcada pela formação e consolidação do Estado (controle do território e segurança mínima para a população)¹³. Já Lopes (1998), ao referir-se especificamente às questões dos trabalhadores, afirma que a agenda sindical no final do século XIX, mesmo contemplando as questões imediatas, ainda colocaria como central o emprego e as relações com a educação profissional e a geração de renda.

Para Melo (1991), o período que vai de 1930 a 1990 estaria vinculado à *formação da agenda governamental no Brasil* ou à *construção histórica da agenda das políticas de bem-estar social no Brasil* e destaca mais especificamente a *constituição social das agendas das políticas urbana e habitacional*. Posteriormente, Melo (1993b) afirma que a *agenda pública* na década de 1930 expressou o processo de *nation-building* brasileiro e confundiu-se com a ação de corte social. Tratava-se de incorporar os excluídos da ordem anterior (segmentos médios e os trabalhadores urbanos) e ampliar a participação política e, desta feita, a política social estaria subordinada a um cálculo político visando a promoção da integração social e a identidade nacional. Em outro texto, ao estudar os valores e noções que teriam informado o debate e moldado a *agenda pública*, Melo (1998), já situando esta agenda entre 1930 e 1945, diz que o seu princípio organizador seria a integração social e *nation-building* e esperava-se como efeito a incorporação das massas etc.

Numa terceira etapa, poderíamos tratar da agenda entre 1945 e o golpe de 1964. Para Lamounier (1982), a segunda etapa da *agenda política* ocorreria após a II Guerra até 1964 e refere-se ao problema da igualdade e à discussão da reorientação

econômica (redução da dependência externa, industrialização etc.), mesmo que isto não anulasse o foco anterior sobre o poder central.

Quanto a Melo (1998), ao aludir ao populismo no Brasil entre 1945 e 1960, ressalta que a *agenda política* seria dominada pelo que ele chama de elite técnica modernizadora com ideólogos e técnicos ‘desenvolvimentistas’ de um lado e, de outro, por uma elite tecnoburocrática do Ministério do Trabalho que controlava a *agenda social do Estado*. Além do mais, na formação da agenda pública populista entrariam como ilustrativas do jogo político a banalização da política social, a instrumentalização do aparato do Ministério do Trabalho etc. Já enfocando especificamente a chamada era Vargas, Melo (1991) diz que neste período a política social estaria inscrita na *agenda de intervenção do Estado brasileiro*.

Desdobrando-se este período em algumas subfases, Melo (1991) afirma que a *agenda pública* na década de 1950 teria uma forte ligação com uma elite tecnocrática e setores de esquerda no geral. Ainda segundo Melo (1993b) na *agenda pública* na década de 1950 estaria a centralidade da questão do desenvolvimento, o aparecimento da questão dos *trade offs* entre acumulação e equidade. Por fim, Melo (1991) ressalta que na segunda metade da mesma década teria havido a radicalização da *agenda dos governos populistas*.

Na subetapa de 1960 ao golpe de 1964, Melo (1991) ressalta que na *agenda pública* a acumulação e a distribuição constituiriam um jogo de soma zero. Alude também à *agenda do populismo radical* onde as reformas de base ou estagnação social e econômica, subdesenvolvimento e estagnação contrapostas à reforma e crescimento seriam a escolha trágica desta mesma *agenda populista radicalizada*. Para o autor, a *agenda reformista radical dos governos populistas* não incluía as políticas sociais compensatórias e que a *contra-agenda dos setores conservadores* nunca se tornou hegemônica. Melo (1993b) ainda lembra que a *agenda radicalizada* tinha duas vertentes, ou seja, a primeira de inspiração cepalina onde a equidade e a redistribuição constituiriam condições para a acu-

12 O destaque é em itálico para chamar a atenção das expressões usadas pelos autores.

13 Embora acentuando mais o período de 1870 a 1940, Chaia (1997) em grande parte cita a etapa inicial da periodização de Lamounier (1982).

mulação e a segunda, em que a equidade e a acumulação seriam um jogo de soma zero.

Passando para a etapa de 1964 a 1970, encontramos poucas análises a este respeito. Embora destacando muito mais o período após o golpe de uma maneira geral, Lamounier (1982) considera que a agenda estava ligada à questão da igualdade, associada à desconfiança do poder central e à forte crítica ao autoritarismo, à inovação da sociedade civil e à participação. Para Costa (1998), o saneamento nos anos 60 já estaria presente na *agenda da comunidade de especialistas*. Melo (1998), por sua vez, ao referir-se ao autoritarismo burocrático afirma que entre 1964 e 1967 o princípio organizador da agenda seria a modernização conservadora. Já entre 1967 e 1973 vigoraria o princípio do crescimento sem redistribuição e os efeitos mais relacionados à submissão das políticas públicas à lógica da acumulação.

A quarta etapa seria situada na década de 1970, embora alguns autores expandam o período. Costa (1998), por exemplo, diz que o saneamento teria se transformado num setor fundamental da *agenda social* nos anos 70 e 80. Para Melo (1993a), os arquitetos teriam perdido terreno para os economistas no tema habitação e política urbana nas décadas de 70 e 80 e que, desta forma, passaram a dominar a *agenda de discussões*. Outros textos, ao tomarem como referência a intitulada transição democrática e mudança de regime político, situam a agenda entre 1974 e 1984. Assim, Melo (1998) afirma que neste intervalo de tempo o princípio organizador da agenda teria sido o redistributivismo conservador e o primado da desigualdade sobre a pobreza absoluta e os efeitos, bem como a expansão acelerada dos complexos industriais vinculados à oferta dos bens e serviços. Já Fagnani (1997), fala de estratégia conservadora entre 1974 e 1984 e que o transporte público e a alimentação foram incluídos na *agenda governamental* e diz ainda que a *agenda reformista* começaria a ser desenhada no final dos anos 70 e que a questão social seria ampliada.

Para Chaia (1997), ao falar da década de 70 como um todo, diz que predominava na *agenda po-*

lítica o tema da transição, a natureza do regime autoritário e a liberalização promovida pelo governo Geisel. Quanto a Melo (1999), este afirma que a *agenda pública* estaria estruturada em torno do desenvolvimento, discussão referente ao impacto redistributivo etc. E que a *agenda de pesquisa* teria ficado mais internacionalizada ao acrescentar mudança na *agenda de questões*. Ainda para o conjunto da década, Prado (1998) vai dizer que a *agenda sindical* estaria centrada na questão salarial, mas sofreu mudanças a partir de 1979 e início dos anos 80.

Pensando-se na metade da década, vejamos algumas observações: para Costa (1998), em meados dos anos 70 a questão social invadiria a *agenda pública*; segundo Melo (1991), o controle democrático da política social vai surgir na *agenda de discussão das políticas públicas* neste período. Ao se pensar no final da década, Draibe (1993a) assevera que, sob o influxo da democratização e crise do regime militar, o tema da reforma do Estado ganharia progressivamente espaço na *agenda política* e que foi iniciada uma *agenda de reformas*. Para Melo (1999) haveria uma inflexão em torno das pesquisas sobre o tema da política social, ocorrendo uma maior internacionalização na sua *agenda de questões*.

No tocante à quinta etapa da agenda, ou década de 80, continuaremos com o mesmo procedimento dos períodos anteriores, isto é, tendo uma certa flexibilidade temporal. Desta forma, podemos incluir as observações de Fagnani (1997). Inicialmente, ele diz que entre 1974 e 1988 a questão social teria sido ampliada e a revisão da legislação trabalhista, o seguro-desemprego e a reforma agrária entraram na *agenda governamental*. Na contra-reforma conservadora de 1987 e 1992, o assistencialismo e o clientelismo seriam ampliados na *agenda estatal*. No final de 1987, a reforma agrária perderia a importância e institucionalidade na *agenda estatal* e entre 1988 e 1990 o processamento constitucional da *agenda reformista* sofreu oposição do Executivo.

De qualquer forma, diríamos, a questão da democracia e a questão social tiveram importância na década de 80. Para se ter uma idéia, Chaia

(1997) ressalta que a *agenda política* estaria centrada na discussão da democracia, envolvendo suas características, limites e também as possibilidades de consolidação para a sociedade brasileira e a própria natureza da democracia. Segundo Melo (1991; 1998), a avaliação da política social contaria com a introdução da participação na *agenda pública* enquanto princípio democrático.

Para Melo (1993b), na década de 80, a *agenda pública* seria redefinida. E ressalta: o debate não versaria mais sobre a acumulação e equidade, mas centrado na discussão do *modus operandi* das políticas públicas de corte social, especialmente a partir de 1984; este *modus operandi*, colocaria as questões processuais da democracia pela primeira vez desde 1930 vinculada ao debate sobre as políticas públicas (no início, a prioridade do formato decisório em detrimento da eficácia da ação e depois isto é invertido), já que antes estas políticas seriam desdenhadas pela esquerda ao subsumi-las na ação totalizante do Estado; estaria deslegitimada a questão da desigualdade e conferida uma maior atenção à pobreza absoluta (seletividade da ação pública num quadro de crise fiscal e reajuste estrutural e atenção à descentralização na Nova República), como peça central da sua *agenda reformista* (bandeira anterior de oposição ao regime militar, noções programáticas consolidadas no conjunto das ideologias socialistas, sucesso das experiências espanhola e francesa); levou-se em conta muito mais a eficiência da ação pública do que o seu modelo global.

Ainda seguindo as observações de Melo (1999): o *boom* que teria havido na análise de políticas públicas na década apontaria como uma das determinações o *deslocamento da agenda pública*; mudaram os temas da *nova agenda* e ocorreria a redescoberta na *agenda de pesquisa* da descentralização e das políticas municipais; nos anos 80, os conceitos de capital social, sociedade civil e cultura cívica trariam outras questões para a *nova agenda*.

Mas esta agenda, em que pese a importância atribuída à política social, como já assinalara Fagnani (1997), não resolveu por si só os problemas

existentes. Não por acaso, Draibe (1993b), mesmo lembrando que na *agenda dos anos 80* estaria incluída a unificação das fontes de custeio e seguridade e que a transição e a democratização conformariam a via de entrada dos sistemas de proteção social na agenda de reformas do Estado (1997), aponta dificuldades. Diz que a *agenda de reformas* teria seu conteúdo de propostas (temática da reorganização institucional de um lado e, de outro, mudanças generosas de programas e políticas e, fundamentalmente, em torno da democratização), mas em termos de resultados seria deformada. As análises e os diagnósticos das políticas sociais ao longo da década teriam identificado várias características negativas e distorções e, de certa forma, comporiam as bases da *agenda de reformas da transição democrática*.

Vejam agora alguns aspectos do governo Sarney e outros elementos que futuramente vão reorientar as políticas públicas. É importante focar o assunto também desta forma, porque grande parte da agenda da política social cresce com a chamada Nova República e com a nova Constituição de 1988. Para se ter uma idéia, Castro e Faria (1989) referem-se ao *conteúdo da agenda da Nova República* e dizem que na *agenda da Nova República* teria havido a reestruturação do padrão de financiamento dos gastos sociais, a reorganização do aparelho administrativo ligado à prestação de serviços sociais e a promoção de grande debate vinculado à sociedade civil e tendo em vista a definição de um modelo de política social. Mas este governo, como já foi referido, teria uma *carregada agenda* e optou pelas ações emergenciais e assistenciais e os setores progressistas perderiam terreno na *agenda governamental*. Na mesma direção que os autores citados, Vianna (1989) diz que a política social teria passado a ter destaque na *agenda das preocupações governamentais*. E Melo (1999) lembra que a publicação do Nepp sobre a situação social do Brasil foi em 1985, e representaria uma *nova agenda de pesquisa* e expressou também um forte engajamento na *nova agenda governamental*.

Há um certo consenso entre os autores sobre uma agenda reformista no governo Sarney, em que

pese várias críticas. Desta forma, Melo (1993a) vai referir-se a uma *agenda reformista* e sobre o mesmo governo alude a uma *agenda de transição* e uma *nova agenda* e afirma que a Conferência de Saúde teria referendado a *agenda da reforma sanitária*. Em um texto conjunto, Azevedo e Melo (1997) falam de uma *agenda das iniciativas reformistas* da Nova República. Noutro trabalho, Melo (1998) ressalta que teria havido um reformismo social-democrata, com universalismo, descentralização e transparência. E para Melo e Silva (1999), a *agenda da Nova República* teria se efetivado com a Constituição de 1988 e falam de uma *agenda das iniciativas reformistas da Nova República*.

Mais ou menos no mesmo diapasão, Draibe (1993b) vai chamar a atenção para uma *agenda de reformas* e que, no início dos anos 80, seria conformada em termos de uma *agenda de reformas na área social do Estado* com o resgate da dívida social. Prosseguindo, Draibe (1998) vai aludir ao que denomina de *agenda reformista iniciada na década de 1980* e destaca, dentre outras coisas: seria uma pauta mudancista com direitos sociais; organizada em torno da questão social e apontando para a reestruturação urgente do sistema de políticas sociais; abriria espaço para o equacionamento de uma política de assistência social e também de programas vinculados ao combate à pobreza, que antes não existiam; cobraria melhoria na efetividade das políticas sociais; ideário de elevar a eficiência do gasto social e com isto propunha-se a descentralização, mais transparência, *accountability* e participação social – idéias-força de democratização do Estado na área social.

Ainda referindo-se ao governo Sarney, Costa (1998) afirma que nos meados da década inúmeras *instituições de difusão da agenda* foram associadas à ampliação da equidade e que a partir dos debates sobre política social no período de transição dos anos 80 as análises trouxeram questões relevantes para a *agenda pública*. Refere-se também à *agenda de universalização da década de 80* e a uma *agenda da Nova República* que teria havido impulsos incrementais no saneamento. Sobre o atendimento médico, diz que a

universalização da cobertura acompanharia a *agenda da universalização da década de 80*.

A acentuação da agenda da política social no período da chamada Nova República, não implicou, necessariamente, em melhoria significativa para a população e nem transformações mais substantivas. Para Melo (1991; 1998), teria ocorrido uma paralisia decisória como decorrência da *saturação da agenda* e em função das demandas potencializadas ou, para Costa (1998), uma violenta indefinição institucional sobre a *agenda da Nova República*. Sobre o debate na década, Arretche (1996) diz que parte importante do mesmo estaria relacionada à idéia e necessidade de aliviar a *agenda decisória do governo central e do Congresso*. E em que pese, ainda para Melo (1993a), o fato de que num primeiro momento os setores favoráveis à reforma tivessem hegemonizado a *definição da agenda governamental*, para usar as palavras de Couto (1998) não teria havido uma aliança que permitisse a implementação de uma *agenda coerente de mudanças*.

Mas a década de 80 vai ser caracterizada também pela elaboração da nova Constituição e a entrada ou início da agenda neoliberal e seus efeitos importantes posteriormente. Costa (1998), por exemplo, fala da *agenda na política de saúde* nas décadas de 80 e 90 ou mesmo *agenda de saúde da Constituição de 1988*. Couto (1998), por sua vez, afirma que a Constituição de 1988 seria central para a discussão e condicionante das *agendas formal e substantiva* e que, desde 1979, todos os presidentes teriam se empenhado num item central da *agenda de reformas orientadas para o mercado*.

Voltando-se para uma reorientação do conteúdo da agenda, Costa (1998) vai referir-se a uma *agenda neoliberal* nos anos 80 e que entraria em confronto com o modelo institucional-distributivista. A partir dos anos 80 o Banco Mundial teria uma *agenda clara* e assumido a liderança em relação à *agenda internacional para a saúde* e, pelo mesmo raciocínio, a *agenda do Banco Mundial* teria reproduzido um conjunto de visões intelectuais. Para ser mais preciso, ressaltaríamos, a agenda neoliberal vai ter uma grande pre-

ponderância a partir do final da década de 80. Para Melo (1993b), a descentralização da política social, que seria uma *agenda neoliberal*, representaria uma conjunção das agendas neoliberal e reformista. Mas a descentralização seria, ao mesmo tempo, algo fundamental do repertório *conservador*, pois este localizaria no governo central o seu antiestatismo.

Ainda para Melo (1993a), citando um trabalho do Banco Mundial de 1989, afirma que o órgão teria proposto para o Brasil uma *agenda para o ajuste fiscal* com centralidade na previdência social. Lembra também (MELO, 1996), que a revisão constitucional sobre a seguridade social teria representado uma *desconstrução da agenda* estruturada na Constituinte e que nesta, os *issues centrais da agenda* estariam vinculados ao conceito de seguridade social e o debate referente à seguridade social teria um espaço relevante na *agenda constitucional*. Ressalta Melo (1998), que na década de 80 teria havido a difusão em termos internacionais de uma *nova agenda* para o Estado e que o diagnóstico da ingovernabilidade atualizaria esta *agenda*.

Na verdade, e este ponto é relevante, a chamada agenda de reforma, pelo menos no que toca ao significado do discurso do capital financeiro e, por extensão direta ou indireta, do FMI e do Banco Mundial, especificamente, não se refere, propriamente, a uma reforma do Estado, mas, falando claramente, muito mais à sua privatização no sentido amplo. E esta privatização, por sua vez, está vinculada a um conjunto de transformações das estruturas econômicas e sociais, incluindo, por exemplo, a chamada reestruturação industrial que, por sua vez, trouxe desdobramento, como lembra Prado (1998), sobre a *nova agenda sindical*.

Mas a *agenda neoliberal*, para usar as palavras de Draibe (1993a), Melo (1996) e Costa (1998), vai ser predominante a partir do fim da década de 80 e na década de 90 como um todo, que constitui a sexta fase da agenda no país. É em função disto, que situamos o texto de Melo (1999) quando este afirma que a *agenda intelectual* teria acompanhado à chamada reforma do Estado e que ela seria o princípio organi-

zador da *agenda pública* nas décadas de 80 e 90. Ou, nas palavras de Melo (1993a) e Melo e Silva (1999) direcionadas a um setor ou área específica: nos anos de 89 e 90, a reforma da previdência social seria um ponto central na *agenda de reforma do Estado*.

Contudo, é importante lembrar que a maioria dos autores fala de reforma com sentidos variados: com um significado antigo, em que haveriam mudanças importantes mas que não afetam o núcleo do sistema, no caso o tipo de propriedade e o perfil e papel do Estado (discurso do início do governo Sarney etc.); e reforma com a conotação dada pela ideologia neoliberal e que, na maioria das vezes, remete para a privatização do Estado (especialmente a partir do governo Collor). Desta maneira, é que conseguimos entender quando Melo (1993a), citando trabalhos do BIRD de 1984, 1988, 1989, 1991 e 1993, afirma que grande parte da *agenda reformista* no Brasil era do Banco Mundial e ao mesmo tempo refere-se à *agenda para o ajuste fiscal* proposta pelo mesmo órgão num trabalho de 1989. Depois, Melo (1998) fala de cesarismo reformista de Collor e de contra-reforma do mesmo governo em oposição ao período imediatamente anterior (MELO; SILVA, 1999).

Raciocinando-se em termos da década de 90 como um todo, algumas características gerais emergem com clareza. Uma delas, como aponta Chaia (1997), é que a *agenda política brasileira* sofreria grande mudança com a introdução do tema referente aos projetos de desenvolvimento econômico frente à globalização e daí estudos sobre as funções do Estado e a relação entre política e a nova ordem mundial. Nesta direção, poderíamos incluir a observação de Azevedo e Melo (1997) quando afirmam que a *agenda* dos anos 90 cedeu lugar a uma *agenda* balizada pela necessidade de integração competitiva no mercado internacional e que os conflitos de natureza federativa teriam dominado a *agenda*.

Uma característica também importante remete para o que Melo (1996) e Azevedo e Melo (1997), ao aludirem à chamada reforma da Constituição de 1988, vão chamar de *desconstrução da agenda na década de 80*. Falam também de *reconstrução da agenda*

pública pós-Constituinte e nova agenda pública vinculada à Constituição e sua revisão. No período pós-Constituinte, ressaltam ainda Azevedo e Melo (1997), teria ocorrido uma *contra-agenda da reforma tributária*, ou seja, a *contra-agenda* ancorada na visão de ingovernabilidade fiscal. E esta *nova agenda*, por sua vez, seria centrada na redução da carga fiscal e a expressão custo Brasil passaria a ser parte do repertório intelectual da *nova agenda*.

Um outro traço que chama a atenção na década de 90 e vista com maior amplitude, é o que denominaríamos de mudanças nas orientações e tipos das políticas sociais. Draibe (1993a), por exemplo, diz que a *agenda neoliberal* teria se modificado parcialmente nos anos 90 e que a renda mínima, a descentralização, a privatização e a focalização seriam consideradas como constitutivas da *agenda neoliberal*. Além do mais, a mesma Draibe (1998) afirma que no fim dos anos 80 e principalmente nos anos de 1990, novas questões entrariam para a *agenda pública* e que minimizaram ou flexibilizariam a rigidez da discussão sobre a forma, os tipos e igualmente as prioridades dos programas. Enfatizaria, para se ter uma idéia: a focalização mais apoiada em critérios mais amplos e complexos e ultrapassando a mera renda individual; reforçaria a focalização e a seletividade sem perder a universalização; seria reduzido o estatismo e manutenção do caráter público e a gratuidade do serviço (envolvendo ONGs, parcerias e setores privados e lucrativos); ocorreria maior aceitação de programas de transferência monetária. Toda esta inflexão, para a autora, decorreria das respostas em função do aprofundamento da crise, desemprego e aumento da pobreza. Ou, para usar as palavras de Prado (1998), a queda de investimentos públicos e os problemas sociais constituiriam dados estruturais para a *agenda dos anos 90*.

Destacariamos ainda, como uma característica geral, a questão das chamadas reformas ou agenda neoliberal no sentido mais amplo e seu vínculo, direto ou indireto, com as políticas sociais. É neste sentido que as observações de Melo e Silva (1999) sobre a previdência deveriam ser encaixadas. Referindo-se

à Constituição de 1988 e suas questões de justiça distributiva e participação, os autores aludem, por exemplo, à 'agenda constituinte' e falando sobre a previdência social ressaltam que não haveria a implementação desta agenda. Na verdade, nos anos 90 a *agenda constituinte* teria sido substituída por uma intensa discussão pública sobre a sustentabilidade financeira da previdência. Assim, a *agenda* que teria sido forjada nos anos 90 seria, na verdade, uma "contra-agenda", ou seja, contraposta à da chamada Nova República.

Ainda para os mesmos autores, devido ao ajuste, a reforma da previdência passaria a ser uma questão e ter crescente centralidade na *agenda pública* e o tema da previdência teria uma importância reforçada na *agenda governamental*. Ressaltam, entretanto, que a reforma da previdência seria uma contra-reforma e uma das áreas da *agenda pública* e que os fundos de pensão passaram a ocupar um lugar central na retomada do desenvolvimento.

Em seguida, Melo e Silva (1999) direcionam sua atenção para a formação da agenda. Além de expressões como *A agenda de questões, A reforma da previdência social, Agenda setting e negociação no Congresso Nacional e A agenda da contra-reforma*, eles dizem que visaram também identificar e analisar a *formação da agenda da reforma nos anos 90* ou o processo de *formação da agenda de reforma*. Acrescentam mais alguns aspectos: que na arena institucional a *formação da agenda* dar-se-ia no âmbito do Executivo; para o empresariado, a questão mais importante da *agenda da reforma* estaria vinculada à desoneração das contribuições sociais e em 1993 a FIESP apresentou uma *agenda para a reforma*. Ainda referem-se à *formação da agenda* da revisão constitucional e sobre a tramitação da chamada reforma da previdência no Congresso, afirmam que o tema faria parte de uma *agenda tradicional* do Congresso. Ressaltam que as abordagens ortodoxas da *agenda neoliberal* teriam sido deslegitimadas com as crises do México. Por fim, dizem que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento seriam atores importantíssimos da *agenda substantiva* da reforma, e que a *nova agenda do*

Banco Mundial estaria ligada à privatização do mercado de seguro social.

Fica claro, dentre outras coisas, o grande peso dos denominados organismos internacionais sobre a agenda dos governos brasileiros. Não por acaso, Costa (1998) alude à influência das agências internacionais no sentido de *definir a agenda social brasileira nos anos 80 e 90* (ajuste estrutural etc.) ou à influência dos organismos internacionais sobre a *agenda social* dos anos 90, apesar de que, somente no início da década o tema saneamento entraria na *agenda do Banco Mundial*. Falando especificamente da privatização nos anos 90, ressalta que a política de saneamento passaria a ser formulada pelos economistas do IPEA e que esta *superagenda* estaria ligada às crenças do FMI. Voltando-se para os debates no início dos anos 90, o autor fala que os diagnósticos feitos no Brasil teriam assumido a *agenda da crise* do Welfare State europeu e efetuado um transplante sem mediações. E que a *agenda do saneamento* teria sido refeita nos anos 90, e no biênio 1992-93 ocorreria o *reagendamento* no tocante à previdência social devido ao movimento da clientela previdenciária e suas conquistas através do poder de compra.

Lembrando o que temos denominado de subetapas da década de 90, Draibe (1993b) afirma que no início dos anos 90, estaria se compondo e organizando uma *nova agenda* e *nova agenda de reformas*, expressando a consciência da crise e a necessidade de reformas urgentemente. Nesta agenda, estariam envolvidos temas como: o aumento da responsabilidade do Estado sem herdar seu gigantismo; as novas formas de produção e distribuição de bens e serviços; oposições e dilemas entre estatização e privatização; seguro social *versus* seguridade; grandes espaços para a privatização etc., ou seja, isto faria parte da *nova agenda de discussão referente ao futuro das políticas sociais*. Agrega para o mesmo período: a existência de uma reforma do Estado e a reforma dos programas sociais e que comporiam a mesma *agenda de discussão* e não deveriam ser tratadas separadamente, bem como ocorrência da *agenda de discussão das reformas de políticas sociais*. Mas estas mudanças, aponta Draibe

(1998a), entre a década de 80 e a primeira metade dos anos 90, teriam ocorrido também a inexistência de reordenamento dos sistemas de proteção social e indicado que a *agenda de reformas na América Latina* seria processada num desequilíbrio entre políticas econômicas definidas e políticas sociais oscilantes.

Pensando-se agora em termos de governos, iniciemos pela administração Collor. Embora sem explicitar a gestão de Collor, Fagnani (1997) afirma que entre 1990 e 1992 teria havido a implementação truncada e o governo formularia uma *nova agenda de reformas constitucionais*. Segundo Melo (1996), no governo Collor ocorreu uma *agenda de negociação* com a crise aberta. Ainda para Melo (1998), o princípio orientador da agenda, seria o cesarismo reformista e as reformas como imperativos da 'governabilidade'. Como efeito, destaca a reestruturação das políticas, com focalização, seletividade e também a redefinição do público-privado. E, também para o mesmo autor, a discussão da ingovernabilidade estaria na *agenda pública* do governo Collor.

Considerando também que o governo Collor seria um governo de reformas, Couto (1997) afirma que, como este fracassou na resolução imediata da inflação e visando aprofundar as reformas relacionadas à legislação ordinária e medidas provisórias, terminou pautando uma *agenda constituinte*. Quanto a Prado (1998), diz que o governo Collor propunha uma *ampla agenda de reformas*. Posteriormente, Melo e Silva (1999), atribuiriam outro significado às iniciativas de Collor, já não vão mais falar de reformismo, mas de uma *agenda da contra-reforma* que haveria começado programaticamente.

No tocante ao governo Itamar Franco, praticamente não existem referências mais detalhadas e sistemáticas. Indiretamente, Couto (1998) assevera que, com a cassação de Collor, a *agenda do sucessor* ficaria contaminada. E falando das chamadas reformas, para o autor, em 1994 teria ocorrido o *congestionamento da agenda*.

Direcionemos agora, nossa atenção para o último governo da década de 90, no caso o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para Couto (1997),

ao analisar as questões vinculadas com o pós-Constituição de 1988, o governo de FHC (primeiro mandato) poderia ter sacrificado a *agenda constituinte* se tivesse sido levado em conta as dificuldades de aprovação sobre os dispositivos legais e ao atingir interesses setoriais intensos. Como o Plano Real não se confundia com a reforma estrutural e esta pressunha a modificação da Constituição de 1988, de novo a *agenda governativa* se constitucionalizaria. Em texto posterior, Couto (1998) prossegue. Iniciando pela posse do governo de FHC, diz que depois desta e a estabilização da moeda, teria sido *descongestionada a agenda emergencial no plano econômico*, isto é, devido à estabilização da moeda, o Executivo conseguiu livrar-se da *agenda emergencial antiinflacionária* e, desta forma, a estabilização monetária teria facilitado a *agenda constituinte*. No começo da nova gestão, o Brasil contaria com *duas agendas governamentais diferentes*, ou seja, uma *agenda ultraconsociativa* e outra *agenda majoritária*, sendo a *agenda de reformas* uma *agenda consociativa*.

Ainda para Couto (1998), em 1998 o país continuaria com *duas agendas governamentais*, sendo uma *agenda ultraconsociativa* e *agenda de reformas constitucionais* e uma *agenda majoritária*. Referindo-se à questão do sucesso do Executivo, afirma que se deveria observar como se articulariam a estabilização monetária de um lado e, de outro, as reformas constitucionais e os distintos *pontos da agenda* e conclui, então, que teria ocorrido uma *agenda comum* entre o governo de FHC e os parlamentares. Afirma que o Executivo não teria *invertido a agenda* no início das reformas e ao lembrar especificamente de 1998, diz que, diferente de 1993, o encaminhamento da *agenda Constituinte* não foi jogado para frente, mas, como ainda haveriam entraves naquele ano, então no futuro continuaria sendo uma *agenda constituinte*. Já diferentemente, a *agenda governamental não-constitucional* dispensaria tratativas com outros jogadores e a *agenda majoritária*, por seu lado, estaria ligada a uma maior autonomia do Executivo e a *ultraconsociativa agenda constituinte* ocorreria ao mesmo tempo que a *agenda majoritária*.

Vinculando-se o governo de FHC com as políticas sociais, segundo Melo (1998), procurou-se instituir a boa governança e o primado da pobreza absoluta sobre a desigualdade no debate público. Em relação ao efeito esperado das políticas ter-se-ia a focalização, seletividade, redefinição do público-privado, restauração das bases fiscais das políticas e políticas compensatórias. Também estaria presente na agenda pública do governo de FHC, a ingovernabilidade, isto é, uma *saturação da agenda pública*. Nesta mesma *agenda pública* de 1998, a idéia de governos sem sustentação seria apontada como elemento da crise brasileira. Já Melo e Silva (1999), afirmam que, no primeiro mês do governo FHC haveria um projeto de aumento do salário mínimo que entrou na *agenda presidencial* e que as áreas de saúde do governo mobilizaram-se e tiveram algum papel sobre o assunto na *agenda pública*. Acrescentam que, diferente da postura anterior, o governo de FHC proporia uma *agenda* de inovações e propostas na reforma administrativa e ganhou o apoio do Congresso. Draibe (1998b), finalmente, vincula este mesmo governo com uma agenda política de descentralização das políticas sociais.

Finalmente, passando-se para a última etapa da agenda no Brasil, iniciada no ano de 2000, Draibe (1998a), dentre outras coisas, afirmara anteriormente sobre o que chama de *agenda para um novo século* que a agenda ainda estaria aberta no tocante à política de combate à pobreza. Ao mesmo tempo e em grande medida, os mesmos temas estariam ligados ao segundo ciclo de reformas dos programas sociais. Mais recentemente Draibe (2006), procura rever a agenda da década passada. Quanto a Fleury (2004), falando especificamente do governo Lula, considera que já estariam na *agenda governamental* as reformas sindical e trabalhista, política e do Judiciário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas-SP, v. 9, n. 1, maio 2003.

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; MOYA, Maurício. A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização. **RBCS**, São Paulo, v. 12, n. 34, 1997.
- ALVES, J. A. Lindgren. A agenda social da ONU contra a desrazão “pós-moderna”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 11, n. 30, fev. 1996.
- ANANIAS, Patrus. A agenda de modernização das ações sociais públicas em âmbito local. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, mar./abr. 2005.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- _____. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, jun. 1996.
- AZEVEDO, Sérgio de; MELO, Marcus André. A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim. Avaliação de programas educacionais: indagações metodológicas e disseminação de resultados. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- BODSTEIN, Regina Cele de A. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, abr./jun. 1997.
- _____. Atenção básica na agenda da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2002.
- BODSTEIN, Regina *et al.* Avaliação de implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set. 2004.
- BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 52, jun. 2003.
- CAMPOS, Anna Maria; AVILA, Jorge Paula Costa; SILVA JR., Dércio Santiago da. Avaliação de agências reguladoras: uma agenda de desafios para a sociedade brasileira. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, set./out. 2000.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Avaliação de políticas e programas sociais. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, n. 12, 1989.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães; FARIA, Vilmar E. Política social e consolidação democrática no Brasil. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de (Org.). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.
- CHAIA, Vera. Agenda política brasileira: alterações e seqüência. **Margem**, São Paulo, n. 6, 1997.
- COBB, W. Roger; ELDER, V. Charles. The politics of agenda building: an alternative perspective for modern democratic theory. **Journal of Politics**, v. 33, 1971.
- COMIN, Álvaro A.; CASTRO, Nadya Araujo. As novas esferas de regulação do trabalho e o dilema sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./mar. 1998.
- CODAS, Gustavo. O ‘rpto’ da vanguarda. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./mar. 1998.
- COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. A agenda constituinte e a difícil governabilidade. **Lua Nova**, São Paulo, n.39, 1997.
- _____. A longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998.
- DRAIBE, Sônia Miriam. A política brasileira de combate à pobreza. In: FÓRUM NACIONAL, 10., 1998, Rio de Janeiro. **O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século**. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, maio 1993.
- _____. **Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista**. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10htm. Acesso em: 12 set. 2006.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes**. Santiago de Chile: CEPAL/Gobierno de los Países Bajos, 1993.

_____. **Reforma do Estado e descentralização: a experiência recente da política brasileira de ensino fundamental**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional: "Reestruturação e Reforma do Estado: Brasil e América Latina no Processo de Globalização". São Paulo, 18 a 21 de maio de 1998. v. 1.

_____. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, out./dez. 1997.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, v. 8, jun. 1997.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FLEURY, Sonia. Brasil: uma agenda de reformas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, nov./dez. 2004.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. The United States. In: HUNTINGTON, Samuel P.; CROZIER, Michel; WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission**. New York: University Press, 1975.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. Michigan: Addison-Wesley Educacional Publishers, 1995.

LAMOUNIER, Bolívar. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

LOPES, Carmen Lucia Evangelho. Algumas questões da agenda sindical nas últimas décadas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./mar. 1998.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos políticos no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARQUES, Eduardo C. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB**, Rio de Janeiro, 43, 1. semestre de 1997.

MELO, Marcus André B. C. de. Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 1993.

_____. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

_____. Democracia, neolocalismo e mal-estar social: a geometria política da Nova República. **Agenda de Políticas Públicas**, n. 4, ago. 1993.

_____. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo/Brasília: Sumaré, ANPOCS/Capes, 1999. (Ciência Política, v. 3).

_____. Interesses, atores e a construção histórica da agenda social do Estado no Brasil (1930/90). **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1991.

_____. Reformando a reforma: interesses, atores e instituições. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, dez. 1996.

MELO, Marcus André B. C. de; COSTA, Nilson do Rosário Costa. A difusão das reformas neoliberais: análise estratégica, atores e agendas internacionais. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter (Org.). **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: ANPOCS: HUCITEC, 1995.

MELO, Marcus André Campelo de; SILVA, Pedro Luiz Barros. Reforma da previdência social no Brasil. **Caderno**, Campinas, SP, n. 39, fev. 1999.

- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo**, (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona, Espanha: Ariel, 1992.
- MIGUEL, Luis Felipe. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, jan./jun. 2004.
- _____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.
- PERES, Fabio de Faria *et al.* Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, abr./jun. 2005.
- PRADO, Antonio. Mudanças na negociação sindical nos anos recentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./mar. 1998.
- REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- REIS, Eustáquio J. Uma agenda para a pesquisa e o planejamento econômico na próxima década. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 2, dez. 1989.
- REIS, Fábio Wanderley. Política e políticas: a ciência política e o estudo de políticas públicas. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, Belo Horizonte, n. 4, ago. 1977.
- RUA, Maria das Graças. A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1990.
- SANTOS, Hermílio. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n.1, jan./jun. 2005.
- SANTOS, Maria Helena de Castro; PAIXÃO, Antonio Luiz. O álcool combustível e a pecuária de corte: fragmentação e porosidade no Estado burocrático-autoritário. In: MOURA, Alexandrina Sobreira de. **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SILVA, Ana Amélia da. **Agendas sociais, espaços públicos e direitos de cidadania**. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, realizado entre os dias 22 e 26 de outubro de 1996.
- SILVA, Paulo Vieira da; PEDONE, Luiz. Formação de políticas de governo. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 2, n.2, maio/ago. 1987.
- SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **RAP**, São Paulo, v. 30, n. 2, mar./abr. 1996.
- VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2. sem. 1989.
- ZAGO, Marco Antônio. A pesquisa clínica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, abr./jun. 2004.



ARTIGOS

Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

Elda Rizzo de Oliveira – UNESP, Araraquara

A Carlos Roberto Motta, com quem compartilhei experiências abarcadas em fenomenologias não cartesianas

*Eu não sei o que você tem.
Você tem que procurar a verdade sobre você
(de médico para paciente).*

RESUMO

Este artigo discute a produção de um conhecimento sobre curas espirituais. Reconstituo várias abordagens antropológicas sobre essas questões, considerando a complexidade desses fenômenos. O foco dessa discussão é um programa televisivo apresentado pela Rede Globo, que dialoga com o modelo biomédico. Os pressupostos apresentados neste artigo são que há um grande número de situações envolvendo os conceitos *disease, illness and sickness* que revelam-nos a dificuldade para estabelecer claramente o que é saúde, o que é doença e o que é um fenômeno de campo. Esse fenômeno de campo não é conhecido pelo modelo biomédico. A mediunidade é vista neste artigo como um meio de acesso a experiências construídas neste mundo fenomênico. Há autores que concordam que vidas passadas possam enviar mensagens para a atual vida. Este é um caminho que não podemos provar, assim como nós não podemos provar os fenômenos pensados por meio da razão imaginante. A dimensão fenomênica produz uma realidade situada entre o mundo sensível e o mundo inteligível que necessita ser mais compreendida.

Palavras-chave: Modelo biomédico. Fenômeno de campo. Comunicações entre mundos.

ABSTRACT

This article discusses the production of knowledge about spiritual healings. I reconstitute several anthropological approaches about these questions, considering the complexity of this phenomena. The debate's focus is a TV program exhibited by Globo Network, who dialogues with biomedical model. In this article, the presuppositions presented show that are a lot of situations involving disease, illness and sickness that reveals us the difficulty of clearly to fix what is health, what is disease and what is a field phenomena. The field phenomena is not admitted by biomedical epistemology. The mediunity is seen in this article like a way for knowing experiences formed in this phenomenal world. There is some authors that agree that past lives send messages for actual life. This is a way for which we cannot to prove, like we cannot to prove the phenomena from the imaginare reason. The phenomenal dimension produces a reality that must be more comprehended because is situated between the sensitive world and comprehensible world.

Keywords: Biomedical model. Field phenomena. Communications between worlds.

INTRODUÇÃO

Em abril de 1998 a Rede Globo de Televisão exibiu um documentário denominado *Você acredita em espíritos?* Esse documentário continha uma discussão sobre fenômenos mediúnicos, dentre eles, as curas espirituais. Indagava os telespectadores a respeito da crença em *mediunidade e mensagens do além*. Parece que o fascínio e o mistério desses fenômenos mobilizam em todos nós o mais recôndito da nossa existência: o dilema da morte. Essa angústia original humana suscita ainda o desejo em conhecer onde termina o corpo e começa o espírito, ou como ele convive com o corpo, questões que aludem ao homem e à condição humana. Assim, essa problemática é atual. Está presente, inclusive, na origem do modelo ocidental do pensamento, quando os filósofos gregos indagavam sobre o que desencadeava a vida, de onde vêm as forças que movem o universo. Desdobramentos dessas questões ocorreram como rupturas através das quais foram elaborados os paradigmas biomédicos. E estão presentes também na codificação do Espiritismo por Alan Kardec, no século XIX, entre 1854 -1869.

As ciências sociais responderam a essas questões, pois elas se constituíam nos fundamentos do pensamento sobre a vida coletiva. Por meio dos saberes sobre a experiência humana queremos construir lealdades, a partir de diferentes lugares estratégicos de onde olhamos o mundo; de onde construímos e damos a conhecer a comunicação, seja no pensamento acadêmico, nos meios comunicacionais, no Kardecismo, ou em outros meios.

Respostas a episódios considerados absurdos, ou mais tenuamente, infactíveis chamam cada vez mais a atenção daqueles que criticam a noção de conexão necessária, biunívoca, que pauta o cartesianismo. Ainda hoje somos prisioneiros da lógica positivista pautada pelo extremo racionalismo do século XIX. O desafio é transcender os abismos abertos pelo legado do Empirismo e do Positivismo, ora ocultados, ora explicitados, tanto no Historicismo, no Kardecismo, quanto nas Ciências Sociais. Os epi-

sódios narrados no documentário podem ser explicados por meio de um conhecimento de dimensões do nosso próprio mundo, nos conceitos de: inconsciente coletivo, *ratio hermetica*, hermenêutica, arquétipo, trajeto antropológico, estruturas antropológicas do imaginário, cogito corporal, homem tradicional, razão imaginante, ciência gnóstica, *fenômeno de campo*, dentre outros¹.

O documentário ao reproduzir o cenário de Durkheim quando ele discutia a origem das forças que atuavam na consciência criando ebulições mentais, disjunções e doenças; se essa origem aludia a outros mundos, ao corpo ou ao cérebro humano, em sua época o autor dizia que essas forças vinham da sociedade, e atuavam como um fenômeno de regulação social; que elas fundavam a sociedade, nos comportamentos coletivamente vividos (DURKHEIM, 1970). Assim, esse documentário retoma símbolos incrustados na memória do inconsciente coletivo de uma dada cultura, a cultura ocidental, reativando-os e atualizando-os. Em mais de uma hora de duração, num horário nobre, com elevada audiência, este documentário mobilizou telespectadores de várias cidades do País. Criou sentimentos de pertinência às pessoas sob a orientação da emissora, que poderiam participar, em dois importantes momentos: no decorrer e no final do programa. Suas opiniões foram cotejadas num painel que sintetizava em percentuais três possíveis posicionamentos. O primeiro, a veracidade e a eficácia dessa modalidade de intervenção de cura, a cura mediúnica. O segundo, ao contrário deste, a inadequação, a ineficácia e sua completa ilegitimidade para a saúde da população,

1 Todos esses conceitos, com destaque para o **trajeto antropológico** e para a noção de **cogito corporal** são fundantes da hermenêutica da Antropologia do Imaginário. Devem ser compreendidos no interior dos *schèmes*, que se desdobram nas estruturas antropológicas do imaginário, em direções distintas do determinismo psicanalítico. Esses conceitos orientam simbólica e miticamente os processos de eufemização ocorridos na resolução dos planos coletivos e subjetivos quanto ao abarcamento na realidade da lógica do terceiro reino, o terceiro incluído, e portanto, da quebra de fronteiras para a compreensão das funções transcendentes do imaginário como construções do Real (DURAND, 1997).

porque essa cura seria considerada fraude ou pura ilusão. E o terceiro, a ciência (positivista) não explicaria tais fenômenos.

Impregnada por uma memória religiosa, sem ser institucional ou sem ser sagrada; e, em sendo profana, querendo construir um *axis mundi* (o lugar como arquétipo, cf. ELIADE, 2001, p. 37), a televisão aborda, atualmente, em suas telenovelas, seriados, filmes, o fenômeno da reencarnação. Programas como a cura mediúnica colocam em discussão uma questão que diz respeito a todos nós: todos nos deparamos com a ineficácia de cura do modelo biomédico para inúmeras doenças. Como distinguir doenças e fenômenos de ordem espiritual, em sua origem e desenvolvimento de outras doenças? E mais, a necessidade de buscarmos soluções fora dos modelos eruditos de cura. O documentário mostrou essa questão com toda a ambigüidade um fenômeno tido como religioso no contraponto do fenômeno considerado científico, dualidade tão presente nos meios mediáticos. Múltiplos cenários apresentando, erroneamente, soluções espirituais, religiosas, sagradas, energéticas como sinônimos umas das outras. Se há uma eficácia simbólica de cura nas soluções mediúnicas, como aspectos do documentário induzem, quais seriam os símbolos midiáticos e os mediadores utilizados para justificá-la? Como resolver o dilema situado entre aquilo que nos é apresentado de modo tão claro, visível, empírico, palpável por meio da ciência biomédica seja ineficaz, e aquilo que é considerado eficaz possa, por outro lado, ser invisível, obscuro, oculto, ilusório, irreal, incompleto, vago, inexplicável?

Neste artigo vou discutir algumas dessas complexas questões. Parte delas, as curas mediúnicas, em particular, figuram no Código Penal Brasileiro como exercício ilegal da medicina, charlatanismo, ou mais tenuamente curandeirismo. Os médiuns são acusados desse exercício ilegal por não terem cursado escolas de medicina. Indago sobre a natureza da realidade biomédica que constrói o humano. No meu entender ela não acessa o **cogito corporal**, essa razão outra, simbólica e mítica. O ponto de vista do

qual olho as funções desses meios de comunicação, igualmente a outros autores contemporâneos (DURAND, 1997; JUNG, 1983; MAFFESOLI, 2003; 2004) é o de que, por todos os poros do social há um afloramento do inconsciente coletivo, essa memória primordial da humanidade. Apresentando-se de diversas maneiras nas doenças incuráveis, nos mecanismos de continuidade e de descontinuidade que atravessam culturas diferentes, eles criam um hibridismo de formas culturais submetido à atuação dos arquétipos, símbolos, forças universais manifestas ou latentes. Eles escancaram-se aos nossos olhos, embora muitas vezes não os compreendamos, mas podem, ainda, ser considerados como **imagens de abertura** do mundo numérico para o mundo fenomênico (cf. ELIADE, 2001, p. 29).

Nesse imaginário coletivo atual, a memória mobilizada no documentário vai modelando a nossa vida holonômica, vibracional ou imaginal e construindo o **espírito de um tempo** (DURAND, 2001). Parece mesmo que estamos diante do retorno do trágico. A imponderabilidade da existência, incontavelmente escancarada em todos os planos da realidade, em sentido vivo, orgiástico se faz paralelamente à estreiteza cognitiva da ciência positivista, antropocêntrica, para compreendê-la (MAFFESOLI, 2004). Esses vórtices de energia nos governam, vertiginosamente, governam, inclusive, nossas instituições e os meios comunicacionais. Esses vórtices de energia alimentam essa memória que está aflorando num sistema dinâmico.

Paradoxalmente, parece que esses vórtices integram o mesmo movimento que conduziu o homem à hipertrofia da vida coletiva (JUNG, 1990), ou mesmo à própria erosão da vida em sociedade (MARTIN-BARBERO, 2003). Conduziu também o homem à perda do contato com a sua subjetividade (o medo e o desejo). Não é de se estranhar que esse fenômeno escape à compreensão do domínio epistemológico da ciência disjuntiva contemporânea, paradigma no qual a maioria de nós foi formada. Isso coloca em causa o desejo de continuidade histórica como seres mecânicos. Essa racionalidade unilateral

do contrato social traz embutido, contudo, o seu paradoxo. Ela abre-nos para uma possibilidade de sermos completos. Completos, no sentido de termos ativado a razão imaginante, essa qualidade ontologicamente humana, fundamental, oníria que reen-canta a alma e o mundo e não é mediúnica.

Nossa luta pela existência esbarra no dilema instaurado, simultaneamente, entre a busca de si com fuga de si mesmo. Esse fenômeno está presente em todas as formas de comunicação mediúnicas, ou não. Precisamos, então, compreender a natureza dessa realidade, juntamente com a natureza de um conhecimento de novo tipo. Não mais um conhecimento disjuntivo e linear. Mas uma epistemologia aberta e sensível, que abarque a sincronicidade (coincidência significativa a-causal), como alertava Jung (2002), a contigüidade, a oposição e a similitude, além da identidade e da alteridade. A natureza simbólica dos homens inscritos em culturas, mais oculta do que ilumina a compreensão sobre o homem, porque aparta o humano da sua condição humana, da sua humanidade.

A aceleração tecnológica que favorece a proliferação dos meios comunicacionais influi, inclusive, no processo de hominização. Este processo é milenar; formou todas as marcas humanas, unificou todas as extremidades: biológicas, simbólicas, culturais, míticas podendo agora compreendermos como o cérebro e a cultura se co-alimentam, alimentam o indivíduo, grupo e a espécie (MORIN, 1991). Oscilamos, então, entre a desativação dos mitos que mobilizaram a grandiosidade do homem moderno, que sendo superior controlaria a natureza (como o mito de Fausto, de Goethe, tradução alemã do mito de Prometeu) e o mito da ferida do rei Amfortas na lenda do Graal, que cura a todos e não a si mesmo. Este mito aponta para a fragmentação do homem e da sua consciência (ARAÚJO; BAPTISTA 2003), fenômeno presente nas doenças. Contudo, essa fragmentação da consciência também pode servir de **médium** (meio, ponte) entre a visibilidade da vida e a sua transcendência. No corpo e na alma encontra-

mos, então, múltiplos meios para a vida se manifestar em sua inteireza.

Percorro um caminho para esta discussão: 1) noosfera: imagens e símbolos como fontes de cognição e coesão social; 2) a construção do mundo e os seus sentidos; 3) O Kardecismo, a interferência dos mundos: comunicação, transmutação e transcomunicação; 4) médicos buscando dimensões espirituais em curas; 5) da natureza simbólica dos homens à condição humana; 6) o trajeto antropológico, o cogito corporal e os meios comunicacionais.

NOOSFERA: IMAGENS E SÍMBOLOS COMO FONTES DE COGNIÇÃO E COESÃO SOCIAL

Ao compor um hibridismo cultural que realiza a ativação da dimensão simbólica da experiência humana; participando, e ao mesmo tempo, confundindo as pessoas em seus diferentes modos de ser, os meios de comunicação de massa são ávidos na criação de suas lealdades. Com um público diversificado, programas como esses criam rápidas mediações, adesões e intensos processos de construção de sentidos, que pretendem se contrapor à hipertrofia da vida coletiva. Com essa concepção, o espetáculo está montado. Luzes, cores, sons, jogo claro-escuro, atores, *script*. Imagens coloridas, induzidas, as mãos da médium baiana dona Santinha macerando flores e gerando *mel curativo*; discos voando, luzes indiretas, fortes ventos, mãos operando contra luz; sensibilidades exacerbadas: pessoas emocionadas, chorando, atentas, angustiadas. Mãos emitindo *passes*, dissipando energias densas, pessoas bondosas como a médium D. Izabel, aplicando passes em centros espíritas e até mesmo no interior de uma UTI de hospital em Minas Gerais. O médium Sr. Francisco, população desesperançada, sofrida e doente buscando a *água fluidificada*, como um *remédio da espiritualidade*; depoimentos de médiuns sobre seus dons. Imensas filas de pessoas para receberem *passes* em centros espíritas, em chácaras isoladas. Músicas de fundo. Interiores de laboratórios populares de plantas medicinais com suas *garrafadas*, misturas de ervas medicinais obtidas por meio de informação

mediúnic. Depoimentos de pessoas do povo sobre o benefício dessa medicina popular, sincrética, que ora se preserva no mundo rural, ora se expande para o mundo urbano.

Nessa razão comunicacional, como diz Martin-Barbero (2003) são apresentados médiuns em possessão. Tomados por espíritos considerados *de luz*, esclarecidos, eles são curadores, efetuam curas inesperadas. Médiuns em estado de transe pintando telas com os próprios pés e com as próprias mãos, sem a utilização de pincéis. Supostamente estariam sendo inspirados por pintores consagrados como Monet, Lautrec, Van Gogh, Rafael, Renoir, Picasso; inspirações oriundas do Aleijadinho e pintadas em quadros; médiuns em transe aplicando *passes* com as mãos curavam diversos males numa grande quantidade de pessoas; médiuns sendo reconhecidos em seu poder de acesso ao sobrenatural por padres, e também por médicos; médiuns compositores que se acreditavam espiritualmente inspirados por Noel Rosa, Lamartine Babo, Ataúlfo Alves, Ari Barroso. Num centro espírita que recebia pessoas de todo o País, médiuns, como o Sr. Celso, traziam mensagens psicografadas de cura e de conforto aos pacientes, cujos filhos foram tragicamente mortos; as famosas mães de Milão que formaram a Associação de Mães do Movimento da Esperança eram apresentadas, sob o signo da fé: “a fé é o espelho da realidade dessas mães de Milão”, anunciava o repórter. Mães que criaram essa organização comunitária espiritual se revezavam e recebiam mensagens psicografadas de seus filhos. Uma dessas mães somente o fazia, quando só, em silêncio e concentração, momento em que acreditava captar sinais, vozes e assobios, identificados como sendo emitidos pelo único filho morto: “*é o Giglio dizendo: como você está linda, mãe!*”; convite para acampamentos espirituais com o Padre Leo; cursos espirituais como os ministrados pela Federação Espírita de São Paulo que ocorrem há mais de 50 anos, onde os alunos se especializam em diferentes tipos de mediunidade (psicografia, curas com passes, pinturas); médiuns atuando em sala de aula sob o transe mediúnico, incorporados que estariam

por espíritos de artistas; curas espontâneas mobilizadas por médiuns que diziam não terem aprendido com ninguém esse *dom*; mensagens gravadas de médiuns, supostamente captadas por rádios comuns. Médiuns, com naturalidade, afirmando terem visões de espíritos: “*vejo espíritos em forma de luz, que tomam a cabeça das pessoas aqui*”.

Construindo um clima de lealdade no programa, levava-se ao máximo a teatralidade da vida, quando o repórter, impactando os telespectadores, lançava a seguinte indagação: “*imaginação, fruto da vontade de achar que a morte não é o fim? Espíritos se manifestam, a ciência explica, ilusão ou fraude?*”. Opinavam pesquisadores da Medicina, da Física, parapsicólogos, especialistas em técnicas de hipnose, botânicos, agrônomos, professores universitários foneticistas, especialistas em Linguística e em línguas estrangeiras, como o alemão. Para fenômenos nomeados como sendo de *transcomunicação*, essa comunicação entre mundos, opinavam favoravelmente engenheiros e físicos famosos, um dos quais fôra professor em duas universidades na Alemanha, antes fôra um perito da ONU; ginecologista revendo diagnóstico de miomas que teriam regredido após o *tratamento espiritual* com passes e orações; *pessoas desengana-*das pelo modelo biomédico e se curaram; outra, em *coma* com meningite, que também se curou; pessoas que desistiram de fazer o tratamento espiritual (para diabetes, por exemplo) e mantiveram-se no tratamento da Biomedicina. Pediatras, padres e médicos entrevistados não se antagonizavam ao Espiritismo, ao contrário, até mesmo apoiavam os médiuns. Pais buscando consolo ao sofrimento pela perda de filhos, um deles organizou uma festa de aniversário para o filho ausente, com vinte convidados; pais sintonizando, por exemplo, uma determinada estação de rádio em ondas curtas. Outros decifravam nos escritos psicografados mensagens que identificavam serem de seus filhos mortos, um dos quais de câncer, outros de acidentes automobilísticos, revelando que estavam em paz. Datas de nascimento, de aniversário e também apelidos afetivos alusivos a si mesmos ou aos irmãos eram lembrados nas mensagens.

Tudo isso assegurava aos pais a veracidade do contato com o sobrenatural.

Inúmeras orientações foram emitidas por médiuns em transe aos pacientes, ou às famílias que buscavam consolo. Em todas essas situações se dava a larga utilização da medicina popular; após o recebimento do *passé* pelo doente seguia-se, inclusive, em alguns casos, a orientação para buscar a comprovação com exames laboratoriais. Médiuns recusando ao exame laboratorial do mel utilizado em suas receitas, ainda que inicialmente fora fornecido material insuficiente para tanto; a segunda alegação foi a de que “*os espíritos não admitem esse tipo de confrontação*”. Detalhes pessoais trazidos pelos médiuns à família, para os pais e parentes que ali buscavam consolo asseguravam que não se tratava de uma farsa, mas de uma maneira peculiar de acessar um mundo aberto aos *escolhidos*. A todo momento, depois de um certo número de apresentações dos fenômenos tidos como sobrenaturais surgiam as perguntas dos repórteres: “*médiuns podem curar?*” “*A cura é pela crença?*” “*Você não acredita em curas mediúnicas?*”

Enfim, o documentário mostrou curas parciais ou completas de enfermidades que desafiam o modelo biomédico, mas que encontraram encaminhamentos, quando não solução nesse modelo cognitivo terapêutico, que é o Espiritismo. É interessante observar que no Brasil, o Espiritismo assume uma característica diferenciada, se comparado ao contexto europeu: sua intensa atuação no campo das curas (SANTOS, 1997). Mostrou, então, a interferência de mundos: o mundo *sobrenatural*, fluído, incompreendido, que penetrava a suposta regularidade do mundo cotidiano. O mundo sobrenatural produzia uma intercomunicação, ampliada pela transcomunicação, controlada pelos médiuns, em transe ou não, no interior dos próprios centros espíritas, ou em hospitais. Ou, quando o doente era impossibilitado de se remover, a intercomunicação se dava em sua própria casa, fenômeno denominado apometria. Ondas curtas emitidas pelo rádio, em vozes gravadas por gravadores também eram os meios de acesso ao sobrenatural. Se é possível pensar a existência de co-

municação de um mundo sobre outros mundos, essa comunicação, necessariamente, seria a natureza mediúnica? Que dimensão da realidade é mobilizada quando a memória primordial da humanidade que integra o inconsciente coletivo de uma dada cultura se presentifica, sob a forma do trágico, por exemplo, no qual os arquétipos impulsionados por forças universais insistem em atravessar a suposta linearidade do tempo e do pensamento positivista?

Ao trabalhar com processos simbólicos, depa-ramo-nos com a noosfera, essa *poiésis*, essa produção simultânea de homens, idéias, mitos e valores que formam um “**universo onde nossos espíritos habitam**” (MORIN, 1998, p. 146, grifos do autor). Talvez o conceito de noosfera, em Morin, tenha uma função ontológica homóloga ao conceito de inconsciente coletivo de Jung e em Durand (não em Lévi-Strauss). Ou tenha mesmo sido criado para compreender de modo distinto dos kardecistas situações aludidas à suposta existência de um karma. A doença não é apenas um fenômeno biológico, mas um processo que porta dimensões hermenêuticas. (BUCHILLET, 1991; DURAND, 1997; GROF, 1987; JUNG, 1991; MORIN, 1998; ZÉMLÉNI, 1985). O etnocentrismo biomédico aparta as representações sociais culturalmente definidas dos sofrimentos contidos nas doenças e não conhece os sentidos da doença. Em *O Método 4*, Edgar Morin afirma que ao construir símbolos, os homens o fazem como condição de sua sobrevivência cultural. Implicitamente, dialogando com ele, Durand lhe responde que mais do que sobrevivência cultural, a construção de símbolos é o elemento diferenciador no processo de hominização (DURAND, 1995). Nos dois casos, temos uma comunicação co-implicada com o mundo. Os homens criam uma **noosfera**, isto é, a presença de uma força, um elemento vital mobilizador de relações sociais, analogamente a como o oxigênio o é para as plantas, como nos fala Morin, já que os homens não vivem sem os símbolos.

A noosfera erige também signos, valores, imagens e mensagens, figurações, analogias e metáforas. Enfim, a noosfera engendra idéias voltadas à tessi-

tura das relações dos homens entre si, dos homens consigo mesmo e dos homens com o cosmos. A noosfera revitaliza a dinâmica cultural de uma dada sociedade. Em sua relação com a noosfera a cultura da Modernidade produziu alguns mitos: o da morte de Deus, lembrado por Nietzsche; o da grandiosidade do homem, com sua racionalidade extremada, oriunda do Iluminismo, que laicizou o pensamento ocidental, erigindo miticamente o sujeito histórico transformador da sociedade. Tal mito desencadeara, inclusive, como enfatiza Maffesoli (2004) o mito da unidade do pensamento evolucionista, obviamente, que justificou, como ele nos lembra, o Colonialismo, o mito da limpeza étnica presente no holocausto judeu, o mito da morte do homem e o desencantamento do mundo. O conceito de noosfera nos ajuda a compreender a ampliação desse campo comunicacional extremamente ativado, voraz – porque se forma a partir da necessidade de comunicação entre os homens. Nesse campo comunicacional que atua como uma das forças sociais, os meios televisivos desenvolvem mecanismos de auto-reprodução quando propõem uma participação dos telespectadores, ao mesmo tempo, que criam obscurecimentos. Neste processo, o campo comunicacional aprofunda o abismo existente entre o campo simbólico e a natureza. Esse abismo advém de uma das heranças do Historicismo, que conectou a existência solar do homem atrelada ao domínio que ele realiza sobre a natureza, o que resultou no destroçamento dela.

A presentificação das fortes marcas desses mitos atuante na subjetividade das pessoas conduziu a que se identificasse, e conseqüentemente, se confundisse a consciência com a alma. O trabalho da consciência ao ampliar o conhecimento intelectual não dissipa os dilemas da alma que abarcam desafios ônticos, ligados à participação no Ser. São dois patamares distintos de verdades, que infelizmente, pouco se comunicam. Ao longo da obra de Jung vemos seu profundo esforço para explicar como se processou essa disjunção, bem como os mecanismos alquímicos (casamento alquímico) para realizar essa religação. Nesse dilema, a cisão na percepção alma-

consciência instaura ainda outro paradoxo: “o que nos faz comunicar é, ao mesmo tempo, o que impede de comunicar” (MORIN, 1998, p. 147). É nessa dialética que se desenvolvem os mecanismos de comunicação.

As curas mediúnicas apresentadas pelo documentário podem ser pensadas como parte da construção particular da noosfera de uma época que busca símbolos para cosmizar, segundo a língua espanhola, a existência. A aceleração na produção de informações, imagens, veículos midiáticos dota o pensamento produzido nessa época de uma espessura própria (cf. MORIN, 1998). As informações dinamizam os mitos atuantes no imaginário de uma dada sociedade, como por exemplo, o mito do progresso no modelo biomédico. As instituições médicas, do mesmo modo que outras instituições sociais, como as religiosas, em particular, frágeis em sua existência, expandem-se, paralelamente à proliferação e sobreposição das doenças das nossas populações. Parece que as instituições religiosas expandem-se, ainda, em substituição às grandes religiões da Antiguidade, como nos fala Jung (1983).

Por meio de diferentes maneiras, a tragicidade da vida parece suscitar também naqueles que buscam o Kardecismo o desejo do encontro com a imagem de Deus, que ficara impressa em sua alma. Mas tal imagem fôra impedida, paradoxalmente, de se desenvolver no interior do Cristianismo, como nos fala Jung. Nos fenômenos analisados transgride-se a linearidade do tempo e da causalidade positivista. O tecido social esgarçou-se. Pelos diferentes poros do social aflora o que está oculto, provocando o aparecimento da dimensão trágica do humano. O Cristianismo, o Catolicismo e o Protestantismo teriam paralisado as forças psíquicas dos homens. Esses três movimentos, historicamente, cumpriram uma função pragmática. Assim colocadas, as funções atuantes nesses movimentos obscureciam a realização de uma outra função, a função transcendente, imprescindível, realmente integradora, que conduzisse à *individuação*, esse conceito junguiano. Por meio desta função transcendente poderia haver

a superação dos opostos, já que a realidade acessa à consciência por meio dos opostos. Somente nesse tempestuoso processo, o ser humano conseguiria desenvolver essa **função transcendente**. A dimensão recôndita da alma humana requer o reconhecimento de todos os sinais por meio dos quais fundem-se criador e criatura. Na sincronicidade do tempo e na abertura metafórica desse espaço, nesse inconsciente coletivo, esse mundo passaria a ser percebido através de relações e intuições, de memórias e de visões, de fenômenos implicados e co-implicados, palpáveis e não palpáveis. Todos esses sinais se engramam num **cogito corporal** revelador das mais profundas marcas na corporeidade, em sua relação com a razão sagrada e com a razão profana.

A CONSTRUÇÃO DO MUNDO E OS SEUS SENTIDOS

Estranho é esse mundo, já se surpreendiam os filósofos gregos com o seu mistério. Ao mesmo tempo que nos fascina, nos amedronta, incita-nos à comunicação e nos impede de fazê-lo. Acolhe-nos nas tribos, mas também nos rejeita. Que tempo é este que estamos vivendo, cujas informações se aceleram na mesma proporção em que as instituições se fragilizam (DURAND, 2001)? Enquanto uma força formadora de opiniões, os meios de comunicação contêm, segundo Durand, uma potencialidade à qual ele denomina de **não-entrópica**. Uma potencialidade não-entrópica equivale a pensar como voraz o poder dos meios de comunicação. Decorrentes do avanço tecnológico da ciência, eles são incontroláveis em seus mecanismos manifestos e latentes, de conduzir uma certa visão da realidade no interior de uma concepção de tempo e de espaço euclidiana, mecânica. E também eles emitem opiniões carentes de informações, portanto desinformadas, vazias, incompletas, obliquas.

Paralelamente a essa condição não-entrópica dos meios de comunicação, observamos, conforme esse mesmo autor, uma condição **entrópica** vivida pelas instituições: a capacidade de esvaziamento, frouxidão e morte a que estão fadadas. Essa con-

dição também abarca os modelos de pensamento, inclusive os biomédicos. A dialética que rege essa relação entrópica/não-entrópica estimula a compreensão da condição humana no interior de uma dinâmica cultural diferente daquela engendrada por esses meios comunicacionais. Mas as instituições sociais também produzem símbolos de explicação do mundo. Nesses processos inúmeras regiões do nosso ser podem ser sensibilizadas por meio dos *imprintings* de várias lógicas de pensamento, não apenas a aristotélica. Através da lógica platônica e neo-platônica que temos registradas em nosso ser, o mundo supra-sensível (e não apenas o inteligível) nos chega ao conhecimento. As imagens, os arquétipos, os símbolos do passado, e mesmo do presente, que regem as nossas vidas podem produzir ainda uma repetição infinita de situações simbólicas como uma **redundância aperfeiçoante** (expressão de Durand, 1995). Falo de uma linguagem metacomunicativa. Cada vez mais esses símbolos exigem uma resignificação co-implicada na operação da referida função transcendente dos fenômenos. Esses insistem em se manifestar como polissêmicos, uma polissemia dos corpos, das almas, do ser. Polissemia que pode ser ativada pelos meios comunicacionais, pelas imagens teleológicas direcionadas para escolhas, para comportamentos, para *aggiornamentos*, por exemplo, como esse autor nos explica.

O espírito desse tempo foi marcado pelo avanço da tecnologia, pela compreensão da condição do homem enquanto produto, e pouco como produtor ao mesmo tempo que produtor. Produziu valores, imagens-símbolos que realizam essa condição entrópica que se confronta com as questões não-entrópicas vindas das próprias instituições. O paradoxo está instaurado. Quanto mais informada é a sociedade, parece que mais ela é impossibilitada de ter assegurada uma dada direção, como por exemplo, a direção unitária na luta política, o que nos mostram tanto Durand (2001) quanto Maffesoli (2004). Por outro lado, ocorrendo a separação da alma do homem à alma do mundo nessa laicização da vida coletiva – decorrente da paralisação da forças psíquicas

em benefício do Cristianismo – tal condição resultou na tessitura de uma consciência materialista do mundo. O Empirismo, o Positivismo e o Racionalismo em muito contribuíram para o ocultamento desta compreensão. Eles atuaram desfavoravelmente à compreensão da condição humana, quando reduzem a atuação do homem no interior das suas culturas, tecendo suas redes e teias de relações sociais e construindo seu universo simbólico. Ignoravam que consciência intelectual, tanto analítico-conceitual quanto analítico-analógica não são sinônimos de encontro com o Ser. E a Medicina, como nenhuma outra ciência sofre de perto, como impotência, os efeitos de seu trabalho sobre a matéria: a matéria não responde aos tratamentos empírico-racionais sobre a matéria sem a *animação* da alma. Se é assim, saúde não guarda primordial e diretamente, num primeiro plano, uma relação com os serviços médicos, e muito menos, tão tecnificados. Paradoxalmente, sem eles, a doença também ficaria ainda mais incontrolável. Forte dilema que se coloca à população. Espaço privilegiado para a proliferação não entrópica das informações. Parece que abrem-se, superficializam-se os poros do social, nas brechas por onde brotam e jorram os signos da hipertrofia de nossa vida coletiva, que aprisionada, quer expandir-se. Muitos de nós, não nos reconhecendo apenas no espelho da matéria, buscamos, por caminhos diferentes, soluções de cura fora dessa materialidade da vida. Alguns em outros modelos terapêuticos, que encurtam as fronteiras existentes entre curar e salvar, mesmo quando não se tratam de modelos religiosos.

Parece, contudo, haver uma limiaridade, uma imagem do mundo, *imago mundi* (cf. ELIADE, 2001), com as suas cosmologias e cosmogonias, que situam, em dois mundos, o Espiritismo e a ciência tecnificada que gerou os meios de comunicação de massa. Ciência erudita e Espiritismo engendram modos de se situar no mundo. Modos de construir as razões para a existência, portanto, modos de ser. Esses modos de ser atuam no campo cultural, compondo um gradiente de comportamentos híbridos.

Por um lado, um predominantemente religioso, e no seu oposto, outro, profano, cético, muitas vezes defensor das instituições e de interesses econômicos. No interior desses dois modos de ser há um vasto leque de tipos intermediários: os vindos do Catolicismo, de outras religiões e os de outras Medicinas. Nessas duas extremidades do gradiente, temos a reativação do mito do progresso, com epistemologias invertidas. Uma no sentido de que a ciência independe da dimensão espiritual (Medicina), e na outra extremidade, que a Espiritualidade seria lacunar de ciência (Espiritismo). Dessa forma: “o limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distingue e opõe os dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado” (ELIADE, 2001, p. 29). Enquanto símbolo, esse limiar conecta os dois mundos e possibilita a passagem de um a outro, de médicos a médiuns, por exemplo.

O KARDECISMO E A INTERFERÊNCIA DOS MUNDOS: COMUNICAÇÃO, TRANSMUTAÇÃO E TRANSCOMUNICAÇÃO

Alan Kardec, codinome de Hyppólite Léon Demozard Rivail, deve ser compreendido como um erudito pensador do século XIX, herdeiro de uma forma espiritual radicalizada de conceber o mundo. O modelo ocidental do pensamento do século XIX operou, segundo Tarnas (1999) uma epistemologia redutora na construção da ciência. Produziu, por um lado, um alijamento cosmológico e ontológico do conhecimento e, por outro, fecundou uma condição para as conseqüências desta maneira de se fazer ciência para o próximo século: a radicalização epistemológica que tanto marcou a medicina erudita (TARNAS, 1999; OLIVEIRA, 1998, 2001, 2007). A medicina foi a que levou mais longe a radicalização do conhecimento em suas ênfases e lógicas voltadas à construção e à organização dos sentidos do mundo, por meio da sobreposição do biológico sobre as demais esferas da existência. Contudo, como um dos paradoxos atuando no modelo ocidental do

pensamento, foram realizadas possíveis leituras do Cristianismo, em paradigmas espirituais na direção de uma radicalização epistemológica do domínio do espírito sobre a matéria: Antroposofia, Kardecismo, em certo sentido a fenomenologia da Psicologia Transpessoal e também as ciências gnósticas.

De que mundos vieram as imagens, os fenômenos, as intuições que conduziram Kardec, em 1854, a construir um saber concebido por ele como uma verdade revelada, *a terceira revelação*, primordial? Seria essa verdade, como ele acreditava, reparadigmatizadora do conhecimento, porque fecundaria todas as culturas e todos os campos de conhecimento sobre o homem? O *corpus* de conhecimento kardecista, eivado de uma forte influência do Positivismo era demonstrável, condição de sua veracidade. Ele implicava na comunicação com os mortos, através da compreensão e da solução da interferência dos mundos: da comunicação, da transmutação e da transcomunicação.

O Kardecismo originou-se de uma das possíveis leituras (popularizadas) das religiões reencarnacionistas (Budismo e Hinduísmo, religiões da Antiguidade oriental) fundidas ao Cristianismo (GUÉNON, 1981). O Kardecismo buscava construir uma nova fonte cognitiva (espiritual), que fosse transcultural e absoluta. Ela foi codificada no Espiritismo, que se opunha à racionalidade científica pautada por sua clarividência teórica espelhada na matéria (Positivismo). Ambos, Kardecismo e Positivismo são engendrados por uma compreensão de causalidade submissa às leis gerais universais, que engendrariam, também eles, os conhecidos como *fenômenos sobrenaturais*. Ao antagonizar-se às classificações consideradas por Kardec como pejorativas às atribuições sobrenaturais dadas aos fenômenos, ele os considerava como *fenômenos naturais* e demonstráveis.

Kardec incorporou a visão do mesmerismo (do médico austríaco Franz Anton Mesmer) sobre a hipótese da existência do magnetismo animal, descoberto no século XVIII. O mesmerismo ativava o pressuposto da existência de que forças imateriais (a exemplo de uma substância), segundo Góes, eram

encontradas também nas concepções filosóficas dos hermetistas e vitalistas. Hoje, a Homeopatia, a Yoga, a Acupuntura, a Medicina Antroposófica também apresentam essa concepção, com a diferença de que no Espiritismo de Kardec elas poderiam ser mobilizadas por médiuns.

Também no mesmerismo, por meio da imposição de mãos suas ações se dirigiam à finalidade de produzir curas nas pessoas, atuar sobre os animais e também sobre os objetos (GÓES, 2004). Além de médico, Dr. Mesmer era um pensador erudito: conhecedor de Filosofia, Direito e Teologia, discípulo de círculos iniciáticos e ocultistas. Ele conviveu com hermetistas e alquimistas, que explicavam as lógicas analógicas presentes nas sincronicidades existentes entre microcosmo e macrocosmo. Essas lógicas pautaram, inclusive, as investigações de Paracelsus (1493-1541), e de inúmeros outros pesquisadores que foram excluídos do modelo ocidental do pensamento, e hoje estão sendo retomados no conceito de *ratio hermetica* (DURAND, 1975).

Somadas às explicações sobre as energias espirituais que mobilizavam as conhecidas *mesas girantes*, fenômeno vivido pela família Fox, em Hydesville, nos EUA, a partir de 1846, o Kardecismo, essa *terceira revelação*, reivindicava-se mais com o estatuto de uma ciência, do que com o de uma religião. Este saber historicista, porque ancora-se neste avatar que redimiria a humanidade, como de tempos em tempos ocorreria (primeiramente Moisés, depois Cristo, e agora Kardec), é ao mesmo tempo, uma prática social. Ela mobiliza relações sociais e atualiza universos simbólicos. O Kardecismo traz um projeto de salvação para os homens e para o mundo: construí-los como homens espiritualizados para que construam um mundo que requer ser também espiritualizado. Se considerarmos pelo princípio da analogia que não há separação entre o dentro e o fora, seus médiuns podem ser conduzidos à loucura ao operarem com forças incontrolláveis, desconhecidas, sem preparo emocional, como nos mostra René Guénon (GUÉNON, 1981). Contudo, nesse proselitismo messiânico aludido por este autor, Kardec

agia como um **psicopompo**, um condutor de almas. E neste sentido, diferentemente do intelectual que adere ao proselitismo messiânico iluminista próprio de uma visão materialista do mundo, mas igualmente militante. No Brasil, a partir dos pressupostos kardecistas, o Espiritismo construiu-se como um sistema religioso particularizado, que ganhou mais a forma de uma terapêutica religiosa da aflição do que de uma ciência. Além do documentário que está sendo discutido, vários outros autores se referem a isso (CAVALCANTI, 1983; GÓES, 2004; RABELLO, 1994; SANTOS, 1997).

Nesse sistema religioso que contém um corpus de representação do mundo, incessantemente, o mundo dos vivos e o mundo dos mortos se comunicam de várias maneiras, e particularmente demonstráveis. O mundo dos vivos seria uma face visível da invisibilidade do mundo dos mortos, que a mobilizariam: *“desde criança eu via essas presenças”*, conta D. Izabel, já citada páginas atrás; *“vejo um espírito em forma de luz que toma a cabeça das pessoas”* (afirma outra). Para o Kardecismo haveria, então, uma sincronicidade acontecendo entre as forças que movem o céu e as forças que movem a terra. E a mediunidade seria o *axis mundi*, esse limiar, essa imagem metafórica de abertura (cf. ELIADE, 2001), o eixo, o ponto axial privilegiado do contato entre esses dois mundos. Uma médium pintora afirma: *“foi muito esforço para receber as manifestações, às vezes mais de seis anos para desenvolver a coordenação motora, com tinta a óleo, com as mãos, com os pés. Fui criada na roça. Não sei escrever, nem pintar. Só em transe”*.

Nesse sentido, a mediunidade, essa forma de raciocínio abduativo – situada entre a esfera do raciocínio indutivo e dedutivo (SANTAELLA, 2001) – pode ser pensada como uma limiaridade. A limiaridade é constituída por esse campo intermediário, no interior do qual os médiuns dirigem pedidos e súplicas aos *médicos do espaço*, aos *guias e espíritos de luz*. E do seu lado, os clientes, através desses médiuns suplicantes, receberiam emanções, vibrações, respostas e orientações: *quem recebe a carta sabe que ela é autêntica* (advogado, sobre o filho tragicamen-

te morto num acidente). *“A essência dos recados não muda: as cartas falam de amor, de um mundo muito feliz perto de Jesus e da necessidade de pregar a paz”*, lembrava o repórter. Enquanto algumas mensagens *aludem a apelido, nome de amigo, apelido de irmã*, outras famílias reconhecem a materialidade da experiência, quando agradecem *as flores recebidas pelo filho morto*.

O Kardecismo é estruturado sob as noções de hierarquia de poderes, ou sob a concepção de que o ser humano estaria intrinsecamente condicionado a um projeto de evolução aberto rumo à perfeição. Nesse domínio do espírito sobre a matéria os rituais de desobsessão ativam o poder imagético dos fenômenos por meio das fartas imagens e dos vórtices de energia capazes de mobilizar a noosfera. Diferentemente do modelo biomédico, para quem ontologicamente a matéria se sobreporia ao espírito (CAVALCANTI, 1983; GÓES, 2004, OLIVEIRA, 1998; 2001) – mas igualmente radicalizado, com sinal invertido, na atualização dessa cosmogonia, os rituais de desobsessão intensificam sua ação sobre essa construção simbólica que é o Kardecismo.

Frequentadores, produtores e produzidos são instados, quando não obrigados a realizar estudos, treinos dirigidos ao desenvolvimento da mediunidade e à construção do mundo através da dádiva, da caridade. Assim, o grupo dos médiuns espíritas é uma construção humana, uma auto-construção, uma auto-criação, uma poiésis mobilizada por uma excessiva carga simbólica. O grupo kardecista ao ativar permanentemente a função simbólica para o domínio do tempo sobre o dilema da morte, participa, inclusive, dos inúmeros congressos nacionais e internacionais. Os frequentadores fortalecem relações de identidade, lançando-se para fora do grupo, ao mundo – em busca do reconhecimento da sua alteridade. De que sejam diferentes dos católicos, dos protestantes, dos umbandistas – como nos mostra o belo estudo desenvolvido por Góes (GÓES, 2004).

O grupo kardecista reproduz através da noosfera os processos sociais e as construções simbólicas, num amplo campo simbólico que é a cultura, mobilizando forças de adesão, forças de oposição.

Dessa forma, reiteram, cada vez mais, que a imagem sagrada do mundo, desvirtuada pelo contexto iconoclasta da biomedicina, coloca como vítimas os próprios médicos. Nesses meios comunicacionais vai sendo manipulada uma memória histórica e simbólica (porque cultural) que reativa os mitos e os mitemas, suas repetições do passado no presente, como o mito da transmigração de almas e da metempsicose estudados por Morin, em *O Homem e a Morte*.

MÉDICOS BUSCANDO DIMENSÕES ESPIRITUAIS EM CURAS MEDIÚNICAS

Ainda que o modelo biomédico enquanto um saber, uma *epistémé*, se antagonize radicalmente ao Kardecismo, as mesmas indagações do mundo já estiveram presentes em ambos os modelos: o que é vida, o que é morte, o que é saúde, o que é doença. Com a crise da Medicina – que é diferente da crise da saúde de seus clientes – muitos médicos buscam o Kardecismo, talvez menos como sinônimo da busca por religião, mas, sem que o compreendam, mais como busca do sagrado, ora como complemento à sua formação acadêmica calcada na matéria. Como foi mostrado no documentário, há ainda médicos que se tornam médiuns.

O que estaria sendo revelado nesta procura pelo mundo mediúnico por médicos, que não é compreendido pelos saberes eruditos? Estaria se evidenciando para o mundo erudito que recorre ao Espiritismo a constatação da singularidade das pessoas, quando são colocadas diante de métodos universais de tratamentos, algumas se curam, outras não, outras até morrem, como mostrado no documentário? Se, como vimos, na epistemologia biomédica o biológico imprime o tom às concepções de doenças e curas, alijando uma compreensão do todo, seria possível o todo se refazer na solução kardecista radicalizada pela espiritualidade? A questão é mais complexa e só pode ser indicada aqui. A resposta a ela envolve ainda uma compreensão da sucessão das três etapas constitutivas da formulação dos modelos epistemológicos da Medicina, todos pensando o ser humano a partir da substantividade e positividade dos seus sin-

tomas circunscritos a uma perspectiva, sobretudo, corporais e localizadas. Temos então: a) o essencialismo biomédico, concepção fundada na Medicina das espécies e das subespécies, das famílias e dos gêneros inspirada na Botânica; b) o anatomismo médico que conecta o sintoma à lesão; e c) o especificismo etiológico que busca a origem bacteriológica, virótica ou bioquímica para a causa do sintoma (LAPLANTINE, 1991, p. 50-51; OLIVEIRA, 1998, p. 47).

Contudo, o ser humano é um ser de relações e de simbolizações sem as quais não há vida, nem construção cultural. Suponho que a força vital que move as pessoas concretiza, tanto para uma patologia individual quanto coletiva, um princípio de identidade existente entre o biológico e o simbólico, entre o microcosmo e o macrocosmo. Por isso, o ser humano só pode ser compreendido por meio de uma hermenêutica de sentido. Parece que a busca pelo sagrado, segundo Tarnas, é a forma como se responde ao **dilema cartesiano** sob três condições: a) ao alijamento cosmológico do conhecimento (eliminação da dimensão mítica da existência); b) ao alijamento ontológico do conhecimento (cisão do sujeito do conhecimento ao objeto cognoscível), e, c) à radicalização epistemológica (que organizava o pensamento em lógicas e ênfases, cada ciência querendo crer que sozinha desse conta da totalidade) (TARNAS, 1999). Parece que os médicos estejam buscando no Kardecismo a reinstalação ao Real da dimensão cosmológica e da dimensão ontológica alijadas do conhecimento biomédico. A busca pelo sagrado é o questionamento dessa ciência cartesiana, que construiu o homem consciente do próprio destino, e por isso, apto a dominar a natureza e colocá-la a seu serviço. Mas confundiu a consciência que ele tem do mundo como sinônimo da consciência que ele tem de si. A consciência racionalmente unilateral apartou de si o símbolo, e fortaleceu o egocentrismo.

Quando essa natureza, que é vista como sinônimo de mundo, não mais respondeu linearmente ao seu domínio, esse mundo tornou-se desencantado, frio, como nos fala Tarnas (1999). Acredito que a

busca pelo sagrado seja um mote de reencantamento do mundo, da superação do desamparo resultado pela ciência cartesiana e não deve ser encontrada no Kardecismo. Parece que é a busca de resposta ao **dilema pós-kantiano** (TARNAS, 1999), que revela a impossibilidade de conhecimento do universo em sua essência, no interior do método positivista, e, portanto, do modelo biomédico, e também do Kardecismo.

É a busca pela construção da corporeidade, esse mistério vivo e vivificado pela alma, esse conjunto de símbolos que conecta o sentimento à condição da humanidade, de participação no Ser. Pela corporeidade podemos explicar porque um quadro clínico se dissipa, recua, e outro evolui e se complica, conduzindo à morte o doente, quando se utiliza o mesmo procedimento biomédico. Essa foi uma das angústias introduzida no documentário pelo médico cardiologista, que acreditava encontrar solução eficaz no Kardecismo.

DA NATUREZA SIMBÓLICA DOS HOMENS À CONDIÇÃO HUMANA

Se, por todos os poros do social, há indícios de que o modelo cartesiano esgotou-se enquanto fonte de cognição quando utilizado sozinho, tal condição conduz à busca de novas dimensões cognitivas para a cura. Uns procuram a cura nas religiões, outros nas meditações, outros procuram decifrar as vozes do além, outros nos poderes das plantas medicinais, outros nos saberes que compõem a *ratio hermética* que valoriza a capacidade de raciocinar por analogia (o homem tradicional em Durand, 1975). Há, assim um leque de formas de cura, envolvendo as medicinas paralelas, as complementares que dinamizam esse intrincado campo da cura. Para além da função biológica da força vital, como opera o modelo biomédico, é preciso compreender também, como operam as funções mitológicas dessas forças nos arquétipos e nos símbolos. As doenças, no meu entender, pertencem à confluência da ordem natural, social e cosmológica (BUCHILLET, 1991; OLIVEIRA, 1998; ZÉMLÉNI, 1985).

Assim, a corporeidade, essa entrada privilegiada que acessa o imaginário através do **trajeto antropológico**, como um trajeto de sentido, fornece-nos uma importante chave para compreendermos as mediações simbólicas presentes nas enfermidades e nas tragédias coletivas de uma dada cultura. E também nas experiências singulares do adoecer de cada um.

Na técnica do cochicho, do sussurro gravado mostrado no documentário, um grupo repetia baixíssimo entre todos os membros, de um a um, a seguinte frase: *“que a paz possa reinar entre todos os povos”*. Interpretada pelo próprio grupo kardecista sob o fundo de uma gravação em alemão (para não haver confusão do que estaria sendo escutado), duas palavras desta frase evocavam, para o grupo, a interpretação de uma suposta presença de espíritos transmitindo mensagens ao próprio grupo. Um foneticista e uma professora de alemão, ambos da Unicamp, dão seus depoimentos: *“sussurro é voz que não tem frequência fundamental. As cordas não estão vibrando {...} A expectativa completa o quadro. Há vogais que batem nos próprios pontos”* (o que suscitava a confusão das palavras tidas como revelações mediúnicas); *“duas vogais repetidas, pronunciadas em fala alemã, ouvidas por quem não conhece essa língua, formavam mesmo uma outra palavra e sugeria a composição de uma palavra em português, que fôra traduzida como a mensagem”* dizia a professora. Em outro contexto, um professor universitário de Botânica da ESALQ dizia a respeito da eficácia de cura das ervas medicinais: *“do ponto de vista da ciência acadêmica não tem comparação para os efeitos relatados. Mas, as pessoas se sentem beneficiadas e curadas”*.

Três conceitos historicistas, oriundos da *Medical anthropology* e utilizados pela Antropologia simbólica e pela *L'Anthropologie de la maladie* nos ajudam a clarificar a compreensão das doenças: **disease** (doença confirmada biologicamente por exames de laboratório); **illness** (o sofrimento da doença que é parte da própria doença) e **sickness** (a realidade cultural da doença e o itinerário terapêutico percorrido pelo doente, incluindo, também, o modelo biomédico, o

Kardecismo, a Psicanálise e outros) (BUCHILLET, 1991; ZÉEMPLÉNI, 1985). Essa compreensão de doença remetida às produções culturais já é uma resposta antropológica ao etnocentrismo positivista biomédico, que aparta das doenças as representações sociais sobre elas. Como se as doenças pudessem ser interpretadas em dois modelos diferentes: um para a positividade do mal e outro para as representações sociais desse mal, a Medicina e a Psiquiatria (ou a Psicologia). Ainda que essa tríade (*disease, illness, sickness*) possa aludir à condição humana, não a qualifica porque ela é uma resposta historicista que porta uma compreensão de que os fenômenos são regidos por leis universais, ou na melhor das hipóteses, por regras.

“A fé é o espelho da realidade dessas mães de Milão”, anuncia o repórter no meio do documentário, entre explicando o fenômeno e aceitando a comunicação com os filhos mortos. Ao colocar os vários acontecimentos e tragédias da vida num mesmo encadeamento causal, podemos ter uma compreensão resultante em ou saúde ou em doenças, a depender de graus. Para as categorias de entendimento do antropólogo médico não basta apenas compreender **como** ocorrem as doenças (processos biológicos), mas **porque** elas ocorrem (processos simbólicos), de instituição de sentidos e de significados.

O antropólogo é um especialista em construir processos de mediação entre os símbolos para compreender a natureza simbólica dos homens; seus universos cosmológicos, as teias e tramas de relações sociais, suas culturas, as dimensões míticas da existência presentes na construção das regras de vida, dos valores da vida coletiva. O antropólogo é desafiado, então, a desvelar os mecanismos que atuam na formação dos estoques simbólicos da noosfera atuante na vida coletiva. Quer compreender como se tece a experiência coletiva, por meio da razão simbólica, no tempo antropológico. Na ordenação do mundo quer compreender as lógicas sob as quais a vida se repete, cria rupturas, mecanismos de diferenciação na pluralidade da existência. Em seus diferentes processos, a pluralidade da existência responde

ao alijamento, à pobreza e à expropriação a que são postas as pessoas diante do desafio de sobrevivência simbólica. Suas vidas se cruzam, não páram de se cruzar, no âmago das quais as pessoas constroem trocas sociais e sentidos para a existência.

Ao questionar o etnocentrismo biomédico para além de compreender a cultura nesse campo simbólico ampliado de relações sociais e de universos de significação, a antropologia reconhece a existência de espaços imaginários e espaços sagrados artificialmente separados dos espaços profanos e dos espaços religiosos. E há uma condição humana que os atravessa de fora a fora, que se expressa também na sensibilidade, na intuição que afloram nesse espaço. Comentando sobre pinturas psicografadas, um perito em artes na área judicial afirmou: “a caligrafia pictórica, que é mais importante do que a assinatura na obra, é bastante assemelhada a Van Gogh”. Outro, contudo, também especialista em músicas: “não consigo reconhecer esses compositores nessas músicas psicografadas” (referindo-se a Noel Rosa, Lamartine Babo, Ataulfo Alves, Ari Barroso).

A *ratio hermetica* é um conceito que abarca fenômenos qualitativos: a) não mensuráveis; b) não causais (portanto pautados pelos princípios de sincronidade); c) não agnosticistas; d) não duais, por isso opera o mecanismo das mediações simbólicas, no interior dos quais para sair da dualidade, abarca como o terceiro reino – o terceiro incluído (DURAND, 1975). A *ratio hermetica* nos ajuda a compreender o que é traduzido como tipos de mediunidade, como **fenômenos de campo**. A condição humana é mobilizada pela rede holonômica, vibracional, imaginal nessa dialogia tempestuosa situada entre as forças da vida e as forças da morte. Entre as forças que se abrem no cosmos e as que se abrem na alma das pessoas, temos um fecundo espaço voltado à atualização dos mitos e dos arquétipos, que por conterem uma dimensão holonômica, se fazem presentes por meio do que é conhecido no kardecismo como influências externas, ou mesmo contaminações vibracionais para algumas abordagens energéticas atuando no destino do doente e do grupo. Imagens, visões,

intuições, vozes podem ser emanações dessa dimensão imaginal que acontecem na polissemia dos corpos: “*minha função é receber. Aceitar é a dos outros. É como se tivesse uma pessoa viva dentro da minha cabeça. Alguém pensa em meu lugar. É uma ligação de espírito a espírito. Não sinto o externo, o corpo. É como se eu estivesse do outro lado*”.

É possível ainda compreender esse fenômeno aludindo-o à noção de **cripta onírica**. Originalmente essa noção foi criada para explicar fenômenos de campo ocorrendo entre gerações, portanto, transgeracionais. Nessa noção há o pressuposto da atuação do princípio da interconectividade que opera entre todos os seres vivos, também opera entre gerações de uma mesma família. Nesses mecanismos implícitos de comunicação – holonômicos, portanto sutis pode acontecer o engendramento de doenças, problemas ou tragédias que se repetem (padrões repetitivos). Eles indicariam, por exemplo, que uma presença física viva, um pai, uma mãe que se relacione com o doente, pode se inserir nele, em seu corpo, enquanto energia, o que justifica pensá-la sob a noção de cripta onírica.

Quem absorve na família essa energia, essa informação sutil emanada do campo imaginal, pode apresentar, inclusive, alterações nas funções metabólicas e vitais. O caminho tortuoso que a energia percorre ou estagna nesse corpo, ou no corpo coletivo, pode ainda formar os embriões co-implicados na história das gerações sucessivas. Esses fenômenos constituem-se parte de uma causalidade muito pouco conhecida, tanto para o modelo biomédico quanto para a Psiquiatria (SCHUTZENBERGER, 1997). Essa concepção foi extraída dos processos patológicos oriundos do inconsciente dos pacientes de Nicolas Abrahams e Maria Torök, dois psicanalistas do Leste europeu. Eles referem-se aos “*fantasmas*” – que se encapsulam na corporeidade de uma pessoa, produzindo uma comunicação do inconsciente de um pai, por exemplo, sobre o inconsciente de um filho, quando entre eles operam o **não dizível**, o **não visível** (lealdades indizíveis e invisíveis). Essas lealdades invisíveis e indizíveis se formam no inte-

rior das famílias sobre fenômenos que criariam entre seus membros repúdio: assassinato, aborto, origem espúria. Esses fenômenos ocultados produzem informações de outra natureza que não a verbal, que se perpetuam através de gerações – em eventos distantes do tempo, produzindo doenças e mortes, cujas características são de repetição das circunstâncias similares. Por exemplo, uma mesma doença ou uma tragédia semelhante repetindo quando se tinha a mesma idade no avô, no pai, no filho, e por isso é possível apreendê-la como padrão. Wilhelm Reich, criador de uma ciência holonômica conhecida como a teoria do orgone, fôra violentamente excluído da comunidade científica por ser considerado um louco, em toda a sua obra chama a atenção para a herança holonômica familiar que poderia ser localizada no corpo, e particularmente num órgão afetado (REICH, 2003). Maffesoli, em seu livro *A parte do diabo* recupera parte das informações aludidas à cripta onírica para melhor compreender a pós-modernidade, quando critica a razão cartesiana que tentou afastar o sofrimento humano por meio do controle da natureza. O inconsciente coletivo não compreendido rebelou-se por caminhos tortuosos, alcançando-nos como uma “sombra”, produzindo os mais gritantes sofrimentos que marcaram o último século que foi o que mais se desenvolveu científica e tecnologicamente (MAFFESOLI, 2004, p. 128-131).

Uma outra noção, a de **fusão unitiva dual**, típica de uma das matrizes perinatais básicas, noção da hermenêutica transpessoal associada à problemática do parto (GROF, 1987), nos mostra que é no processo do nascimento que estruturam-se os meios que permitirão o acesso ao inconsciente coletivo. Acerca do processo de gestação, nos diz Soulié (1980, p. 235): “L’on aurait pu tout aussi bien raisonner à partir des codons géniques de l’A .D.N. cellulaire germinal – d’une ontogénese embryologique qui, en neuf mois, récapitule en l’espèce humaine trois milliards d’années de phylogénese et quinze à vingt milliards d’années de cosmogénese”. No processo de gestação, e mais particularmente, no processo do parto, abririam-se os portais para a primeira morte-

renascimento e o futuro conhecimento das **dimensões transpessoais da existência** (GROF, 1987). “Fenômenos de atravessamento do tempo” interpretados como mediunidade podem ser compreendidos como **fenômeno de campo** e de acesso a essas dimensões transpessoais da existência, no geral, ocorridas após um imenso sofrimento (morte, doença, tragédia), como nos mostra Grof (1987).

Da Antropologia da Doença temos a noção de remanescência de uma causa, termo de Zémpléni pesquisador os grupos wolof para designar uma causa exterior ao doente, mas é uma explicação muito recorrente nas sociedades não complexas. Essa causa teria sido encapsulada no doente, como um *imprinting* em seu ser, conforme é aludido na Antropologia do Imaginário. A remanescência dessa causa poderia ter ocorrido num passado distante, e se tornaria ativa, porque foi reativada pela memória objetiva e subjetiva do corpo, reacendendo-a. (ZÉMPLÉNI, 1985).

A cura para uma doença na qual estaria atuando uma causa remanescente pressuporia o conhecimento dessa **causa final**, dessa **causa última** (porque se adocece e não como se adocece). Essa cura seria transgeracional para esses psicanalistas citados, arquetipal para Jung, orgonótica para Reich. Ou uma *sickness* para Zémpléni. Só é possível compreender porque se adocece por meio da reconstrução das memórias co-implicadas do corpo, as memórias subjetivas e objetivas, as memórias míticas, múltiplas como o Real. Assim, fenômenos conexos e encadeados de maneira transversal no contexto da história de vida das pessoas podem abarcar uma rede intrincada e complexa de informações contíguas, opostas e similares. E podem ainda estar substantivadas nos tempos cíclicos e lineares, simultaneamente, movidas inclusive pela *coincidentia oppositorum* (esse arquétipo que abarca a presença dos contrários), o que nos conduz à compreensão da multiplicidade do Real. A multiplicidade do Real não se encontra no positivismo biomédico, mas na **mitologia do corpo**, no **cogito corporal**. O cogito corporal abarca essa ontogênese embrionária co-implicada na história fi-

logenética. Temos armazenado no inconsciente coletivo – não apenas como representações do mal, mas como forças autônomas, porque arquetipais (JUNG, 1983) – os horrendos segredos culturais de genocídio, as carnificinas que reaparecem sob as noções do trágico (MAFFESOLI, 2004). E eles podem ser captados por vias indiretas nas três estruturas antropológicas do imaginário: as esquizomórficas (ou heróicas), as sintéticas (ou dramáticas) e as místicas (ou antrifrásicas) (DURAND, 1997).

Desse ponto de vista, alguém atuando como médium, ao produzir revelações, de algum modo pode ter acessado algumas linhas cíclicas e temporais desse registro. No que toca às doenças, temos que compreender que: a) há uma relação de interconectividade em tudo o que ocorre no universo, e assim, entre as corporeidades; b) há fenômenos derivados desse encravamento de um no outro, que perpassa gerações e podem ser concebidos como fenômenos de campo; c) segundo Jung, os arquétipos reencarnam-se com seus dilemas nos corpos, produzindo doenças e sofrimentos; d) a não resolução do dilema da morte deixou marcas profundas no inconsciente coletivo, elas reaparecem alimentando as matrizes culturais e as histórias individuais de doenças e curas.

A natureza da racionalidade abduativa presente no Kardecismo é distinta da natureza positivista da racionalidade biomédica. Segundo Grof parece que essa racionalidade reencarnacionista (ele nunca fala em kardecista) ultrapassa os marcos da história ocidental e suscita no pesquisador a compreensão da história da humanidade atuando na história da formação do cérebro, nas funções do sistema nervoso central, e ainda, na construção de uma cosmogonia com os mitos de fundação do mundo.

Eliade (2001) nos explica o modo como o sagrado se recria para cada um numa forma unificada, que se cosmiza em cada corpo, pois está relacionado à fusão existente entre cosmos e caos. Não há espaço onde somos mais singulares, no que no de fazer as nossas doenças. Contemos em nós próprios o registro de todas as marcas da humanidade, os registros

dos arquétipos-formas que mobilizam essas energias primordiais. O sentido da doença não é apenas imamente, mas transcendente, metafórico, figurativo. O conhecimento antropológico deveria inscrever-se mais profundamente numa indagação filosófica e mítica do mundo. Nessa mitologia do corpo que constitui o cogito corporal com os seus enigmas temos o mundo das ressonâncias que portam *insights* de uma fenomenologia não aristotélica, com suas direções de desenvolvimento, como nos mostra Durand (1997).

Inserida no campo cultural como uma das forças sociais, e participando do espírito de um tempo tecnologicado, como nos fala Durand, e ainda vivendo o retorno do trágico, a reportagem foca a **transcomunicação**. Essa forma de comunicação com outros mundos é mobilizada pelos poderes da mente, explica Ernest Sencowski (engenheiro e físico alemão), que já teria gravado 25 mil vezes captadas pela alta tecnologia, com seus aparelhos, gravadores, rádio, tv. Com uma fita de vídeo nas mãos, ele lança um apelo aos espíritos de amigos mortos, pedindo-lhes que se manifestem com sinais, palavras, mensagens: *“ficou muito claro para mim, através dos anos que pesquisei que é preciso ter faculdade mediúmica para ajudar a influenciar os equipamentos eletrônicos”*.

O TRAJETO ANTROPOLÓGICO, O COGITO CORPORAL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O conceito de **trajeto antropológico**, essa trajetividade de sentido, nuclear da antropologia durandiana, articula numa mesma energia imaginal as pulsões de vida e as pulsões da morte, a entropia e a não-entropia, a objetividade e a subjetividade. O trajeto antropológico auxilia-nos também na compreensão do cogito corporal, essa razão profana, parte de uma razão imaginante, como nos fala Durand (1997). Ele ainda nos diz que os *imprintings* produzidos através de imagens e explicações do passado (tragédias, genocídios) atuam nos mitos e nos símbolos como arquétipos, e marcam a nossa alma com uma profundidade tão intensa, que equivaleria a dizer que eles formariam quase um registro genético

em nosso ser. Esse registro abre tanto para a possibilidade da doença, quanto para a da cura.

Esse registro reconstruído por Durand, que é um pensador que tem um dos seus pilares na hermenêutica junguiana (mas também em G. Bachellard e H. Corbin) possibilita o acesso às estruturas antropológicas formadoras dessas imagens e mitos no inconsciente coletivo por meio dos *schèmes*. As aludidas estruturas seriam as diferentes direções simbólicas coletivas de desenvolvimento abarcadas no inconsciente coletivo, de onde originam as memórias primordiais da humanidade que atuam em cada cultura. Assim, cada cultura simboliza, de modo particular, essas memórias oriundas das próprias emanações do meio cósmico e cultural, conforme as palavras de Durand. Ao recuperar o sentido do imaginal (corpo e alma juntos produzindo imbricações recíprocas, um no outro e com o meio cósmico e social), Durand compreende as relações existentes entre a alma do homem e a alma do mundo de determinada época, atuando nas dinâmicas arquetípicas e imprimindo as marcas que formam o *espírito de um tempo*.

Para esse encadeamento teomonista (gnóstico) e docetista (não reencarnacionista), corpo e alma são gestados juntos. Não se tratam de fenômenos de dois tempos, como se a alma antecedesse o corpo. Nessa “gênese recíproca” o inconsciente coletivo produz permanentes imbricações na alma e no corpo. E o inconsciente coletivo não é sinônimo, para ele, nem de *karma*, nem de vidas passadas. É outra a natureza da realidade do inconsciente coletivo.

Contudo, pela sua natureza primordial, porque original, embrionária e evolucionária ao mesmo tempo, o inconsciente coletivo quando mobilizado por meio de um procedimento terapêutico pode conduzir às dimensões transpessoais da existência, o retorno também à nossa origem. (cf. GROF, 1987). Esse autor, cujo trabalho contém uma dimensão reencarnacionista não vê contradição em reconhecer também a atuação do inconsciente coletivo atuando nas das matrizes perinatais básicas, conceito semelhante a um **tipo ideal**. E sugere o desafio de compreender o símbolo como o mediador entre o

mundo dos vivos e o mundo dos mortos, no interior das dimensões transpessoais da existência e dos *karmas*. A eficácia do símbolo oferece um sentido à existência, o de reordenar a unicidade da visa âmago de uma visão transpessoal. Não se sentindo mais ameaçado com a morte, essa condição lhe engendraria mais vitalidade ao paciente. Esse humanismo re-ligador com o cosmos produziria a cura psicopatológica. Embora reencarnacionista, ele formula uma compreensão das doenças bastante complexa, na crítica ao Positivismo do modelo biomédico e psiquiátrico, na crítica à Psicanálise, adere à hermenêutica junguiana, mas lhe acrescenta as respirações holotrópicas (hiperventilações cerebrais, portanto, um trabalho corporal), dialoga com a Física Quântica, com a Biologia Celular, com a Tanatologia, a Antropologia e outras mais.

Neste mundo complexo, pleno de informações, com instituições que se fragilizam, com problemas de novo tipo apresentados ao desafio da ciência cartesiana revigoram os símbolos paralelamente ao Espiritismo. Alguns desses símbolos, como mediadores que são, constróem um diálogo com os mortos, enriquecendo as funções do imaginário ao fazer frente ao dilema da morte. A decifração dos símbolos pode confortar os suplicantes com o aceno de que a existência se prolonga para além dessa vida profana. Tanto ao que alude às instituições, quanto ao que alude aos poderes comunicacionais temos um denominador comum: o poder imagético ao operar por meio das imagens descortina os símbolos que realimentam o imaginário existente de nossa época. Alguns desses símbolos podem ser potencializados, por exemplo, o arquétipo da sacerdotisa (cuidadora), o da morte-renascimento (transformação), o do juízo final (recompensa pelos esforços), o eremita (a solidão necessária), o diabo (a absorção dos conflitos de outros).

Embora algumas das imagens descritas pelos médiuns possam ser interpretadas pela Psicanálise, pela Psicologia e Psiquiatria como integrando patologias, muitas delas podem ser visões epifânicas (visões, sonhos) que revelam que o aprisionamento

da alma do homem na materialidade da existência, como nos explica Jung (1983), também pode gerar o seu contrário. Pode liberar imagens do inconsciente coletivo, como possível fonte de saúde.

Meios comunicacionais e Espiritismo guardam em comum o fato de serem meios de produção social e sistema de regulação institucional, com os seus opositores e aliados, com as suas lealdades, com as suas teatralidades, dramas, ficções e realidades. Fundem o público e o privado, o objetivo e o subjetivo. Neste sentido, ambos detêm poderes de função (GODELIER, 1981) na reprodução do sistema e na reprodução da noosfera, quando tecem um destino coletivo para a sociedade. Um acreditando formar, informar, desinformando, e o outro, reafirmando o messianismo proselitista no social e realimentando cosmovisões da existência mediúnicas. E ambos, atuando através de mediações, funções e horizontes diferentes, dissipando, até onde isso é possível, os embólios e as dificuldades da vida coletiva em sociedades complexas.

Hermenêutica de sentido, a corporeidade, essa linguagem figurativa modificada pela história, pela mídia e pelos saberes que atuam sobre ela, dentre eles, o Kardecismo, sintetiza e aprisiona em si mesma a armadura dos valores morais, as imposições seculares, os registros míticos, sob diversas formas e épocas em que ela foi submetida aos controles disciplinadores institucionais, e portanto silenciada (FOUCAULT, 1997). Inúmeras forças habitam nela, forças que não puderam se desenvolver – sinais formadores de paradigmas indiciários – que contém uma potencialidade dificilmente compreendida pela medicina acadêmica.

Corpo que abarca o registro da transformação do caos em cosmos, esse mistério da explosão do cosmos. Corpo no qual se perpetuam os murmúrios da alma humana através dos arquétipos, o retorno dos deuses (cf. Durand), nos mecanismos de produção de vitalidade ou de desvitalização, que fazem dele uma corporeidade, um microcosmo de macrocosmo. As vozes do corpo, sua polissemia expressam não somente a sua vitalidade (ou desvitalização),

mas também a complexidade das soluções buscadas para reintegrá-lo (os vários rituais de cura, as várias mensagens e veículos de comunicação e mediação) que realimentam a noosfera voltada à comunicação com o mundo.

A corporeidade é a morada de vários impactos. Subjetiva e mítica consiste num cenário a ser alcançado pelo labirinto das redes analógicas e mitológicas contidas nas dimensões culturais. Incide sobre ela o modo como se tece a continuidade histórica e o processo simbólico, os quais engendram os processos de adoecimento ou de saúde. É nessa *casa* que devemos entender a condição humana inscrita no sagrado. A corporeidade é axial, o eixo em torno do qual o mundo pode ser pensado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito do que aparece como doenças, na verdade, não são propriamente doenças. São processos similares às doenças, que precisam, inclusive, ser medicalizados. São forças querendo se desenvolver. Forças encontradas no *mundo imaginal*, nesse *entre dois*, situadas entre a dimensão sensível e a dimensão inteligível da existência, conforme nos ensina Henry Corbin. Nem o mundo profano do pesquisador (o mundo supostamente inteligível), nem o mundo concreto (sensível do médium). Mas o mundo supra-sensível, neoplatônico, no qual, segundo Jung, são os arquétipos que reencarnam. O *entre dois* é uma construção visionária que requer um permanente trabalho do pensamento e da alma, um árduo esforço de abertura sistêmica da consciência quando opera a respeito de si e do mundo. O *entre dois* conecta fragmentos de experiência e aporta *insights* de uma fenomenologia construída num encadeamento aberto, transversal, como na lógica da **conjunção constante**, na qual vários fenômenos imbricam-se incessantemente uns nos outros. Esses fenômenos só podem ser compreendidos em categorias de entendimento não aristotélicas, cujos princípios estão enraizados em estruturas arquetipais muito mais profundas do que aqueles que a ciência acadêmica conhece.

É essa entrada no inconsciente coletivo – e colocá-lo para reflexão é um problema e não uma solução – que mobiliza o dinamismo da religação das diferenças nesse reino das analogias. Aqui, a sutileza dos corpos permite-nos compreender do adensamento dos espíritos, os espíritos se materializam e os corpos se espiritualizam (CORBIN apud CARVALHO, 1986). Diluem-se as diferenças. Essa hermenêutica de sentido refaz esse encadeamento de sinais, como pontes para realizarmos a viagem do **retorno à origem**, a quebra das fronteiras entre os mundos. Para alguns, esse processo seria percebido como kármico, acessado somente pela mediunidade. Para outros, uma hermenêutica de sentido acessado pelo símbolo como meio. Nos dois casos, a simbolização da morte engendra também a vida, como nessa comunicação com o filho morto, na qual a sua mãe fala: *é uma forma de continuar vivendo*. Como meio que é, essa hermenêutica de sentido comporta uma abertura metafórica do tempo, com seus ciclos de fecundação e suas linhas temporais que condensam espaços diferenciados. Nessa dialogia, na resolução conflitual entre vida e morte, há um retorno à lógica neoplatônica, que está presente no inconsciente coletivo.

Assim, a laicização da Medicina nessa gnosiologia que produziu rupturas, separando-a da cosmologia e da ontologia modificou a natureza, os homens e as doenças. Contudo, a natureza modificada pelo homem, modificou também a natureza do pensamento do homem sobre o próprio homem, o que foi discutido por Godelier (1981). Agora não mais na direção cognitiva dada pela cisão corpo-alma, típica do dualismo cartesiano, que reservava uma função ontológica para a Física e outra para a Metafísica, uma para a Medicina e outra para a Psiquiatria, uma para a Antropologia e outra para a Medicina. Modificou o pensamento sobre o homem que buscou diálogos com a Antropologia, com a Física Quântica, com a mitologia, com as religiões comparadas cada qual, por meio dos seus conceitos, para compreender as confluências existentes entre a alma do homem e a alma do mundo, transcendendo, assim,

o etnocentrismo evolucionista e o etnocentrismo funcionalista.

Se a ciência agnóstica como a Medicina expropriou as dimensões sagradas da existência, e os saberes gnósticos como a Teologia expropriaram as dimensões corporais, materiais, juntamente com o Historicismo, as duas alimentam uma crise cosmológica, ontológica e epistemológica da Modernidade que exacerbou o individualismo. A cisão instaurada entre sujeito do conhecimento e objeto cognoscível precisa ser resolvida no mesmo processo de dissipação da dualidade presente na forma como o conhecimento, ou a realidade nos chega, como dualidade, à consciência. O reino do *terceiro incluído*, esse real imaginal, citado por vários autores da Antropologia do Imaginário, foi negado pelos três abismos abertos pelo modelo ocidental do pensamento: a) pelo Positivismo e sua ciência agnóstica; 2) pelo Protestantismo, sobretudo, com seus saberes gnósticos repressores das manifestações do mistério; e 3) pelo Historicismo, que remeteu-as às leis gerais da sociedade) (BADIA; 1999; CARVALHO, 1986; DURAND, 1997). Esses foram os dilemas cartesianos e kantianos superados pelos paradigmas do imaginário antropológico e também pela transdisciplinaridade que abarcam a lógica do *terceiro incluído*.

O imaginário antropológico consiste num campo dinâmico, formado por memórias que instauram e reinstauram permanentemente sentidos. Essas memórias insistem em se manifestar fora da causalidade positivista, em diferentes contextos históricos e simbólicos, nos quais os mitos e os símbolos como mediadores engendram as indagações do espírito humano face os dilemas introduzidos pela angústia da morte (DURAND, 1997). Do Barroco, do Romantismo, do Surrealismo, do Simbolismo, da Psicologia Analítica Junguiana, e parcialmente, da Psicanálise (que trouxe o símbolo para a discussão) foram equacionadas algumas fontes, dentre eles, inúmeros pensadores, cujas pesquisas sobreviveram à margem das teorias cartesianas e foram incorporadas a este paradigma unificador. Nova natureza da realidade a partir de nova natureza do conheci-

mento. Agora parece que cabe a cada um de nós a tarefa primordial de sermos leitores de enigmas, do mesmo modo que Nietzsche foi instado pelo desejo de viver como Zaratustra.

No meio do programa o painel apresentava ao público a primeira avaliação: 15,4 não acreditavam no poder dos médiuns; para 29,05% a cura aconteceria pela crença; e para 55,1% das pessoas os médiuns podem curar. No final do programa, a segunda: apenas 4,9% acreditavam que a ciência cartesiana explicaria os fenômenos mediúnicos, dentre eles, as curas; 14,9% defendiam que eram ilusão ou fraude, e 80,2% acreditavam que os espíritos se manifestam. Desfechando, o teólogo francês, François Bruno, com mais de vinte anos de estudos sobre o mistério da vida, apresentava o fenômeno da **transcomunicação**. O desfecho do documentário mostrou de modo ambíguo ou ambivalente que há teólogos europeus que acreditam que: *“dissertar sobre a eternidade é tolerá-la, dizer que se pode vivê-la, é discutível, entrar em comunicação com ela, é insuportável”*. E por outro lado, o repórter apresentou uma foto, para dar a idéia de veracidade, de outro teólogo, alemão, Vizinguer, que residira sete anos no Brasil e teria dedicado sua vida ao estudo dos fenômenos considerados pára-normais.

O que acontece nas instituições que refluem, que não conseguem oferecer direções à sociedade, não acontece com os meios de comunicação de massa que tomam o cotidiano das pessoas, orientam valores, rompem as fronteiras entre o público e o privado. E nesse mundo desencantado, os meios de comunicação de massa querem produzir o encantamento do mundo. E vão organizando uma matriz cultural alimentada por uma memória mítica mobilizada por elementos oriundos tanto das ciências disciplinares, quanto das religiões com temáticas que aludem à vida e à morte, a vida em vida, a vida pós-morte, e assim, eles vão atualizando a noosfera. A noosfera é constituída nesse entrecruzamento de lógicas distintas que é a cultura, com suas produções, apropriações, ressignificações, obscurecendo a compreensão de como são gerados, de como são

ocultados, e de como são acionados os mecanismos de comunicação no mesmo movimento da construção dos mecanismos de impedimento a essa comunicação. Os fundamentos míticos dessa memória sobre o homem movem-se no campo simbólico, que é cultural, o que implica no reconhecimento, na resignificação e na legitimação desses saberes pelos diferentes grupos sociais.

Do ponto de vista da corporeidade, a polissemia dos corpos, então, vai criando várias homeostases, na dialógia que estabelece entre equilíbrio-desequilíbrio, saúde-doença, numa causalidade circular ascendente. Nos diversos níveis de realidade essas homeostases vão formando fenômenos conexos e encadeados em memórias que se *engramam* (verbo próprio utilizado pelos pesquisadores do imaginário para designar um encrustamento, um enraizamento dinâmico) em cada um, num *oxímoro* (esse misto de raiz e de memória) para revelar-nos a multiplicidade do Real. Assim, para a compreensão das doenças é preciso considerar não como ocorrem as doenças (processos biológicos), mas porque ocorrem (processos simbólicos).

Parece-nos que as doenças ocorrem através de uma luta titânica entre o equilíbrio e o desequilíbrio, as forças da vida e as forças da morte, as forças de coesão e as forças de dispersão. Essas forças tecem diferentes graus entre a saúde e a doença. Uma possível resposta à questão sobre a existência real, não suposta de forças mediúnicas atuando nas doenças, é que elas existem, sim, e mais, podem até mesmo estar associadas aos arquétipos (GROF, 1987); outra resposta é a de que espíritos existem nas brechas das ambigüidades dos homens e habitam a noosfera (MORIN, 1998); outra posição é a de que a vida dos espíritos e a vida dos homens encadeiam-se em “gêneses recíprocas”; gêneses que emanam do meio cósmico e social, que produzem profundas e contínuas imbricações entre elas (DURAND, 1997). Ou ainda, que a consciência de cada um de nós constitui o lado interno dessa grande consciência universal (KAFATOS; KAFATOU, 1994). O princípio de intencionalidade na cura moveria uma consciência na

direção da outra. O cosmos como consciência implicaria em ser compreendido como intencional, comunicante com os seres humanos por meio dos enigmas que exigem uma decifração. Os enigmas presentes nas doenças engendram também novas pesquisas que envolvem a compreensão do corpo como sendo psicoonético, afeito a materializações e desmaterializações. E mais, que pode ser receptivo às orações, curando-se (GERBER, 1997). O tempo e o espaço estão em causa nesta discussão.

O leitor, então, pode perceber que este campo de cura não é nada consensual, e por isso, ele mesmo, pela sua polissemia alimenta múltiplos processos de comunicação. Esses processos acionam a intrincada e complexa rede na qual as sensibilidades se exacerbam. Rompem-se as fronteiras entre o público e o privado e a vida coletiva move-se independentemente de direções aprioristicamente estabelecidas, mesmo à sua revelia. As múltiplas histórias sobre doenças e curas constroem a vida cultural. O documentário faz o seu desfecho com a pergunta-resposta: “*ou será que podemos continuar ignorantes quando se trata de conhecimento espiritual e os espíritos existem?*”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. F.; BAPTISTA, F. P. (Coord.). *Variações sobre o imaginário: domínios, teorizações e práticas hermenêuticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- BADIA, D. D. *Imaginário e ação cultural*. Londrina: UEL, 1999.
- BUCHILLET, D. A. Antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde. In: BUCHILLET, D. (Org). *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1991.
- CARVALHO, J. C. P. A eficácia simbólica como eficácia ‘imaginal’ dos fenômenos ‘numinosos’: do paradigma holográfico ao imaginário mágico-religioso. *Revista Reflexão*, Campinas: PUC-CAMPINAS, n. 36, p.126-154, 1986.
- CAVALCANTI, M. L. V. C. *O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DURAND, G. *Sciences de l'homme & tradition: le nouvel esprit anthropologique*. Paris: Sirac, 1975.

_____. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. São Paulo: Difel, 2001.

DURHKEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In: _____. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970. p.13-42.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.

GERBER, R. *Medicina vibracional*. São Paulo: Cultrix, 1997.

GODELIER, M. A parte ideal do real. In: CARVALHO, E. (Org). *Godelier*. São Paulo: Ática, 1981.

GÓES, C. A. *Representações sobre doenças e curas no kardecismo*. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Araraquara, 2004.

GROF, S. *Além do cérebro*. São Paulo: Macktron, 1987.

GUÉNON, R. *L'erreur spiriti*. Paris: Ed. Traditionnellis, 1981.

JUNG, C. G. *Psicologia da religião ocidental e oriental*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Aspectos do drama contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Psicologia e alquimia*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Sincronicidade*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

KAFATOS, M.; KAFATOU, T. *Consciência e cosmos*. Brasília: Teosófica, 1994.

LAPLANTINE, F. *Antropologia da doença*. Lisboa: Martins Fontes, 1991.

MAFFESOLI, M. *A parte do diabo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORIN, E. *O método 4: as idéias: habitat, vida, costumes, a organização*. Porto Alegre: Sulinas, 1998.

MORIN, E. *O paradigma perdido*. Portugal, Mira-Sintra: Europa-América, 1991.

OLIVEIRA, E. R. Representações de doença e estratégias de cura: os magos da ciência e os cientistas da magia. In: BOTAZZO, C.; TORRES, S. *Ciências sociais e saúde bucal: questões e perspectivas*. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.

_____. Eficácia simbólica de cura e razão analógica. *Revista Antropológicas*, Recife: v.13, p. 607-38, 2001. Série Imaginário A6.

_____. O despertar para o dom, a corporalidade e a complexidade: as dimensões simbólicas e míticas da existência. In: **JORNADA SOBRE O IMAGINÁRIO**, 1., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Plêiade, 2007 (no prelo).

RABELLO, M. C. M. Religião, ritual e cura. In: ALVES, P. C; MINAYO, M. C. S. (Org.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

REICH, W. *O éter, Deus e o diabo*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTAELLA, L. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, J. L. *Espiritismo: uma religião brasileira*. São Paulo: Moderna, 1997.

SCHUTZENBERGER, A. *Meus antepassados*. São Paulo: Paulus, 1997.

SOULIÉ, P. Du biologique à l'imaginal. In: _____. *Science et conscience*. Colloque de Cordene. Paris: Culture/Stock, 1980.

TARNAS, R. *A epopéia do pensamento ocidental*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

ZÉEMPLÉNI, A. La maladie et ses causes. *Ethnographie*, Paris: v. 81, n. 96/97, p.13-44, 1985.

Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

Célia Regina Congílio Borges – PUC, Campinas

RESUMO

A coexistência de feições diversas na denominada organização racional do trabalho tem gerado teses polêmicas. Uma delas é sobre as “possibilidades emancipatórias” disseminadas pelas “conquistas tecnológicas”. Contudo, os deslocamentos das empresas, apoiados por ações indutoras do Estado, resultam em formas apenas diferenciadas de exploração do trabalho (em seus múltiplos processos). Essa segmentação articula-se plenamente com os interesses dos grandes conglomerados empresariais, representados pelas políticas imperialistas contemporâneas. E resultam em impactos sociais os quais procurou-se investigar, tendo em vista uma análise crítica que possa contribuir para intervenções transformadoras na realidade social.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Estado. Divisão internacional do trabalho.

ABSTRACT

The co-existence of the many facets in the so called work rational organization has generated polemical theses. One of them is about the emancipating “possibilities” which would be disseminated by “technological conquests”. However, the enterprises displacement, based on inducing actions of the State, result in only differentiated ways of work exploitation (in its multiple processes). This segmentation fully articulates the interests of the big business conglomerates, represented by the contemporary imperialist policies. It is a result of the social politics and economical impacts, which have been investigated in this study, concerning a critical analysis, which may contribute to the transforming intervention in the social reality.

Keywords: Productive restructuring. State. International division of work.

No Brasil, diferentes modelos de reestruturações produtivas têm sido colocados em prática, sustentados por programas governamentais que cumprem à risca as políticas formuladas pelas grandes corporações transnacionais. É possível caracterizar o papel do Estado e suas articulações com os propósitos capitalistas por intermédio de, no mínimo, duas ações:

1) Quanto aos recursos financeiros destinados a impulsionar reestruturações produtivas excludentes – determinadas por países hegemônicos de acordo com as normas de competitividade vigentes – e difundidas no país a partir do início da década de 1990.

2) Quanto à difusão do arcabouço ideológico necessário para a implantação das políticas (industriais, econômicas, sociais etc.) que ajustam a economia nacional às necessidades do mercado mundial.

Tais considerações pressupõem considerar o Estado como uma instituição que organiza interesses particulares da classe dominante. Como as relações capitalistas de produção assentam-se na divisão social do trabalho, requerem um poder de dominação contínua dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários. Tal poder econômico sustenta-se politicamente no aparato institucional-legal de coerção/repressão e consenso ideológico que constitui a instância estatal organizadora das demandas do capital.

As estruturas jurídicas e ideológicas do Estado, em correspondência com as relações de produção capitalistas, compõem uma totalidade que interage e torna possível a reprodução dessas relações, de forma a sustentar, continuamente, a dominação de uma classe por outra. Ao empreender a análise das relações entre o Estado burguês e as relações capitalistas de produção, Marx (1994) distingue o cenário próprio em que se configuram os processos ideológicos, sob dois aspectos:

1) Na esfera econômica, pela dupla separação do produtor direto (o trabalhador) em relação à propriedade e ao controle dos meios de produção.

Deve-se considerar que as relações entre proprietários e não proprietários expressam-se por contradições: “Em primeiro lugar os trabalhadores são separados dos meios de produção com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros” (BRAVERMAN, 1987, p. 55). Como possuidores dos meios materiais de produção (portadores do poder econômico), os capitalistas associam seu poder a formas políticas que, formalmente, desempenham o papel de organizar a existência coletiva dos agentes sociais. Configura-se, assim, o segundo aspecto ideológico:

2) No plano jurídico-político, pela estrutura do Estado burguês que, por intermédio das leis, individualiza os agentes sociais e os constitui como *sujeitos livres e iguais*.

O efeito principal da imposição das normas igualizadoras e da criação da “forma-cidadania”, que converte a todos os homens em “sujeitos individuais de direito”, é a atomização das classes sociais antagonicas, pois “ao impor esse conjunto de normas igualizadoras a todos os homens, qualquer que seja a sua condição sócio-econômica, o Estado burguês cria a *forma ideológica da cidadania*” (SAES, 1998, p. 123). Isto porque, “essa individualização confere à troca desigual entre uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais; isto é, um *contrato* de compra e venda de força de trabalho” (SAES, 1998, p. 30).

Produtores diretos e proprietários de meios de produção são reaglutinados sob o conceito de *Nação*, representada por um território delimitado, constituído por *cidadãos* pertencentes à mesma *pátria* e, portanto, dotados de *aspirações comuns*. No plano ideológico, a materialidade do Estado se estabelece em formas institucionais, que o apartam das relações de produção e atribuem a ele a “função particular de coesão dos níveis de uma formação social” (SAES, 1998, p. 42).

Estudos recentes observam como diversos Estados nacionais garantem a reprodução local do capital; e como Estados de capitalismo avançado estendem seu poder de intervenção no movimento planetário do capital, especialmente contra os do núcleo periférico (ALMEIDA, 2001 e TAVARES; FIORI, 1997). Tais assimetrias asseguram o aprofundamento da desigualdade entre as nações, pois:

Os Estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia e semiperiferia, mas também nesse caso as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados periféricos. O que cada Estado periférico pode realizar é negado deste modo aos outros (ARRIGHI, 1998, p. 220).

Com as feições assumidas contemporaneamente pela divisão internacional do trabalho, tem-se a produção de processos de desenvolvimento desiguais, inseridos em diferentes graus de correlação de forças. A crise de crescimento econômico dos anos 70 e a busca por mais agilidade nos fluxos de produção resultaram em alterações na divisão internacional do trabalho e, muito fortemente, na realização do próprio trabalho – tanto em seus aspectos tecnológicos, como nos aspectos organizacionais.

O desenvolvimento capitalista em sua configuração atual assume aspectos amplamente analisados por um grande número de pesquisadores. Alves (1999), por exemplo, afirma que estamos diante de um novo regime de acumulação, qualificado pelo autor como uma nova fase do processo de interna-

cionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada a etapas anteriores e conclui que este processo desenvolve-se no bojo de uma profunda crise de superprodução.

Brenner (2003) acrescenta que as atuais características, produzidas pela “secular crise de produtividade”, seriam dadas pelo grande deslocamento do capital para as finanças e pela queda nas taxas de lucro. Sua análise ganha mais força quando aplicada aos Estados Unidos, considerando-se que, de tempos em tempos, durante toda a década de 1990, parecia haver uma revitalização da economia norte-americana, o que constantemente o jornal *Folha de S.Paulo* exibiu com expressões “o vôo da águia”, “a águia alça vôo” e outras semelhantes. Segundo os cálculos de Brenner (2003), a taxa de lucro líquido do setor manufatureiro nos EUA caiu de 24,35%, no período 1950-1970, para 14,5%, nos anos 1970-1993. No G7, as mesmas taxas eram de 26,2% e 15,7%, respectivamente. Uma crise que atinge o epicentro do sistema (os EUA), teria dimensões catastróficas para a lógica do capital, uma vez que este busca refúgio seguro financiando a economia norte-americana, cujo déficit público atinge proporções incontroláveis.

Amin (2000) afirma que é possível presenciar o começo de uma “terceira onda” de devastação do mundo por uma expansão imperialista, apoiada no colapso do sistema soviético e dos regimes nacionalistas populares do Terceiro Mundo. Ainda que, para o autor, os objetivos do capital dominante permaneçam os mesmos (controle da expansão dos mercados, saque dos recursos naturais da terra, superexploração das reservas de trabalho na chamada periferia), realizam-se sob condições novas e, em muitos aspectos, diferentes das que caracterizaram a fase precedente do imperialismo.

A respeito do período de desenvolvimento do pós-guerra, Mézáros (1988) afirma que foi, sem dúvida, preenchido pela capacidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais em seus propósitos de auto-expansão. Ampliou e intensificou, significativamente, as áreas de atividade econô-

mica em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho (predominantemente nos países periféricos) quanto pela sua produção relativa (por intermédio do incremento das tecnologias). A industrialização para a substituição de importações haveria integrado a burguesia e pequeno-burguesia dos países periféricos ao sistema capitalista e contribuído para a segunda nova onda de expansão imperialista entre os anos de 1945 a 1970.

Em trabalho mais recente, Mézáros (2002, p. 123) destaca elementos da crise capitalista que precedeu a atual onda imperialista:

A crescente crise da dominação econômica dos Estados Unidos e suas conseqüências se propagando por todo o mundo; a permanente intensificação dos conflitos com o sucesso industrial do Japão e sinais ampliados de uma guerra comercial potencialmente mais devastadora; a erupção de grandes contradições no interior da Comunidade Econômica Européia, ameaçando-a de colapso; o fracasso catastrófico do keynesianismo do pós-guerra e sua substituição ainda mais catastrófica pelas estratégias ‘monetaristas’, voltadas à revitalização do capital em crise; maciço e ainda crescente ‘desemprego estrutural’ e a correspondente erupção de grandes distúrbios sociais sobre as ruínas do *welfare state* e da estratégia do pós-guerra que presunçosamente anunciou a realização do ‘pleno emprego numa sociedade livre’ [...] o controle disfarçado dos países capitalistas avançados sobre o ‘Terceiro Mundo’.

Se a tese do imperialismo persistiu em vários níveis da produção acadêmica, o pensamento dominante, no decorrer da década de 90 do século XX, deitou raízes e expandiu com relativo sucesso a idéia de que o fim do mundo bipolar teria tornado o espaço político e econômico menos conflitivo, o que comportaria uma tendência favorável à evolução das economias e das sociedades. A tese de “fim da história” colocava a democracia liberal e a economia de mercado como a conquista última e suprema da humanidade. Para os que duvidassem desta conquista como algo positivo, restava a inexorabilidade da “globalização” e as políticas compensatórias para amenizar efeitos desagradáveis.

No entanto, mesmo no auge da crise, países como Japão e Alemanha apresentavam vigoroso crescimento e muito freqüentemente tratou-se a questão como crise de hegemonia. Tal interpretação suscitou questões (às vezes fortemente especulativas) sobre quais países comandariam um novo ciclo de crescimento; que novas relações se estabeleceriam entre as formações sociais imperialistas; que papel os Estados nacionais desempenhariam neste novo ciclo.

Para Almeida (1997), duas posições se destacaram: a que postula a existência de um acirramento nas relações interestatais, a ponto de poucos serem os sobreviventes; e a que atribui pouca importância ao Estado-nação, tendendo a enfatizar a importância do “poder local”.

No plano normativo, a primeira posição insiste na necessidade de se revigorar e bem conduzir o Estado nacional, preparando-o para enfrentar o grande capital transnacional ou, no mínimo, estabelecer relações menos desfavoráveis com ele. Desta forma, aumentaria a probabilidade de conseguir uma boa “inserção” na nova ordem. A segunda costuma oscilar entre a proposição de uma ordem supra-estatal (em processo de constituição) e esferas subnacionais. Alude a uma situação em que a produção econômica não teria mais fronteiras, dada a crescente predominância de “verdadeiras unidades de negócios da economia global” (OHMAE, 1996, p. XXI).

Almeida (1997) insiste em que ambas as posições, ao desconsiderarem o caráter de classe dos atuais Estados nacionais, podem perder de vista justamente o papel que estes desempenham nesta fase de transnacionalização do capitalismo. O autor se inspira em Poulantzas (1975) que, já no início da crise dos anos 70, ao analisar as mudanças na economia em escala mundial, relacionou-as com as formas e funções básicas assumidas pelo Estado nacional nas formações sociais imperialistas contemporâneas. Esse exame do processo de reprodução ampliada das relações interimperialistas seria o passo inicial de um estudo mais amplo: o das relações entre as metrópoles dominantes e as formações sociais dependentes.

Partindo dessa delimitação fundamental, Poulantzas (1975) traçou uma periodização desde os primórdios do capitalismo e percebeu que, diferentemente do colonialismo (quando se buscava indiretamente a constituição de mercado para ampliação de consumo), tratava-se, agora, da reprodução do capital no próprio seio das formações sociais dominadas. E, no interior destas, da reprodução das relações de dominação que ligam cada uma das formações sociais dominadas às metrópoles imperialistas, conduzindo a processos desiguais de difusão da produção econômica e, portanto, do desenvolvimento.

Para o autor, esse novo período de assimetrias caracteriza-se, essencialmente, pela preeminência do imperialismo na exportação de capitais sobre a simples exportação de mercadorias¹. Isso corresponde a mudanças nas relações entre as metrópoles imperialistas e, também, entre estas e as formações dominadas. O modo de produção capitalista impera, agora, a partir do interior das formações dominadas, estendendo seu domínio aos aparelhos de Estado e às suas formas ideológicas.

Poulantzas (1975) caracteriza cada fase do imperialismo pelas diferentes manifestações de realização da dominação e da dependência. Considera que uma formação social é dependente quando a sua própria estrutura econômica, política e ideológica exprime relações constitutivas e assimétricas com as que ocupam uma situação de poder. Obviamente, os enunciados do autor devem ser examinados criticamente, à luz das profundas alterações ocorridas no último quartel do século XX – cujos contornos o autor mal pôde vislumbrar.

Estudos mais recentes observam como diversos Estados nacionais garantem a reprodução local do capital, e como Estados de capitalismo avançado estendem seu poder de intervenção no movimento planetário do capital, especialmente contra os do núcleo periférico, o que assegura o aprofundamento

1 Tese, mais tarde, detalhada por Chesnais (1996) que, a partir de outras formulações teóricas, recorre a importante fundamentação empírica.

da desigualdade entre as nações (ALMEIDA, 2001 e TAVARES; FIORI, 1997).

As bases das mutações imperialistas assentam-se nas feições assumidas pela divisão internacional do trabalho que, conectadas com diferentes metrópoles e formações sociais dominantes, resultam em processos de desenvolvimento desiguais, inseridos em diferentes graus de correlação de forças. Com a crise de crescimento econômico dos anos 70, a busca por mais agilidade nos fluxos de produção resultou em alterações na divisão internacional do trabalho e, muito fortemente, na realização do próprio trabalho – tanto em seus aspectos tecnológicos, como nos aspectos organizacionais.

Para a viabilização de um novo ciclo de expansão monetária, além de mutações nas formas ideológicas de constituição do consenso social, foi necessário investir em novos processos produtivos, de modo a intensificar a concorrência entre os capitalistas. Diante do crescimento japonês (cuja indústria automobilística – especificamente a Toyota – incrementava alterações em aspectos do fordismo praticado no ocidente), foram difundidos termos como “reestruturação produtiva”, “qualidade e produtividade”, “competitividade” e outros que, ao mesmo tempo, justificavam novos arranjos na divisão internacional do trabalho (realocando empresas e fluxos de capital em várias partes do mundo) e sedimentavam a ideologia da “interdependência de uma sociedade global” – a ser organizada pela “supremacia do mercado” contra a, agora, inconveniente regulação do Estado.

POLÍTICAS ESTATAIS E REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS NO BRASIL

Na seqüência, serão observadas as condições em que o Estado brasileiro, especialmente na década de 1990, subordinou-se às doutrinas neoliberais e, por isto, importou, difundiu e remunerou métodos de reestruturações produtivas, de acordo com as exigências das transnacionais e suas interferências na divisão internacional do trabalho.

O Estado tem se rendido aos ditames do imperialismo de plantão com subserviência manifesta, entre outras, nas formas pelas quais tem coordenado os processos de reestruturações produtivas. A busca por consenso em torno da “nova ordem social” se manifestou em apelos produtivos contundentes, tal como a declaração do “ano da qualidade e da produtividade” insistentemente apregoado pela mídia em 1990, seguido pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), criado por Fernando Collor de Mello e, ainda, em vigor.

A reestruturação produtiva atual se constitui numa série de ajustes nos métodos de organização do trabalho que intensificam a jornada e trazem, independentes de inovações tecnológicas de grande vulto, extremados ganhos de produtividade. Envolve, em termos gerais, dois aspectos: alterações no gerenciamento e a introdução gradativa de novas tecnologias, cuja característica mais imediatamente reconhecida é a utilização de máquinas com componentes micro-eletrônicos em substituição às máquinas ferramentas eletro-mecânicas. Esses ajustes permitem diminuir os tempos de trabalho, cujo controle, via de regra, não é mais exercido por um trabalhador destacado essencialmente para essa função. Agora, os próprios produtores, dispostos em grupos que competem entre si para atingir determinada meta de produtividade, se encarregam de acelerar os tempos, uns vigiando os outros.

A Participação nos Lucros e Resultados (PLP), cujos termos foram encaminhados ao governo pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e imediatamente introduzida nos acordos salariais por força de lei – via a medida provisória 794/94, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso – se tornou instrumento importante para que os trabalhadores vislumbrassem a intensificação do trabalho como a quimera do lucro revertida em consumo, mesmo que fosse o básico, cujos salários rebaixados já não podiam mais realizar.

A conformidade da produção, de acordo com metas determinadas pelo mercado, prescinde agora da figura do inspetor. Aos trabalhadores, chamados

de polivalentes porque apertam botões de diversas máquinas quase que em tempo simultâneo, é dada a responsabilidade pelo cumprimento das metas e pelas normas de produção. Do lado da gerência, não há muito com o que se preocupar: as máquinas, devidamente programadas com precedência, garantem a conformidade dos produtos. Necessário é modelar os trabalhadores e, para isso, um conjunto de comportamentos é ensinado à guisa de cursos de “treinamento” e “qualificação”, disseminados como Sistema de Qualidade. Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o objetivo dos Programas de Qualidade Total é padronizar convenientemente a produção e o comportamento dos trabalhadores para que os produtos sejam finalizados de acordo com as exigências do mercado (BORGES, 1997).

Outros ajustes foram colocados em prática: diferenciação nos produtos graças às possibilidades operacionais das tecnologias, diferentes disposições das máquinas de forma a permitir o manejo simultâneo por um único trabalhador, novas formas de estocagem e a tão discutida terceirização. Além disso, as máquinas computadorizadas exigem ambiente limpo e arejado. Que bom para os trabalhadores! Adeus à graxa! As doenças pulmonares darão vez às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou ao Karochi, conhecido pelas bandas japonesas como morte por exaustão. A isso tudo chamam de “produção flexível”!

Todas essas mudanças exigem formas de hierarquia no controle da produção que se diferenciam das que predominaram no pós-guerra. Contudo, longe de representar ruptura com os princípios do taylorismo/fordismo, acreditamos que os novos métodos apresentam um grau acentuado de aprofundamento desses mesmos princípios. O controle do capital sobre o trabalho nunca foi tão presente quanto nas metodologias em vigor. Do ponto de vista técnico da produção, a fiscalização do tempo e a separação entre planejamento e execução estão inscritas na própria máquina que eletronicamente computa as quantidades produzidas e, com raras exceções, che-

ga à produção devidamente programada por técnicos altamente especializados.

Do ponto de vista do “pacto social”, observa-se um significativo refluxo dos movimentos sociais e, assim como no pós-guerra do capitalismo desenvolvido, grande parte dos sindicatos torna-se aguerrida difusora da ideologia produtiva vigente. Mediante a utilização de recursos provenientes do Estado, por intermédio de programas que atestam apoio econômico e ideológico às políticas exigidas pelo capital internacional, as centrais e seus sindicatos disseminam cursos, palestras, imprimem jornais, fazem campanhas, acordos setoriais etc., que propagam o ideário produtivo das empresas. O impacto das reestruturações produtivas em seus aspectos contemporâneos ressoou forte sobre a luta de classes no Brasil. Mesmo sindicatos de origem e tradição classista incorporaram propostas que fizeram recuar direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores.

Distinguimos pelo menos dois fortes impactos nos resultados sobre as lutas sindicais: o primeiro diz respeito à incorporação, em vários níveis de negociação sindical, de termos como flexibilidade, polivalência e autonomia, evocados como possibilidades emancipatórias trazidas pelas novas tecnologias. Esta incorporação acrítica tem se dado com frequência cada vez maior tanto em textos acadêmicos, empresariais e governamentais, como nos sindicais, independente da corrente ideológica que exprimem. O Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), aplicado por intermédio dos cursos de formação profissional ministrados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos de todas as “cores” tem sido um vigoroso instrumento governamental desta forma ideológica de disseminação ideológica.

O segundo impacto é indicado na emergência do chamado sindicalismo propositivo, com atuações que sugerem um resgate dos “benefícios” perdidos com o fim dos “acordos societais”. No ABC paulista, considerado o berço do sindicalismo combativo brasileiro, está tomando forma um amplo leque

de alianças entre governos locais, empresários e representações de trabalhadores, com vistas à defesa sistemática de interesses localistas que incluem, no mínimo, propostas que assimilam fortes aspectos do corporativismo próprio do modelo europeu de sindicalismo social-democrata. Isso se consolida, em especial, por intermédio dos acordos requeridos nas denominadas câmaras setoriais e regionais.

A junção entre Estado, empresários e as novas formas assumidas pelo movimento sindical tem cumprido um papel de grande alcance na hegemonização dos termos relacionados com a reestruturação produtiva e com o que passaram a conotar como inexorável – a *globalização* da economia.

A reestruturação produtiva é disseminada como condição inevitável de *inserção do país na modernidade*. Nos discursos dos governantes e também de setores ligados aos movimentos sociais, os efeitos da crise social aparecem como uma conjuntura apenas transitória, passível de ser contornada pela aplicação das chamadas políticas compensatórias. Por intermédio delas, vultuosas somas são despendidas sem outro efeito que não seja o de amortecer as lutas reais por emancipação da classe trabalhadora, motivo pelo qual proliferam os cursos de computação para desempregados de baixa renda que mal sabem ler e escrever, comunidades solidárias que isolam segmentos em atividades efêmeras, propostas de renda mínima para manter crianças em escolas degradadas material e pedagogicamente e assim por diante.

Contra os enunciados de que o neoliberalismo teria decretado o fim do Estado-nação em nome da “supremacia do mercado”, muitos programas governamentais atestam que as empresas não apenas necessitam do Estado, mas impõem agendas e prioridades às políticas sócio-econômicas. É isto que pretendemos colocar em discussão por intermédio deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio F. R. de. Já se passaram 10 anos: apontamentos sobre um percurso intelectual. Memorial para concurso de livre-docência, São Paulo, PUC, 2001.

ALMEIDA, Lúcio F. R. de. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In: DOWBOR L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, 1999.

AMIN, Samin. *La economía política del siglo XX*. 2000. Disponível em: <http://rcci.net/globalizacion/2000/fg/29.htm>. Acesso em: 28 jul. 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, Célia Congilio. *Reestruturação produtiva e luta de classes: impactos político-ideológicos da difusão do modelo japonês no Brasil*. Dissertação (Mestrado). – PUC, São Paulo, 1997.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XXI*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. São Paulo: Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: v. 1/2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MÉSZÁROS, István. Política radical e transição para o socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. In: CHASIN, J. (Org.). *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1988. p. 188-192.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

TAVARES, M. da Conceição; FIORI, J. Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação¹

Jean Carlo de Carvalho Costa – UFPB

RESUMO

O objetivo deste ensaio é argumentar em torno da importância que, nos dias de hoje, é atribuída à “redescoberta” de certas idéias relativas ao fenômeno nacional, especialmente através de uma nova reorientação interpretativa que a ele é associada. Esse processo de atribuição de importância ao *nacional* tem ocorrido em esfera mundial e, conseqüentemente, tem afetado a produção local tanto no âmbito da teoria social quanto no pensamento social brasileiro. Na esteira desse processo de busca de “auto-entendimento” é possível identificar como “alvo” desse período, autores centrais em sua época, marginalizados em um segundo momento, e hoje, “fundamentais” no entendimento do processo de construção do nacional. Na esfera local, um dos “autores-alvo” dessas transformações é o sergipano Sílvio Romero. Compreender a natureza de alguns dos elementos constituintes da compreensão do nacional em Romero e indicar a sua contemporaneidade é a orientação central desse trabalho.

Palavras-chave: Pensamento social. Fenômeno nacional. Miscigenação.

ABSTRACT

The objective of this essay is to show the importance that nowadays is attributed to the “rediscovery” of certain ideas relative to the *national phenomenon*, especially through a new interpretative reorientation that is associated with it. This process of attribution to the *nacional* has occurred

in global scale and, consequently, has affected the local production in the context of both social theory in general and Brazilian social thinking. Following this process of search for “self-understanding” it is possible to identify as a “target” of this period some authors formerly situated at the margins of the process of construction of the *national* that are now fundamental to its understanding. At the local scale, one of “target authors” of those transformations is the *sergipano* Sílvio Romero. To understand the nature of these changes from a new reading of certain elements of the “modernity project” sketched out by Romero is the central orientation of this work.

Keywords: Social theory. Nationality. Brazilian social thought.

O PROBLEMA NACIONAL, TEORIA SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO²

Cada época forja mentalmente seu universo. Não o elabora apenas com todos os materiais de que dispõe, com todos os fatos (verdadeiros ou falsos) que herdou, ou foi adquirindo. Elabora-o com seus dotes, com seu engenho específico, suas qualidades e inclinações, com tudo o que a distingue das épocas anteriores.

Lucien Febvre

De modo geral, especialmente a partir da fragmentação da União Soviética, bem como dos eventos recentes derivados do “embate” Ocidente-Oriente, sendo, em um certo sentido, os EUA e Europa, protagonistas-alvo, é possível perceber uma tendência

1 Gostaria de agradecer os comentários sugeridos pelo professor André Botelho (UFRJ) e pela professora Silke Weber (UFPE) que, sem dúvida, em muito contribuíram para a configuração de um texto mais coerente e preciso.

2 Este artigo foi enviado para avaliação e provável publicação na Revista Tempo Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.

global em torno de uma sintonia relativa à intensificação de preocupações com o *problema nacional*, fenômeno que tem a sua origem consensualmente associada à emergência da revolução burguesa, a partir da identificação sugerida entre a soberania da nação e a soberania do Estado (ELIAS, 1993). Essa tendência tem se desmembrado, principalmente, em solo não-europeu³ e, particularmente, em espaço latino-americano, em “reinvenções” narrativas que, nos dias de hoje, ainda mais suscitam controvérsias e expressam as inquietações contemporâneas intrínsecas ao tema da identidade nacional, especialmente àquelas relacionadas ao papel que a Ibéria exerce na constituição da discussão em âmbito local sobre o nacional (MORSE, 1988; BARBOSA FILHO, 2000; CANIELLO, 2001; COSTA, 2003, 2004, 2005; CHACON, 2005). Além disso, como ver-se-á adiante, uma tensão subjacente a essa tendência, do ponto de vista da teoria social, também se encontra relacionada às concepções de história e de tradição que atuam de forma conspícua no forjar da narrativa, inevitavelmente, levando-nos ao caminho do “encontro imaginário entre Benjamin e Heidegger” (CAYGILL, 1997, p. 17).

Essas inquietações recentes são expressas em debates interdependentes relativos, por um lado, à natureza da própria teoria social, que é uma espécie de “termômetro” das alternativas explicativas no âmbito das ciências sociais e, por outro, às principais questões suscitadas pelas mudanças percebidas na estrutura social a partir da aceleração do processo de globalização. O significado desse processo tem

sido compreendido como “a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69), tendo também associado ao seu arcabouço conceitual a reviravolta gestada pelo valor basilar que atualmente é atribuído à maior circulação da informação, engendrada na modernidade, por um lado, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e, por outro, às mudanças na natureza do próprio conhecimento, intensificadas a partir da chamada Terceira Revolução Industrial (KUMAR, 1997; LYON, 1998; THOMPSON, 1998).

Em primeiro lugar, em relação à teoria social⁴, é possível perceber um constitutivo “estado de crise”, produto do próprio elemento estruturante da ciência, ou de outro modo, talvez possa ser dito que em seu âmbito há um certo consenso em torno da percepção de um dissenso interpretativo, especialmente a partir dos debates relativos à natureza da modernidade e à pertinência ou não do caráter heurístico associado à idéia de “pós-modernidade” (HABERMAS, 1985; GIDDENS, 1991; KUMAR, 1997; BAUMAN, 1998, 1999; LYON, 1998), debates esses que constituem um dos produtos específicos das conseqüências do processo mais amplo que é a globalização.

Essa “crise” pode ser compreendida como uma profunda inquietação em relação às possibilidades percebidas para se explicar adequadamente às mudanças sociais, de modo geral, e o seu reflexo na ação social, de modo mais privado, cuja acentuação tem

3 Ressalto a idéia de uma ausência de privilégio de solo não europeu encontrar-se envolvido em re-elaborações narrativas devido à percepção de uma gradativa emergência na própria Europa de preocupações por refletir no presente a sua memória e o seu papel em pensar a própria humanidade em um contexto pós-moderno, produto do constrangimento histórico evidenciado na tese de que “o longo envolvimento da Europa com o resto do planeta humano, sua presença ubíqua e inoportuna em praticamente todos os cantos do globo, por mais distantes, reverberou num processo poderoso e irreversível de hibridização e multiculturalismo que agora transforma a Europa, levando-a a reconhecer, ainda com hesitações e contratempos consideráveis, que o outro é um componente necessário e irreversível de sua identidade” (BAUMAN, 2006, p. 45).

4 Neste trabalho, utilizo a expressão “teoria social”, ao invés de “teoria sociológica”, inclusive tomando a liberdade de caracterizar “formalizações conceituais da realidade social” como “teorias sociais”. De modo geral, utilizo “teoria social” devido ao caráter mais amplo da diversidade disciplinar de conteúdos que podem ser associados a ela, seguindo, neste sentido, a orientação de Giddens e Turner (1999, p. 8), que argumentam: “Não consideramos a teoria social propriedade de nenhuma disciplina, pois as questões referentes à vida social e aos produtos culturais da atividade humana permeiam as ciências sociais e as humanidades”. É indubitável, neste sentido, a amplitude e o impacto avaliativo e constituinte da realidade social das teorias desenvolvidas no século XIX; logo, justifica-se o seu uso.

sido evidente nos últimos vinte ou trinta anos como um dos produtos das transformações sócio-políticas que têm afetado a vida humana. Uma das conseqüências deste processo, no âmbito da sociologia, “dada a sua orientação cultural e epistemológica” (GIDDENS, 1991, p. 13), bem como ao fato de ser ela “a disciplina mais integralmente envolvida com o estudo da vida social” (GIDDENS, 1991, p. 13), é alimentar a necessidade de serem revisitados debates relativos a sua *episteme* e a metodologia conseqüente, isto porque a teoria social é uma espécie de “óculos interpretativo” da realidade social. Neste sentido, haja visto que as idéias não são constituídas isoladas dessa realidade, conseqüentemente, “revisitá-las”, muitas vezes, tende a também transformar a própria realidade à qual elas se referiam inicialmente, afetando o próprio presente e também, por derivação, o futuro.

Em segundo lugar, sobre as mudanças no âmbito da estrutura social, pode-se dizer que algumas das transformações sociais pelas quais tem passado o mundo na contemporaneidade parecem sugerir às ciências sociais e à teoria social que se debrucem com profunda atenção sobre uma determinada categoria sócio-histórica que, nos dias de hoje, parece ter adquirido importância central. A categoria à qual refiro-me é a idéia de “nação”, haja visto o impacto no entendimento das relações sociais contemporâneas que têm inúmeros dos conteúdos que à questão nacional é associada como, por exemplo, a nova divisão transnacional do trabalho, dinamizada pelas novas tecnologias, pela informatização e pela robotização da produção, processo que também se expressa pelas migrações entre nações dentro de um amplo processo de urbanização do mundo, mostram-nos a emergência e a ressurgência de problemas raciais associados a nacionalismos e localismos (IANNI, 1996).

Estas orientações dimensionais de análise, teoria social e estrutura social, em esfera global, não se encontram isoladas do pensamento social no Brasil, haja vista o impacto inevitável da circulação da informação no mundo globalizado. De fato, ao con-

trário, é possível afirmar que, ao longo das últimas décadas, também na esfera local, certas preocupações relativas ao nacional e às interpretações que a ele são associadas têm sido revisitadas, fenômeno que, como foi visto, é produto tanto das mudanças estruturais derivadas da globalização quanto das reorientações teóricas utilizadas na interpretação de certos processos sócio-históricos.

Neste sentido, é possível dizer que os principais efeitos presentes destas transformações dizem respeito ao fato de que trazem à tona importantes questões relativas à autocompreensão de certos povos em relação à formação de sua nacionalidade, reivindicando a tese de que o passado contém ensinamentos que devem ser aproveitados pelo presente a partir de uma espécie de interpretação seletiva (SOUZA, 2000).

De fato, na esteira desse argumento, percebe-se que, no âmbito latino-americano e, em especial, na esfera local, algumas noções, em meu entender, têm-se tornado essenciais para se consubstanciar um processo de auto-entendimento do nacional, levando vertentes da teoria social a uma espécie de re-interpretção de alguns de seus conteúdos (SOUZA, 1999, 2000, 2003). Ou seja, inquietações têm sido trazidas à baila relativas à formação da nacionalidade brasileira e ao papel central que noções como “raça”, “cultura” e “miscigenação” passaram a ter no processo de colocar o Brasil em compasso com o ritmo das sociedades européias em fins dos dezenove e início dos vinte (ORTIZ, 1990).

No Brasil das últimas décadas tem sido possível identificar o processo de “retomada” do nacional ao qual foi feita referência anteriormente. Na esfera local, percebe-se, após uma espécie de ostracismo enfrentado pela temática nos meios acadêmicos brasileiros, uma emergência de “releituras”, “diálogos” e “redescobertas” de autores e de idéias que se encontram ao problema nacional associados, a partir de gestação sistematizada nas obras de determinados intelectuais. De modo geral, esse *projeto coletivo* (PIMENTA, 2002), ainda que muitas vezes difuso e especializado, haja vista que envolve pesquisadores e

abordagens distintas, tem ocorrido a partir de duas dimensões inter-relacionadas.

A princípio, por um lado, tem-se um investimento relacionado com contribuições monográficas cuja característica principal é o seu uso de fontes primárias que os trabalhos de caráter mais panorâmico dificilmente conseguem oferecer (PIMENTA, 2002; GONTIJO, 2003; SCHNEIDER, 2005), e que estão intimamente associados com a produção da historiografia e da antropologia; por outro lado, talvez mais próximo do universo sociológico, percebe-se a reflexão crítica, no âmbito das idéias, de teses fundamentais, especialmente àquelas associadas aos clássicos da sociologia, que norteiam a produção historicamente produzida no âmbito do pensamento social relativa à chamada questão nacional/identidade, tanto em um contexto Europeu (GUIBERNAU, 1997; BAUMAN, 2006), quanto na esfera local (SOUZA, 2000, 2003; COSTA, 2003, 2004, 2005).

De certo modo, isto parece ocorrer porque, se é correto supor que a relação das idéias com o mundo material não é de exterioridade, mas, ao contrário, que elas ajudam a constituir a própria realidade empírica, na medida em que mostram alguns aspectos estruturadores e possibilidades de ação, a despeito de encobrir outros tantos, então a crítica das idéias é uma tarefa conspícua de uma sociologia com interesses críticos (SOUZA, 2000, 2003).

Com esses fatos esculpindo um novo quadro sócio-político mundial, torna-se relevante compreender melhor alguns dos conteúdos que se encontram associados a um dos hermeneutas do Brasil (SCHNEIDER, 2005), Sílvio Romero (1851-1914), autor de profunda relevância ao se tratar da modernidade brasileira na virada do século XIX e início do XX, arquiteto de um “projeto de nacionalidade” forjado no diálogo entre o local e global que tem sido alvo, após oscilar entre o ostracismo e a má interpretação, de gradativo interesse nos últimos quinze anos, especialmente após o centenário de sua principal

obra, *História da literatura brasileira* (2001)⁵, interesse desmembrado em uma importante reconstrução narrativa de sua contemporaneidade (VENÂNCIO FILHO, 2001).

O CARÁTER CONSTITUTIVO DO NACIONAL NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

As discussões em relação ao fenômeno nacional permeiam todo o pensamento social no Brasil, talvez com uma certa hegemonia que compreende desde o predomínio da “bricolage de uma identidade nacional” elaborada pelo romantismo brasileiro (ORTIZ, 1994, p. 19)⁶, que pode ser situada em torno de 1870 até a “virada culturalista” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987), na década de 1930, particularmente a partir de seu *Casa-grande & senzala* (FREYRE, 1998)⁷, considerado por alguns a “Paidéia de um Werner Jäger dos trópicos” (CHACON, 2001, p.39).

No intervalo que compreende as últimas décadas do século XIX e meados da década de 1910, as tentativas de interpretar o nacional são conduzidas a partir da possibilidade percebida de articulação dos conceitos de *raça e meio*, com o objetivo de encontrar uma espécie de via alternativa cujo eixo preservaria a “singularidade sócio-racial brasileira”; entretanto, essas tentativas são guiadas, do ponto de vista teórico, por uma certa tensão que identificaria uma determinada parte de nossa intelectualidade, cujo eixo bifurca-se entre assimilar a ciência da época, realista, naturalista e pretensamente universalista, à elementos idiossincráticos subjacentes à cultura local, não necessariamente traduzíveis no *logos* de então; essa tensão desmembra-se em uma perspectiva relativamente determinista e de cunho racial. De fato, considere-se o próprio termo “miscigenação”, cuja influência no discurso imperial e colonial contemporâneo é evidente em torno das referências negativas às uniões de “raças” distintas (YOUNG, 1995),

5 Edição original em 1988.

6 Edição original em 1985.

7 Edição original em 1933.

tendo passado a ser, inevitavelmente, na virada dos séculos XIX-XX, parte do discurso colonialista do racismo.

No Brasil, o fenômeno nacional adquire enorme importância na segunda metade do século XIX, especialmente através do pensamento de alguns intelectuais brasileiros como, por exemplo, Sílvio Romero (1851-1914), embora seja necessário afirmar que estas inquietações não constituem privilégio dessa época, tendo permeado toda a história da formação da nacionalidade brasileira (CANIELLO, 2001). Entretanto, talvez seja possível ressaltar o maior relevo a ele atribuído pelos “românticos”, ainda que envoltos na perspectiva de revestir o elemento indígena em “elemento civilizado”, afirmando por completo a desimportância do negro na constituição da nacionalidade brasileira, o qual apenas torna-se parte inevitável da reflexão sobre a dinâmica social com o advento da Abolição⁸.

Ora, verificando o contexto descrito, é possível dizer que duas perspectivas relativamente hegemônicas, e uma à época “marginal”, de interpretação do Brasil, no tocante ao entendimento do nacional, destacaram-se no início do século, tendo o construto *raça* predominância no caráter definidor da nacionalidade, cuja conseqüência, haja vista o tipo de teoria social produzido no período, é uma espécie de ruptura do campo intelectual, talvez um dos elementos explicativos da “marginalização” de determinadas interpretações.

De modo geral, no pensamento social brasileiro, a temática em questão foi abordada por alguns dos principais ensaístas cuja obra, de um modo ou

de outro, inevitavelmente, percorreu as relações entre nacionalidade e raça na busca pela explicação do fenômeno nacional. De fato, por um lado, temos a referência primordial ensaísta de influentes intelectuais como o já citado Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951) e, de modo mais indireto, o famoso ensaio de Paulo Prado (1869-1943), *Retrato do Brasil* (1997)⁹, especialmente o seu *Post-Scriptum* que, seguindo princípios e idéias evolucionistas e deterministas relativas à “degeneração”, “barbárie”, “miscigenação” e “enfermidade social”, debruçaram-se sobre a problemática racial, levando-os, de modo geral, à crença no princípio de que o único modo de resolver o problema seria através do cruzamento racial, o que desemboca na conhecida “teoria do branqueamento”, uma das peculiaridades tipicamente nacionais, e na ênfase nas políticas de imigração e de educação, ou seja, em direção ao triunfo e à regeneração da raça branca no país (VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993).

Uma outra vertente, contrária a um certo “otimismo milenarista” (SOUZA, 2005) que perpassava o pensamento de certos autores em relação ao papel da raça, era constituída por outros intelectuais que, mais críticos em relação ao “valor social do mestiço”, consideravam o cruzamento racial um verdadeiro perigo para a boa saúde do Brasil e da etnicidade branca. Entre eles, talvez o de maior destaque seja o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cujas pesquisas sobre a influência africana e o sincretismo religioso no Brasil, inovadores estudos etnográficos na época, tenderam a fortalecer as suas concepções racistas e a crença na tese da degeneração racial como conseqüência da mestiçagem.

No intermédio entre esses dois “projetos para o Brasil” tem-se a “interpretação dissidente”, seguindo expressão utilizada por Ortiz (1994)¹⁰, do sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), interpretação “marginal” à época, a qual me referi. Bomfim, o

8 A relação entre Sílvio Romero e o Romantismo também expressa uma certa tensão: por um lado, assimilou intelectualmente as contribuições pós-românticas da segunda metade do século XIX (realista, naturalista e essencialmente cientificista); por outro lado, não ausentou-se de extrair do romantismo aqueles elementos que o auxiliassem a pensar e a imaginar um povo e a sua nacionalidade existindo a partir de uma complexa heterogeneidade que lhe era peculiar, ou seja, “a sua obra é, em grande medida, o resultado tumultuário do choque entre as temporalidades socioculturais brasileiras e a erudição científica européia da segunda metade do século XIX” (SCHNEIDER, 2005, p. 56).

9 Edição original em 1928.

10 Edição original em 1985.

“rebelde esquecido” (AGUIAR, 2000), tem sido, de modo gradativo, especialmente nos últimos quinze anos, recolocado entre os “principais intérpretes do Brasil”, inclusive em posição de enorme inovação, “pensador fantásticamente original” (ZARUR, 2000), isto porque, em grande medida, a sua interpretação do nacional e do povo brasileiro é fortemente contrária às perspectivas teóricas dominantes no pensamento social da época, cuja base teórica era formada pelas teorias sociais européias (Darwinismo social, evolucionismo e o positivismo), tríade teórica fundamental que, de certo modo, parece ter coroado o ápice da modernidade ocidental.

De modo geral, é importante realçar que a ambigüidade e elementos contraditórios são efetivamente correntes nos ensaios interpretativos dos intelectuais que pensaram o Brasil àquele período, produto, em grande parte, da incompatibilidade percebida entre a “tríade teórica” hegemônica à época e a realidade que ela deveria “explicar” (ORTIZ, 1994)¹¹, não diminuindo, no entanto, a sua importância, isto porque:

Há uma conexão mais ou menos estreita entre os seus modos de abordar o Brasil e o nacionalismo sistemático [...] do próprio Estado Novo. É arriscado, porém, incluí-los genericamente entre os ideólogos da Direita, em razão do colorido opressor, classista e racista que o termo foi assumindo por força das vicissitudes políticas do século XX. Representam, em conjunto, um sintoma da crise do liberalismo jurídico abstrato, da sua incapacidade de planificar o progresso de um povo; e, apesar das suas diferenças e mesmo das contradições internas de que todos padecem, significam [...] um passo adiante na construção de uma sociologia do povo brasileiro (BOSI, 1994, p. 313).

De fato, são os efeitos de suas obras no diálogo entre as mudanças na teoria social contemporânea e o processo de globalização, posterior a essa erupção ensaísta, que confirmarão ainda mais a sua importância, por um lado, devido ao fato de que “os contemporâneos muitas vezes são os piores intérpretes

de uma obra” (SCHNAIDERMAN, 2000, p. 9) – a eqüitativa desimportância histórica atribuída, por exemplo, ao também sergipano Manoel Bomfim, pode ser uma dessas piores interpretações – e por outro, porque muitos de seus desmembramentos transformaram-se em “programas de organização sócio-política” (BOSI, 1994).

Ou seja, pode-se dizer, neste sentido, que, por exemplo, o desdobramento, do ponto de vista estético e ideológico, do Modernismo brasileiro nos anos de 1920, “veio criar condições para aproveitar e desenvolver as intuições de um Sílvio Romero, ou um Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de um Nina Rodrigues” (CANDIDO, 2000, p. 123)¹². Além disso, não é à toa que é característico desse período o fato de ele tender ao ensaio, não apenas às breves crônicas como ao longo ensaio histórico e sociológico, que, de certo modo, incorporou o movimento ao pensamento nacional.

Diante de tais esclarecimentos, haja vista que já vão longe estes prolegômenos, ofereço ao leitor, na seção seguinte, uma espécie de “hermenêutica temática” da nação e da nacionalidade, conduzida através de alguns elementos do pensamento de Sílvio Romero, hoje, em um certo sentido, como argumentarei, considerados inovadores, que podem ser interpretados como o reflexo, na esfera local, do nacional a partir das inquietações presentes nas discussões contemporâneas relativas à teoria social e à estrutura social.

SÍLVIO ROMERO E UM PROJETO MISCIGENADO PARA O BRASIL

No século XIX, como ora tem sido colocado no artigo, o Brasil foi invadido por um “bando de idéias novas” que, de certo modo, foram as responsáveis por uma profunda renovação e transformação do pensamento que o país experimentava, espécie de “reuropeização”, nos termos de Freyre (2000)¹³, cujo elemento central está associado ao seu caráter

11 Edição original em 1985.

12 Edição original em 1965.

13 Edição original em 1936.

de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura por meio da influência de uma Europa francamente burguesa (SOUZA, 2000).

De modo geral, em solo local, parece haver um certo consenso em afirmar que um dos berços dessa renovação foi a “Escola de Recife”, uma das instituições expoentes da então “Geração de 1870”. Recife, na literatura, é tratada como cidade que é considerada uma espécie de arena do embate entre as formulações românticas ultrapassadas e as novas perspectivas que se abriam na ciência e na filosofia, as quais, internalizadas na configuração de uma nova concepção da vida e do mundo, produziram, assim, alguns dos principais pensadores da nação brasileira:

As lutas em torno dessas idéias tiveram por teatro, no Brasil, a cidade do Recife em que Tobias Barreto (1839-1889), secundado por Sílvio Romero (1851-1914) e por seus discípulos, se tornou a figura predominante do maior movimento de renovação, na história intelectual do Império (AZEVEDO, 1963, p. 340).

De fato, em um período em que o mundo percebia o “novo mundo”, em especial o Brasil dessa época, como uma espécie de “apêndice tropical da Europa” (SKIDMORE, 1994, p. 72), contra esse pano de fundo, uma série de intelectuais debateram-se para definir a identidade nacional do seu país. Tobias Barreto (1839-1889) é, consensualmente, considerado um líder intelectual da Escola de Direito de Recife, inovador ao reformular idéias jurídicas, dotando-as de base racional e científica, contrapondo-se diretamente ao jusnaturalismo reinante à época; após ele, um dos mais importantes da Escola foi, sem dúvida, o seu discípulo, Sílvio Romero (1851-1914), cuja preocupação por “fundar uma nacionalidade consciente de seus méritos e defeitos” o acompanha em grande parte de sua obra, mas especialmente no final.

De fato, Sílvio Romero pode ser considerado o primeiro a enfrentar uma das questões mais inquietantes das discussões da época relativas ao nacional,

a saber, “se a criação artística e científica resulta da raça, ainda que articulada com o meio, como é possível explicar a vida brasileira, se aqui não se poderia falar numa raça”, ou, além disso, “como é que um povo considerado inferior interpreta a sua própria inferioridade?” (LEITE 1992, p. 185)¹⁴. De certo modo, parece ser esta a pergunta a qual o texto romeriano vem tentar responder. Romero, deixando falar através de si o espírito de sua época (*Zeitgeist*), argumenta que só há um caminho:

Para que a adaptação de doutrinas e escolas européias ao nosso mundo social e literário seja fecunda e progressiva, é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento do Velho Mundo e ter uma idéia nítida do passado e da atualidade nacional (ROMERO, 2001, p. 64)¹⁵.

De modo geral, pode-se dizer que Sílvio Romero (1851-1914) se descrevia como um “darwinista social”, cuja argumentação relativa à sua concepção de nação era essencialmente alicerçada em uma tentativa de conciliação entre os conceitos deterministas de raça e meio, ressaltados acima. De fato, já em seus primeiros trabalhos relativos ao folclore e a etnologia, é possível perceber a sua divisão da população brasileira em habitantes das matas, das praias e margens de rio, dos sertões, e das cidades (ROMERO, 1954). Essa percepção, entretanto, já reafirma mais uma vez o elemento de tensão de sua interpretação do nacional, conseqüência da incompatibilidade existente entre a importância atribuída por ele às descobertas científicas ocorridas em solo Europeu¹⁶, na esteira do evolucionismo, e a extração dos seus dados da realidade brasileira da época.

Contudo, no Brasil da “Geração de 1870”, devido à combinação da influência das teorias sociais européias, especialmente o evolucionismo e o

14 Edição original em 1954.

15 Edição original em 1888.

16 Em *Introdução à doutrina contra doutrina*, por exemplo, Romero resalta a importância dos estudos de Marx e Engels relativos ao entendimento da classe operária na Inglaterra, lamentando a inexistência em solo brasileiro de empreendimentos semelhantes.

darwinismo social, com os conteúdos dos conceitos citados, esses últimos são elevados à categoria de fundamentais, constituindo um quadro interpretativo da singularidade nacional, de tal modo que, nos termos do próprio Sílvio Romero, “os diletantes literários não tiraram mais da boca as palavras meio e raça!...” (ROMERO, 2001, p. 99)¹⁷:

[...] meio e raça se constituíam em categoriais do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira. A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como o principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa (ORTIZ, 1994, p. 16)¹⁸.

Sílvio Romero (1851-1914) foi, de fato, um dos que percebeu a importância de se considerar o meio e a raça como fatores internos que definiriam a realidade brasileira, isto a partir de uma certa contraposição à influência estrangeira que, no Brasil, possibilitava uma imitação da cultura européia, uma “adaptação inconsciente” (LEITE, 1992¹⁹; ORTIZ, 1994²⁰). Em Romero, é importante ressaltar a existência de uma dupla dimensão dessa influência, haja vista que ele, por um lado, a considera importante e inevitável e, por outro, há um esforço evidente em traduzi-la para os dados da realidade nacional, especialmente ao enfatizar a necessidade de estudos privados relativos aos problemas locais (VENÂNCIO FILHO, 2001):

Essa adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A

darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia (ROMERO, 2001, p. 63)²¹.

Da preocupação de “fundar uma nacionalidade consciente de seus méritos e defeitos”, Romero elabora a sua própria interpretação do Brasil, considerada hoje inovadora para época, a partir do momento em que ele é um dos primeiros a considerar e reconhecer que os brasileiros constituem fundamentalmente um povo racialmente misto, percepção de heterogeneidade produto do referente de homogeneidade racial e cultural pretendido pelas velhas nações da Europa (SENA, 2003), que o leva a enxergar na mestiçagem a essência da nacionalidade, evitando possíveis perspectivas desagregadoras, mas sem adjetivá-la nem regionalizá-la, justamente para que se constituísse em um conceito generalizável, ou seja, nacionalizável (SCHNEIDER, 2005). Em Romero, *todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias*, fato este que se devia a certos elementos: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira²².

Além disso, mais importante ainda, é a sua incorporação de modo decisivo do elemento negro à

21 Edição original em 1888.

22 É importante salientar, no entanto, que na historiografia acerca do Brasil, no século XIX, o primeiro autor a assinalar o papel do negro na formação racial foi o botânico e viajante alemão Karl Philipp von Martius. Martius, participando de um concurso organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1845, na esteira das ocupações pós-independência, respondeu ao objetivo do prêmio, que seria dado a quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil, com *Como se deve escrever a história do Brasil*. Nesse clássico texto, ele argumenta que a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de raças (BARATA, 1974), plantando, assim, a semente do que nos anos 1930 denominar-se-á a nossa “democracia racial”. Entretanto, também é relevante observar que a sua menção ao elemento negro é breve, de tal modo que ele, na verdade, mais do que ressaltar a sua importância, parece ter sido o responsável por evidenciar o problema por sobre o qual se debruçará a “Geração de 1870”, ou seja, “a questão principal, quanto ao negro, segundo ele, seria esta: o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos? Ao historiador, responder se teria sido para melhor ou para pior [...] Essa pergunta atormentará os historiadores brasileiros” (REIS, 1999, p. 27). A resposta, ver-se-á, oscila entre negativo e positivo até a “operação *Casa grande & senzala* de Gilberto Freyre” (ORTIZ, 1994, p. 43).

17 Edição original em 1888.

18 Edição original em 1985.

19 Edição original em 1954.

20 Edição original em 1985.

teoria, rompendo com padrões de pensamento da *intelligentsia* de então. Há, inclusive, um certo consenso em considerar alguns dos seus estudos de etnografia brasileira como os primeiros a dar ao elemento negro a sua posição justa ao lado das demais raças que se fixaram no Brasil (RABELLO, 1967), de tal modo que a sua compreensão, ao tratar o negro não apenas como “auxiliar fisiológico”, mas também como agente econômico e um elemento político e social, permite, em meu entendimento, o início da gestação da “virada interpretativa” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987) sobre a nação brasileira e o povo que a constitui, efetuada especialmente a partir dos anos de 1930.

De fato, a relativa ruptura de Sílvio Romero (1851-1914) com o pensamento romântico é, neste sentido, evidente, ainda que alguns considerem iminente, devido às conseqüências da Abolição e o papel que passa a exercer no cotidiano brasileiro a categoria social do “mulato”. Contudo, isto não retira o seu mérito em preocupar-se por ressaltar a “singularidade nacional” em sua abordagem, inclusive como uma crítica aos autores, considerados por ele, por um lado, excessivamente positivistas, cujo eixo argumentativo encontrava-se em um extremo “sociologismo”, através da busca de elementos em comum com outros povos, e por outro, portadores de uma crítica menos sociologizante e mais próxima às questões estética e psicológica da literatura, como, por exemplo, o próprio José Veríssimo, um dos alvos preferidos de sua crítica. Em Sílvio Romero (1851-1914), assim, percebe-se a evolução filosófica em direção a uma perspectiva mais sociológica, forjada em uma preocupação constante por identificar uma maior amplitude de conexões, argumentando em torno da necessidade de uma interpretação que, ao meu ver, por vezes, reflete uma certa preocupação simmeliana de “enviar uma sonda que possa religar o singular imediato, isto é, o que é simplesmente dado, ao estrato das significações espirituais últimas” (SIMMEL *apud* VANDENBERGHE, 2005, p. 43), ou seja, uma tentativa apaixonada de construir uma espécie de sociologia da cultura que pudesse

proporcionar elos entre os acontecimentos contingentes e elementos globais da vida, entre o universalismo e o particularismo, entre a Europa e o seu Outro. Em Romero, observa-se que a preocupação central de sua teoria do Brasil:

[...] não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros (ROMERO, 2001, p. 71)²³.

Essa preocupação da busca da singularidade inclusive é evidenciada de forma empírica por ele ao comparar o caso do Brasil com outras repúblicas, especialmente as espanholas, afirmando que a própria inexistência do elemento negro na maior parte dessas repúblicas habilitava o Brasil a afastar-se delas de um modo bastante positivo. O efeito positivo que a consciência histórica de Sílvio Romero (1851-1914) proporciona encontra-se na ênfase atribuída por ele ao diálogo existente entre o que se “tem de comum com os outros” e a importância atribuída às “particularidades”.

Em um certo sentido, é possível salientar um elemento de ousadia teórica ao enfatizar a sua ressonância contemporânea nas inquietações teóricas atuais que visam coadunar o “respeito às diferenças” com a participação efetiva das “particularidades” no seio do mundo globalizado, ainda que alguns problemas possam ser apontados em relação à própria idéia de “diferença” (PIERUCCI, 1999). De certo modo, em meu entendimento, é possível perceber que reflexões como essa na obra romeriana, bem como na de outros ensaístas nacionais, constituíram, tanto no imaginário social quanto na esfera política, um Brasil que, eventualmente, pode ser visto como clivado da totalidade do que hoje se denomina América latina, tendo apenas recentemente, em particular nos discursos políticos que envolvem uma “nova agenda” para as Américas, especialmente a “latina”,

23 Edição original em 1888.

se autopercebido como parte deste todo, ainda que em posição de distinção²⁴.

Ou seja, trata-se, para utilizar uma expressão da hermenêutica gadameriana, de uma espécie de “fusão de horizontes” (GADAMER, 1997), que nos leva à auto-reflexão em relação ao fato de que as escolhas a serem feitas encontram-se relacionadas à constituição efetiva da forma mais coerente de conduzir e de contar a história da nação brasileira, forjando cotidianamente o nosso estilo de vida, haja vista que, seguindo uma leitura benjaminiana e ousando articulá-la com a hermenêutica contemporânea gadameriana, o presente é tanto o momento quanto o local da realidade do passado, lugar de destruição e reconstituição da tradição, “efêmera apropriação de uma reminiscência” (BENJAMIN, 1994)²⁵.

DA CONTRADIÇÃO À OUSADIA INTERPRETATIVA

Mas, afinal, qual o percurso escolhido por Sílvio Romero (1851-1914) para dar conta da idéia de “singularidade nacional” a partir da articulação de elementos étnicos que à época pareciam tão distintos?

De modo geral, pode-se dizer que a publicação de *História da literatura brasileira* (2001)²⁶, leva o

24 Na obra de Manoel Bomfim, ensaísta contemporâneo de Romero, há uma interpretação relativamente similar, situando o Brasil na mesma esfera de iniquidade da América Latina, contudo, posicionando-se contrariamente a certo pensamento hegemônico da época que o tratava a partir uma percepção homogênea da América, daí alguns de seus intérpretes o traduzirem enquanto um anti América Latina.

25 Edição original em 1940.

26 Edição original em 1988. A obra de Sílvio Romero (1851-1914) é, antes de tudo, conhecida por suas contradições internas, contradições essas que também são encontradas nas obras de outros de seus contemporâneos, como o baiano Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, conseqüência compreensível das incompatibilidades entre as teorias sociais da época e a realidade brasileira. Contudo, é possível afirmar a existência de três fases no pensamento de Romero: inicialmente, “a da fase do otimismo da infância e da meninice, segundo, a de um pessimismo radical e intratável e, por fim, a da crítica imparcial, a qual teria chegado através do estudo da vida brasileira” (LEITE, 1992, p. 185). O seu *História da literatura brasileira* apresenta a sua concepção relativamente definitiva em relação ao Brasil; por isso, a ênfase do texto ora escrito em relação a

autor a preocupações sobretudo de ordem política e filosófica, e, além disso, é considerado o texto onde se encontra depositado o núcleo de seu pensamento acerca de suas inquietações relativas à situação brasileira, de tal modo que o seu objetivo era encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do caráter do povo brasileiro. Neste sentido, uma síntese da obra pode ser desmembrada em duas conclusões fundamentais: por um lado, afirmar a singularidade brasileira em relação a Portugal, “o Brasil não é, não pode, não deve mais ser cópia da antiga metrópole” (ROMERO, 2001, p. 97), especialmente através do reconhecimento dos outros elementos que compunham o povo; por outro lado, atrair a *raça ariana* para o território brasileiro, pois, com o auxílio do clima, dar-se-ia a constituição de um novo povo, “se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente” (ROMERO, 2001, p. 97). Encontra-se aí o argumento romeriano em direção à sua concepção da configuração original do mestiço brasileiro, de sua nacionalidade:

A história do Brasil [...] não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros, em um Novo Mundo. *É antes a história de um tipo novo {...} em que predomina a mestiçagem* (ROMERO, 2001, p. 100, grifo nosso).

Romero, neste sentido, não acreditava por completo no inatismo, mas sim na possibilidade da emergência de um “tipo novo” resultante da mestiçagem, “genuína formação histórica brasileira”.

ele. Contudo, em texto imediatamente posterior (ROMERO, 2001), ele não consegue se ausentar de perceber e ressaltar a figura do mulato como central na constituição do nacional, produto de sua incorporação do elemento negro à teoria, aspecto já comentado acima, que leva à percepção de uma noção de miscigenação em Sílvio que, cada vez mais, tende a generalidade inevitável e, além disso, do ponto de vista teórico, a consolidação da transição de uma perspectiva biológica para uma efetivamente histórica e cultural.

Contudo, aí reside um conjunto de críticas sobre o “projeto romeriano”, pois, para ele, desse processo é que resultaria a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, de tal modo que ocorreria a predominância biológica e cultural branca e, conseqüentemente, o desaparecimento dos elementos não brancos (MUNANGA, 1999):

Dentro de dois ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem característico [...] o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fora como coisas inúteis. Foi sempre ajudado neste empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por suplantá-lo, tomando-lhe a cor e a preponderância (ROMERO, 2001, p.102).

De fato, a princípio, a crença na origem poligenista do homem por Romero²⁷ o faz elaborar uma teoria original sobre o Brasil e, de modo geral, otimista em relação ao pessimismo degenerativo que preponderou à época, haja vista que, embora sendo “um povo em via de formação”, Romero acreditava que teríamos “elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. *Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino cultural histórico*” (ROMERO, 2001, p. 101, grifo nosso)²⁸. Essa concepção o leva a ser um dos precursores de uma teoria definitivamente original, que é a conhecida “teoria brasileira do branqueamento”, concepção baseada na presunção da superioridade branca “aceita pela maior parte da elite no Brasil no período que compreende os anos de 1889 a 1914” (SKIDMORE, 1976, p. 81), a última data inclusive coincide com a morte do

próprio Sílvio Romero, embora não concorde com o fato de que a influência da teoria feneça concomitante a ele, devido à ressonância que, nas décadas de 1930 e 1940, inclusive em solo europeu (COSTA, 2002), tem a obra de Oliveira Viana, entusiasta do *arianismo*.

De fato, a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o “elogio ao cruzamento”, visto que o país já era miscigenado, proporciona a já conhecida e original solução sócio-política brasileira para o “dilema dos intelectuais desta época”, a chamada “ideologia do branqueamento”. De acordo com esta idéia, um conjunto de fatores: incentivo à imigração européia, o fim da importação de escravos e o cruzamento entre brancos e mestiços, produziria naturalmente uma população mais clara, adequando-se, gradualmente, aos objetivos das teorias raciais científicas correntes, fato que, na época, poderia ser verificado empiricamente como demonstram certos dados estatísticos e descrições realizadas por “olhares estrangeiros” que visitaram o país neste período, os quais enfatizam a diminuição da população negra no país (SKIDMORE, 1976, p. 81-86). O próprio Sílvio Romero, seguindo neste momento os “olhares”, confirma, aludindo à estatística:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir [...] não é fantasia: calculavam-se em três milhões talvez os índios do Brasil; hoje onde estão eles? Reduzidos a alguns milhares nos remotíssimos sertões do interior (ROMERO, 2001, p.101).

Entretanto, uma ressalva é necessária em relação a todo esse “determinismo” visto em Sílvio Romero (1851-1914). De modo geral, não se pode afirmar que ele tenha sido um teórico determinista rígido, haja vista que é possível indicar na própria *História da literatura brasileira* e em outros textos mencionados ao longo deste artigo, uma preocu-

27 Sílvio Romero afirma “eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca. Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva”. Além disso, ele ainda ironiza o “Velho Mundo”; diz ele: “por que motivo o Velho Mundo havia de ter o privilégio de produzir tantas raças e o novo continente nenhuma? Os habitantes da América vieram, como se diz, da Europa ou da Ásia, e os destas regiões, donde vieram? A dificuldade remove-se; mas não é resolvida” (2001, p. 109).

28 Edição original em 1888.

pação por compreender a influência dos processos culturais em uma perspectiva de entendimento da sociedade brasileira mais sociológica, talvez daí é que deriva a sua tentativa de conciliar os aparentemente inconciliáveis determinismos climático e racial. Contudo, mesmo em sua fase mais determinista, ele não se limitou apenas aos aspectos bio-psicológicos das raças que fundaram a nação. De fato, a “sua compreensão da mestiçagem não se restringia a uma perspectiva cruamente biológica, mas também englobava a noção de trocas culturais, como fica claro em suas idéias acerca da cultura popular e da língua portuguesa no Brasil, uma e outra já miscigenadas” (SCHNEIDER, 2005, p. 76), inaugurando, assim, uma teoria da civilização para o Brasil como mestiçagem (CÂNDIDO, 1963). Daí, em meu ponto de vista, reside, entre outros tantos elementos, a importante contribuição de Sílvio Romero à “inautêntica narrativa brasileira”.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, em meu entendimento, creio ser possível afirmar que Sílvio Romero faz uso do que na hermenêutica histórica gadameriana denomina-se “razão crítica”, haja vista que ele procura assimilar as teorias sociais européias, mas, devido às inquietações suscitadas pelo seu contato gradualmente mais profundo com a realidade nacional, do ponto de vista empírico, desesperava-se na construção de uma espécie de filtro que fornecesse elementos que fizessem emergir a singularidade nacional, integrando a nação à modernidade a partir de um esforço hercúleo de legitimação interna. Ou seja, ao mesmo tempo em que os “pré-conceitos” constituintes das teorias sociais da época o inundavam, é possível afirmar a sua preocupação com a possibilidade positiva do pré-conceito (HEKMAN, 1986) através de sua busca pelo nacional, pelo diferencial, pela singularidade, encerrando, dessa forma, uma preocupação com a almejada autonomia não apenas do ponto de vista sócio-antropológico mas especialmente político e social.

Neste sentido, o caminho configurado por Sílvio Romero (1851-1914) é, sem dúvida, a expressão de um movimento dialógico entre passado-presente-futuro, haja vista que a sua preocupação com o tempo histórico passado, não o rejeitando como o romantismo, reflete uma tentativa mais complexa de pensar a tradição e a história, distanciando-se de uma linguagem que o leve a pensar em restauração ou autenticidade, mas sim, ao contrário, que lhe forneça subsídios para atribuir sentido e explicar o “ontem” a partir do “agora”, extraíndo daí a configuração de um futuro que não é uma simples reprodução ou continuidade. Futuro esse que, à época, não é demais repetir, era visto, de modo geral, como se tornando gradualmente degenerativo, mas que, no entendimento do autor, especialmente na *História da literatura brasileira*, esse deveria na verdade constituir-se como produto do diálogo de tradições derivadas de “uma nacionalidade que deve ser no futuro a representante, até certo ponto, de suas tradições” (ROMERO, 2001, p. 101).

Essa percepção por Sílvio Romero de que a tradição “incorporada” pelo Brasil tornar-se-ia relevante no futuro ressoa em discussões contemporâneas relativas à “vitalidade da tradição ibérica” (MORSE, 1988). Ao fato recorrente de a Europa convocar a Ibéria a uma espécie de “europeização dos ibéricos”, solução conseqüente dos últimos dois séculos de “decadência”, tornando-os definitivamente “europeus”, associam-se posições contrárias que, quase respondendo ao argumento romeriano e de toda uma recente geração de intérpretes ibero-americana, sugerem “a volta do olhar da Ibéria para a América”, argumentando que talvez aqui, em um continente jovem e ainda experimental, exista o espaço para uma atualização criativa das belas palavras e das belas ações, impingindo a prova definitiva de que a longa tradição dos iberos ainda pode enfrentar o futuro (BARBOSA FILHO, 2000).

E, de certo modo, a única maneira de dar uma dimensão nova a esse retorno é debruçar-se sobre as várias leituras efetuadas, dar continuidade a perguntas que foram feitas ou elaborar perguntas ain-

da por fazer, quem sabe respondendo de tal forma que talvez a trilha escolhida seja mais ética do que aquela que a pergunta original suscitou, enfim, a via parece ser ainda a história e sua releitura contínua, “não mais para nos dizer onde deveremos chegar inelutavelmente, mas para nos recordar de uma verdade que, por ser tão velha, havíamos esquecido, a verdade está na busca” (ODALIA, 1997, p. 119).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manuel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1963.

BARATA, M. **A obra de Martius e sua presença na cultura brasileira**. Recife: UFPE, 1974. Trabalho apresentado no II colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros.

BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Europa: uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: EDUSP, 1963.

_____. **Literatura e sociedade**. Estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CANIELLO, Márcio. **O ethos brasílico: sociologia histórica da formação nacional, 1500-1654**. 352f. Tese (Doutorado

em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CAYGILL, Howard. Benjamin, Heidegger e a destruição da tradição. In: BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter (Org.). **A filosofia de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

_____. **A grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência**. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Jean Carlo. **Nação, raça e miscigenação no Brasil: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928**. 335f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. **Teoria social, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações da “ré-descoberta” do nacional em Manoel Bomfim**. Caxambu: [s.n.], 2004. Trabalho apresentado na XXVIII Reunião da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2004.

_____. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim. **Revista Política & Trabalho**, v. 22, p. 165-184, 2005.

COSTA, Sérgio. **As cores de erva: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História", na primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, 2003.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1985.
- HEKMAN, Susan. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- IANNI, Octavio. A racialização do mundo. **Revista Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 1996.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.
- LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.
- MOREIRA, Roberto. Identidade brasileira: velhas questões, novos desafios. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, 2005, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu, MG, 2005.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MUNANGA, Kanbengele. **Rediscutindo a mestiçagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. Advento da modernidade. **Revista Lua Nova**, v. 20, p. 19-30, 1990.
- _____. **Identidade nacional e cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: 34, 1999.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2002.
- RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Silvio Romero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- REIS, José Carlos. **As identidades brasileiras: de Varhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ROMERO, Sílvio. **Cantos populares no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- _____. **História da literatura brasileira. Tomo I**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- _____. **Introdução à doutrina contra doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHNAIDERMAN, Boris. Prefácio. In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. São Paulo: 34, 2000.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: UFG, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 1999. p. 17-54.

_____. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 3, 2005.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, SP: EDUSC; Belém: EDUFPA, 2005.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. **Introdução à doutrina contra doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. O *ethos* da elite: ensaio sobre a unidade brasileira. In: ZARUR, George de C. Leite (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

YOUNG, R. **Colonial desire: hybridity in theory, culture and race**. London: Routledge, 1995.

Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Edison Bariani – UNESP, Araraquara

RESUMO

O debate – célebre desde o final dos anos de 1950 – entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos explicitou as divergências quanto ao modo de conceber a sociologia, método, aplicação, condições de pesquisa e desenvolvimento no Brasil (entre outros assuntos); tais divergências apontam, ao final, para diferentes ‘visões’ e projetos para a ciência e para a nação.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes. Sociologia no Brasil. Debate. Intelectuais.

ABSTRACT

The debate – eminent in the end of 50's – between Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos explicited their divergences about the conception of sociology, method, application, research and development conditions in Brazil (among other matters); this divergences pointed, in the end, to different ‘views’ and projects to the science and the nation.

Keywords: Guerreiro Ramos. Florestan Fernandes. Sociology in Brazil. Debate. Intellectuals.

INTRODUÇÃO

Os cientistas sociais brasileiros, curiosamente, pouco se envolveram intensa e publicamente em polêmicas e discussões, por vezes, assumiram debates cuja origem, argumentos e temas remontavam à Europa (ou aos EUA), tomaram posições nesses debates, mas pouco se conspurcaram com os problemas do Brasil. Não que as questões candentes na Europa

não contivessem uma carga de importância, longe disso, só que no diz respeito aos problemas brasileiros parece haver prevalecido uma certa recusa em assumir posições públicas – tanto política quanto cientificamente –, um certo espírito de isenção e relutância em explicitar as divergências e pôr-se em posição de receber críticas, uma certa “ética” do distanciamento – segundo a qual não seria recomendável arriscar-se em expor seus ideais “privados”, nem questionar abertamente os de outro. Essa tal etiqueta, quando desobedecida, algumas vezes deu lugar a ataques gratuitos e mesquinhos, próprios de quem vê ferido seu espaço intelectual “privado”.

A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é um marco das ciências sociais no Brasil, foi um momento no qual dois sociólogos de peso expuseram suas idéias e ideais, trataram do assunto com grande acuidade e evitaram durante o debate lançar argumentos de sentido moral ou acusatório – embora Guerreiro Ramos, em sua verve cáustica, seja mordaz em algumas colocações. Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois *schollars*, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual – teórica, política e ideológica –, de concepção da sociologia e do papel do sociólogo; diferentes interpretações da sociedade brasileira, “visões de mundo”, projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil.

A BATALHA INICIAL

Teve início a polêmica a partir do II Congresso Latino-Americano de Sociologia¹, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), no qual Guerreiro Ramos – presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais – apresentou as seguintes propostas:

1ª – As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª – A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª – No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª – No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª – O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª – É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas

ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apremem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª – Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957, p. 77-78).

As recomendações foram rejeitadas no congresso – a votação acusou a derrota por 22 votos contra 9 – mas o assunto repercutiu e os ataques às propostas logo se fizeram sentir, embora, às vezes, de modo obtuso. Guerreiro Ramos reagiu em artigos publicados no *Diário de notícias* (do Rio de Janeiro) e teve apoio de alguns – dentre eles Nelson Werneck Sodré, mais tarde seu colega no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Não obstante, por que algumas recomendações apreciadas em um congresso – e derrotadas em votação! – repercutiram tanto? Basicamente porque não eram simples menções e sim um “projeto”, um modo de encarar a sociologia e o país.

Guerreiro Ramos prosseguiu na defesa de suas posições e na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, publicada em 1954, voltou à carga, argumentando em favor de cada item². O autor iniciava sua proposta criticando a “transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos” e o uso (e abuso) do arsenal teórico – máxime conceitual – elaborado nos países dominantes. A sociologia brasileira, ao fazer uso indiscriminado daquele, tornar-se-ia uma “sociologia consular” – “visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos” (RAMOS, 1957, p. 78) – e

1 Aqui consideraremos somente os textos primordiais que marcaram o debate, pois interpretamos que esse prosseguiu em referências esparsas em outros trabalhos dos autores (BARIANI, 2003).

2 Posteriormente republicada em *Introdução crítica à sociologia*, em 1957, edição que aqui é citada.

“enlatada”, “visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural” (RAMOS, 1957, p. 80).

A “realidade nacional” – para Guerreiro Ramos – seria irreduzível em sua especificidade³, produto de desenvolvimento histórico-social determinado, que engendraria seus próprios problemas e, logo, demandaria um instrumental teórico apropriado para analisá-la. Mesmo considerando que “a sociologia, como ciência, seja uma só” (RAMOS, 1957, p. 82), haveria que proceder a uma assimilação crítica das produções teóricas vindas dos países desenvolvidos, sob pena de não fazer “uso sociológico da sociologia” (RAMOS, 1957, p. 90) e recair na alienação. Tal assunto seria tratado mais cuidadosamente em *A redução sociológica*, obra capital do autor, editada em 1958.

No que se refere ao futuro da sociologia como ciência, preocupava-lhe a viabilidade das pesquisas nas condições econômico-sociais do Brasil, seria mister: adequar as pesquisas às “disponibilidades da renda nacional” (item 3 da proposta), aos recursos econômicos e de pessoal técnico e ao nível cultural “genérico” da população (item 7). Sob a vigência do subdesenvolvimento, haveria que coadunar as possibilidades de investigação à capacidade de investimento, tendo como parâmetros a disposição cultural e as prioridades de investigação. A prioridade seria então a “formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais” (item 4), que contribuiriam decisivamente para promover o conhecimento da estrutura social, capacitando a implementação de políticas de caráter planejador, que melhor nos conduziriam à industrialização e ao desenvolvimento, pois estaria “a melhoria das condições de vida das populações [...] condicionada ao desenvolvimento industrial das

estruturas nacionais e regionais” (item 5) (RAMOS, 1957, p. 78).

Dada a prioridade, há um evidente repúdio aos estudos “sobre minudências da vida social” (item 4), isto é, estudos basicamente empiricistas, à maneira da sociologia americana e seus estudos de caso, que focalizariam pequenos grupos e comunidades – um exemplo seria a obra de Emílio Willems, *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947). Em contrapartida, deveriam ser prestigiados os estudos dedicados à compreensão da nação e que explicitassem os rumos possíveis para o desenvolvimento, seja em explicações de caráter geral e sintético – como as elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr. –, seja iluminando aspectos parciais relevantes da realidade brasileira – tais como *Geografia da fome* (de Josué de Castro) e *A vida privada e a organização política nacional* (de Nestor Duarte) (RAMOS, 1957, p. 106-107)⁴. Ademais, essas pesquisas sobre “minudências” implicitamente contribuiriam para a persistência de “estilos de comportamento de caráter pré-letrado”, fazendo apologia do isolamento e da ignorância em vez de propiciar o conhecimento dos mecanismos de integração de populações marginalizadas na sociedade brasileira (índios, afro-americanos); seriam perniciosas não só por gastarem improdutivamente os raros recursos que poderiam ser destinados à pesquisa comprometida com a nação, mas por – direta ou indiretamente – localizar a questão dessas populações como problemas, desvios, resíduos. Daí também o receio – da parte de Guerreiro Ramos – quanto à sociologia sobre o negro no Brasil, na qual se postularia “o problema do negro” – como se o negro “fosse” o próprio problema – e não o racismo, cuja origem emanaria da “patologia social do ‘branco’ brasileiro”, este sim portador de um comportamento anormal (RAMOS, 1957, p. 171-193).

3 Aqui se revelam as influências do que Guerreiro Ramos considerava a “corrente crítica” do pensamento social no Brasil (Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna etc. – acrescentará mais tarde João Ribeiro), mas também as de uma sociologia que afirmava a especificidade de dada formação social, seu caráter histórico e a conformação que lhe seria própria, p. ex. Gurvitch (1953) e Freyer (1944).

4 A bandeira da defesa da elaboração de obras gerais, de síntese, já havia sido levantada na Europa pelo filósofo/historiador alemão Oswald Spengler, preocupado então com o predomínio das monografias na historiografia européia do começo do séc. XX. Ver Febvre (1992, p. 133).

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução “geral” da população (ensino secundário) também foi assunto premente no debate, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como uma espécie de conscientização social e/ou de modernização de mentalidade – Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido, Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros se ocuparam da matéria⁵. Sob o ponto de vista de Guerreiro Ramos o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações, mas um modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover a emancipação em relação ao colonialismo cultural; seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o povo. A sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953; ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955).

Por seu lado, em 1958, Florestan Fernandes fez um balanço da atividade científica no Brasil em *A etnologia e a sociologia no Brasil*, o capítulo V desta obra – já publicado no mesmo ano como artigo na *Revista brasileira de estudos políticos*⁶ – intitulase “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”⁷, nele, o autor critica alguns pontos da

5 Tal questão, embora não esteja contemplada nos principais textos dos autores quando do início da polêmica – as teses de Guerreiro Ramos e “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” de Florestan Fernandes –, nem seja considerada pelos comentadores, consta dos debates do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e do I Congresso Brasileiro de Sociologia e está inextricavelmente ligada às outras questões.

6 Mais tarde o autor voltaria a publicá-lo novamente, desta feita em *A sociologia no Brasil* (1977). Todos os trechos aqui citados foram extraídos desta edição.

7 Guerreiro Ramos referir-se-á mais tarde – em prefácio de 1963 à reedição de *A redução sociológica* – ao opúsculo (“O padrão...”) como “a mais qualificada crítica que um representante ilustre de nossa sociologia convencional escreveu contra nossa orien-

comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 1953⁸. As observações referem-se basicamente aos itens 4 e 7 da proposta de Guerreiro, “entre recomendações que mereciam maior atenção e acolhida favorável” (FERNANDES, 1977, p. 67)⁹.

O sentido da crítica dirige-se ao caráter do trabalho científico e seus vínculos, Florestan censura a “falácia” que seria:

[...] considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico (FERNANDES, 1977, p. 68).

O cientista – para ele – só poderia pôr a ciência a serviço da comunidade se observasse rigorosamente os requisitos do saber científico, caso contrário, cor-

tação” (RAMOS, 1996, p. 15). Também vale lembrar que em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953) afirma: “Florestan é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, *no campo da antropologia*” (RAMOS, 1953, p. 30, grifos nossos). Oliveira (1995) assinala que não é fortuito o fato de Guerreiro Ramos situá-lo “no campo da antropologia” e não no da sociologia. Todavia, é preciso lembrar – a despeito da ironia guerreiriana – que até aquele momento os trabalhos de maior ressonância de Florestan Fernandes eram os sobre os tupinambá e rotulados como “antropológicos”.

8 Uma dúvida aqui persiste: por que Florestan Fernandes atacaria cinco anos depois algumas teses apresentadas e derrotadas em congresso? Não obstante a crítica de Florestan esteja inserida na moldura de um balanço das ciências sociais no país (*A etnologia no Brasil e a sociologia no Brasil*), talvez em 1958 as ‘teses’ de 1953 já não lhe parecessem tão inofensivas, vez que, a partir de então, tomaram corpo – e repercutiram – no balanço de Guerreiro Ramos da sociologia no Brasil (*O processo da sociologia no Brasil*, de 1953), nos trabalhos deste sobre o negro (tema que Florestan Fernandes pesquisava, em outra direção, juntamente com Roger Bastide), nos livros *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1957) e *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) e institucionalizava-se na fundação do IBESP (1953) e do ISEB (1955). Frente tais circunstâncias e os rumos que a conjuntura político-social do país tomava, ao que parece, Guerreiro Ramos agora se fazia valer como adversário intelectual.

9 Embora critique os pontos aos quais é contrário, Florestan Fernandes não explicita com os quais concorda integral ou parcialmente.

reria o risco de produzir uma “pseudociência”. Logo, a recomendação de Guerreiro Ramos sobre evitar os estudos de “minudências” seria uma imposição ideológica face às necessidades do trabalho científico; num país como o Brasil, demasiado heterogêneo, a forma de garantir um conhecimento seguro da estrutura social nacional e regional seria elaborar estudos de particularidades pois, a partir destas – dentro do rigor científico – poder-se-ia generalizar os resultados; relegar tais estudos seria desprezar “todo o progresso alcançado pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica, nos últimos setenta e cinco anos” (FERNANDES, 1977, p. 69). Além disso – para Florestan Fernandes – o uso de recursos em pesquisas de “detalhes” sociais não se faria em detrimento da aplicação em “bens de produção”, ao contrário, tais estudos serviriam à melhor utilização de fatores de produção já que “o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigações dessa magnitude” (FERNANDES, 1977, p. 70).

O padrão do trabalho científico não poderia ser decorrente do estágio de desenvolvimento da estrutura social e sim dos “critérios de explicação científica na sociologia”, as exigências não se deveriam pautar pelos recursos disponíveis e pelo “nível cultural genérico das populações”, em vez disso, mesmo consideradas as dificuldades da investigação científica num país como o Brasil, dever-se-ia levar em conta os padrões mais rigorosos, para tanto, caberia uma estratégia que contemplasse:

1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências extracientíficas; 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social (FERNANDES, 1977, p. 70).

No que se refere ao tema da implantação do ensino regular de sociologia na escola, Florestan Fernandes – em comunicação no I Congresso Brasileiro

de Sociologia, realizado em São Paulo (em 1954) – mostrava-se um tanto cético em relação às possibilidades do ensino da disciplina dentro do sistema educacional brasileiro de então; seriam necessárias mudanças para viabilizar o empreendimento, porém se assim o fosse dirigido, poderia “contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão que ser exploradas em larga escala no país” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 105)¹⁰.

Guerreiro Ramos – presente no I Congresso Brasileiro de Sociologia quando dos debates – objetou que mesmo sendo ideal o ensino de sociologia, a sociedade brasileira não estaria aparelhada para tal, já que persistia – na sociologia – uma visão aliena-

10 Denominava-se a comunicação “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira”. Prossegue Florestan: “A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas, o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe – *‘do costume às ciências sociais’* e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: ‘Enquanto o costume e a tradição operam, a ciência social é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias’. O ensino das ciências sociais no curso secundário seria então uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 90). E ainda “alterando-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na conveniência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 104).

da da realidade do país, ocupando-se de problemas efetivos em outros países; além disso, a falta de profissionais especializados para a docência dificultaria um ensino satisfatório (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 319-320). Florestan redarguiu que uma formulação adequada dos problemas da sociedade não poderia garantir uma autoconsciência racional da realidade brasileira, ao que Guerreiro Ramos respondeu que a sua própria posição e as dos demais presentes no congresso eram irredutíveis: enquanto os outros seriam acadêmicos, ele se considerava um pragmático, e isso faria toda a diferença na análise das questões (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 342).

ARQUEOLOGIA DA CONTENDA

Na visão dos comentadores o debate entre os dois sociólogos teria diversos significados e motivações: ISEB *versus* USP, São Paulo *x* Rio de Janeiro, “sociologia carioca” *x* “sociologia paulista”, mertonianos *x* mannheimianos etc.¹¹. Todos estes recortes guardam algo de verossímil e especulativo, todos podem acrescentar algo à compreensão daquele momento de efusão intelectual e das trajetórias dos autores, mas considerando-se a amplitude da discussão entre eles e a originalidade dos contendores – bem como as outras faces e personagens daquelas questões –, é equívoco tanto resumi-los à condição de figurantes quanto alçá-los à posição de encarnação de tais debates.

11 Cabem aqui algumas advertências. Quando da divulgação das teses iniciais de Guerreiro Ramos, em 1954, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ainda não existia – só viria a ser fundado em 1955. A existência de uma “escola paulista de sociologia” – donde derivaria uma “sociologia paulista” – é peremptoriamente negada por Fernandes (1977, p. 140). Quanto ao significado do debate, alguns chegam a abordar o enfrentamento entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos como uma disputa entre, respectivamente, a ciência e a política, o conhecimento e a intervenção, o saber e a ideologia, o rigor e a volúpia etc., recortes esses muito presentes, direta ou indiretamente, em vários autores. Não trataremos aqui desses argumentos, visto o evidente equívoco no tratamento da questão.

Oliveira (1995, p. 107-109), ao promover um balanço da polêmica, lista os pontos de divergência: 1) Florestan Fernandes aceitaria a sociologia como ciência positiva do social (Weber, Durkheim e Marx são seus modelos), Guerreiro Ramos, mais cético, teria raízes filosóficas (no existencialismo e culturalismo) mas aceitaria a sociologia como ciência empírico-indutiva; 2) a relação entre sujeito e objeto do conhecimento e o caráter desse conhecimento seriam tomados de modos diferentes por ambos, Florestan ligar-se-ia à herança dos clássicos (Marx, Weber, Durkheim) e Guerreiro seguiria a linha de Gurvitch – e partilharia a herança de Proudhon e Saint-Simon; 3) para Florestan ciência seria positividade, para Guerreiro, perspectiva; 4) no entender de Florestan a ciência seria feita na academia por acadêmicos, Guerreiro Ramos discordaria; 5) finalmente, para Florestan – que desenvolveria um padrão mais positivo de sociologia – os “fatores endógenos do conhecimento são mais importantes, universais e passíveis de serem transplantados dos centros mais desenvolvidos para as condições brasileiras”, já Guerreiro seguiria um padrão mais normativo de ciência – “onde o *dever ser* pode agir sobre a consciência e sobre a realidade” e “os fatores exógenos do conhecimento estão presentes em todas as etapas da produção do saber sociológico”.

Arruda (1995, p. 153) enxerga a polêmica como

[...] ilustrativa do cenário no qual a reflexão sociológica acadêmica se desenvolve. De um lado, o professor paulista, convencido de que somente a partir de procedimentos científicos rigorosos e dotados de princípios gerais é possível pensar os problemas da sua própria sociedade [...] De outro, o intelectual baiano, radicado no Rio de Janeiro, propugnado por um pensamento sociológico autônomo frente ao produzido no estrangeiro e comprometido com a realidade nacional.

Ortiz (1990, p. 166) alerta para os vários significados da discussão, mas resume-se às significações de uma “controvérsia entre duas personalidades que lutam para legitimar orientações diferentes no campo das Ciências Sociais” e de um “embate entre uma Sociologia que se autodefine como predominante-

mente acadêmica, e reside em São Paulo, e outra politizada, interagindo diretamente com o Estado na capital federal [então o Rio de Janeiro]”. Florestan seria um pragmático, representante do pensamento acadêmico paulista, perspicaz na tarefa de “implantar entre nós uma disciplina científica”. Ao referir-se a uma das peças centrais do debate (“O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”), afirma que:

[...] há um quê de Mannheim neste artigo, que trata o *ethos* da ciência como uma espécie de subcultura [...] seu objetivo principal é diferenciar a Sociologia das outras falas, num momento em que imperava uma polissemia sobre a interpretação do social. Primeiro uma ruptura em relação ao senso comum, o discurso dos juristas, jornalistas e críticos literários, segundo, um distanciamento em relação à aplicação imediata do método sociológico para a resolução de problemas sociais: uma crítica da sua utilidade (ORTIZ, 1990, p. 166)¹².

Por sua vez, Guerreiro Ramos – segundo Ortiz um “adepto de uma visão genuinamente nacional, mas nem por isso menos provinciana” – mostraria “um certo desprezo pela pesquisa” em favor de certa “experiência” administrativa e voluntarismo; suas propostas no II Congresso Latino-americano de Sociologia seriam “desastrosas” se seguidas literalmente, porém, atribui-lhe o mérito de captar “com vivacidade o momento pelo qual passa[va] a cultura

intelectual no Brasil” ao criticar a “pretensão de se imaginar que a Sociologia se inicia com as escolas de Sociologia”. Define os autores, então, do seguinte modo:

Guerreiro nutria ilusões em relação a um pensamento radicalmente autóctone, e plantava suas raízes num momento anterior [a tradição de pensamento social no Brasil com Sylvio Romero, Euclides da Cunha etc.]. Florestan Fernandes estava mais afinado com os novos tempos, que exigiam que nosso relógio acadêmico fosse acertado com os imperativos do saber internacional (ORTIZ, 1990, p. 167-168).

Já Vianna (1994) vê o episódio como uma etapa da institucionalização das ciências sociais no Brasil e o enfrentamento entre dois mannheimianos peculiares, representantes das sociologias paulista e carioca; Florestan Fernandes seria um sociólogo de vocação mertoniana, que complementarmente com a noção de *intelligentzia* – de Mannheim – as deficiências de aplicação de uma concepção de *ethos* acadêmico, de comunidade científica, num país de relações autoritárias e arcaicas, culminando numa sua...

[...] inscrição na vida pública, passando ao largo dos partidos políticos e da vocação para substituí-los, no interior do Estado, como representante *em geral* da sociedade, a sua Sociologia não se quer traduzir em uma política. Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma institucional e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva (VIANNA, 1994, p. 372).

E Guerreiro Ramos, propositore de uma sociologia...

[...] tensa, uma Sociologia de intervenção – não de partido, mas pela representação *em geral* da sociedade –, ciência de erradicação do atraso, e que se orienta pelos problemas macroestruturais, empenhando-se em estratégias que liberem as forças produtivas, sem cuja promoção se inviabilizaria um projeto de democratização de oportunidades. Para ele, a democracia seria substantiva, e a sua formalização se apresentaria como um momento que deriva acessório (VIANNA, 1994, p. 378-379).

12 Florestan Fernandes é um dos iniciadores – assim como Pierson (1972) – dessa posição de crítica à “sociologia”, às idéias sociais dos não-sociólogos; distinguia “três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira”: a primeira em que a sociologia “é explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação”, a segunda caracterizada “pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira” e a terceira singularizada “pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático” (FERNANDES, 1958, p. 190). Tal posição é precursora de uma forma de análise que, radicalizada, tornou-se hegemônica na ciência social “paulista”, principalmente uspiana, cujo principal fruto é *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme Mota (1980), no qual critica os “explicadores” do Brasil e localiza a fundação da ciência social – nos padrões científicos, não-ideológicos – na trajetória da USP e da “escola paulista”.

Os sujeitos dessas intervenções sociais – nas visões de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, segundo Vianna – seriam, respectivamente, duas formas de *intelligentzia*: uma como comunidade científica e outra próxima do Estado, entretanto,

[...] apesar da profunda divergência, as Sociologias do Rio de Janeiro e de São Paulo não vão deixar de convergir, na medida em que ambas inscrevem a disciplina na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais. A de São Paulo com sua orientação americana, instituindo o seu Departamento como uma comunidade científica, sobretudo aplicada ao eixo interesses-direitos-cidadania; a do Rio, sob a inspiração mannheimiana de uma *intelligentzia* como intérprete *em geral* da sociedade, preferencialmente voltada para o papel da dimensão econômica na quebra de uma situação de subdesenvolvimento, privilegiando o eixo Estado-povo. Nos dois casos, envolvendo ou não estratégias de profissionalização das Ciências Sociais, essa *intelligentzia* define sua identidade como a de ator no processo de mudança social (VIANNA, 1994, p. 379).

Sintetizando os termos do debate, Cohn et al., (1995) percebem o enfrentamento entre duas concepções opostas sobre o papel dos intelectuais – e do cientista social em particular:

Onde Florestan vê ciência institucionalizada conforme padrões universais de desempenho, Guerreiro vê a participação dos intelectuais na organização de uma consciência social conforme as peculiaridades nacionais na correspondente ‘fase’ histórica; onde Florestan, na perspectiva do inovador e organizador, vê obstáculos estruturais na sociedade e adota uma posição institucional, Guerreiro, mais próximo dos centros nacionais de decisão, vê obstáculos nos agentes do poder e adota uma posição mais diretamente política; em consequência, onde um busca a mudança estrutural das condições sociais de existência o outro volta-se para a mudança da consciência nacional; onde Florestan enfatiza a ciência social aplicada e o planejamento racional Guerreiro defende a construção de uma ideologia eficaz para um projeto nacional (COHN et al., 1995, p. 4).

Isto posto, ambos formulariam meios diversos para atingir os fins perseguidos, Conh et al., enfatizando em demasia os papéis, caracterizam Guerreiro

como o ator político por excelência ao tempo que Florestan seria o acadêmico.

Para Guerreiro importa um meio político por excelência, a substituição do mero predomínio de classe pela capacidade dessa mesma classe de assumir a direção efetiva da sociedade, tendo em vista o objetivo que lhe importa, a nação autônoma (vale dizer, não-colonial). Já para Florestan a preocupação central é com as mudanças estruturais na sociedade mediante técnicas sociais adequadas, visando à constituição de uma sociedade democrática (vale dizer, não oligárquica e muito menos autocrática). É fora de dúvida que nem Guerreiro era avesso à democracia nem Florestan queria uma nação heterônoma. Mas as estratégias opostas e os objetivos não poderiam ser mais contrastantes; até porque respondiam a diferenças de base nas situações dos interlocutores. Guerreiro via o mundo com olhos políticos, era muito mais um homem de partido e voltado para a mobilização de apoios na sociedade do que Florestan, que, neste debate, figurava mais como o profissional acadêmico engajado, voltado para a participação mais pouco disposto a nela dispensar o recurso ao conhecimento bem-fundado (COHN et al., 1995, p. 4).

Acrescentemos que nem a posição de Guerreiro implicava uma desconsideração ou mesmo descentralização do conhecimento científico como base para alcançar os fins propugnados e nem a de Florestan – em sua situação acadêmica – carecia de um substrato político, ambos consideravam de modo diverso as possibilidades de instrumentalização do conhecimento e de intervenção política e social – bem como os mecanismos à disposição.

PADRÃO E SALVAÇÃO

Sempre polêmico¹³, Guerreiro Ramos perseguia obsessivamente o enraizamento da sociologia na realidade brasileira, importava torná-la um saber genuinamente comprometido com o país e sua peculiaridade; a transplantação de conceitos e teorias

13 O estigma de “polêmico” – como bem o qualificou Soares (1993) – é marca indelével de Guerreiro, coincidentemente até mesmo no nome: polêmico, do grego *polemikós*, significa “guerreiro”. Ver Holanda (1986).

seria assim um entrave, pois propagaria um “saber” desvinculado de seu objeto, desenredado das relações sociais específicas de determinada sociedade. Cumpria efetivar uma sociologia compromissada com o país em sua realidade nacional e, logo, com as necessidades de transformação desta, daí suas tarefas como instrumento de conscientização e intervenção no sentido do desenvolvimento – e da industrialização –, bem como a integração de populações marginalizadas na vida nacional: indígenas e afro-descendentes.

A pesquisa sociológica – para Guerreiro Ramos – deveria se coadunar com tal realidade também no sentido de se adequar às possibilidades (de recursos técnicos, humanos e mesmo de certo “nível cultural genérico”); também métodos, objetivos (e objetos) teriam de estar sintonizados com a interpretação e aplicação desse saber (de modo integral, totalizante) como autoconsciência e autodeterminação da nação – então a prioridade aos estudos gerais e evitar os de caso. A sociologia deveria relegar seu caráter “profissional”, “esotérico” e postar-se ao alcance da população (dos “leigos”), reunir numa práxis ampliada uma forma de explicação racional e efetivamente transformadora conseqüente com os valores e aspirações nacionais. Assim, o ensino escolar de sociologia, a despeito desta ainda não ter se depurado da alienação em relação à realidade do país e ainda não possuir profissionais capazes, seria uma forma de tornar acessível esse saber ao senso comum, tornar-se efetivamente um “saber de salvação”¹⁴.

Já para Florestan Fernandes a nação (e obrigações para com essa) não era por si um valor primordial, ao menos não superior às obrigações para com a ciência; a sociologia – para servir efetivamente à transformação social – deveria ser primeiramente científica e depois (circunstancialmente) nacional. O padrão de trabalho científico deveria ser o mais rigoroso possível, só assim seria também útil à intervenção racional nos problemas sociais; como ci-

ência (universal), baseada na indução, a sociologia procuraria uma generalização a partir de estudos particulares, aproveitaria as noções e categorias abstratas elaboradas em países nos quais a ordem social competitiva estivesse “mais completa”, fornecendo assim subsídios para se pensar uma ordem na qual houvesse ainda incipiente desenvolvimento dessa característica. Seria, portanto, um saber cuja cientificidade se faria em detrimento do senso comum, como algo especializado, e o ensino escolar da disciplina serviria somente à “manipulação de técnicas racionais”, à atualização da mentalidade em preparação para o progresso social, não como consciência social dos efetivos problemas do país, pois uma formulação adequada – logo, científica – não garantiria autoconsciência social.

Defrontavam-se duas “sociologias”: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação visando o desenvolvimento e a autonomia nacional (Guerreiro Ramos), e outra que se queria universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas (Florestan Fernandes).¹⁵ Opunham-se: o empenho na construção de um capitalismo autônomo e nacional (Guerreiro Ramos) e a ênfase na generalização e aprofundamento da ordem social competitiva como portadora das possibilidades e li-

14 Como viria a defini-la mais tarde (RAMOS, 1996), baseada – ao que parece – em Scheler (1986).

15 Para Florestan Fernandes a sociologia seria ciência universal no sentido de que seus fundamentos teóricos seriam os mesmos para todos os investigadores em quaisquer lugares; o nacional, o situado, seria um modo particular no qual os problemas sociais se apresentariam e deveriam ser enfrentados conforme uma adaptação do arsenal teórico geral. Guerreiro Ramos também admitia a universalidade da sociologia, entretanto, tal universalidade só se daria por meio dos particulares, das várias realidades situacionais (nacionais) que teriam relativa autonomia de problemas e larga margem para reelaboração do arsenal teórico para enfrentá-los. De um lado, o indutivismo (sintético) que veria no particular momento do universal (Florestan Fernandes), de outro (Guerreiro Ramos) certa microcosmologia que tomaria o particular como contendo em essência o universal – entretanto, este não conteria totalmente os particulares em sua riqueza infinita. Ao final, de modo diverso, ambos tinham consciência da universalidade da sociologia como ciência e da necessidade de adequação de seu instrumental teórico às diferentes situações.

mites (próprios) das chances de modernidade (Florestan Fernandes).

REFERÊNCIAS

ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953 [s. n. t.].

ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995. v. 2, p. 107-233.

BARIANI, Edison. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias** (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2003.

COHN, Gabriel et al. Florestan Fernandes, historia e histórias (depoimento). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 42, jul. 1995.

FEBVRE, Lucien. **História**. Organizado por Carlos Guilherme Mota. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais, 2).

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira**. São Paulo: Anhambi, 1958.

_____. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREYER, Hans. **La sociología, ciencia de la realidad**. Buenos Aires, Argentina: Losada, 1944.

GURVITCH, Georges. **La vocación actual de la sociología: hacia una Sociología diferencial**. México-DF, México; Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1953.

HOLANDA (Ferreira), Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum., 24. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 163-175, jul. 1990.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 14. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SCHELER, Max. **Visão filosófica do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Debates, 191).

SOARES, L. A. Alves. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico**. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. Introdução: em busca de um marco comparativo. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 37, n. 3, p. 357-403, 1994.

Sexo, amor e interesse entre *gringos e garotas* em Natal¹

Fernando Bessa Ribeiro – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
 Octávio Sacramento – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

RESUMO

Este artigo analisa as relações sociais que os turistas europeus estabelecem com as garotas de programa da cidade de Natal. Tentando escapar aos discursos vulgares, enunciados nomeadamente pela mídia e pelo senso comum, procura-se mostrar a densa teia de racionalidades e interações que envolvem estes actores sociais. Em concreto, turistas e locais envolvem-se em complexos jogos de poder, implicando a manipulação de recursos, com destaque para o dinheiro, o corpo, a performance sexual e as emoções, que nos ajudam a desconstruir as imagens “a preto e branco”, nas quais o turista é sistematicamente apresentado como o predador que apenas procura satisfação sexual e, por outro lado, a mulher jovem local vista como vítima, sem capacidade de agência sobre o seu corpo e a sua sexualidade.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Afectos. Interesse. Turismo.

ABSTRACT

This article analyzes the social relationships established between the European tourists and the garotas de programa (local name given to some sex workers) in Natal. Avoiding the common speech, used explicitly by the media and by the common sense, we quest to reveal the dense net of rationalities and interactions on which are involved these social players. In reality, tourists and insiders involved themselves in complex games of power, implying the resources manoeuvring, with particular

evidence for the money, the body, sexual performance and emotions, which helps us to broken-up the “black and white” images on which tourists are systematically represented as the predator, looking for sexual satisfaction and, on the other side, the local young ladies as the victims, with no agency of their bodies or sexualities.

Keywords: Gender. Sexuality. Friendships. Interest. Tourism.

INTRODUÇÃO

A expansão do turismo de massas, muito intensa a partir dos anos 60, com a consolidação do Estado-Providência (SANTOS, 1993) nos países europeus centrais (BOISSEVAIN, 1996; DEBIÉ, 1995; D'EPINAY, 1991) – mais tardia no caso português (ARROTEIA, 1994) – e, por outro, o próprio desenvolvimento do capitalismo na procura e invenção de novos mercados e produtos (RIBEIRO; PORTELA, 2002), conduziram à incorporação sucessiva de novos destinos na geografia mundial das rotas turísticas. Um dos mais recentes é o do Nordeste brasileiro, em boa medida impulsionado pela redução dos custos das viagens de avião intercontinentais proporcionada pelos avanços tecnológicos e organizativos no sector dos transportes aéreos (URRY, 1990). Nesta vasta região, o Estado do Rio Grande do Norte ocupa uma posição consolidada como um dos principais destinos turísticos, cabendo aqui um especial realce para a sua capital. De facto, depois de Fortaleza e de Salvador, Natal é a cidade com maior número de visitantes estrangeiros no Nordeste brasileiro. Com um crescimento verdadeiramente impressionante nos últimos cinco anos,

¹ Uma versão preliminar e sucinta deste artigo foi apresentada pelos autores ao 3º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia realizado em Lisboa, em abril de 2006, no painel temático “Corpos, dinheiro e afectos”, organizado por Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva (Universidade do Minho).

os voos *charters* internacionais passaram de cinco em 2002 para 17 por semana em 2004, contribuindo assim para que o número total de turistas atingisse os 1.700.000 (24.84% superior a 2002), com um aumento vertiginoso dos provenientes do estrangeiro (282.000, 92.2% superior a 2002).²

Deste vasto fluxo turístico passaram a fazer parte indivíduos de classes e grupos sociais até então apenas marginalmente envolvidos, como os jovens e adultos pertencentes aos meios populares, de origem operária ou trabalhando em actividades mal remuneradas do comércio e dos serviços. Por outro lado, as profundas alterações sociológicas no domínio da família experimentadas pelas sociedades europeias nas últimas décadas (BERRY-BRAZELTON, 1989; SINGLY, 1993; SARACENO; NALDINI, 2003) têm vindo a repercutir-se significativamente na configuração da procura turística, fazendo com que entre os turistas se assista a uma presença crescente daqueles que escapam ao padrão dito tradicional, assente no “papá, mamã e filhos”. Tal é particularmente evidente nos turistas jovens do sexo masculino que afluem ao Nordeste brasileiro, muitos deles solteiros ou transitoriamente sem parceira/o sexual, cujas deslocações são frequentemente motivadas por um conjunto de representações e expectativas ancoradas em imagens de erotismo e de acesso fácil à fruição sexual. Considerando que na economia do turismo, as *commodities* não possuem apenas valor de uso e de troca mas também um “valor-signo”, relacionado com a quantidade e a qualidade da experiência que oferecem, elas são fortemente determinadas pelas imagens, publicidade e consumismo que caracterizam as sociedades modernas (BAU-DRILLARD, 1981). Por outras palavras, a procura de sexo por parte dos turistas, que parece constituir uma motivação presente em numerosos europeus que visitam o nordeste brasileiro (PISCITELLI, 2004) e, em particular, a cidade de Natal, não escapa a esta mercantilização. Não sendo um fenómeno

desconhecido noutras paragens, muito em particular no sudeste asiático (COHEN, 1982; TRUONG, 1989; HITCHCOCK *et al.*, 1993; LEHENY, 1995; HALL, 1996; SEABROOK, 1996), o chamado “turismo sexual”³ foi, ainda que não necessariamente de modo intencional, impulsionado pelas entidades públicas ligadas à promoção turística no Brasil, pelo menos desde os anos 60, através da publicitação da imagem da mulata com *bunda* generosa. Hoje em dia trata-se de uma realidade social incontornável e de grande impacto em Natal, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista do imaginário colectivo e das representações dos actores sociais locais e dos turistas que visitam a cidade, suscitando a atenção dos *media* e das forças políticas do Estado.

Entre os turistas e as mulheres locais estabeleceu-se um intrincado jogo de relações sociais em torno da sexualidade, do género e das emoções que exige uma reflexão sociológica densa e um conhecimento empírico aprofundado. Neste exercício é fundamental assumir-se que a sexualidade humana, apesar de estar associada, em determinados momentos, à procriação, se orienta para a procura doutras satisfações. Longe de existir apenas um único modo de a fruir, encontramos formas muito diversas de relacionamento sexual que se concretizam em diferentes contextos sociais, incluindo os que se prendem com o sexo mercantil e o turismo. Torna-se, portanto, pertinente trabalhar sobre este interpelador campo social. Partindo de perspectivas sócio-antropológicas e explorando os elementos etnográficos que recolhemos durante o trabalho de campo realizado no

2 Dados disponibilizados pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte.

3 Sem procurar adiantar uma definição detalhada, poder-se-á dizer que o turismo sexual diz respeito à circulação de pessoas em tempo de lazer que tem por base, ainda que não exclusivamente, motivações que se prendem com a expectativa de concretizar relacionamentos amorosos e/ou sexuais, de natureza comercial ou não, com outras pessoas que se encontram nos destinos turísticos. É de relevar, como adverte Oppermann (1999), que, no âmbito do turismo sexual, a prostituição representa apenas uma pequena fatia. Para uma maior clarificação do conceito de turismo sexual ver, entre outros, Truong (1990), Oppermann (1998, 1999), Kempadoo (1999), Cliff e Carter (2000), Bauer e McKercher (2003).

Verão de 2005 na cidade de Natal,⁴ procuraremos reflectir sobre as relações sociais que os turistas, conhecidos localmente como *gringos*, estabelecem com as *garotas de programa*⁵. Tentando escapar aos discursos vulgares, enunciados nomeadamente pelos *media* e pelo senso comum, é nosso objectivo central interpretar a densa teia de motivações, racionalidades e interações que envolvem estes actores sociais. Se é certo que não deixa de estar marcada pelas relações de poder entre os de fora e os locais – que nos remete para a problemática das desigualdades, incluindo aquelas que se fundam no género, que marcam os intercâmbios entre o Norte e o Sul –, a compreensão cabal desta teia densa de relações sociais exige que se tomem em consideração outros aspectos. Em concreto, turistas e locais envolvem-se em complexos jogos de poder, implicando a manipulação de recursos, com destaque para o dinheiro, o corpo, a *performance* sexual e as emoções, que nos ajudam a desconstruir as imagens monolíticas, nas quais o turista é sistematicamente apresentado como o predador que apenas procura satisfação sexual e, por outro lado, a mulher jovem local vista como vítima, desprovida de *self-ownership* sobre o seu corpo e a sua sexualidade.⁶

4 Considerando o carácter quase exploratório da pesquisa já efectuada, a prosseguir nos próximos três anos, o texto apresentado deve ser visto como parte de um *research work in progress*.

5 *Gringo*, como notam Silva e Blanchette (2005), é um termo que no Brasil se aplica a qualquer estrangeiro, não tendo necessariamente uma conotação pejorativa. A designação *garotas de programa*, por sua vez, é usada nos discursos sociais para fazer referência a mulheres que se prostituem ou que são tidas como sexualmente promíscuas (GASPAR, 1985).

6 Em termos filosóficos, turismo sexual e sexo mercantil interpelam o princípio do chamado *self-ownership*, amplamente discutido pelos filósofos libertários (VAN PARIJS, 1995; VALLENTYNE; STEINER, 2000a, 2000b). Trata-se da discussão sobre os limites do direito de cada um dispor do seu próprio corpo, incluindo o da utilização para satisfação do prazer físico e emocional de outros, homens, mulheres ou transgéneros, em troca de remuneração mercantil. Mas não só, esta articulação entre turistas e sexo mercantil compreende outros aspectos, como o tipo de envolvimento emocional e a questão do poder no contexto das relações de género.

UM LUGAR DIONISIÁCO E ECONOMICAMENTE DINÂMICO: A PRAIA DE PONTA NEGRA

Um dos principais cenários turísticos de Natal e com maior presença de *garotas de programa* é a praia de Ponta Negra, situada no extremo sudoeste da cidade. É aqui, melhor dito, no *calçadão*, nas esplanadas, nos bares e nas discotecas que *gringos* e *garotas* constroem relações sociais nas quais o corpo, a sexualidade e o dinheiro aparecem como elementos estruturantes. Constituindo hoje um espaço-chave na “cidade do prazer” (LOPES JÚNIOR, 2000), a praia é dominada pelo “morro do careca”, uma encosta belíssima debruçada sobre o mar, com uma faixa de areia interrompendo a vegetação.⁷ Ao longo dos cerca de dois quilómetros da estreita língua de areia que dá corpo à praia erguem-se hotéis, pousadas, aparthotéis, restaurantes e bares. Em plena praia posicionam-se pequenos espaços de apoio aos veraneantes, oferecendo esteiras, guarda-sóis e serviço de bar. Os prédios altos, que dão um ar americanizado à cidade, situam-se precisamente por detrás da primeira linha de praia. A presença italiana faz-se notar através dos inúmeros anúncios escritos na língua de Leonardo da Vinci, nomeadamente identificando *ristorantes*, *pizzerias* e outros negócios ligados ao turismo. Embora muito diferente em termos paisagísticos e a uma escala mais reduzida, os prédios que ficam na encosta da praia fazem lembrar alguns dos piores exercícios urbanísticos do Algarve e da costa andaluza espanhola.⁸

7 Por detrás da praia localiza-se a pequena vila de Ponta Negra. Durante séculos os seus habitantes viveram praticamente de costas voltadas para a praia, cultivando as suas terras férteis. Com o turismo e a expansão da cidade, a vila está hoje mergulhada num acelerado processo de gentrificação, com numerosas residências e propriedades adquiridas quer por europeus quer por natalenses que aí decidiram fixar residência, realizando obras de ampliação e de melhoramento das habitações.

8 Avançando pela estrada marginal, construída nos anos 90 do século passado, numa zona de paisagem protegida, que liga a zona de Ponta Negra ao velho forte construído pelos portugueses no século XVI, sente-se o carácter predador do turismo, com a ocupação de um litoral dunar muito sensível por um sem fim de hotéis e empreendimentos turísticos literalmente em cima do mar.

Esta praia, presença obrigatória em todos os catálogos e brochuras de promoção turística editados pelo governo estadual e pelo município local, era nos anos 60 e 70 do século passado um *point* de “alternativos”: jovens das classes mais privilegiadas de Natal, muitos deles politicamente engajados nas lutas estudantis contra a ditadura militar, que encontravam neste espaço paradisíaco, distante da cidade e com acesso precário, as condições suficientes para experiências sociais mal toleradas pela ordem político-moral dominante, incluindo aquelas ligadas ao sexo e ao consumo de estupefacientes. A expansão da cidade e, em especial, o desenvolvimento do turismo, empurrou os alternativos para praias mais distantes, primeiro Pirangi e Cotovelo, mais tarde Pipa, actualmente a praia mais cosmopolita do Rio Grande do Norte. Muitos destes “alternativos” falam hoje com saudade deste tempo em que a praia não estava bordejada pela urbanização avassaladora, da praia como um lugar idílico, onde se acampava e se faziam fogueiras. Relevando o seu sentimento de perda, um deles afirmou que *onde a civilização chega acaba com tudo*.

Nesta praia tudo parece girar em torno do sexo mercantil, ao ponto de os habitantes locais até já a terem (re)baptizado com o nome de *Putá Negra*.⁹ Quer dizer, nesta economia do prazer todas as demais actividades, como o transporte de passageiros em táxis, o comércio e serviços prestados pelas barracas do areal, a venda ambulante dos mais variados produtos (tabaco, CD e DVD, roupa, quinquilharia, fruta, *fastfood*), as lojas de artesanato, os estupefacientes, os bares e as discotecas da avenida marginal, sempre repletas de trabalhadoras sexuais, os próprios agentes policiais, vivem das dinâmicas económicas geradas, directa ou indirectamente, pelas trocas sexuais de carácter mercantil. Todos os actores sociais envolvidos parecem saber com precisão o lugar ocupado nesta divisão social do trabalho do prazer. De forma recorrente cooperam entre si para

dinamizar os consumos por parte dos turistas. É assim que temos, entre outros exemplos, os taxistas a colaborar com as *garotas*, transportando-as de suas casas para a praia, ao início da noite, encarregando-se também do seu transporte aos motéis e hotéis para as “transacções” com os turistas. Ao mesmo tempo disponibilizam a estes contactos de *garotas* anotados nos seus *books* – agendas ou pequenos cadernos de registo de contactos telefónicos –, aconselhando-os mesmo, por vezes, na escolha da parceira. Além dos taxistas, a mediação entre as *garotas* e os turistas pode envolver vários outros intervenientes, como por exemplo o comerciante da barraca e algum dos seus empregados.

O uso social da praia varia consideravelmente do dia para a noite. Marcada pela auto-exclusão quase geral dos natalenses das classes sociais mais privilegiadas, durante o período diurno a praia é frequentada não só pelos turistas em busca de sexo mas também por outros tipos, nomeadamente o “familiar” e o de proveniência interna. Nada falta para o conforto de um tempo bem passado. Os barraqueiros alugam cadeiras e toldos, servem bebidas e refeições¹⁰, os vendedores ambulantes percorrem a praia sem cessar, num vai-e-vem aparentemente ininterrupto, vendendo de tudo um pouco: roupa, gelados, CD e DVD, cremes solares, camarão, amêndoa de caju, bebidas, frutas, crepes. Os produtos mais pesados, como as bebidas, são transportados em carrinhos de mão apresentados de uma forma impecável, alguns com belas pinturas. Relevando o engenho dos seus proprietários e um certo sentido de negócio, os carrinhos de venda de CD e DVD fazem-se anunciar através de equipamento sonoro simples, com base na aplicação de um auto-rádio alimentado por uma pequena bateria e dois altifalantes de qua-

9 Numa notícia saída no jornal “Tribuna do Norte” (FRANCISCO, 2004), Ponta Negra era qualificada como uma “praia de apelos sexuais”.

10 Um dos pratos mais populares é a *paçoca*: carne seca moída acompanhada de molho vinagrete e feijão. Foi uma invenção dos mercadores sertanejos que viajavam desde o sertão nordestino para as cidades do litoral, mormente para Recife, para aí venderem e comprarem mercadorias. Durante estas longas e fatigantes viagens tinham na “carne-sol” moída no pilão e misturada com farinha o seu principal alimento.

lidade modesta parecendo quase sempre ligados na sua máxima potência.¹¹

Durante o dia, muitos turistas aproveitam para recuperar da noite agitada, geralmente marcada por actividade sexual intensa e o consumo em grande quantidade de bebidas alcoólicas, não deixando, todavia, de conviver com as *garotas de programa*, ora continuando a relação social já estabelecida, ora aproveitando para estabelecer novos contactos. Estes são realizados quase sempre por iniciativa das jovens nativas, algumas provenientes de outros Estados brasileiros, como Paraíba, Ceará, Pernambuco – os mais próximos –, Maranhão, Pará e Amazonas – os mais distantes. Por norma, a exposição para o turista e a interpelação que se segue é feita de forma mais ou menos subtil: através da postura corporal, do olhar, do sorriso, da solicitação de um cigarro. Como nota Piscitelli (2006), estas “[...] aproximações adquirem características de uma paquera [...] remetendo a padrões tradicionais de cortejo”.

Assim que a noite se impõe, o areal esvazia-se em favor do calçadão e dos estabelecimentos de restauração e de diversão alinhados ao longo da avenida que bordeja a praia. Aos restaurantes e bares fixos juntam-se cerca de meia dúzia de barracas móveis, montadas ao início da noite em pleno passeio mesmo em frente das duas discotecas da praia. Pertencendo ao mesmo proprietário, de nacionalidade italiana, estas discotecas funcionam em regime alternado, em virtude do movimento não justificar outra solução. Turistas e *garotas* vão chegando, uns a pé, como é o caso dos visitantes cujos hotéis se localizam na própria avenida da praia ou nas artérias adjacentes, outros transportados por táxis que estacionam na avenida, preparados para as *corridas* em

direcção aos motéis ou aos hotéis onde eles se alojam. Para além destes actores sociais, marcam também presença agentes da Polícia Militar, quer em posição fixa, quer circulando em viatura automóvel. Se bem que exerçam um papel dissuasor da criminalidade, não deixam de ir retirando alguns benefícios desta economia do prazer, extorquindo aos turistas que se deslocam em carros alugados pequenas quantias monetárias em troca do perdão de multas relativas a infracções reais ou imaginárias por eles cometidas, ao mesmo tempo que tentam obter das *garotas de programa* alguns serviços sexuais gratuitos.

A noite começa invariavelmente por algum bar ou restaurante, não raro com música ao vivo. Daí segue-se para as barracas em frente das discotecas acima referidas, ou talvez para um destino mais afastado, nomeadamente para a avenida que faz a ligação da praia ao centro da cidade, onde também existe animação nocturna. Depois de mais algumas cervejas, caipirinhas ou outras bebidas alcoólicas, a diversão continua sobretudo na discoteca da avenida da praia de serviço nessa noite, para onde converge a grande maioria das *garotas de programa* e dos turistas de Ponta Negra. Diga-se, aliás, como um dos nossos informantes relevou, que *é raro pegar na discoteca alguma mulher que não seja de programa*. Segundo o respectivo proprietário, em cada noite podem passar por lá cerca de 300 mulheres à procura de *programas* com *gringos*. É neste espaço que as interacções entre turistas e *garotas* atingem um nível elevado de erotismo e sedução, de que resulta a combinação de numerosos consumos sexuais de carácter mercantil. Tratam-se de interacções definidas por um jogo de sedução no qual o discurso, os gestos e o uso do corpo desempenham funções importantes. Podendo prolongar-se por várias horas, os actores envolvidos dão-se a conhecer, aferindo as expectativas de ambos, nomeadamente em termos de duração do possível relacionamento, preferências sexuais e recursos financeiros a mobilizar por parte do turista.

11 Não sendo relevante para a presente discussão, esta situação revela o papel social decisivo desempenhado actualmente pelas actividades informais no Brasil. Incapazes de gerar emprego formal, as políticas neoliberais empurraram milhões de brasileiros para o campo da economia informal, única forma de garantir a sobrevivência e o acesso ao consumo mercantil. Ainda que muito variável, os comerciantes informais podem conseguir por mês rendimentos entre dois a três salários mínimos (cerca de 750 a 1000 reais).

BUSCANDO AVENTURA, SEXO E ROMANCE: OS GRINGOS

Os turistas que frequentam a praia de Ponta Negra à procura de aventuras sexuais evidenciam uma considerável diversidade no que diz respeito aos seus países de origem, idades, profissões, motivações, perfis de masculinidade e estrato social, entre outros aspectos. Não há, portanto, um turista típico no quadro do chamado turismo sexual, como por vezes se sugere, quando se diz que os turistas que vêm à procura de sexo são indivíduos sexualmente perturbados.¹² O seu comportamento deverá ser interpretado sobretudo por referência a condicionalismos de ordem sociológica.

Embora seja inadequado falar-se de um perfil-tipo de turista sexual, existem determinados elementos caracterizadores que sobressaem. Temos assim o predomínio de turistas de nacionalidade espanhola e italiana, com destaque para esta, na sua maioria jovens adultos (entre os 30 e os 40 anos), normalmente viajando em grupo (3 a 6 elementos). Ainda que se encontrem as mais diversas posições de classe, há uma certa preponderância dos indivíduos das classes populares (trabalhadores fabris) e, sobretudo, dos diversos segmentos das classes médias urbanas (empregados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, profissionais técnicos). São, de um modo geral, homens insatisfeitos com as relações de género nos seus contextos de origem, quase sempre motivados pelas representações sociais dominantes sobre a sexualidade da “mulher brasileira”, em boa medida amplificadas pelos discursos mediáticos de impacto global e pelas narrativas dos amigos e conhecidos que se envolveram em experiências sexuais com brasileiras em viagens turísticas ao Brasil.

Os turistas com quem falámos tendem a estabelecer uma diferenciação bastante vincada entre as mulheres brasileiras e as europeias. Referem-se às brasileiras como mulheres sexualmente *mais quentes e*

mais afectuosas. Considerando que não dão tanto valor à aparência do homem como na Europa, classificam-nas como *mais simples*, no sentido de estarem disponíveis para um relacionamento menos atado à fase do enamoramento em favor de uma interacção sexual mais imediata e intensa, ainda que daqui não se possa afirmar, como veremos, que a dimensão afectiva não esteja presente. Alguns deles, num registo de certo modo paradoxal, destacam também que as *garotas de programa* têm um grande interesse pelo dinheiro. Em contraponto, dizem que as europeias são *mais frias, mais conservadoras, mais ativas, mais snobes*, sublinhando, sobretudo os italianos, que elas ligam muito à aparência e à capacidade económica do homem. Apesar desta avaliação desfavorável à mulher europeia, também constatada por Piscitelli (2006) entre os turistas que visitam Fortaleza, são muitos os que admitem preferir casar com uma mulher do seu país em detrimento de uma brasileira, por razões que certamente se prendem com aspectos relacionados com a afinidade cultural e, eventualmente, com os estereótipos da mulher brasileira como sexualmente libertina e promíscua. Como dizia um italiano, solteiro, técnico administrativo no porto de Nápoles, com 31 anos, “*a brasileira é boa para transar, a italiana é boa para casar!*”

A maior dificuldade de acesso às mulheres que os turistas gostariam de conquistar nos seus contextos de origem, seja por motivos económicos, de *status* ou de apresentação do eu, e o relativo constrangimento em conviver com uma feminilidade ocidental que continua a colocar algumas limitações às preferências e valores predominantes da masculinidade são dois elementos centrais a considerar para compreender o fenómeno do turismo sexual (O’CONNELL-DAVIDSON, 1995). A estes dois elementos junta-se um terceiro, especialmente válido para os turistas mais velhos, relacionado com as expectativas de revivalismo de experiências de homosociabilidade da juventude, ou seja, a procura de recriação dos laços e das vivências masculinas que antecedem a rotina e as responsabilidades da vida adulta (KRUISE-MOUNTBURTON, 1995).

12 O’Connell-Davidson (1995), referindo-se aos turistas ingleses que procuram sexo comercial na Tailândia, adverte que não existe nada de verdadeiramente particular ou distintivo nos seus comportamentos, desejos e sexualidade.

Deste modo, para os grupos de *gringos* que visitam Ponta Negra, o turismo parece assumir-se como uma experiência de liminaridade, de ruptura face às restrições sociais da vida quotidiana (O'GRADY, 1981) e de (re)constituição de um espírito de *communitas masculina* (TURNER, 1974), caracterizado pela liberdade face às normas sociais quotidianas – situação social anti-estrutural (TURNER, 1974) –, pela festa e transgressão (BATAILLE, 1962) e pelos excessos dionisíacos (BENEDICT, 1950). No entender de Bauer e McKercher (2003, p. xiv), “a liminalidade, ou seja, a deslocação temporária do turista da sua vida quotidiana, explica porque é que turismo, amor, sexo e romance se encontram tão interligados”.

O turismo sexual constitui, assim, uma expressão extrema da ruptura com a previsibilidade e os constrangimentos quotidianos que o turismo de massas ambiciona (MACCANNELL, 1976; JAFARI, 1987; SANTANA, 1997; DELGADO, 2004). Como nota Franklin (2003, p. 255), “viajar proporciona anonimato e evasão face ao controlo, ao dever e à obrigação [...] e também a liberdade para a fantasia, imaginação e aventura”. Com efeito, de um modo geral, os turistas que visitam Ponta Negra, em virtude da distância que os separa dos seus contextos de origem, parecem não manifestar qualquer tipo de preocupação ou constrangimento pelo facto de serem vistos na companhia de *garotas de programa*. É precisamente num ambiente de anonimato, aventura e fantasia, decorrente de uma experiência de transição espacial e social, que os turistas de Ponta Negra enveredam por um estilo de vida dionisíaco, o que nos permite incluí-los no tipo “hedonístico”, proposto por Cohen (1979) para designar os turistas que procuram, essencialmente, a diversão e o prazer como forma de ruptura com o quotidiano laboral. A sua estadia em Ponta Negra é marcada pelas constantes saídas em grupo para os bares e discotecas à procura das mulheres locais e pelo consumo desregrado de álcool e, não raro, de estupefacientes. Neste contexto de excessos tem lugar um estreitamento dos laços homossociais entre os membros do grupo,

perante os quais se procura (re)afirmar os atributos de masculinidade (muito em particular os que dizem respeito à capacidade de conquista sexual) e, assim, sentir de novo o poder e o orgulho viril que a vida quotidiana, eventualmente, atenuou. Desta forma, como destaca Kruhse-MountBurton (1995, p. 197), “o turismo sexual tem subjacente um potencial de rejuvenescimento [...] o sentimento pessoal de conquista e poder que proporciona pode constituir uma compensação para um indivíduo que, na sua vida quotidiana, é incapaz de manifestar qualquer tipo de autoridade efectiva”.

As conquistas sexuais que os turistas tanto procuram exercitar, na maior parte dos casos, como veremos, não resultam, no essencial, da sua competência de sedução. São, pelo contrário, um derivado da ilusão que as *garotas de programa* criam como estratégia comercial subjacente à sua actividade. Na construção desta ilusão, elas preocupam-se não só com as questões mais directamente vinculadas à esfera da sexualidade, como também com vários outros aspectos que remetem para o domínio da afectividade. Isto porque muitos dos turistas não procuram apenas gratificação sexual mas também intimidade, envolvimento e conforto emocional. Só assim se compreende o facto de muitos deles desenvolverem relações de longa duração com uma única mulher que, em muitos casos, retomam nos períodos de férias seguintes. A valorização dos afectos e das emoções por parte de muitos turistas constitui um traço identitário não enquadrável naquelas que são as expectativas sociais dominantes do que é ser homem, assumindo-se, conseqüentemente como uma manifestação subordinada de masculinidade (CONNELL, 1995).

Impõe-se, portanto, questionar alguns discursos teóricos, mediáticos e do senso comum que, de forma linear e acrítica, tendem a referir-se ao fenómeno do turismo sexual como um contexto no qual os homens poriam de lado as emoções e dariam livre curso à sexualidade, procurando, assim, concretizar as suas fantasias sexuais e afirmar a sua virilidade. Os turistas não olham todos, nem tampouco exclu-

sivamente, para as *garotas de programa* como simples objectos de satisfação sexual. Amiúde são eles próprios alvo de manipulação, de acordo com os interesses económicos daquelas. É precisamente tendo em conta este tipo de interesses que elas parecem não denotar grande preferência pelos portugueses. Dizem que os portugueses são *cafussú* (*querem comer – ter relações sexuais – de graça*), que *fodem bem, mas pagam mal*. De igual modo, parecem não nutrir grande simpatia pelo brasileiro, associando-lhe uma imagem de *pé rapado* (sem capacidade económica) e de machista.

FAZENDO INTIMIDADES E ASPIRANDO A UMA OUTRA VIDA: AS MOTIVAÇÕES E OS PROJECTOS DAS GAROTAS DE PROGRAMA

Mais ou menos conscientes de que a uma grande parte dos turistas não lhes interessa apenas o sexo pelo sexo, mas também romance e emoção, as *garotas de programa* constroem um simulacro (BAU-DRILLARD, 1991) no qual se apresentam como completamente rendidas à capacidade de sedução e de conquista dos indivíduos que com elas interagem. O beijar na boca constitui um dos principais componentes do simulacro da sua rendição emocional, que deve ser entendido no contexto de uma representação do relacionamento como estando dentro da norma e do socialmente reconhecido como o namoro e o sexo monetariamente desinteressados, partilhada por ambos, *gringos* e *garotas*.¹³ Neste processo estratégico de criação de uma “ilusão de ‘normalidade’” (PISCITELLI, 2006), elas encenam uma realidade em função daquilo que julgam ser as expectativas dos *gringos*, manipulando assim as suas impressões e fazendo-lhes acreditar na genuinidade da cena. Idêntica situação é constatada por Oliveira no seu estudo sobre a prostituição de rua na cidade do Por-

to (Portugal), levando-a mesmo a referir-se às trabalhadoras sexuais como “vendedoras de ilusões”: o cliente “[...] pensa que está a fazer amor com uma mulher, mas está a fazer sexo sozinho. A ilusão é-lhe presenteada a troco de dinheiro” (2004, p. 177).

As *garotas de programa* parecem ser especialmente entendidas nesta arte de sedução manipulatória. Não são, portanto, de estranhar as inúmeras construções acerca da competência emocional, erótica e sexual da mulher brasileira que emergem nos discursos dos turistas com quem falámos e em muitos outros que partilham as suas experiências no ciberespaço, contribuindo, como amplamente o demonstra Piscitelli (2005), para a disseminação de uma imagem (racializada) da mulher sul-americana altamente valorizada no mercado erótico, a que não é alheia a própria alteração da geografia internacional do turismo sexual. Muitos dos turistas julgam mesmo como genuínas as atitudes e emoções das *garotas de programa*, não tendo efectiva consciência de que elas estão apenas a desempenhar o seu “papel”, o que nos permite dizer que o turista não compra apenas serviços sexuais, como também (e sobretudo) uma ilusão de conquista, ou melhor, um simulacro no qual ele parece sentir-se inebriado de poder, de competência viril e crê ser um autêntico *Don Juan*. A este propósito, O’Connell-Davidson (1995, p. 45) refere o seguinte: “[...] todos os turistas sexuais que entrevistei comentam o facto de que, na Tailândia, vivem como ‘reis’ ou *playboys*”. Esta é uma situação favorável à concretização dos interesses comerciais e/ou dos projectos de vida da *garota de programa*, permitindo-lhe conquistar e fidelizar clientela e, não raro, estabelecer um relacionamento amoroso com um ou outro turista que a ajudará economicamente e que, mais tarde, poderá até permitir-lhe a realização do sonho da maioria das jovens que fazem *programas* em Ponta Negra: casar com um *gringo*, ser *bancada* (sustentada) por ele e, eventualmente, ir para a Europa. Debatendo a articulação entre a prostituição orientada para turistas na Tailândia e o fenómeno dos casamentos transnacionais entre nativas e estrangeiros, Cohen (2003) mostra a frequente

13 Comportamento totalmente diferente têm as trabalhadoras sexuais que exercem a actividade na zona raiana de Portugal e Espanha, as quais, por norma, recusam beijar os seus clientes, como uma forma de demarcação da fronteira entre a esfera profissional e a pessoal (RIBEIRO *et al.*, 2005). Algo que foi também observado por Manita e Oliveira (2002) e Handman e Mossuz-Lavau (2005).

evolução e continuidade de uma relação comercial para uma relação matrimonial, destacando que não há uma fronteira nítida entre a prostituição e o casamento, mas sim uma grande ambiguidade, ao ponto de se poder considerar o matrimónio com um estrangeiro como a consequência última do exercício do sexo comercial.

Nestes casos de relacionamento amoroso, aquilo que começou por ser uma relação meramente prostitucional – prestação de serviços sexuais a troco de dinheiro – evolui para uma relação de um certo envolvimento afectivo, sendo que a vertente mercantil associada à sexualidade começa gradualmente a tornar-se menos explícita. No entanto, esta vertente mercantil não desaparece, assumindo, geralmente, configurações que fazem lembrar as obrigações que sustentam o tradicional contrato matrimonial patriarcal, segundo o qual é obrigação do marido *bancar* a sua esposa.¹⁴ Entra-se então aqui num contexto de “prostituição difusa”, a que surge associada uma “[...] ilusão de ‘normalidade’ que possibilita aos visitantes não necessariamente se perceberem como clientes” (PISCITELLI, 2006).

Os benefícios que a *garota de programa* retira de uma situação em que é *bancada* pelo *gringo* podem incluir a *mesada* mensal,¹⁵ a aquisição de móveis para a casa, o pagamento da renda de casa, presentes diversos, ajudas pontuais à família dela ou aos filhos, entre outros. São benefícios extremamente significativos atendendo a que a generalidade delas provem das camadas sociais mais desfavorecidas. É precisamente tendo em conta estes benefícios, bem como o facto de a maioria das *garotas de programa* ter um rendimento bastante considerável para a realidade

brasileira,¹⁶ que parece pertinente admitir que o trabalho sexual lhes permite um relativo *empowerment* económico e social, abrindo-lhes a porta para uma estilização da vida semelhante à fruída pelas classes mais privilegiadas.¹⁷

Face a isto, e na esteira do que é referido por Oppermann (1998, 1999) e Cohen (1982, 2003), é forçoso sublinhar que o turismo sexual não se circunscreve necessariamente à prostituição. Podendo esta existir (e normalmente está presente) em contextos turísticos, a fruição da sexualidade em tempo de férias não tem de estar estritamente a ela associada. Nas situações em que as *garotas de programa* são bancadas por um *gringo* não há uma mercantilização directa e imediata da sexualidade, isto é, não há de facto prostituição, entendida aqui numa acepção restrita: a disponibilização do corpo em troca de remuneração material (designadamente monetária) e, pelo lado da procura, a compra de serviços sexuais a troco de dinheiro, em regra e prioritariamente, para satisfação ou prazer sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praia de Ponta Negra faz parte das rotas turísticas globais, começando já a destacar-se como um destino do chamado turismo sexual. Enquanto espaço de acolhimento deste tipo de turismo, à semelhança do que acontece em muitos outros destinos, nela se exprimem e articulam de modo muito próprio as motivações, os interesses e os desejos dos turistas e das mulheres locais. Em lugar das visões a “preto-e-branco”, incapazes de captar a densidade das relações sociais que envolvem turistas e *garotas*, impõe-se considerar que uns e outras estabelecem relações sociais permeadas por complexos jogos de

14 No nordeste brasileiro é ainda bastante frequente o homem *bancar* a mulher, tendo como contrapartida o seu trabalho em casa e o acesso, em princípio em regime de exclusividade, aos seus serviços sexuais.

15 Uma *garota de programa* que entrevistámos confidenciou-nos receber do seu *namorado* italiano uma quantia mensal na ordem dos três salários mínimos (cerca de 1000 reais, quantia equivalente a cerca de 300 euros) para abandonar a prostituição. No entanto, sem ele saber, continua a fazer *programas*, suspendendo a actividade somente quando o recebe de visita em Natal.

16 Com *programas* por noite raramente inferiores a 150 reais, os ganhos mensais podem ser superiores a 4.000 reais (cerca de 1.500 euros).

17 Ao colocar em causa a “ordem natural das coisas”, esta ascensão social de mulheres jovens, pobres e maioritariamente mestiças, poderá estar na origem do desconforto que as camadas sociais privilegiadas de Natal manifestam relativamente à prostituição em Ponta Negra, ao ponto de se auto-excluírem desse local.

poder. Enquanto que os turistas mobilizam sobretudo os seus recursos económicos, as *garotas* colocam em campo os seus atributos físicos e recursos eróticos. Se bem que as suas interacções sejam atravessadas por poderes assimétricos, à partida favorecendo os *gringos*, as jovens locais são muitas vezes capazes de inverter as posições, através do uso eficiente dos seus recursos, nomeadamente sexuais, aproveitando criativamente em seu próprio benefício as emoções e os desejos mais profundos dos seus parceiros vindos do outro lado do Atlântico. Deste modo, à semelhança de Oppermann (1999), questionamo-nos sobre quem explora quem na relação turista-*garota de programa* e encaramos com sérias reservas os discursos mais comuns que tendem a apresentar as trabalhadoras sexuais como a parte exclusiva e sistematicamente explorada. Quer dizer, a alegada supremacia económica dos turistas, em contraste com a debilidade económica da generalidade das mulheres locais com quem eles sexualmente se relacionam, presente também noutros contextos de trabalho sexual (BARRY, 1979; HEYL, 1979; HART, 1998), não significa, por si só, uma capitalização automática de poder, nem pode ser vista como o único factor determinante na configuração dos processos relacionais entre estes actores sociais. Como argumenta Foucault (1992), o poder não está estruturalmente atribuído *ad eternum* aos indivíduos em concreto, mas depende, em boa medida, de contingências várias presentes nos contextos em que ocorrem as suas interacções. Daqui decorre que os turistas, como tentámos mostrar através da mobilização dos elementos etnográficos recolhidos, não serão sempre os dominantes, nem aqueles que sempre “ganham”. Admite-se, portanto, a possibilidade de as mulheres locais deterem algum nível de autonomia, nomeadamente na esfera sexual, que lhes permite desafiar a desigualdade estrutural de género e os estereótipos dominantes que organizam a condição feminina.

Ao invés do sugerido pelos discursos do senso comum e outros, não é possível qualificar os turistas como indivíduos sexualmente pervertidos, vinculados a práticas de envolvimento sexual marcadas pela

violência e o completo descomprometimento afectivo. Como os discursos e as observações etnográficas registadas o testemunham, o relacionamento sexual pode ser atravessado por afectos de grande intensidade que, não raro, continuam para além do tempo rigorosamente fixado da permanência do turista na cidade. Já as *garotas* guiam-se por desejos e projectos que não se esgotam na simples obtenção de um rendimento monetário em troca da disponibilização de serviços sexuais. Assim, aproveitando a receptividade de muitos turistas, empenham-se em estabelecer com eles relações de namoro, nas quais a componente mercantil acaba por se esbater de forma significativa. Guiadas pelo sonho da vida na Europa, algumas acabam por o conseguir, através de um envolvimento mais duradouro que pode incluir o casamento com o *gringo* e a emigração para o seu respectivo país. Este tipo de situações implica, desde logo, que se olhe para o turismo sexual como um *continuum* (PISCITELLI, 2006), entre um pólo em que ele é coincidente com a prostituição e o pólo oposto em que o relacionamento sexual entre o turista e a *garota de programa* tem subjacente um maior envolvimento emocional e, mais importante ainda, não está monetariamente quantificado, pelo menos de forma directa e imediata. Existe, portanto, uma considerável heterogeneidade nas relações que se estabelecem entre os *gringos* e as *garotas*, bem como nos interesses que lhes são subjacentes.

REFERÊNCIAS

- ARROTEIA, Jorge. *O turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1994.
- BARRY, Kathleen. *Female sexual slavery*. New Jersey: Avon Books, 1979.
- BATAILLE, Georges. *Death and sensuality: a study of eroticism and the taboo*. Nova Iorque: Walker and Co, 1962.
- BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- _____. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

- BAUER, Thomas; MCKERCHER, Bob (Org.). **Sex and tourism: journeys of romance, love and lust.** Nova Iorque: Haworth Press, 2003.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura.** Lisboa: Livros do Brasil, 1950.
- BERRY-BRAZELTON, T. **La famille en crise.** Paris: Stock, 1989.
- BOISSEVAIN, Jeremy. **Coping with tourists: european reactions to mass tourism.** Oxford: Bergham, 1996. v. 1.
- CLIFT, S.; CARTER, S. (Org.). **Tourism and sex: culture, commerce and coercion.** Londres: Pinter, 2000.
- COHEN, Erik. Rethinking the sociology of tourism. **Annals of tourism research**, p. 18-35, Mar. 1979.
- _____. Thai girls and farang men: the edge of ambiguity. **Annals of tourism research**, v. 9, p. 403-428, 1982.
- _____. Transnacional marriage in Thailand: the dynamics of extreme heterogamy. In: BAUER, Thomas; MCKERCHER, Bob (Org.). **Sex and tourism: journeys of romance, love and lust.** Nova Iorque: Haworth Press, 2003. p. 57-84.
- CONNELL, Robert. **Masculinities: knowledge, power and social change.** Berkeley: University of California Press, 1995.
- DEBIÉ, Franck. **Géographie économique et humaine.** Paris: PUF, 1995.
- DELGADO, Ángel. Aproximación conceptual al fenómeno turístico en la actualidad. **Gazeta de Antropología**, v. 20, p. 20-17, 2004.
- D'EPINAY, Christian Lalive. **Loisir: dynamique et différenciation sociales.** **Sociétés**, v. 32, p. 163-171, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FRANCISCO, Paulo. Ponta Negra: uma praia de apelos sexuais. **Tribuna do Norte**, Natal, 25 abr. 2004.
- FRANKLIN, Adrian. **Tourism: an introduction.** Londres: Sage, 2003.
- GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HALL, C.M. Political effects of tourism in the pacific. In: HALL, C.; PAGE, S. **Tourism in the pacific: Issues and Cases.** Londres: Thomson, 1996, p. 81-90.
- HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (Org.). **La prostitution à Paris.** Paris: Éditions de la Martinière, 2005.
- HART, Angie. **Buying and selling power: anthropological reflections on prostitution in Spain,** Oxford: Westview Press, 1998.
- HEYL, Barbara. Prostitution: an extreme case of sex stratification. In: ADLER, Freda; SIMON, Rita (Org.). **The criminology of women.** Boston: Houghton, 1979. p. 196-210.
- HITCHCOCK, M. *et al.* **Tourism in South-East Asia.** Londres: Routledge, 1993.
- JAFARI, J. Tourism models: the sociocultural aspects. **Tourism management**, p. 151-159, jun. 1987.
- KEMPADOO, Kamala. **Sun, sex and gold: tourism and sex work in the Caribbean.** Lanham: Rowamn and Littlefield, 1999.
- KRUHSE-MOUNTBURTON, Suzy. Sex tourism and traditional Australian male identity. In: LANFANT, Marie-Françoise *et al.* (Org.). **International tourism: identity and change.** Londres: Sage, 1995.
- LEHENY, D. A political economy of Asian sex tourism. **Annals of tourism research**, v. 22, n. 2, p. 367-384, 1995.
- LOPES JUNIOR, Edmilson. **A construção da cidade do prazer.** Natal: EDUFRN, 2000.
- MAcCANNELL, D. **The tourist: a new theory of the leisure class.** Nova Iorque: Schocken, 1976.
- MANITA, Celina; OLIVEIRA, Alexandra. **Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos.** Porto: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002.
- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia. British sex tourists in Thailand. In: MAYNARD, M.; PURVIS, J. (Org.). **(Hetero)sexual politics.** Londres: Taylor & Francis, 1995.
- O'GRADY, R. **Third world stopover: the tourism debate.** Genebra: World Council of Churches, 1981.

- OLIVEIRA, Alexandra. **As vendedoras de ilusões: estudo sobre prostituição, alterne e "striptease"**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- OPPERMANN, Martin. Sex tourism. *Annals of tourism research*, v. 26, n. 2, p. 251-266, 1999.
- OPPERMANN, Martin (Org.) **Sex tourism and prostitution: aspects of leisure, recreation and work**. Nova Iorque: Cognizant Communication Corporation, 1998.
- PISCITELLI, Adriana. **Entre a prostituição e os namoros de verão: gênero e sexualidade no contexto do turismo internacional**. Rio de Janeiro: Fapesp (relatório parcial de pesquisa), 2001.
- _____. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. In: SILVA, Maria Cardeira da (Org.). **Outros trópicos: novos destinos turísticos, novos terrenos da antropologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 101-123.
- _____. Périplos tropicais: a inserção de Fortaleza nas rotas mundiais do turismo sexual. In: COSTA, Albertina. **Homem, homens**. São Paulo: 34, 2006.
- _____. Viagens e sexo on-line: a internet na geografia do turismo sexual. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 281-326, 2005.
- RIBEIRO, Fernando Bessa; PORTELA, José. Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias? In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2002, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2002.
- RIBEIRO, Manuela *et al.* **Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos**. Vila Real: UTAD/UM/UBI, 2005.
- SANTANA, Agustín. **Antropología y turismo: ¿nuevas hor- das, viejas culturas?** Barcelona: Ariel, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semi-periferia: o caso português. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Portugal: um retrato singular**. Porto: Afrontamento, 1993, p. 15-56.
- SARACENO, Chiara; NALDINI, M. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 2003.
- SEABROOK, Jeremy. **Travels in the skin trade: tourism and the sex industry**. Londres: Pluto, 1996.
- SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus. Nossa Senhora da help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 249-280, 2005.
- SINGLY, F. **La sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan, 1993.
- TRUONG, Thanh-Dam. The dynamics of sex tourism: the case of South East Asia. In: SINGH, T.; THEUNS, F.; GO, F. (Org.). **Towards appropriate tourism**. Berna: European University Studies, 1989.
- _____. **Sex, money and morality**. Londres: Zed Books, 1990.
- TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- URRY, John. **The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies**. Londres: Sage, 1990.
- VALLENTYNE, Peter; STEINER, Hillel (Org.). **Left libertarianism and its critics: the contemporary debate**. Hampshire: Palgrave, 2000.
- VALLENTYNE, Peter; STEINER, Hillel (Org.). **The origins of left libertarianism: an anthology of historical writings**. Hampshire: Palgrave, 2000.
- VAN PARIJS, Phillippe. **Real freedom for all: what (if Anything) can justify capitalism?** Oxford: Oxford University Press, 1995.

Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

Marina Soler Jorge – USP

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar alguns conceitos-chave da Sociologia da Cultura e da Sociologia da Arte (cultura erudita, cultura popular e cultura de massas) tais como vistos pelo cinema brasileiro moderno. Para isso, procuramos empreender uma análise fílmica, atentando para elementos de filmes brasileiros que nos instiguem a pensar o quanto as fronteiras entre o popular, o erudito e o massificado são ou não válidas nos dias de hoje e como elas operam no cinema brasileiro.

Palavras-chave: Cinema brasileiro. Sociologia da arte. Cultura de massas. Cultura popular. Cultura erudita.

ABSTRACT

This article deals with some important concepts of the Sociology of Culture and Sociology of Art (erudite culture, popular culture and mass culture) as they are seen by the modern Brazilian Cinema. For that, it is necessary to analyze some films that make us think if nowadays these concepts are valid or not and how they can be understood at the Brazilian Cinema.

Keywords: Brazilian cinema. Sociology of art. Mass culture. Popular culture. Erudite culture.

INTRODUÇÃO

Uma parte importante do cinema brasileiro moderno, principalmente a partir do movimento conhecido como Cinema Novo, tem estado às voltas com questões relativas à criação de um cinema popular (ou nacional-popular), no sentido de expressar a “verdade” do povo brasileiro. Essa preocupação por vezes relaciona-se ao estabelecimento de uma cultura cinematográfica mais especificamente erudita, a

partir de pesquisas de linguagem e do contato com as vanguardas internacionais, como no cinema de Glauber Rocha, por exemplo. Em outros momentos, o popular no cinema brasileiro aparece relacionado à vontade de criação de um mercado para o produto brasileiro, e ocorre uma aproximação com os parâmetros culturais definidos pela cultura de massas (padronização estética, narrativa clássica, melodrama, etc). O cinema dos anos 90 coloca novos problemas para o pesquisador que pretende traçar os caminhos da cultura popular, erudita e massificada. A produção recente, muitas vezes, procura legitimar-se num discurso que retoma o movimento cinematográfico dos anos 60, tratando o popular como, de certa maneira, reduto da erudição. Em outros casos, ela incorpora novos problemas, lidando com o popular de uma maneira diferente e provocativa, afastando-se de uma visão reificada e enrijecida da cultura popular que a encerra no passado e na tradição, e aproximando o povo da cultura de massas de forma *sui generis*. Em todos os casos, trata-se de um problema eminentemente sociológico, na medida em que estamos lidando com um mundo social que reside no filme, e que deve ser desvendado a partir de uma Sociologia da Arte que desloque a preocupação daquilo que é exterior ao filme para desvendar o social que reside no interior das próprias imagens.

CULTURA POPULAR, CULTURA DE MASSAS, CULTURA ERUDITA

Uma atitude adequada para a pesquisa sociológica sobre as obras de arte consiste numa análise

interna à obra, conforme defenderemos brevemente agora. Empreender uma análise interna significa reter aquilo que há de sociologicamente relevante *dentro* da obra de arte, e não no seu entorno ou nas relações que estabelecem seus produtores entre si. Em seguida, procuraremos resgatar um pouco da complexidade e dos interesses que se exteriorizam nas definições de cultura popular, cultura de massas e cultura erudita, conceitos importantes para a sociologia.

Existe um mundo social que é interno à obra de arte, e que pode e deve ser objeto da sociologia. No caso, é preciso considerar que existe uma visão de cultura popular, cultura erudita e cultura de massas que reside no interior dos filmes, e que deve ser buscada na análise da obra, e não nos seus condicionantes externos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, etc. O sociólogo da arte Pierre Francastel é um dos autores que defendem veementemente a legitimidade de uma sociologia da arte que tenha como objeto justamente aquilo que reside no interior das obras. A introdução de seu livro *A realidade figurativa* discorre longamente sobre o mundo social que existe nas obras de arte – e que portanto deve ser objeto da sociologia – e sobre o método que o sociólogo deve empreender para analisá-lo (FRANCASTEL, 1973). Ele rejeita uma sociologia das obras que utilize a arte apenas como ilustração de argumentos que foram buscados fora dela.

Se as obras que constituem o produto das atividades propriamente estéticas das sociedades constituíssem tão somente uma espécie de duplo dos outros produtos de nossa conduta, seria legítimo reter esses trabalhos apenas como uma fonte de informação complementar. Uma Sociologia da Arte seria então fácil de escrever, pois resumir-se-ia em confirmar – ilustrar – conhecimentos adquiridos ao cabo de pesquisas de interesse e alcance superiores. Como isso não é verdade, as obras de arte conferem ao historiador, assim como ao sociólogo, elementos de informação que de outro modo não possuem (FRANCASTEL, 1973, p. 4).

Francastel rejeita, portanto, a sociologia que, analisando outros aspectos da vida social que não

a obra de arte – círculo de artistas, indústria do cinema, aspectos econômicos, políticos, etc. – propõe-se a encontrar explicações para o que é visto dentro da obra de arte.

Quando nos referirmos a alguns filmes que compõe a cinematografia brasileira, estaremos justamente pensando na cultura erudita, popular e de massas que está colocada no interior das obras, não de maneira positivista e reificada, como se existisse um sentido dado na imagem, mas como uma relação entre imagem e espectador que é complexa e mutável mas que, não obstante as dificuldades, deve ser buscada.

A segunda atitude sociológica a que nos referimos consiste em colocar em questão os próprios termos que utilizamos na pesquisa: a cultura popular, a cultura de massas e a cultura erudita. São definições mutáveis, interessadas, históricas, que devem ser relativizadas e mesmo dissolvidas na medida em que devem ser consideradas com parte de um discurso sobre a vida social.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a mundialização da cultura e a pós-modernidade nos colocam diante do problema de definir se as fronteiras entre a cultura de massas, a cultura popular e a cultura erudita permanecem rígidas ou se estão cada vez mais fluídas, sendo que em alguns casos já não se poderia falar nesta distinção categórica. Esta é a posição de Renato Ortiz no livro *Mundialização e cultura*, que baseia sua opinião na existência de uma cultura “internacional-popular”, universalista porque desenraizada, despolitizada porque mítica (o mito da “grande família dos homens”), assentada no consumo e na qual o mecanismo da citação, próprio da arte erudita, foi incorporado e dilatado (ORTIZ, 1994). Esta é uma discussão importante no caso do cinema pois significa ter de lidar com a grande quantidade de filmes que incorporam e dialogam com elementos da cultura erudita e da cultura popular, principalmente no que se refere a temas e conteúdo (“sérios”, históricos, muitas vezes “existenciais”), mas que aspiram à conquista do mercado consumidor dando ao público formas mais ou me-

nos testadas (ou seja, padronizadas) e preocupando-se fortemente com a qualidade técnica e industrial.

O fenômeno da cultura de massas começou a chamar a atenção de pesquisadores das ciências humanas principalmente a partir da década de 40, quando houve uma difusão dos meios de comunicação e quando se percebeu a importância que adquiriria a mensagem transmitida por eles (LIMA, 1978).

O moderno fenômeno da *cultura de massa* só se tornou possível com o desenvolvimento do sistema de comunicação por *media*, ou seja, com o progresso e a multiplicação vertiginosa dos veículos de massa – o jornal, a revista, o filme, o disco, o rádio, a televisão. Como causas subjacentes necessárias, mencionam-se os fenômenos de urbanização crescente, de formação de públicos de massa e do aumento das necessidades de lazer. Portanto, o que se convencionou chamar *cultura de massa* tem como pressuposto, e como suporte tecnológico, a instauração de um sistema moderno de comunicação (os *mass-media*, ou veículos de massa) ajustados a um quadro social propício (SODRÉ, 1973, p. 13, grifo do autor).

Mas a idéia de uma cultura de massas, ou a palavra que deve traduzir a idéia de um novo fenômeno cultural, tem limitações importantes. Raymond Williams (1979) acredita que o conceito de “massa” não nos deixa antever o caráter de dominação de classe que perpassa essa nova cultura, assentada na dominação capitalista e não simplesmente na novidade das multidões urbanas dispostas ao consumo em larga escala.

Sérgio Paulo Rouanet (1992) utiliza justamente o exemplo do cinema, bastante aproveitado por aqueles que crêem na idéia do apagamento entre as fronteiras entre cultura de massas e cultura erudita, para rejeitá-la. Segundo o autor, a confusão que se cria na discussão arte de massas/arte erudita é dada pela tendência ao que ele chama, para falar com Benjamin, em “auratização póstuma”. Seu principal exemplo é o filme *Casablanca*, produto de massas como outro qualquer mas hoje reverenciado “pelos assinantes do *Cahiers du cinéma*”: “Tudo se passa como se o envelhecimento da obra tivesse modificado sua

qualidade [...]. Não se trata, portanto, de um nivelamento pós-moderno de alta cultura e cultura de massas, e sim de uma aristocratização da cultura de massas, promovida a cultura de elite” (ROUANET, 1992, p. 131). A causa dessa “auratização póstuma” é a necessidade de fantasia e de identificação que o capitalismo avançado nos imprime, e que atua de modo diferente em dominantes e dominados:

Para a moça operária, evadir-se do presente pela fantasia é uma operação simples – ela recorre à cultura de massas contemporânea. Para o intelectual de classe média, a operação é mais complicada – ele recorre a uma cultura de massas fóssil, trazendo-a para o presente e transformando-a em cultura erudita (ROUANET, 1992, p. 132).

Sobre o popular, pode-se dizer que alguns componentes da definição do popular e de suas práticas artísticas estão difundidos em larga escala na sociedade e têm longa permanência em discursos sobre a cultura: a cultura popular como ligada a regionalismo, primitivismo, passado ameaçado de se perder, como ato da produção coletiva, frequentemente ingênua (e aí o nome arte *naïve*), como produção carregada de purismo, de tradição, cujo processo de criação está associado ao “fazer” e não ao “saber”. Parece recorrente a valorização do popular a partir destas características elencadas, ou seja, pelo seu papel na manutenção de tradições e práticas que, sem ele, estariam perdidas em meio às transformações do mundo industrializado e urbano.

Por outro lado, nem sempre a palavra popular tem uma acepção positiva. Popular pode assumir uma conotação pejorativa relacionada, em geral, a baixo nível intelectual e artístico e a atraso. Marilena Chauí (1996, p. 124) comenta a ambivalência do conceito e a simultaneidade das visões:

Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, freqüentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo

de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.

Há ainda uma outra conotação de popular e de cultura popular que se diferencia destas que estamos comentando. Popular pode estar também associado ao que é conhecido, ao consumo, ao que vende mais, ao que agrada a muitos, ao que tem larga penetração na vida social. Nesta acepção, cultura popular não está exatamente relacionada ao povo como reduto da ingenuidade, espontaneidade, tradição, numa visão romântica que valoriza o regionalismo, o purismo, os valores, a verdade. Nesta acepção, cultura popular relaciona-se a consumo de massas, tornando-se inclusive substituto deste termo.

Antônio Augusto Arantes faz uma observação interessante a respeito da cultura popular, que nos leva para outro aspecto de problema que queremos abordar. Segundo o autor, a cultura popular é vista por “alguns pesquisadores mais sofisticados” como “resíduo da cultura ‘cult’ de outras épocas (às vezes de outros lugares), filtrada ao longo do tempo pelas sucessivas camadas de estratificação social” (ARANTES, 1982, p. 16). Isso pode nos indicar que existe, segundo uma certa visão de popular, uma identificação de *conteúdo* entre cultura popular e alta cultura, ambas sobrevivendo enquanto reduto da originalidade e autenticidade em meio ao oceano de produtos massificados. É o que se depreende da leitura do já citado Sergio Paulo Rouanet (1992, p. 130):

[...] a alta cultura e a cultura popular são as duas metades de uma totalidade cindida, que só poderá recompor-se na linha de fuga de uma utopia tendencial. No meio tempo, elas têm de manter-se em sua autonomia, pois seria tão bárbaro abolir a cultura popular, onde habita a memória da injustiça, como abolir a alta cultura, onde habita a promessa de reconciliação.

Existiria, portanto, algo de semelhante entre a cultura popular e a cultura erudita, não exatamente enquanto conjunto de preceitos, sistematização de conhecimento, e instâncias de consagração. Nes-

te sentido, concordamos com Marcos e Maria Ayala quando os autores afirmam que

a cultura popular não constitui um sistema, no mesmo sentido em que se pode falar de sua existência na cultura erudita – um conjunto de produções artísticas, filosóficas, científicas etc., elaboradas em diferentes momentos históricos e que têm como referência o que foi realizado anteriormente, pelo menos desde os gregos, naquele campo determinado e nos demais (AYALA; AYALA, 1987, p. 66).

As semelhanças entre a cultura popular e a alta cultura viriam de sua definição como refúgio da produção autêntica, que adviria talvez da identidade entre os produtores e seus produtos e da identificação entre produtores e seu público. Assim, a cultura popular e alta cultura expressariam ambas, uma necessidade orgânica de produção, que seria impulsionada pelo livre prazer estético e pelo desejo de comunhão de um grupo, por ampliar as possibilidades de reflexão, pela vontade de contribuir para a beleza e o conhecimento da comunidade, com grande identidade entre os que produzem e os que consomem, ou ainda uma total indiferenciação entre eles. Já a cultura de massas estaria assentada na produção visando o lucro, o mercado, o grande público, e por isso não haveria identidade entre os produtores e os consumidores, nem possibilidade de criação “desinteressada”, ou de criação interessada na beleza, no prazer do jogo, do reconhecimento, da comunhão. Bosi (1973, p. 57) dirá: “Um forte componente lúdico anima todo ato genuinamente estético, e será, talvez, o traço distintivo mais importante a separar a arte (popular ou não) da indústria cultural”. A semelhança entre cultura popular e alta cultura se manifestaria também na ameaça que ambas sofreriam da cultura de massas, na qual a lógica da mercadoria e da produção comercialmente interessada prevalece.

Se as definições são, logo de saída, necessariamente tensionadas e lugar de disputas intelectuais, devem ser colocadas em questão de modo ainda mais radical na medida em que, como dissemos no início, é preciso partir do interior mesmo das obras

de arte, no caso dos filmes brasileiros. Ou seja, a análise da visão de popular, massificado e erudito pode nos revelar um conteúdo ainda mais complexo, na medida em que, conforme dissemos, existe um mundo social na obra de arte que não se reduz ao que se passa fora dela. A seguir faremos alguns apontamentos tomando o cinema brasileiro moderno, ou seja, aquele inaugurado pelo Cinema Novo, como ponto de partida.

O CINEMA BRASILEIRO MODERNO

Em 1963 o cineasta Glauber Rocha conquista cinéfilos e jovens revolucionários da América Latina com uma obra de arte admirável e vanguardista: *Deus e o diabo na terra do sol*, uma combinação surpreendente de *western*, Nouvelle Vague, religião, misticismo, violência, revolução, sertão, mar. Poucas vezes no cinema brasileiro um realizador foi tão feliz na relação que fez entre a cultura popular e cultura erudita. Ismail Xavier exalta as qualidades de *Deus e o diabo* por estes motivos, ou seja, pela sua visão dialética que “se recusa a descartar a representação construída pelas classes dominadas e, ao mesmo tempo, procura questionar, por dentro, a face tradicionalista dessa representação em nome da história” (XAVIER, 1983, p. 118). Em relação a seu filme anterior, *Barravento*, em *Deus e o diabo*, Glauber Rocha expõe esta dialética entre a valorização-desvalorização do popular de modo mais facilmente observável e, ao mesmo tempo, de forma bem mais complexa. Sua relação contraditória com o popular expressa-se, por exemplo, segundo Xavier, na convivência do cordel (popular) com a música de Villa-Lobos (erudita), e o pesquisador chama a atenção para o fato de que, na famosa seqüência final, “não é apenas o mar que substitui a caatinga. É também a peça musical erudita que substitui o cantador” (XAVIER, 1983, p. 91). Além da relação contraditória entre popular e erudito, que se manifesta na convivência tensionada entre cordel, cangaço, sertão e Villa-Lobos, é preciso considerar que a linguagem utilizada por Glauber Rocha estava influenciada e era parte dos movimentos de vanguarda cinematográficos, e por-

tanto incluía-se entre o cinema erudito de sua época, que buscava experimentar e transformar a linguagem do cinema em direção a uma maior autonomia do espectador, a uma ampliação das possibilidades de reflexão sobre o material fílmico e sobre a sociedade na qual o filme estava inserido.

Os desejos de realização de uma cinematografia baseada em temas populares povoam acentuadamente a mente de diversos cineastas brasileiros desde os anos 50 (BERNARDET, 1983), mas é principalmente o Cinema Novo nos anos 60 que procura dar ao conteúdo popular uma forma popular, utilizando criticamente os dados da cultura popular brasileira na medida em que estabelece um claro diálogo com a cultura erudita (às vezes literária, às vezes musical, às vezes plástica) e com o cinema de vanguarda mundial. O resultado são filmes marcantes do ponto de vista da história cinematográfica brasileira, ainda que não tenham atingido o sucesso de público esperado pelos realizadores. De modo geral, os filmes do Cinema Novo não tiveram penetração no mercado, sendo esta uma preocupação que ainda não se encontrava disseminada entre os artistas do movimento. Atingir o mercado, fazer do seu cinema cultura de massas, não mobilizava de forma intensa os realizadores e produtores, ainda que o sonho de aproximar o Cinema Novo do povo enquanto público de cinema fosse naturalmente acalentado. É possível que a relevância social de certos filmes pudesse ter sido maior se eles tivessem atingido um maior número de pessoas, mas é possível pensar, como Jean-Claude Bernardet (1978), que a falta de espectadores não condena necessariamente o filme a uma desimportância social: “É errôneo pensar que são inúteis filmes que atingem um público relativamente restrito, mas que tenham a possibilidade de entrar em violenta polêmica com problemas essenciais da sociedade brasileira e latino-americana” (BERNARDET, 1978, p. 207). Efetivamente, o fato de filmes como *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha), *Vidas secas* (Nelson Pereira dos Santos) e *São Bernardo* (Leon Hirszman) terem sido pouco vistos, até hoje, não significa que eles não tenham tido influência e

importância na cinematografia brasileira e mesmo internacional. O cinema brasileiro dos anos recentes frequentemente dialoga com os filmes do Cinema Novo, o que nos sugere sua incorporação definitiva e marcante na história do cinema no Brasil.

Ao considerar este cinema mais crítico dos anos 60, que dialogava freqüentemente com a vanguarda internacional e que se preocupava com propostas estéticas nem sempre perfeitamente palatáveis ao grande público, é necessário relativizar a afirmação de Raymond Williams segundo a qual o cinema, junto com o rádio e a televisão, não necessitam de um saber específico para serem consumidos, ao contrário da literatura (WILLIAMS, 1992). A idéia de uma “linguagem universal”, que seria expressa pelo cinema e que atingiria a todos indiscriminadamente, pode ser contestada a partir do que nos revela o roteirista Jean-Claude Carrière em *A linguagem secreta do cinema* (CARRIÈRE, 1995). Ele nos mostra que a compreensão da linguagem cinematográfica modifica-se continuamente como parte de mudanças sociais, culturais, mudanças na maneira de ver do público e da própria história do cinema. Efeitos que antes eram necessários para a pela compreensão hoje não mais o são. Até meados de 1920, segundo Carrière (1995), existia na Espanha a figura do *explicador* que, com um bastão, apontava os personagens e explicava o que eles estavam fazendo. A linguagem do cinema “continua em mutação, semana a semana, dia a dia, como reflexo veloz dessas relações obscuras, multifacetadas, complexas e contraditórias, as relações que constituem o singular tecido conjuntivo da sociedade humana” (CARRIÈRE, 1995, p. 22). E, sua observação mais importante, ao menos para o sociólogo, consiste em nos fazer perceber que a compreensão de um filme consiste numa relação entre imagem, espectador, realizador, uma relação que é imediatamente social, e que nos mostra que o sentido não está na imagem em si:

a ‘verdade’ de uma foto, ou de um cinejornal, ou de qualquer tipo de relato, é, obviamente, bastante relativa, porque nós só vemos o que a câmera vê, só ouvimos o que nos dizem. Não vemos o que alguém

decidiu que não deveríamos ver, ou o que os criadores dessas imagens não viram. E, acima de tudo, não vemos o que não queremos ver (CARRIÈRE, 1995, p. 58).

De volta a nosso tema, a relação entre a cultura popular, a cultura erudita e a cultura de massas no cinema brasileiro, podemos constatar que diversos filmes nos anos 60 e 70 procuram apropriar-se de conteúdo “popular” de forma erudita: os já citados *São Bernardo*, de Leon Hirszman, *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, *Os inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade, são alguns exemplos. Trata-se de filmes com tema e preocupação eminentemente “populares” – falar do povo e conscientizar o povo –, mas que procuram fazê-lo operando uma linguagem que os aproximam da cultura erudita. Não estamos diante de um cinema padronizado, que se vale das fórmulas conhecidas e já bem aceitas, mas daquele que procura experimentar. Outros filmes, cujo melhor exemplo talvez seja o filme *O bandido da luz vermelha*, de Rogério Sganzerla, dialogam com a cultura de massas e problematizam a cultura erudita, numa perspectiva que, da mesma forma, nada tem de massificada ou padronizada, mas que, da mesma forma, procura fugir à linguagem estabelecida. *O bandido da luz vermelha*, embora dialogue com os meios de comunicação e com linguagens próprias do rádio, por exemplo, o faz como parte de uma atitude erudita, que procura provocar, experimentar, e que faz dele um filme que definitivamente se afasta do cinema de massas.

Esta apreensão estimulante da cultura brasileira, bastante comum nos anos 60 – na qual popular, erudito e massificado dialogam de maneira complexa –, tende a ser esvaziada no decorrer da década de 70, quando diversos cineastas professam uma rejeição ao “elitismo” cinematográfico e à cultura erudita em nome de um interesse no que seria o nacional-popular. A vontade crescente de conquistar o mercado cinematográfico brasileiro, o fortalecimento de uma visão mais industrial e mercadológica que

ganha força a partir da atuação da Embrafilme¹, o progressivo enfraquecimento das propostas estéticas mais radicais, tudo isso colabora para que os cineastas de modo geral aproximem-se do cinema mais identificado aos produtos culturais de massa, com resultados por vezes mais, por vezes menos bem sucedidos. Surgem filmes estimulantes como *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade, baseado em obra de autor considerado erudito (Mário de Andrade), cujo tema relaciona-se à compreensão do caráter (ou da falta de caráter) do povo brasileiro e que, baseando-se numa linguagem mais massificada, procurava satisfazer aos desígnios de parte do mercado. Outros filmes ambicionam uma linha auto-proclamadamente “nacional-popular” e pretensamente “sem sociologia”, ou seja, sem a preocupação de “explicar” o outro, mas apenas de “mostrá-lo” e “respeitá-lo”, como se fosse possível esse tipo de neutralidade cinematográfica. Um discurso mais afinado àquele da antropologia, mas colocado em termos um tanto simplistas, visto que a possibilidade do outro expressar-se tende a não ser tensionada e complexificada. Podemos citar como exemplos os filmes de Nelson Pereira dos Santos *Tenda dos milagres* e *O amuleto de ogum* (Nelson Pereira dos Santos), filmes “anti-sociológicos”, que procuram não questionar o outro, tratando do “popular” de modo engessado, aceitando de modo menos crítico e tensionado uma linguagem que seja permeável ao mercado. Provavelmente são os filmes menos felizes do grande cineasta que é Nelson Pereira dos Santos, que realiza a seguir *A estrada da vida*, filme com Milionário e José Rico que, de modo a meu ver mais bem sucedido, estabelece com o outro uma relação mais interessante, permeado de uma modéstia sincera, de uma despretensão melhor realizada, aproveitando-se das figuras simpáticas e divertidas dos cantores da dupla sertaneja. A cultura de massas e a cultura popular aqui mais uma vez se relacionam, mas de uma maneira diferente em relação a outros filmes do cinema brasileiro: Milionário

e José Rico são mostrados com legítimos representantes do “povo”, que conquistam o sucesso no mercado justamente por esta autêntica condição, como se entre a cultura popular e a cultura de massas houvesse uma linha de continuidade de modo que uma conduzisse naturalmente à outra.

Conforme se avança nos anos 70, notamos filmes que se valem de uma maior ou menor padronização estética própria da cultura de massas numa tentativa de aproximação com o povo/público brasileiro, ou seja, filmes que procuram tematizar o povo ou o discutir certas manifestações do caráter popular por meio de uma narrativa clássica e mais massificada. Exemplos são algumas adaptações de Nelson Rodrigues realizadas por Arnaldo Jabor, notadamente *Tudo bem*; e *Eles não usam black-tie*, de Leon Hirszman. Sobre este último filme, a meu ver podemos dizer que, a despeito do tema ostensivamente popular e operário, existe uma grande reificação na linguagem, afinada ao melodrama e ao novelesco – e portanto à cultura de massas –, e mesmo na visão dos personagens, tratados de maneira simplificada e por vezes maniqueísta.

O interessante é notar que o cinema brasileiro, que já era variado, tende a abarcar ainda mais tendências, a colocar novos problemas para o pesquisador que tenta desvendar o social dentro do filme. No entanto, aquela apreensão erudita da cultura popular de Glauber Rocha ou da cultura de massas de Rogério Sganzerla parece não ter se desdobrado imediatamente e rendido novos frutos, e é difícil encontrarmos filmes com preocupações semelhantes, ou seja, que professem um caráter eminentemente vanguardista – e portanto ligado por sua origem à cultura erudita – ao lidar com a cultura popular ou com a cultura de massas. A cultura definida pelos cineastas como popular passa a ser apreendida muito mais em termos da cultura de massas, enquanto cresce o desejo pela conquista do público e desenvolve-se o mercado de bens culturais no Brasil (ORTIZ, 1988). Ou, em outras palavras, para conquistar o público, muitos cineastas não abrem mão de suas convicções “nacionais-populares” e da crítica

1 Gustavo Dahl, diretor do setor de distribuição da empresa, dirá que “mercado é cultura”.

à sociedade brasileira, mas passam a operar de forma mais livre com elementos do cinema comercial. *Pra frente Brasil* (Roberto Farias) é um exemplo quase limite desta tendência, que também pode ser verificada em *Chica da Silva* e *Bye bye Brasil* (Cacá Diegues) e na própria fala do cineasta Joaquim Pedro de Andrade (apud BERNARDET, 1978, p. 174): “A proposição do consumo de massa no Brasil é uma proposição moderna [...]. É uma posição avançada o cinema tentar ocupar um lugar dentro desta situação nova”.

Dentro dessa tendência, há também uma progressiva tentativa à adoção de um discurso tendente a valorizar a cultura mais marcadamente massificada e padronizada como algo eminentemente popular, e portanto como algo a ser valorizado. Um exemplo patente é o que ocorre com o cinema de Mazaropi. Um artigo de Renato da Silveira (1980) na *Arte em revista* critica os intelectuais de esquerda que defendem a cultura de massas brasileira como eminentemente popular na medida em que trata de temas ditos “populares” e em que conquista o público brasileiro. Sobre uma matéria do jornal *Movimento* sobre Mazaropi, *O jeca contra o tubarão*, Silveira (1980, p. 8) comenta:

A entrevista (do próprio Mazaropi) é alternada com declarações ao vivo de pessoas de diversos níveis sociais, todas elogiosas. Dessa maneira, Mazaropi é apresentado como uma unanimidade nacional [...]. Mas, na entrevista, Mazaropi faz declarações assim: ‘O Ferris me conseguiu um documento falso para poder dizer as besteiras que o povo gosta de ouvir’. Muitos não fazem sucesso ‘porque falam uma linguagem intelectual e o povo não gosta de pensar’ [...]. Seria então o caso de insistir sobre a função do tipo de espetáculo que Mazaropi faz? As matérias se omitem sobre isso. Não informam que, conforme a espantosa riqueza que o próprio Mazaropi alardeia na própria entrevista, seu cinema serve, de um lado, para acumular capital, e, de outro, para concretizar o projeto do verde-amarelimo: botar o povão para produzir sem discutir.

É a mesma crítica que endereça Roberto Schwarz, no ensaio *Vanguarda e conformismo*, àqueles que consideram o que vende bem como vanguarda

ou como folclore: “O capitalismo seria, pois, literalmente, o melhor dos mundos: obtêm a coincidência do mais avançado e do espontaneamento popular” (SCHWARZ, 1978, p. 48). Esta é a visão, conforme já discutimos, proclamada em *A estrada da vida*, de Nelson Pereira dos Santos, sobre a dupla caipira Milionário e José Rico. A identificação povo-público, que se desdobra nas identificações povo-mercado e povo-cultura, perpassam todo o filme. Milionário e José Rico são autênticos homens do povo e sua música é popular; conseqüentemente, farão sucesso no mercado, ainda que depois de alguns contratemplos. O que faz Nelson Pereira dos Santos escapar da pura apologia do mercado é sua economia estética adequada (como em *Vidas Secas*), sua sensibilidade elegante e discreta (como em *Como era gostoso o meu francês*), e o humor “simples” e eficiente da dupla de personagens.

Como se sabe, o cinema brasileiro entra em crise nos anos 80 e leva seu golpe de misericórdia com o fechamento da Embrafilme em 1990. Alguns anos se passaram até que novos filmes fossem produzidos em quantidade razoavelmente relevante, e hoje é possível dizer que há certa regularidade na produção cinematográfica. O cinema brasileiro recente coloca novos problemas na questão da relação entre cultura de massas, cultura popular e cultura erudita.

A relação com as vanguardas e com a experimentação estética certamente não é tão intensa quanto nos anos 60 e 70. É preciso lembrar, no entanto, que estas décadas foram especialmente férteis no cinema brasileiro e mundial, tanto no que se refere à ficção quanto ao documentário. Era o tempo da Nouvelle Vague, do Neo-Realismo italiano e seus desdobramentos posteriores, do cinema-direto de Drew e Leacock e do cinema-verdade de Edgar Morin e Jean Rouch. Havia um clima de época, uma efervescência cultural, social e política que favorecia a experimentação. O cineasta e a câmera deveriam sair às ruas, simplificar as formas de produção, rejeitar o esquema dos estúdios, mostrar o que é comum e ordinário, filmar a vida cotidiana, improvisar, curto-circuitar a idéia da semelhança entre o cinema

e o mundo (NINEY, 2000). É interessante notar que diversos procedimentos adotados nesta lógica de produção se tornaram hoje recorrentes e banais, muitas vezes separados daquela motivação que lhes deu origem, sendo reproduzidos de forma quase independente, de modo que pouco revelam da situação social que os motivou.

Assim, a idéia de uma cultura erudita retirou-se de certa forma dos esquemas de produção, como havia sido comum no Cinema Novo, e não é possível identificarmos com tanta clareza a adesão de cineastas brasileiros a vanguardas ou a propostas estéticas eruditas. No entanto, a cultura erudita permanece no cinema brasileiro como tema, objeto, e como citação. É recorrente o uso de autores eruditos, de músicas eruditas, de citações eruditas. Mesmo o recém lançado *Dois filhos de Francisco* (Breno Silveira), de tema acentuadamente popular (a vida “simples” e dura da família eminentemente popular), por um lado, e massificado (o sucesso comercial de Zezé de Camargo & Luciano), por outro, utiliza-se da cultura brasileira considerada erudita – a voz de Maria Betânia, cantora da MPB, que, como se sabe, não é música popular – como forma de legitimação de seu discurso sobre a qualidade dos personagens em questão.

Outro exemplo, agora de um dos primeiros filmes da chamada “retomada” do cinema brasileiro, é *Terra estrangeira* (Walter Salles), no qual a cultura erudita apresenta-se tematizada através dos desejos artísticos do personagem Paco (que quer interpretar o Fausto de Goethe) e da citação recorrente de movimentos cinematográficos e de cineastas que procuram realizar um cinema erudito (no caso o próprio Cinema Novo e o cinema alemão de Win Wenders e Werner Herzog). No filme *O homem que copiava* (Jorge Furtado), manifestações de arte erudita povoam a existência simples e quase iletrada do personagem de Lázaro Ramos. A cultura erudita, no cinema brasileiro recente, é antes um tema do que uma prática.

A cultura de massas passa a existir, tanto como tema quanto como estrutura de produção, sem os

questionamentos sobre suas implicações que se esboçavam nos anos 60 e 70. Hoje a defesa da cultura de massas não parece tão necessária, nem é preciso que se proclame que “mercado é cultura”, ou que se justifique a existência de uma maneira mais padronizada e comercial de se fazer cinema no Brasil. A necessidade de público, a presença de grandes distribuidoras, a penetração em mercados internacionais não precisam de legitimação, sendo considerados valores em si mesmos, necessários para a manutenção de uma produção brasileira comercial regular e auto-sustentada. O espaço da precariedade, a valorização da autonomia e da improvisação, do amadorismo e do espontaneísmo, não resistiram nem como utopia.

Enquanto tema, a cultura de massas aparece de maneira bastante constante e de maneiras diversas, muitas vezes como um elemento acessório, pouco problematizado, outras vezes de maneira bastante criativa e interessante, como no caso do já citado *O homem que copiava*, de Jorge Furtado, que, ao mesmo tempo em que brinca com a cultura erudita, trás a fragmentação e o modo de ver entrecortado típico dos produtos massificados para o interior do próprio filme. Ou como em *Baile perfumado*, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira, filme no qual o elemento popular – Lampião – estabelece uma relação desprovida de ingenuidade com o cinema enquanto cultura de massas. Parece importante notar que a vida social brasileira está, atualmente, intensamente penetrada pelos produtos culturais de massas, e o consumo é algo extremamente valorizado. A cultura de massas aparece, nessas condições, tematizada de forma recorrente no cinema brasileiro, como parte inalienável de nossa vida social: *Sábado* (Ugo Giorgetti), *O homem do ano* (José Henrique Fonseca), *Cidade de Deus* (Fernando Meireles), são alguns dos inúmeros filmes cujo conteúdo está intimamente ligado a esta realidade.

Sobre a cultura popular no cinema brasileiro, podemos dizer que ela continua presente, aparentemente de maneira ininterrupta desde antes dos anos 60, de forma inconfundível no cinema brasileiro,

como uma reserva eterna de conteúdo a quem recorrentemente a arte apela na tentativa de elaborar sua visão de mundo ou de causar emoção. A favela, o campo, o nordeste, o carnaval, o trabalhador, o homem comum urbano, tudo isso é parte inegável de nossa cinematografia, e parece ajudar a legitimar o conteúdo produzido pelo filme, como se bastasse colocar o povo e a cultura popular em cena para que a obra ganhasse em qualidade e relevância. Poucos filmes externalizam uma concepção amarga do povo brasileiro, como Sérgio Bianchi e seu *Cronicamente inviável*, que procura criticar principalmente a elite mas que acaba englobando toda a sociedade brasileira, em todas as regiões do país. A atitude mais comum é a do povo e da cultura popular como simples positividade, na maioria das vezes destituídos de complexidade, um assunto enfim que parece sempre render bons e maus filmes e emoções variadas.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- AYALA, Marcos; Ayala, Maria Ignez Novais. *Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise*. São Paulo: Ática, 1987.
- BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita. *O nacional e o popular na cultura brasileira: cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Trajetória crítica*. São Paulo: Pólis, 1978.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. Algumas palavras sobre uma linguagem. In: _____. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 13-49.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LIMA, Luis da Costa (Org). *Teoria da cultura de massa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NINEY, François. Cinema-verité et cinema-direct. In: *L'Épreuve du réel à l'Écran*. Bruxelles: De Boeck Université, 2000. p. 131-145.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Uma cultura internacional-popular. In: _____. *Mundialização e cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROUANET, Sergio Paulo. O irracionalismo brasileiro. In: _____. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SILVEIRA, Renato da. Uma arte genuína, nacional e popular. *Arte em Revista*, São Paulo, ano 2, n. 3, 1983.
- SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- WILLIAMS, Raymond, *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- XAVIER, Ismail. *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1983.



ENTREVISTA

A FAO frente às desigualdades sociais na América Latina e Caribe

José Graziano da Silva

Entrevista realizada por Aldenôr Gomes e Fernando Bastos – UFRN

José Graziano da Silva, Engenheiro Agrônomo/ESALQ, Dr. em Economia pela UNICAMP, Pós-Doutorado pela Institute of Latin American Studies University College London, é Professor Titular MS6 (licenciado) do IE/UNICAMP. Foi Ministro Extraordinário de Estado da Segurança Alimentar e Combate à Fome e Assessor Especial da Presidência da República no primeiro Governo Lula. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária e Segurança Alimentar, com vasta produção acadêmica nessas áreas. Atualmente é Representante Regional da Food and Agriculture Organization (FAO) para América Latina e o Caribe.

Esta entrevista foi realizada em 27 de dezembro de 2006, na sede da FAO em Santiago do Chile, e nos foi enviada via e-mail.

Cronos – Considerando a problemática das desigualdades sociais na América Latina e Caribe, quais as proposições da FAO, a médio prazo, de intervenção no contexto dessa região?

Graziano – Num continente onde 44,5% da população, algo como 260 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha da pobreza (17,4% num quadro de miséria extrema); 41% dos habitantes registram níveis variáveis de subnutrição; 58% da infância experimenta algum tipo de privação nutricional e 20% dela padece de fome aguda, a desigualdade não é só um traço entre vários outros. Ela é o motor do sistema. Um sistema secular que ao se reproduzir gera sobras humanas. Exclusão e concentração de

renda são subprodutos intrínsecos ao seu funcionamento, caso contrário não chegaríamos a resultados tão dramáticos, seja pela sua intensidade, seja pela persistência histórica. Não estamos diante de uma agenda qualquer. Reverter a desigualdade continental significa inverter os dentes de uma engrenagem que veta à maioria da população latinoamericana e caribenha o acesso a direitos elementares. O direito à segurança alimentar é um deles. Mas também o direito a serviços sanitários, à educação pública de qualidade, à habitação, ao emprego, ao lazer, à cultura e à informação isenta.

Cronos – O que falta para mudar esse quadro?

Graziano – No caso da fome, por exemplo, certamente o que falta não é comida. A região é exportadora líquida de alimentos. Se fizermos um diagnóstico cuidadoso de cada uma dessas interdições sociais chegaremos à conclusão de que faltam, crucialmente, políticas públicas ancoradas em mecanismos institucionais fortes e democráticos. Em uma palavra: falta Estado. Não qualquer Estado. Não a estatização burocrática e autoritária. Mas um Estado verdadeiramente representativo da sociedade, por isso disposto a regular a economia e o desenvolvimento na direção da justiça social. Não podemos esquecer que estamos saindo de um ciclo histórico cuja tônica foi exatamente oposta. Os mercados é que regulavam o Estado e a sociedade. Submeteram a população, a economia e os recursos públicos a impulsos nem sempre racionais e dificilmente en-

dereçados à equidade social. Deu nessa estagnação, combinada com um grau de desigualdade absurdo do qual só estamos saindo agora, graças a uma renovação fantástica de governos em todo o continente. Com raras exceções, a maioria deles propugna redirecionar o desenvolvimento, portanto os fundos públicos e as instituições, justamente para corrigir esse estoque secular de desequilíbrios. É nessa moldura, a meu ver promissora, que avalio a ação da FAO. Nosso propósito é colocar sua estrutura e seu patrimônio intelectual a serviço dessa travessia. Há em todo o continente uma necessidade dramática de formação de quadros para implementar demandas, políticas e projetos escrutinados nesse vendaval mudancista de votos. Os Estados nacionais pelas razões que dissemos estão desparelhados para fazer frente a esses compromissos. Superar tal hiato de forma isolada é quase uma temeridade. A FAO está trabalhando com afinco para erguer pontes, tornar-se um amálgama aglutinador de experiências, conhecimento e planejamento nessa direção. Reforma agrária; luta contra a fome; meio-ambiente e desenvolvimento e agroenergias, eis os eixos de nossa ação. É imperioso criar mecanismos de cooperação continental para acelerar a troca de experiências em torno dessas agendas. Acho que podemos colaborar de maneira substantiva. No caso da luta contra a fome, por exemplo, a FAO atendeu a um apelo do grupo Latinoamericano e Caribenho e transformou a agenda “América Latina sem Fome” no eixo aglutinador de suas ações em todo o continente. O movimento “Iniciativa América Latina sem Fome” nasceu na Conferência Latinoamericana realizada na Guatemala, em 2005. É liderado pelo Presidente Berger, da Guatemala e pelo Presidente Lula. O objetivo é reverter o tempo perdido que ameaça frustrar as Metas do Milênio no nosso continente. A luta contra a fome deve ser uma das alavancas da cooperação regional. A FAO está à frente desse mutirão. Como disse recentemente o Presidente Lula: “vencer a fome é a grande obra da democracia na consolidação de uma nova identidade latinoamericana no século XXI”.

Para concluir, posso dizer que acabar com a fome é sinónimo de civilidade porque não pode haver cidadania plena onde existem crianças e adultos com fome. Além dessa importância, acabar com a fome na AL e Caribe é tirar essa região da condição mais desigual do mundo segundo o último relatório, o Panorama Social da CEPAL. Ainda persiste a fome na África, na Ásia, na América Latina. É preciso avançar muito mais ainda. E mesmo nas economias mais avançadas do planeta ainda existe fome. O importante é que o presidente Lula pautou a temática da fome no Brasil, na América Latina e no resto do mundo. Um tema que até então não tinha a dimensão que tem hoje. E isso aconteceu com avanços concretos.

Cronos – Qual o espaço de manobra com que conta a FAO para apoiar as diversas mudanças que se prenciam atualmente em países da América Latina?

Graziano – O espaço político é enorme. A luta contra a desigualdade e a fome, como já disse, venceu nas urnas em quase todo o continente. Agora deve ser balizada pela criação de estruturas que renovem a orientação do desenvolvimento. Para isso é vital compreender a natureza histórica desses fenômenos. Pobreza e fome não constituem um estoque fixo de iniquidades. É pior que isso: elas formam uma dinâmica. Portanto, não um alvo fixo, mas uma engrenagem em permanente movimento. Equacionar algo assim não é algo que se improvise. Não existe bala de prata nessa luta. Não basta uma campanha isolada, um gesto de boa vontade. Há estruturas e instituições funcionando em sentido contrário. Foram criadas, fortalecidas e são defendidas para sancionar e reproduzir os pilares da desigualdade. É preciso mudá-las; no limite, criar outras. É necessário recuperar a memória do que já se fez. E renovar o olhar sobre o que está sendo feito, bem como o que precisa ser implementado. Trata-se de uma obra gigantesca de renovação política, técnica e acadêmica. Em uma palavra, uma renovação histórica e institucional. A vontade das urnas expressa em quase todo

o continente é um aliado poderoso porque acelera, direciona e legitima decisões. A FAO deve assumir sua responsabilidade nessa aglutinação de experiências e conhecimento. A receptividade social é muito grande. Estou otimista.

Cronos – Em que a sua experiência no Brasil como formulador e implementador do Programa Fome Zero está contribuindo para a definição de propostas similares de segurança alimentar para América Latina e Caribe, e em que isso pode fortalecer as atuais políticas de combate à fome num segundo Governo Lula?

Graziano – A implantação do Fome Zero entre nós foi um batismo de fogo. Como todo batismo de fogo ensejou tensões, mas também um aprendizado valioso. E um repertório de resultados convincentes. Foi uma prefiguração concentrada das dificuldades imensas com as quais nos defrontamos em processos de renovação e criação de estruturas para implantar agendas de interesse social. Os obstáculos são de natureza as mais distintas: materiais, financeiros e ideológicos. Todos se lembram, por exemplo, do ceticismo enfrentado pelo Fome Zero nos seus primeiros passos. Havia um misto de perplexidade, ignorância e boicote face ao tema tão incômodo. Uns se recusavam a admitir a própria pertinência da questão. Isso num país que figura como uma das sociedades mais desiguais do planeta. Às vezes, até por melindre acadêmico, algumas vezes tentaram desqualificar a necessidade de uma política de segurança alimentar entre nós, classificada como algo de menor importância. A cegueira ideológica nunca deve ser subestimada em conjunturas de mudança. Mesmo assim ele nos surpreendeu. Não podemos nos esquecer que o governo anterior havia desmontado até o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o CONSEA, que foi recriado imediatamente após a posse de Lula. Enfim, estávamos nos confrontando com uma esférica convicção de fé no “Mercado” para dar conta do desenvolvimento. Uma clausura ideológica que se ramificou pelos mais diferentes espaços

da sociedade sendo fortemente alicerçada e irradiada a partir da mídia. Mas havia também interesses econômicos muito bem posicionados na rejeição a essa agenda. Os mesmos que hoje preconizam cortes de despesas públicas – previdenciárias, por exemplo – para assegurar recursos fiscais à remuneração do capital financeiro. Combater a fome demanda 0,5% do PIB (custo atual do Bolsa Família). Mesmo esse pouco ainda é classificado como “gastança” aos olhos de interesses que demandam 8% do PIB para os juros da dívida pública. Claro, o início atribulado do Fome Zero não pode ser entendido também sem considerar a nossa inexperiência. Mas ela foi potencializada, principalmente, pela falta de estrutura do aparelho público para viabilizar uma agenda catalisadora de rejeições tão poderosas como as que citamos. Isso deve ser sublinhado sempre: encontramos um vazio assustador dentro do Estado brasileiro. Um aparelho público totalmente desprovido de estruturas, quadros e normas para tratar de uma questão tão essencial como a miséria da nossa gente. Um exemplo resume todos os demais: a superposição e a precariedade de cadastros sociais que herdamos. Era um verdadeiro ninho de rato. Um labirinto incapaz de mapear de forma confiável o universo da exclusão brasileira. Revertamos isso. Vencemos a luta ideológica. O Fome Zero desdobrou-se em um guarda-chuva de ações, como era sua concepção original, e o Bolsa Família tornou-se o seu braço mais vistoso, ao lado de outras ações como a massificação do crédito à agricultura familiar, através do Pronaf; a disseminação de cisternas no Nordeste; as aquisições dos pequenos agricultores; a regeneração da assistência técnica no campo; o reajuste da merenda escolar, a criação de bancos de alimentos, os restaurantes populares etc. Não podemos esquecer, ainda, a dimensão internacional do programa. Foi ela que projetou o Presidente Lula na liderança de um esforço internacional para recolocar a fome na agenda da ONU e das cúpulas de Estados. Hoje o Brasil lidera essa bandeira na América Latina através da “Iniciativa América Latina sem Fome”. Como já disse, a FAO encampou esse projeto. É um de seus eixos de atu-

ação regional. Estamos levando a outros governos a experiência da implantação do Fome Zero. A ênfase, justamente, é chamar a atenção para a incontornável necessidade de se implantar estruturas coerentes com o tamanho desse desafio. Por isso é muito importante para a FAO manter relações estreitas com o Fome Zero no Brasil. Temos aqui um laboratório antecipado de trunfos e dificuldades. Em maior ou menor escala eles vão se repetir em outras nações. Agora, por exemplo, no segundo mandato, a ênfase na multiplicação de portas de saída do Bolsa Família nos interessa vivamente. A FAO vai colaborar, e aprender, com essa segunda etapa da experiência brasileira.

Cronos – Na sua concepção, que espaço poderá ser ocupado pela América Latina na atual conjuntura de desenvolvimento capitalista globalizado que tende a priorizar os mega-países emergentes, como a Índia e a China?

Graziano – Muitos olham o continente com pessimismo ao comparar seu desempenho com o vigoroso crescimento asiático liderado pela locomotiva chinesa. Acho precipitado esse pessimismo. Do ponto de vista político, nenhum outro lugar do planeta tem se renovado com tanta rapidez quanto a América Latina e o Caribe. Um colar inédito de governos progressistas contorna o continente de norte a sul. A superação de fronteiras, algo que o neoliberalismo atribuía ao mercado, está acontecendo pela via da cooperação política continental. Mas é importante assinalar que não se trata de uma cooperação exclamativa. O que pavimenta o caminho da integração continental é um piso muito sólido de interesses complementares. Unidas, as economias da América Latina e do Caribe são auto-suficientes em alimentos e energia, por exemplo. Temos um elenco de riquezas minerais único: ferro, cobre, manganês, cassiterita etc. Temos água em abundância e terras agricultáveis como em nenhum outro continente, ademais de um clima favorável à produção rural. Temos tecnologia em combustíveis renováveis – o

álcool brasileiro é imbatível em preço e produtividade. O biodiesel tende a se expandir como uma opção continental. Pela primeira vez na história desfrutamos um quadro de estabilidade de preços com reservas cambiais significativas. Juntas, as reservas de Brasil, Argentina e Venezuela, por exemplo, já são suficientes para sustentar vários avanços de integração continental. Por exemplo, alavancar um banco de desenvolvimento. Ou uma *clearing union* capaz de acelerar o comércio regional, sem depender mais de moedas, apenas com uma moeda única de conta para compensação multilateral. Enfim, temos uma convergência de trunfos políticos e de autonomia econômica inéditos em nossa história. O continente pode ter um peso geopolítico relevante num ciclo histórico em que a energia, a questão social e a ambiental vão dar as cartas na vida da humanidade.

Cronos – Por que isso ainda não aconteceu (acabar com a Fome na América Latina)?

Graziano – A condição da América Latina e Caribe ocupar o lugar mais desigual do mundo hoje se deve ao fato da região ter sido afetada ao longo, dos últimos 30 anos por baixas taxas de crescimento durante longos períodos, por falta de empregos de qualidade e pela incapacidade por parte da maioria dos países da região de reduzir a desigualdade na distribuição da renda e do acesso aos ativos produtivos (Panorama Social de 5/12 – CEPAL 2006).

Considero também que a persistência da fome não se resolve apenas com políticas híbridas (econômico-sociais) como é o caso do Fome Zero e Bolsa-Família, mas a partir de reformas estruturais será possível combater a pobreza relativa, que vem se mantendo praticamente constante na região (Panorama social de Al y C de CEPAL 2006).

Segundo os dados mais recentes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL, apesar dos índices de pobreza e indigência estarem diminuindo, ou seja, depois do período de estancamento 1997-2002, em 2005 se percebeu uma notável redução da porcentagem de pessoas pobres e

indigentes em relação a 2002 e pela primeira vez em 2004 esse índice atingiu patamares menores que os de 1980. Em 2005 no Brasil, segundo a CEPAL, 36,3% da população era pobre e 10,6% era indigente. Eu diria que acabar com a fome é uma questão de vontade política em primeiro lugar e de recursos bem administrados também.



POEMAS

Poemas¹

Henrique Castriciano

Alma ferida

O resto é silêncio... *HAMLET*

Deus ou Acaso, Acaso ou Providência,
Realidade ou Sombra enganadora,
Matéria bruta, ou luz da inteligência,
Quem quer que sejas, Força Criadora,
Por que me deste a mísera existência
Que não pedi, e o coração deplora?
Finde-se logo a rude penitência...
A vida é um mal para quem sofre e chora.
Orar! Por que rezar, homens felizes,
Se o Nada não distingue entre as raízes
Do ciprestal a múmia que se cala?
Na tumba escura, saberão os vermes
Quem assassina os pássaros inermes
E o coração dos tristes apunhala?

Na aldeia

Voam no ar frenéticas risadas,
Gritos febris, vermelhos, matinais;
Alguém solfeja, ao longo das estradas,
Umam brancas toadas, joviais.
Sobre a rama dos altos laranjais,
Sobre os galhos das árvores copadas,
As flores e as crianças virginais
Cantam sozinhas mil canções douradas.
Na luminosa curva do horizonte,
Na loura vastidão do céu dormente,
O sol levanta a desmaiada frente...
No entanto, cheia de saudade, cheia,
Minh'alma diz sorrindo tristemente,
Que não nasceu para viver n'aldeia.

¹ Transcrito do livro de: GURGEL, Tarcísio. *Informação da literatura potiguar*. Natal (RN): Argos, 2001. 364 p. p. 178-179.



RESENHAS

Maffesolianas

Alex Galeno – UFRN

MAFFESOLI, Michel. *Os mistérios da conjunção: ensaios sobre comunicação e socialidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005. 104p.

Provocação e rebeldia. Estes são os sentimentos que se renovam quando lemos o livro *Os mistérios da conjunção: ensaios sobre comunicação e socialidade* de Michel Maffesoli, lançado pela Editora Sulina. Maffesoli mantém sua escrita ensaística e à maneira de um intelectual exílico para fazer sua recusa e, ao mesmo tempo, afirmar um sentimento positivo e otimista com a sociedade atual. Sem medo de dizer verdades aos pares da academia e aos que ainda teimam em fazer da teoria uma portadora de iluminações absolutas sobre os destinos humanos. Isto se expressa, sobretudo, quando advoga que a vida pode ser reinventada como obra de arte, isto é, não sendo mais possível reduzir a arte às grandes obras. Faz-se necessário que o sujeito encontre formas criadoras para sua vida e inaugure uma “ética da estética” em seu estar-junto cotidiano. Uma experiência estética compartilhada que funcione como vetor de criação no social. Uma arte expandida ou “generalizada”, na qual se possa conceber a estética “como a faculdade de sentir em comum”. Ou como o “retorno a concepção que tinha Kant da *aisthêsis*: ênfase no processo que me faz admirar um objeto artístico e não no objeto em si”.

Eis um belo ensaio em defesa de uma razão sensível propiciadora de um tipo de ciência já pretendida pelo jovem Marx em os *Manuscritos econômicos e filosóficos*, quando diz que “a sensibilidade deve ser o embasamento de toda ciência”. Um dos capítulos mais provocativos no livro de Maffesoli, sem dúvida, é o que enfoca o fenômeno da prostituição como algo ritualístico e sagrado. Não há concessões ao mora-

lismo sexual nem muito menos reduz sua compreensão aos aspectos tratados, costumeiramente, pela sociologia e ou por alguns movimentos sociais. Vale lembrar que não se trata de uma defesa explícita da prostituição, embora seja claramente uma defesa do culto dionisíaco, pois assegura que “a circulação do sexo, assim como a circulação de bebidas fermentadas, enraíza o estar-junto no seu substrato natural”. Trata-se de uma espécie de “panteísmo social” no qual faz “dom do corpo” de homens e mulheres, o que torna a prostituição um ato sagrado e religioso. Uma certa prostituição como algo que atua em Eros e como uma comunhão litúrgica comunicacional ou uma troca de mensagens de corpos conjugados. Não devemos esquecer, que a palavra *communicatio* significa comunicação e *communicare* o ato de comunicar, estar em comunhão; enquanto *religare* (religião) indica religação. Aqui residem chaves interpretativas interessantes para pensarmos novas teorias da comunicação. O autor desenvolve estas opiniões, sobretudo, nos capítulos *A prostituição como forma de socialidade* e em *A mesa como lugar de comunicação*:

As maneiras à mesa, os ritos e as regras que estruturam o fenômeno culinário remetem à magia, à religião, ao cosmos. Neste sentido pode-se falar de laço comunicacional específico. Neste sentido também, comer tem sido designado como um investimento privilegiado do sexo. As orgias e as bacanais, estão aí para indicar isso [...] (p. 98).

Além disso, o livro retoma argumentos em defesa de uma *Sociologia do cotidiano*, apresentados em obras anteriores, fazendo-o com maestria, contudo

num tom reiterativo que, em alguns momentos, pode levar o leitor à sensação de fadiga. Certamente, isto deve-se ao fato de algumas proposições já terem sido tratadas em *A Conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana*, em *À sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*, e em *O tempo das tribos*.

Por último, vale ressaltar a crítica herética que reside no conjunto dos seis ensaios maffesolianos. A não leniência com uma denominada **sociologia pro-custiana**, que concebe a realidade como algo que sempre deve caber no quadro previamente estabelecido por premissas teóricas ordenadoras e puritanas. É claro que este puritanismo advém da consciência infeliz de intelectuais que pode fazer de si próprios “seres torturados”, “patéticos”. Seres que nem religam conhecimento e erotismo nem o inteligível e o sensível. Para Maffesoli, em que pese esta realidade, a heresia também atrai, pois não há como impedir que as temáticas rejeitadas e renegadas pela sociologia oficial sejam discutidas e se estabeleçam. “É o caso da sócio-antropologia do imaginário e também o da complexidade. Obras de fôlego que devemos a Gilbert Durand e Edgar Morin. Cada um do seu jeito abriu uma brecha que está longe de ser fechada” (p. 101).

Conhecimentos nos plurais

Margarida Maria Knobbe – UFRN

ALMEIDA, Maria da Conceição de; PEREIRA, Wani Fernandes. *Lagoa do Piató: fragmentos de uma história*. 2. ed., rev. e ampl. Natal, RN: EDUFRN, 2006. 160 p.

Desde meados do século 20 discute-se mais abertamente a ética da ciência. O tema, necessário e inadiável, no mais das vezes se refere aos avanços e produtos da física e da biologia. E isso é insuficiente. Como diz Edgar Morin (2005, p. 174), no sexto volume de *O método*, “as exortações éticas proclamadas isoladamente, são tão inúteis quanto as lições de moral; a regeneração ética só pode acontecer num complexo de transformação e de regeneração humanas, sociais e históricas”. Portanto, para que haja essa regeneração, é imprescindível o exercício da auto-ética, também e especialmente, no âmbito das ciências ditas humanas. E é nessa direção que caminha o livro *Lagoa do Piató: fragmentos de uma história*, de Maria da Conceição de Almeida e Wani Fernandes Pereira.

Fruto de uma pesquisa sobre o aproveitamento da potencialidade pesqueira da Lagoa do Piató, em Assu, Rio Grande do Norte, empreendida pelas autoras há doze anos, a obra não só percorre as fontes técnicas, históricas e os registros formais dos quais se valem os estudos científicos. Muito para além disso, dá voz aos habitantes do lugar, praticando uma democracia cognitiva incomum na ciência acostumada às fraturas entre sujeito e objeto, cultura científica e cultura das humanidades, ciência e consciência, prosa e verso, e tantas outras. Um encontro muito bem-sucedido entre ciência e saberes da tradição.

As autoras assumem deliberadamente como postura epistemológica a troca de saberes e o intercâmbio de informações: “fizemos da pesquisa de campo na Lagoa do Piató um exercício para repen-

sar a ciência de forma menos totalitária e narcisista”. Portanto, em *Lagoa do Piató* o leitor encontrará os fragmentos da história do lugar, de sua formação, da vida social e econômica, do sistema educacional, da ecologia e também a história na memória dos pescadores, os seus sentimentos, as suas alegrias e as suas dores, a sabedoria de Chico Lucas, as histórias de Seu Luizinho, Dona Santa, Seu Gregório, Dona Terezinha, Chico Leite... finalizando com um álbum de retratos.

Um conjunto de saberes sobre previsão do tempo, desenvolvido às margens do conhecimento escolar e da ciência, dos irmãos Chico Lucas e José Lucas da Silva se revela mais especificamente no artigo *Uma ciência perto da natureza* (p. 107), em co-autoria com Maria da Conceição de Almeida. Prova de um diálogo profícuo entre os intelectuais da tradição e os cientistas, capaz de construir conhecimentos nos plurais tecidos pela possibilidade de troca. Uma pequena imagem holográfica de como poderia ser toda a nossa ciência: mais humana, menos arrogante.

O que o livro não diz – embora deixe de certa forma transparecer no capítulo *Outros fragmentos* (p. 98), que contém textos de diversos pesquisadores ligados ao Grecom – é que a pesquisa realizada junto com a população da Lagoa do Piató tornou-se como uma estrela-guia de muitos outros estudos. Ela não foi, ela ainda está sendo. Os laços entre a comunidade de pescadores e a universidade se mantêm vivos, desde então, no Grupo de Estudos da Complexidade – Grecom/UFRN, o primeiro grupo de estudos das

ciências da complexidade na América Latina, coordenado por Maria da Conceição de Almeida.

Em resumo, *Lagoa do Piató: fragmentos de uma história* relata uma possibilidade da regeneração ética pela democracia cognitiva, não só com o diálogo entre os diversos ramos das ciências, mas também entre cientistas e não-cientistas, especialmente as populações pesquisadas. Nas palavras de Conceição Almeida:

Não somos nós, nem são eles, mais ou menos sábios. Sabemos coisas diferentes sobre vidas diferentes. Se soubéssemos tudo, não precisaríamos fazer pesquisa. Se soubessem tudo, tivessem informações sobre tudo, eles, certamente não seriam os mesmos que são hoje. [...] Se soubessem mais, eles cobriam a socialização do conhecimento produzido a partir deles e que só serve ao debate científico dos tribunais epistemológicos – e nunca retorna para eles em forma de ganhos em conhecimento. [...] É difícil? Não. É gratificante, produtivo e apaixonante. Para a ciência e para as pessoas. Para além do ‘nós’ e ‘eles’, para um único nós (p. 100-101).

REFERÊNCIA

MORIN, Edgar. *O método*. Porto Alegre: Sulina, 2005. v. 6.

Teorias do jornalismo

Emanoel Francisco Pinto Barreto – UFRN

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004. 223p.

“Este livro, destinado ao jovem que sonha ou ambiciona ser membro desta profissão, pretende fornecer uma compreensão teórica do jornalismo”. Com a clareza de quem está habituado ao exercício do jornalismo, Traquina resume e enuncia a finalidade desta sua obra em dois volumes, da qual será objeto de resenha o primeiro. Como proposta inicial do estudo, Traquina levanta a questão do que seja o jornalismo, sua finalidade e abrangência. Após constatar que o fato relatado hoje por um jornal de alguma maneira é a re-visão de um fato ancestral incorporado às figuras míticas, arquetípicas, do herói, do vilão ou da vítima inocente, afirma que os jornalistas modernos integram a longeva atividade de contar histórias, mesmo que sejam as histórias do cotidiano, cifradas pela forma jornalística de redigir.

As observações acima estão contidas no capítulo 1, *O que é jornalismo?*, onde o autor enfatiza um dado importante, ao relacionar o exercício do jornalismo com as práticas da democracia, lembrando a costumeira alusão ao jornalismo como um Quarto Poder, paralelo e socialmente legitimado a se inserir, opinativa e informacionalmente, nas esferas de atuação do Legislativo, Executivo e Judiciário. O livro, tido pelo autor como um manual introdutório, apresenta o jornalismo especialmente a estudantes, mas nem por isso descarta de aprofundar apreciações críticas. Não assume uma posição idílica para com a profissão, ao lembrar que o jornalismo pode e é utilizado por agentes sociais para fazer valer seus interesses, muitas vezes de cunho econômico, o que inclui a empresa que produz e comercializa o jornal.

Ao deixar claro que as notícias estão claramente direcionadas para os acontecimentos, não para problemáticas, deixa registrado que o jornal não busca uma visão interpretativa dos acontecimentos de atualidade sobre os quais se debruça. Antes, fragmenta o mundo em recortes do que aconteceu, para assim o apresentar ao leitor. Como admite desde o início, definir o que seja jornalismo é missão que exige muito tempo e amplas abordagens. Encerra o capítulo, que é breve, sem formular uma definição do que seja jornalismo, mas dá ao leitor uma visão de quadro, simplificada, porém suficiente, para situar-se a respeito do que está estudando.

No capítulo 2, *A trajetória histórica do jornalismo na democracia*, faz uma citação, recorrente em toda a sua obra, quando alude ao filósofo e político romano Cícero que dizia: “Desconhecer a história é permanecer criança para sempre.” A observação é feita para introduzir o leitor ao processo de surgimento, crescimento e consolidação do jornal como fenômeno de comunicação, especialmente a partir do século XIX, quando os processos de composição e impressão sofreram grandes inovações.

O autor faz uma abordagem com boa dose de detalhamento a respeito do desenvolvimento da imprensa, que se deu a par dos progressos tecnológicos típicos do jornalismo aliados ao crescimento da urbanização. Além disso, informa que com o passar do tempo foram abolidas as taxas que os governos cobravam para que as gazetas circulassem. Conjunções históricas levaram definitivamente o jornalismo a se inserir de maneira mais direta nos processos po-

lítico-sociais, com as lutas contra a censura e o surgimento do espaço público, como os cafés, onde se discutia política.

O arrefecimento da censura permitiu ao jornalismo um ganho em representatividade, vindo sua imagem pública a ser associada ao exercício da própria democracia, uma vez que a exposição de idéias via jornal representava uma tomada de posição ante alguma forma de poder ou repressão. Daí o surgimento do jornal como artefato orgânico ao exercício da democracia, dado que se apresentava como elemento portador e portátil de idéias, o que o legitimou historicamente como elo entre a sociedade e a exposição de seus anseios.

O capítulo 3, que trata do jornalismo como profissão, remete ao questionamento do exercício da atividade, buscando enquadrá-la como marcantemente profissional, ou seja: ajustando-se a toda uma série de parâmetros que definem o que seja uma profissão, diferenciando-a de uma simples ocupação. Após lembrar que ao longo do século XIX o jornalismo não era tido como profissão, acentua o autor que, de qualquer maneira, todos os que ao jornal se sentiam ligados, pelo exercício opinativo ou necessidade de escrever para dali tirar o seu sustento, buscavam situar-se no âmbito profissional. Acrescenta-se a isso o surgimento de códigos deontológicos de conduta, como também e especialmente o fato de que o jornalista se inscrevia num dado grupo, numa comunidade que tinha a sociedade como seu objeto de atenção, formando com isso um laço identitário, auto-referencial e diferenciador de outras categorias.

O capítulo 3 permite ao leitor uma visão ampla, a respeito do que seja o entendimento do conceito do que seja sociologicamente uma profissão, com ênfase clara no jornalismo, afirmando, a respeito do tema que, sim, o jornalismo é uma profissão.

Em seqüência, o capítulo 4 aprofunda a questão do jornalismo enquanto profissão. Lembra que a atividade é vista pelos jornalistas como uma missão e enfatiza que desconhecer os 150 anos de luta dos jornalistas portugueses é inserir-se no entendimento

de Cícero, de que isso é desconhecer a história e assim permanecer criança para sempre. O autor é de nacionalidade portuguesa e enfatiza sua visão a partir do jornalismo de Portugal, o que deixa uma lacuna para ao estudante brasileiro, que não tem como contextualizar a realidade da profissão no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. O capítulo traz informações adicionais a respeito da sociologia das profissões, o que enriquece o trabalho no que diz respeito à compreensão do tema.

No capítulo 5, voltado para *O pólo ideológico do campo jornalístico*, Traquina aborda questões como o avanço na imprensa, quando o conteúdo dos jornais passou a ser dividido entre informação e opinião, bem como questões comerciais *versus* compromissos profissionais com uma informação credível e uma autonomia relativa do jornalista, frente aos ditames da empresa.

Outro aspecto também valorizado é o *ethos* do profissional, sua visão de quais sejam seus compromissos para com o leitor. Traquina destaca que há entre o jornalismo e democracia uma relação simbiótica, colocando a liberdade no centro dessa relação. Não questiona, entretanto, a questão de serem os jornais propriedade privada, representando desta forma, de alguma maneira, os pontos de vistas e os interesses dos grupos detentores de poderio econômico, em contrafação com os princípios democráticos de liberdade de expressão e direito à informação confiável.

O capítulo 5 volta-se ainda para tratar da objetividade no jornalismo. Esta é tratada tanto no que diz respeito ao que se refere à condição de relato credível daquilo que efetivamente se passou, a homologia possível entre fato e relato, quanto ao que refere à objetividade enquanto ação organizacional, estandardização dos modos de produção, para que, desde o recolhimento da informação, até sua edição, passando pela redação, tudo esteja pronto para o leitor no exíguo período de 24 horas.

Quanto ao sexto capítulo, *As teorias do jornalismo*, é uma coletânea das principais formulações teóricas relativas ao tema. Há um breve enunciado a

respeito de cada uma, como a teoria do espelho, a ação do *gatekeeper*, a teoria organizacional, as teorias de ação política, bem como as teorias construcionistas, a teoria estruturalista e a teoria interacionista.

No todo, o livro permite ao estudante ter uma visão inicial sobre o jornalismo, apontando as principais características do arcabouço teórico que cerca essa questão. A lógica do texto do autor permite ter-se uma compreensão do que seja cada uma das teorias tratadas, como se o leitor estivesse seguindo num processo seqüencial. Há explicações a respeito dos contextos que permitiram seu surgimento e, cotejando-se as diversas proposições, tem-se uma compreensão do fenômeno jornalístico e os diversos níveis de dificuldade para sua compreensão e abrangência.

Recompondo um mosaico de sentimentos

André Alves – GRECOM/UFRN

CARVALHO, Edgard de Assis. *Virado do avesso*. São Paulo: Selecta, 2005. 133 p.

O que um súbito atropelamento pode provocar no indivíduo, além do embate entre vida e morte? O atropelado se vê imerso em uma situação na qual foram retiradas a sabedoria e a loucura, enquanto fica à mercê de um corpo médico que se divide nas mais variadas especialidades técnicas, do ortopedista ao anestesista, sem esquecer o clínico geral e o neurologista, profissionais dotados de uma forma de ver o mundo a qual, à maneira de pára-brisas estilhaçados após uma colisão, emerge uma visão fragmentada de pensamento, dotada da incapacidade de interligar a parte e o todo e, tal como vidrinhos espalhados no chão, desconhecem o sentimento de unidade. Diariamente ocorrem centenas de atropelamentos em todo o país, como o sofrido por Edgard de Assis Carvalho, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), na madrugada de 24 de outubro de 2004, na capital paulista, cuja recuperação durou um ano.

O acidente deixou-o *Virado do avesso*, título da obra que narra descobertas e redescobertas que o atropelamento fez originar. A narrativa segue trajetória que dispensa pieguices e autocomiserações. Pelo contrário, o autor faz de *Virado do avesso* um hino à vida através da difícil jornada em busca da recuperação que foi obrigado a empreender. A violência do atropelamento provocara traumatismos dos mais variados, jogara-o num labirinto cujos corredores pareciam esconder partes de seu corpo. Recolher essas partes e reconduzi-las às suas funções virou desafio tanto do paciente quanto dos profissionais que o assistiam. O desafio não se resumia em apenas reconstruir o próprio corpo, como tam-

bém o próprio “eu”. Reconstruir o “eu” é recompor um “mosaico de sentimentos”, é fazer uma incursão “pelas profundezas do estranhamento de si” (p. 32), como escreve. Por isso, no início da obra, a narrativa é feita na terceira pessoa do singular, com o “sujeito-objeto” ocupando o lugar que caberia ao “eu”, o que acentua uma velha lição de Machado de Assis num de seus mais belos contos, cujo título é por demais sugestivo: *O espelho*. Machado lembra, sabiamente, que trazemos duas almas, uma que olha de fora para dentro e outra que olha de dentro para fora. “Comumente o ato da escuta do sujeito-objeto”, escreve Edgard de Assis Carvalho, “resume-se a um conjunto desconexo de informações que o impedem de recompor o diálogo consigo mesmo, com suas percepções e cognições, com o cosmo” (p. 23). Essa situação traz uma “resignação redobrada, sem sensação de futuro” (p. 23), e faz da espera algo que passa longe de qualquer tipo de utopia ou mesmo esperança.

A resignação redobrada traz um certo estoicismo diante das exigências de uma medicina que se move sob a combustão monetária ou capitaneada por um seguro-saúde. E se as tantas deficiências do corpo impossibilitam os mais simplórios gestos, aqueles que caracterizam o cotidiano de qualquer um de nós, o pensamento imerso na imaginação e no sonho pode trazer para si a responsabilidade da busca do tempo perdido. Edgard Carvalho sentiu isso: “Como em acidentes graves o choque oblitera a memória e castra o desejo, não é incomum que, mesmo de modo lacunar, sonhos retroalimentem o imaginário dos episódios traumáticos” (p. 24). Os

sonhos, aliados à capacidade de acreditar ser possível vencer essa travessia, são o passaporte para que o “sujeito-objeto” ceda, finalmente, o lugar ao “eu”, o que possibilita ao atropelado assumir sua marca “sapiencial”, primeiro vencendo o imobilismo de uma cama, depois os medos de nunca se libertar de uma cadeira de rodas para, com mais vagar, ver a muleta cedendo ao imperativo do caminhar sozinho. Essa trajetória faz perceber que natureza e cultura não foram feitas para se digladiar, como pensam alguns. “Permanentemente guiado pelo princípio-esperança, meu corpo regenerado adquire nitidez, iluminação, sabedoria, passa a saber mais de si mesmo, reeduca-se, religa-se ao cosmo” (p. 119), diz Edgard. Isso é contado já em primeira pessoa: eu.

Virado do avesso é dividido em quatro partes. Uma trata da “dor”, outra da “desordem”, a terceira do “estranhamento” e a última da “regeneração”. Não é um livro que trata de doenças, remédios, médicos. É mais do que isso. É uma reflexão sobre o homem e à necessidade de suas buscas proporcionarem uma religação dos saberes, como enfatiza o pensador francês Edgar Morin, “mochileiro das galáxias” (como o define Edgard de Assis Carvalho). *Virado do avesso* é um livro que os amigos do autor talvez nunca gostariam de ler, porque foi germinado através da dor. Mas é o próprio Edgard de Assis Carvalho quem afirma o contrário: “Ouso confessar, sem medos, ressentimentos e culpas, que a contingência do acidente valeu a pena” (p. 132). Acidente que o fez ampliar o número de amigos, desfazer antipatias e refazer relacionamentos. Daí a afirmação poética: “A sensação de felicidade é oceânica” (p. 108). A nossa também, mestre.

Transdisciplinaridade e fragmentação do conhecimento

Carlos Alberto Pereira Silva – UESB

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Tradução de Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM, 1999. 153p.

O manifesto da transdisciplinaridade, escrito por Basarab Nicolescu, completa 10 anos de existência e continua sendo uma obra de referência no que diz respeito aos malefícios produzidos pela fragmentação do conhecimento e as tragédias geradas pela “tecnociência”.

Detentor de uma refinada sensibilidade frente aos múltiplos desafios existentes na contemporaneidade, o físico romeno Basarab Nicolescu, fundador e presidente do Centro Internacional de Pesquisas Transdisciplinares (CIRET), relaciona o surgimento do termo transdisciplinaridade aos trabalhos dos intelectuais Jean Piaget, Edgar Morin e Eric Jantsch que, na segunda metade do século passado, apostaram na possibilidade da transgressão das fronteiras impostas pelas disciplinas acadêmicas.

Refletindo sobre a necessidade de urgentes mudanças epistemológicas e sociais no mundo atual, por considerar que “amanhã poderá ser tarde demais” (p. 10), o autor desse oportuno manifesto avalia inicialmente o significado de duas importantes revoluções que aconteceram no século XX: a revolução quântica e a revolução informática. Para ele, a revolução quântica, infelizmente, ficou limitada a uma elite de cientistas, enquanto que a revolução informática, que deveria resultar na liberação do tempo e na partilha do conhecimento, transformou-se num ícone do mundo mercantilizado.

Identificando as aceleradas transformações ocorridas na esfera do conhecimento científico, Nicolescu reconhece a existência de uma situação paradoxal ao constatar a possibilidade de *autodestruição*

da espécie humana, porque “na era da razão triunfante o irracional é mais atuante que nunca” (p. 11). Coerentemente, ele imputa o potencial de destruição material, biológica e espiritual dos humanos ao triunfo de uma tecnociência que só tem obedecido à lógica da eficácia pela eficácia. Entretanto, esperançoso, como todo grande humanista, Nicolescu propõe o enfrentamento da trágica autodestruição com a propagação de novos valores capazes de possibilitarem a gestação do *autonascimento* da humanidade.

Avaliando “a grandeza e a decadência do cientificismo” (p. 14), Nicolescu critica os postulados da ciência moderna por estarem assentados na busca da separação do indivíduo da realidade observada. Esses postulados, traduzidos na existência de leis universais de caráter matemático, na descoberta das leis pela experiência e na perfeita reprodução dos dados experimentais, segundo ele, precisam ser superados. Como também, precisam ser superadas, o que não significa de maneira alguma a sua negação, as noções de continuidade, causalidade local, determinismo e objetividade, fundamentos da prepotente ideologia cientificista triunfante no século XIX.

O manifesto da transdisciplinaridade, ao estabelecer uma profunda crítica ao processo de fragmentação do conhecimento, sugere abordagens alicerçadas na compreensão das múltiplas dimensões da realidade. Assim, ao projetar uma nova concepção do mundo e da vida, a transdisciplinaridade procura transgredir as falsas dualidades entre “sujeito/objeto, subjetividade/objetividade, matéria/consciência, natureza/divino, simplicidade/complexidade, redu-

cionismo/holismo, diversidade/unidade”, com o reconhecimento da existência de complexas pluralidades no mundo da vida (p. 57).

Em relação à natureza, *O manifesto da transdisciplinaridade* anuncia que a mesma foi tratada pelo pensamento mecanicista não como um organismo, mas como uma máquina que poderia ser desmontada e, ao mesmo tempo, controlada. A consequência lógica desta visão é a morte da natureza. Numa perspectiva transdisciplinar, a natureza é vista como um ente vivo e essa natureza viva é a matriz do autotomascimento do homem.

O autor desse importante manifesto procura reiterar a idéia de que a evolução individual e a evolução social são condicionadas mutuamente, pois o ser humano alimenta o ser da humanidade e o ser da humanidade alimenta o ser do homem. Assim sendo, “uma evolução social é impensável sem a evolução individual” (p. 75). Ultrapassando a compreensão proposta pela razão cartesiana, assentada numa objetividade racionalizadora, a perspectiva transdisciplinar propõe ainda um diálogo enriquecedor entre ciência e imaginário visto que “o real é uma dobra do imaginário e o imaginário é uma dobra do real” (p. 73).

Ao abordar o processo de informatização em curso, o livro destaca que o computador, não se tornando um fim em si mesmo, pode promover uma liberação sem precedentes das pressões da vida cotidiana, transformando-se numa positiva máquina de liberação do tempo. Isto poderá ser possível com a construção de uma nova convivência entre os humanos baseada na afetividade, pois “sem a afetividade, a efetividade dos computadores se transforma num caminho seco, morto e perigoso” (p. 92). Não tendo um valor de mercado a afetividade acaba ignorada, esquecida e desprezada, o que prolonga no desprezo do próprio ser humano, hoje, transformado em mais um objeto mercadológico.

Crítico dos falseamentos empreendidos no mundo midiático, Nicolescu destaca que na atualidade a máscara tem sido mais importante do que o rosto. Para ele, essa característica do viver moderno,

advém da nociva separação entre o espaço exterior e espaço interior do ser humano. Esta triste realidade, portanto, nos impõe a tarefa do cultivo da fraternidade como caminho de ajuda ao outro para que ele possa encontrar o seu lugar no mundo.

Na sua radical crítica ao conceito de massa, largamente utilizado nas ciências humanas e sociais, o autor evidencia que esse conceito tende a negar a individualidade e a heterogeneidade dos seres humanos. Na sua exposição, ele afirma que a exaltação desse conceito abstrato contribuiu para o triunfo das nefastas experiências do nazismo e do stalinismo. Criticando, também, a noção de indivíduo propagada pelo liberalismo, Nicolescu aponta que o indivíduo consumidor, esboçada pela sociedade liberal, não é o equivalente a uma pessoa, ente maior que deveria estar no centro de qualquer sociedade dita civilizada.

No balanço da relação entre ciência e cultura há no manifesto a explicitação da existência de uma ruptura entre ambas, patrocinada pelo triunfo da tecnociência. Para o autor, a fragmentação dos saberes foi tão intensa que até entre as ciências acontece uma distinção entre as ciências exatas e as ciências humanas. Como se a primeira não tivesse relação com o humano e a segunda fosse totalmente marcada pela inexatidão. Além disso, a separação entre cultura científica e cultura humanística gerou o mito da separação entre Ocidente e Oriente. Segundo ele, essa separação derivada da visão reducionista da ciência moderna é uma separação artificial, porque “em cada ser humano estão reunidos, potencialmente, o Oriente da sabedoria e o Ocidente da ciência, o Oriente da afetividade e o Ocidente da efetividade” (p. 105).

Conforme consta no manifesto, “rigor, abertura e tolerância” (p. 121) são importantes componentes constitutivos da transdisciplinaridade. O rigor traduz-se na constante busca da compreensão de todos os dados presentes em uma situação e na argumentação baseada no conhecimento vivo interior e exteriormente. A abertura transdisciplinar comporta a aceitação do imprevisível e do desconhecido. Essa

abertura implica na recusa dos dogmas e dos sistemas fechados de pensamento e referencia-se no eterno questionamento e na procura de respostas aceitas como temporárias. A tolerância resulta na constatação da existência de idéias e verdades contrárias aos princípios fundamentais da transdisciplinaridade.

No âmbito da educação a contribuição das idéias contidas no *Manifesto da transdisciplinaridade* é fundamental por potencializar os quatro pilares do novo tipo de educação proposto pela UNESCO, através do Relatório Delors. Para Nicolescu, “Aprender a conhecer” significa, especialmente, estabelecer pontes entre os diversos saberes para que o conhecimento adquira importância na vida cotidiana. “Aprender a fazer” é, sobretudo, o aprendizado da criatividade capaz de transpor os limites da especialização excessiva. “Aprender a conviver” deve significar o respeito pelas normas que regem as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas, antes de tudo, precisam ser compreendidas, partilhadas e validadas pela experiência interior de cada ser. “Aprender a ser” é um contínuo aprendizado que se realiza na mútua disposição de aprender e ensinar por parte de educadores e educandos. Sedimentando a união dos quatro pilares, a ética, a estética, a sensibilidade e o cuidado com o corpo assumem singular importância na educação transdisciplinar por descortinarem um novo tipo de inteligência capaz de contribuir para a religação entre razão e emoção porque “somente assim a sociedade do século XXI poderá conciliar efetividade e afetividade” (p. 138).

Inserida num contexto recortado por uma multidimensional crise planetária, a transdisciplinaridade, no entanto, corre o risco de sofrer desvios em razão de possíveis apropriações dos seus postulados por parte de segmentos sociais não comprometidos com a sua verdadeira perspectiva. Como salienta Nicolescu, um primeiro desvio pode estar vinculado à sua apropriação por parte do neo-cientificismo. O neo-cientificismo já não nega mais o diálogo entre a ciência e os outros campos do conhecimento mas não renuncia a visão de que a ciência continua capaz

de dar conta da totalidade de tudo o que existe. Esse desvio pode ser traduzido na seguinte sentença: “o ser humano pode se divertir saltando de um galho do conhecimento para outro, mas não pode encontrar nenhuma ponte ligando um modo de conhecimento a outro” (p. 115).

Outra possibilidade de desvio relaciona-se com a busca de absorção da transdisciplinaridade por ideologias extremistas, de esquerda ou de direita, que procuram preencher o vazio ideológico existente com a busca de novas roupagens para velhas propostas. Também se coloca como risco uma possível apropriação por parte de tendências irracionais, expressas nos esoterismos baratos, crescentes em nossas sociedades. Finalmente, há uma possibilidade da perspectiva transdisciplinar transformar-se no seu contrário pela mercantilização praticada por agentes sociais que perseguem uma nova legitimidade para os seus projetos de dominação.

Além de reconhecer a possibilidade de desvios, *O manifesto da transdisciplinaridade* possui, entre outras tantas qualidades, a virtude maior de contribuir para o alargamento da compreensão da multifacetada realidade do tempo presente. Nessa complexa realidade, estão colocadas duas grandes opções para todos nós: continuar a reprodução do atual padrão civilizatório, baseado na competição individualista, na exclusão social e na destruição da natureza ou descortinar uma nova vivência que seja capaz de gerar maior harmonia e menor agressividade entre os humanos, os outros seres vivos e a biosfera.

Enfim, caso optemos pelo percurso das incertas e bifurcadas veredas que poderão nos conduzir ao possível autnascimento da humanidade, teremos a saudável companhia desse ousado manifesto, escrito por um cientista que projeta a transdisciplinaridade não como o caminho mas como uma “voz onde ressoam as potencialidades do ser” (p. 142).



RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

DISSERTAÇÕES 2003

GÓMEZ, Oscar Maurício Gómez. **Ser estrangeiro em Natal**. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2003. Orientador: Profa. Dra. Julie Antoinette Cavignac.

RESUMO

Neste estudo, pretendemos apresentar as representações mais recorrentes sobre o Brasil e os brasileiros, produzidas pelos estrangeiros que vivem em Natal. Pretendemos demonstrar que, para a inserção na cultura local, os estrangeiros mergulham na experiência de ser outro, construindo diversas representações. A vida num universo cultural diferente e a necessidade de interagir com o outro provoca a produção de representações valorizantes e simultaneamente a produção de representações depreciativas com relação à Alteridade, processo implicado em todo encontro com a Diferença – o Outro, o Estrangeiro. No caso específico de nosso estudo, como foi possível constatar, os estrangeiros que vivem em Natal formulam opiniões, idéias, imagens do Brasil e dos brasileiros, conforme essa dinâmica de produção de representações valorizantes/depreciativas, a partir de diversas situações cotidianas.

Palavras-chave: Estrangeiros (Natal RN). Representações Sociais (Brasil). Sociologia.

RÉSUMÉ

Dans cette étude, nous voulons présenter les représentations les plus communes du Brésil et des Brésiliens chez les étrangers qui vivent à Natal. Nous prétendons démontrer que, pour l'insertion dans la culture locale, les étrangers plongent dans l'expérience d'être l'autre en construisant diverses représentations. La vie dans un univers culturel différent et la nécessité d'interagir avec l'autre déclenche la production de représentations valorisantes et simultanément la production de représentations dévalorisantes vis-à-vis de l'Altérité, processus impliqué dans tout le rencontre avec la Différence – l'Autre, l'Étranger. Dans le cas spécifique de notre étude, comme nous avons pu le constater, les étrangers qui vivent à Natal formulent des opinions, idées, images sur le Brésil et les Brésiliens selon cette dynamique de production des

représentations valorisantes/dévalorisantes, à partir des diverses situations de la vie quotidienne.

Mots-clès: Étrangers Sociaux (Natal RN). Représentations (Brésil). Sociologie.

VIEIRA, Augusto César Fonseca. **Trabalhadores e qualificação profissional**. 2003. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2003. Orientador: Prof^{ta}. Dr^a. Brasília Carlos Ferreira.

RESUMO

Nas últimas três décadas, grandes mudanças vêm ocorrendo nas sociedades ocidentais: as inovações tecnológicas – principalmente através da microeletrônica, da informatização e da automação – aliada às novas estratégias organizacionais, provocaram alterações profundas no mercado de trabalho. Em consequência dessas modificações surgiram o desemprego estrutural, o trabalho precarizado, a desregulamentação e todos os problemas sociais que elas ocasionam. Uma das consequências da reestruturação foi a diminuição de indivíduos necessários a produção, e o aumento das exigências quanto a qualificação dos empregados, tornando assim o mercado de trabalho mais competitivo, ou ainda, mais restrito e excludente. O presente estudo analisa a relação entre a qualificação e o mercado de trabalho de Natal-RN, no ano de 2000, através do olhar dos egressos do curso de informática do PLANFOR, realizados gratuitamente. Foram pesquisadas aqui as mudanças que essas transformações impuseram aos trabalhadores no que se refere às exigências do novo perfil, onde foram verificadas algumas características do mercado de trabalho brasileiro, como também do mercado de trabalho do município de Natal. Devido a maior exigência de qualificação, os trabalhadores procuram os mais diversos cursos de (re)qualificação, um dos mais desejados seria o curso de informática. Com a criação do Plano Nacional de Formação (PLANFOR), vários cursos passaram a ser oferecidos gratuitamente a população, entre eles o de informática. O nosso estudo analisa a relação qualificação/emprego através dos egressos desse curso de informática realizado pelo PLANFOR em Natal, no ano de 2000.

Palavras-chave: Trabalho – Natal (RN). Qualificação profissional. Mercado de trabalho – Natal (RN). Educação profissional.

ABSTRACT

In the last three decades, great changes have been occurred in occidental societies: the technical innovations – mainly because of the microelectronic, informatics, and automation – with the new organization strategies, it causes deep alterations in the work market. In consequence of those modifications surged the structural unemployment, the precarious work, the no regulation, and all the social problems that it causes. One of those restructuring consequences was the decrease of the individuals necessary to the production, and the increase of the exigencies of the employee qualification, this fact make the market work more competitive and more restrict and excluding. This work analyses the relation between the qualification and the market work of Natal-RN, in the year 2000, by the look of the egresses of the PLANFOR informatics course, made freely. We research here the changes that those transformations imposed to the employees, referent to the exigencies of the new profile, where we verify some characteristics of the Brazilian work market, as also the work market of the Natal municipal district. Due to the great qualification exigency, the employees looked for more diverse courses of requalification, and one of most desired would be the informatics course. With the creation of the *Plano Nacional de Formação* (PLANFOR), many courses passed to be offered to the population freely, between those the informatics course. This work analyses the relation qualification/employ by the egresses of the informatics course realized by the PLANFOR in Natal, in the year 2000.

Keywords: Work Natal (RN). Professional qualification. Work market – Natal (RN). Professional education.

DISSERTAÇÕES 2005

SILVA, Cristina Maria da. **Entre exílios, veredas e aventuras**: o romance da vida social em Raquel de Queiroz. 2005. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. Alípio de Souza Filho.

RESUMO

Contempla um encontro entre as narrativas da ciência e da literatura através dos romances da escritora cearense Rachel de Queiroz, percebendo os exílios, as veredas e aventuras que tingem o tecido social no romance da vida. Perpassa os romances: *O Quinze* (1930), *João Miguel* (1932), *Caminhos de Pedras* (1937), *As três Marias* (1939), *Dora*, *Doralina* (1975), *Galo de Ouro* (1986), *Memorial de Maria Moura* (1992), e os faz dialogar com as contribuições teóricas das ciências sociais. Mas, além disso, perpassa os exílios de pensamento arraigados às nossas práticas diante do conhecimento das narrativas humanas. Grades que cercam as leituras dos movimentos da vida social e que os encarceram na fixidez de um pretense olhar representacional. Segue a trilha dos passos teóricos das ciências sociais e da literatura, demonstrando as possibilidades de releituras dos aprendizados teóricos, como também lança olhares mais livres sobre as escrituras literárias. Percorre as veredas de uma arqueologia do saber, entre as fronteiras científicas e literárias, acompanhando os encarceramentos da linguagem, as possíveis liberdades da escrita e a arte transgressora da leitura. Rasura uma pretensa paisagem de um Nordeste, como cenário da escritora cearense, no quadro fixo de uma Nação, buscando antes as flores poéticas e míticas que brotam no solo da condição humana, em seus traços universais. Possibilita o encontro e a complementaridade de narrativas sobre a condição humana, percorrendo os caminhos entre a prosa científica e a narrativa literária para depois tecer um elogio ao romance da socialidade, ou seja, percorre a idéia do romance como uma forma de saber que dialoga com as interpretações sociais e antropológicas. Lemos os romances de Rachel de Queiroz buscando compreender, no romance da vida social, suas tragicidades cotidianas, resistências e as possibilidades de criação humana diante das disposições da cultura. Através da figuração dos personagens, seguimos as narrativas invisíveis da cultura em suas institucionalizações e transgressões. Vemos as contradições humanas, as marcas de um “sentimento trágico da existência” no qual nada se resolve, tudo é vivido em tensão entre as grades dos exílios cotidianos e a incansável busca por veredas, que forjam aventuras na vida social.

Palavras-chave: Raquel de Queiroz. Romance social. Vida social.

RÉSUMÉ

Ce travail contemple un rencontre entre les narratives de la science et littérature vers des romans de l'écrivaine cearense Rachel de Queiroz, regardant dans les exiles, sentiers et aventures que fait la teinture du tissu social dans les romans de la vie. Il passe les romans: O Quinze (1930), João Miguel (1932), Caminhos de Pedras (1937), As três Marias (1939), Dora, Doralina (1975), Galo de Ouro (1986), Memorial de Maria Moura (1992), et fait le dialogue avec les contributions théoriques des sciences sociales, mais plutôt, il passe les exils de la pensée attachées aux nos pratiques devant la connaissance des écritures humaines. Les grilles qui empêchent la observation des mouvements de la vie social e et que les renferment dans la fixité de la representation. Il suit les traces des théoriques de la science sociale et de la littérature, que démontre les possibilités de fait relire les apprentissages théoriques et aussi jettent des visions plus libres sur les textes littéraires. Il passe les sentiers d'une arqueologie du savoir, entre les frontieres scientifiques et littéraires, apercevant les renfermements du langage, les possibles libertés de l'écriture et l'art transgressif de la lecture. Il rasure un supposé paysage d'un Nordeste, comme un scénario d'une écrivaine cearense, dans l'image fixe d'une Nation, cherchant les fleurs poétiques et mythiques qui sortent du sol de la condition humaine, avec ses traits universaux. Il fait possible le rencontre et la complémentarité des narratives sur la condition humaine, parcourt les chemins entre la prose scientifique et littéraire et apres, fait un éloge au romance de la socialité. Il propose l'idée du romance comme une forme de savoir que fait le dialogue entre les interpretations sociales et anthropologiques. On lis les ouvrages de Rachel de Queiroz avec le but de comprendre dans le roman de la vie sociale, ses tragédies cotidiennes, les resistences et les possibilités de création humaine devant les dispositions de la culture. Vers les figurations des personnages on suit les narratives invisibles de la culture avec ses institutionnalisations et transgressions. On voit les contradictions humaines, les marques d'un "sentiment tragique de l'existence", dont rien est résolu, tout est vécu dans la tension entre les grilles des exiles cotidiennes et l'infatigable recherche pour les sentiers, que forgent aventures dans la vie social.

Mots-clés: Raquel de Queiroz. Roman sociale. Vie social.

SALES, Luís Gustavo de Lima. **Da natureza natural à natureza social: os caminhos da relação entre sociedade e mangue de Bayeux** – PB. 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Profa. Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a transformação da natureza e suas conseqüências sociais em um espaço cada vez mais artificial, fruto da própria história de uma ruptura progressiva que envolve o homem e seu ambiente. Os problemas causados por essa transformação chegaram a tal ponto que fizeram com que essa relação entre o homem e a natureza chamasse a atenção para o uso sustentável dos recursos naturais e para o estabelecimento de formas não destrutivas ao meio ambiente. O estudo empírico teve como referência dez aglomerados urbanos, localizados na área de mangue do município de Bayeux – PB, que surgiram através do processo de urbanização, vivenciado a partir dos anos 70 pela "Grande João Pessoa" que, nos países do mundo capitalista subdesenvolvido, como o Brasil, traz no seu bojo uma série de complicadores sociais e ambientais. O crescimento de assentamentos subnormais, carentes de infra-estrutura básica; a redução dos ecossistemas pela expansão do tecido urbano e a subsequente intensificação do êxodo rural; os desmatamentos e; a poluição dos mananciais são apenas alguns desses complicadores. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi estudar a relação sociedade-natureza, particularizando as comunidades que vivem na área de mangue de Bayeux-PB.

Palavras-chave: Mangue de Bayeux (PB). Urbanização. Território.

ABSTRACT

This dissertation has as study's object the transformation of nature and your social consequences on a increase artificial space, result of own advanced rupture's history that involves the man and ails surrounding. The troubles caused by this transformation have come to a level that made this relation between man and natures have a call attention to the use of supportable natural wealth and to the establishment of non destructive

form to environment. The field camp study had as reference ten urban agglomerate located in a marsh area on country of Bayeux-PB, that have arisen through the urbanization process that had place on decade of seventy by "Great João Pessoa" that, in a underdeveloped capitalist countries like Brazil, brings in your history a set of social and surrounding increase. The raise of subnormal bases, destitute of basic infra-structure; the reduction of ecosystem by expansion of urban net an subsequent intensification of rural exodus; the deforestation; and the pollution of fountain heads are just some of these complicates. So, the purpose of this work was to study the society-nature relation, particularizing the communities that live on Bayeux's marsh zone.

Keywords: Bayeux's marsh zone. Urbanization. Territory.

OLIVEIRA, Domingos Sávio Silva de. **A organização do processo legislativo na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. Pedro Vicente Costa Sobrinho.

RESUMO

No presente texto avaliamos a organização dos trabalhos legislativos e o processo decisório no âmbito da Assembléia Legislativa do RN, enfatizando o papel das instituições reguladoras do funcionamento do Poder Legislativo e da estrutura de suas decisões. Verificamos a organização e a produção do processo decisório na Assembléia Legislativa, estudando como as normas institucionais determinam a natureza do processo Legislativo e influenciam sua produção legal. O período coberto pelo estudo vai das legislaturas de 1990/94 a 1994/97. O trabalho se divide em três partes. Na primeira analisamos o processo legislativo, o papel da produção legal, a natureza da legislação produzida no período coberto pelo estudo e o papel das instâncias decisórias: a Mesa diretora, o Colégio de Líderes e as Comissões Permanentes. A segunda parte apresentará os resultados de entrevistas feitas aos Deputados sobre sua percepção a respeito da estrutura de poder existente, bem como sua opinião sobre uma distribuição mais desejável de poder entre diferentes instâncias decisórias da Assembléia. Por fim, a parte três centrar-se-á no papel que o

Executivo exerce no processo legislativo, analisando o uso de suas prerrogativas de iniciativa e seu poder de veto, mediante o estudo de algumas leis sancionadas em 1990-1997.

Palavras-chave: Poder legislativo. Produção legal. Processo legislativo.

ABSTRACT

This work evaluates the organization of the legislative activities and the decision-making process within the Legislative Assembly of RN, emphasizing the role of ruling institutions on the Legislative Power working, as well as the structure of its decisions. The organization and the production of the decision-making process inside the Legislative Assembly will be seen along with how institutional norms determine the nature of the legislative process and influence his legal production. The period under study extends from 1990/94 to 1994/97 legislatures. The work is divided in three parts. The first analyzes the legislative process, the role of legal production, the nature of the legislation produced during the time referred and the role of the decisory instances: the directive Table, the leaders' collegiate and the permanent commissions; the second part will present the results of questionnaires made to the deputies about their perspective concerning the actual power structure, as well as a more desirable power distribution among different decisory instances in the Assembly. At last, part three will focus on the Executive power role exerted on the legislative process, analyzing how it makes use of his initiating and veto prerogatives, via the study of some laws sanctioned in 1990-1997.

Keywords: Legislative power. Legal production. Legislative process.

SILVA, Francisca Tavares da. **Reestruturação produtiva na Petrobrás e ação sindical dos petroleiros do RN**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. Valdemar Santos Pedreira Filho.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a questão da reestruturação produtiva na Petrobrás/RN e as possíveis implicações sobre a ação sindical do Sindipetro/RN, no período de 1995 a 2003. A reestruturação produtiva na Petrobrás/RN inicia-se nos anos 90, quando a empresa, em nível nacional, resolve aderir ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP lançado pelo governo Collor como incentivo e prioridade para que as empresas se adequassem à abertura da economia brasileira ao mercado externo. Desse modo, a Petrobrás/RN, como forma de manter-se no mercado competitivo e globalizado, lança mão de técnicas administrativas pautadas na filosofia da qualidade total, implementa inovações tecnológicas e organizacionais, alterando sua base técnica, e adota a terceirização de algumas atividades com vistas à redução de custos. Tais medidas atingiram de modo contundente a ação do Sindipetro/RN, que passou a lidar com a lógica da política neoliberal do governo, que tem uma postura anti-sindical. Diante de tais fatos o sindicato redefiniu suas ações, tendo em vista encontrar formas de sobrevivência das lutas sindicais nessa conjuntura de dificuldades nas relações de trabalho. Este assumiu uma postura que prioriza a banca de negociações como estratégia para preservar os benefícios da categoria e evitar perdas de direitos conquistados.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Ação sindical. Globalização.

RÉSUMÉ

Ce travail a l'objectif d'analyser la question de la restructuration productive dans la Petrobrás/ RN et les implications possibles sur l'action syndicale du Sindipetro/RN pendant la période 1995 – 2003. La restructuration productive dans la Petrobrás/RN commence dans la décennie 1990 quand l'entreprise, au niveau national, décide d'adhérer au Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP – lancé par le gouvernement Collor comme motivation et priorité pour que les entreprises s'adaptent à l'ouverture de l'économie brésilienne au marché extérieur. De ce fait, la Petrobrás/RN afin de se maintenir dans le marché compétitif et mondialisé, adopte des techniques administratives basées sur la philosophie de la qualité totale, met au point des innovations technologiques et organisationnelles, tout en altérant sa base technique et adopte, encore, la tertiarisation

de quelques activités visant à la réduction des coûts. De telles mesures ont atteint de façon remarquable l'action du Sindipetro/RN qui commence alors à agir selon la logique de la politique néo-libérale du gouvernement de conduite anti-syndicale. Face à ces faits le syndicat a ré-défini ses actions dans le but de trouver des manières de poursuivre les luttes syndicales dans cette conjoncture de difficultés dans les relations de travail. Celui-ci s'engage donc à entamer les négociations comme stratégie afin de préserver les privilèges de la catégorie et d'éviter la perte des droits acquis.

Mots clés: Restructuration productive. Action syndicale. Mondialisation.

SILVA, Francisco Jean Carlos da. **Os batistas regulares e as armadilhas históricas do iluminismo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior.

RESUMO

Tomando como campo de pesquisa as Igrejas Batistas Regulares do Norte, o trabalho procura contribuir para uma nova visão mais acurada do quadro da religiosidade protestante brasileira. Instaladas desde 1938, as Igrejas Batistas Regulares têm representado e produz seu discurso através de suas 58 igrejas espalhadas pelo estado, além de contar com uma E0scola Teológica, dois Acampamentos, uma Associação (AIBRERN) e uma Casa de Assistência Espiritual aos Dependentes de Drogas (CAEDD). Uma reflexão sobre o substrato simbólico da espiritualidade do grupo acompanha a descrição externa de sua presença no RN. Entendemos que os Batistas Regulares representam mais uma tradução de um discurso religioso da modernidade e que seu enfoque é a herança de um fundamento cristão pautado pelo racionalismo iluminista. Assim, observamos esse agrupamento procurando encontrar em suas doutrinas, práticas e regras de condutas, uma demonstração de que o espírito da pós-modernidade desafia o grupo a uma nova dinâmica no modelo conservador de sua espiritualidade.

Palavras-chave: Modernidade. Fundamentalismo. Doutrina.

ABSTRACT

Taking the Regular Baptist Churches of Rio Grande do Norte as the research field, this paper seeks to contribute to a new, more appropriate vision of the new picture of the religiosity of the Brazilian Protestantism. Established since 1938, the Regular Baptists Churches have been representing and producing their speech through their 58 churches spread throughout the state, besides a Theological School, two camps, an association (AIBRERN) and a House of Spiritual Assistance to Drug Dependents (CAEDD). A reflection of the symbolic substratum of the spirituality of the group agrees with the external description of its presence in RN. We understand that the Regular Baptists represent yet one more translation of a modern religious speech and that their focus is on the inheritance of a Christian fundamentalism based on the illuminist rationalism. In this way, we observed this group trying to find in its doctrines, practices and rules of conduct a demonstration that the spirit of the post-modernism challenges the group to new dynamics in the conservative model of its spirituality.

Keywords: Modernism. Fundamentalism. Doctrine.

MORAIS, Glória Cristina de Oliveira. **Entre parentes:** cotidiano, religiosidade e identidade na Serra de Portalegre/RN. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Profa. Dra. Julie Antoinette Cavignac.

RESUMO

Se os estudos sobre os grupos negros rurais conhecem um desenvolvimento na antropologia brasileira contemporânea, no Nordeste, e especificamente no Rio Grande do Norte, ainda essas investigações são raras. Este trabalho tem como principal objetivo a descrição etnográfica das comunidades do Pêga, do Arrojado e do Engenho Novo, no município de Portalegre/RN, apontadas como grupos afro-descendentes e cujos membros se reconhecem como pertencendo a uma “grande família”. Desta forma, queremos analisar os processos de elaboração de uma identidade coletiva e entender o papel das relações de parentesco na vida cotidiana, festiva e religiosa da serra de Portalegre. De fato, observamos que os “parentes” desenvolvem estratégias econômicas e afirmam sua alte-

ridade, retomando traços culturais e religiosos que os são próprios para se apresentar como um grupo coeso diante a sociedade envolvente. Utilizamos o método etnográfico e a técnica da observação participante, aliada a análise de fontes históricas primárias no intuito de descrevermos essas práticas e estratégias. Acreditamos que a participação dos membros do grupo na produção agrícola, especialmente na confecção da farinha de mandioca, a construção das relações sociais no cotidiano e a organização da dança de São Gonçalo representam ocasiões em que a memória do grupo se fortalece, a identidade coletiva se cristaliza e onde a sociabilidade encontra-se consolidada. Entendemos essas práticas cotidianas e desses momentos festivos como meios de reafirmação de uma identidade local centrada nas relações de parentesco.

Palavras-chave: Comunidade rural. Parentesco. Religiosidade.

RÉSUMÉ

Si les études sur les groupes noirs ruraux connaissent un essor dans l'Antropologie brésilienne contemporaine, au Nordeste, et spécialement au Rio Grande do Norte, ce genre de recherches restent rares. Ce travail a comme principal objectif de faire une description ethnographique des communautés du Pêga, do Arrojado e do Engenho Novo, dans la commune de Portalegre/RN, désignées comme des descendants africains et dont les membres se reconnaissent comme appartenant a une “grande famille”. Ainsi, nous voulons analyser les processus d'élaboration d'une identité collective et comprendre le rôle des relations de parenté dans la vie quotidienne, festive et religieuse de Portalegre. En effet, nous pouvons observer que les “parents” développent des stratégies économiques et affirment leur alterité, reprenant des traits culturels et religieux qui leur sont propres pour se présenter comme un groupe doté d'une grande cohésion face a la société environnante. Nous utilisons la méthode ethnographique et la technique de l'observation participante, alliée à l'analyse des sources historiques primaires dans le but de décrire ces pratiques et stratégies. Nous pensons que la participation des membres du groupe à la production agricole, spécialement dans la confection de la farine de manioc, la construction des relations sociales au quotidien et l'organisation de la danse de São Gonçalo représentent autant d'occasions où la mémoire du groupe se fortifie, l'identité collective se cristallise et où la sociabilité se trouve consolidée. Nous analysons ces

pratiques collectives et ces moments festifs comme des moyens de réaffirmation d'une identité locale centrée sur les relations de parente.

Mots-clés: Communautés ruraux. Parente. Religieuse.

GOMES, Jochen Mass Xavier. **Cinematografando o consumo**: as narrativas e práticas culturais dos clientes de videolocadoras de Natal (RN). 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior.

RESUMO

O presente trabalho é um exercício de análise das práticas culturais relacionadas ao consumo de filmes pelos clientes de videolocadoras da cidade de Natal (RN). Tendo por suporte uma sociologia da prática, especialmente aquela que se desdobra a partir das obras seminais de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, buscamos, a partir da apreensão das narrativas construídas por esses atores dos filmes a que assistem, apontar como eles constroem exercícios de reflexividade e criatividade na recepção de obras comumente identificadas como produtos da chamada “cultura de massas”. Esse caminho nos possibilita, seguindo as indicações de Nestor Garcia Canclini, estudioso da recepção no contexto latino-americano, construir, e, de algum modo comprovar, a hipótese de que o consumo também “serve para pensar”. Para chegar a esse resultado, realizamos uma pesquisa de campo que se serviu de instrumentos e técnicas tanto quantitativos quanto qualitativos. Após a análise dos dados, chegamos à conclusão de que o consumo de filmes tidos como “comerciais” e como produtos pouco nobres no âmbito da produção cultural, também impulsiona exercícios de criatividade e reflexividade social.

Palavras-chave: Sociologia. Cinema. Consumo.

ABSTRACT

The present work is an exercise of analysis of cultural practices related to movie consume by the clients of video rental stores in Natal city (Rio Grande do Norte, Brazil). With sociology of practice as support, especially that one which develops from the seminal works of An-

thony Giddens and Pierre Bourdieu, we have searched, from the apprehension of the narratives build up by these actors from the movies they attend, to point the way they build exercises of reflexivity and creativity in the reception of works commonly identified as products of the so called “mass culture”. This path allows us, in the steps of Nestor Garcia Canclini, researcher in reception within Latin-American context, create and, somehow confirm the hypothesis that consume is also “useful for thinking”. In order to get to this result, we have carried out a camp research that used instruments and techniques both quantitative and qualitative. After the data analysis we came to the conclusion that consume of movies taken as “commercial” type and as not very noble in the environment of cultural production, also impels exercises of creativity and social reflexivity.

Keywords: Sociology. Movie. Consume.

AZEVEDO, Karla Isabella Brito de Souza. **Entre a Anta e a Cruz**: história e memória da cidade de Nova Cruz – RN. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Profa. Dra. Julie Antoinette Cavnac.

RESUMO

Neste estudo, investigamos a construção narrativa do passado da cidade de Nova Cruz, no Agreste Potiguar. Os relatos apontam para um corpus narrativo homogêneo que referencia a ocupação do local e a evangelização dos seus moradores. Dessa forma, na descrição dos personagens do passado são recorrentes as imagens dos santos e missionários civilizadores do espaço que domesticam as manifestações de um espírito autóctone selvagem, habitante do lugar natural. Observando a continuidade semântica das diferentes versões da história da cidade, propomos analisar conjuntamente os textos da historiografia local e os testemunhos orais coletados nas entrevistas. Como foi possível constatar, os caminhos do escrito e do oral se cruzam em vários momentos, obedecendo a lógicas locais de representações do passado. Assim, ancoramos nosso estudo em campos comuns à Antropologia, à História e à Literatura. As reconstruções narrativas do passado local são também acionadas para os eventos mais recentes, nos “marcos da memória”, como a feira, o trem,

o cruzeiro e o silo, símbolos da era da abundância que sucede a ação civilizadora dos personagens ancestrais.

Palavras-chave: Mito. Representações. Cidade.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, nous étudions la construction narrative du passé de la ville de Nova Cruz, dans l'agreste potiguar. Les récits soulignent l'existence d'un corpus narratif homogène qui fait référence à l'occupation du lieu et à l'évangélisation de ses habitants. Ainsi, les images des saints et des missionnaires civilisateurs de l'espace qui domestiquent les manifestations d'un esprit autochtone sauvage, habitants du milieu naturel, sont récurrentes dans la description des personnages du passé. Observant la continuité sémantique des différentes versions de l'histoire de la ville, nous nous proposons d'analyser d'une manière conjointe les textes de l'historiographie locale et les témoignages oraux collectés. Comme il a été possible de le constater, les chemins de l'écrit et de l'oral se croisent en plusieurs occasions, obéissant à des logiques locales de représentations du passé. Ainsi, notre étude porte sur des champs communs à l'Anthropologie, à l'Histoire e à la Littérature. Les reconstructions narratives du passé local sont aussi activées par des faits plus récents, des "marques de la mémoire" comme le marché, le train, la croix et le réservoir, symboles d'une époque d'abondance qui suit l'action civilisatrice des personnages ancestraux.

Mots clés: Mythe. Representations. Ville.

EVANGELISTA, Maria do Socorro de Oliveira. **Tecendo Papéis: viagem pelos saberes e práticas do ensino de arte.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Prof. Dr. José Willington Germano.

RESUMO

Na contemporaneidade, a questão da reciclagem tem se destacado pela sua importância social e educativa, entre tantos outros fatores que envolvem o equilíbrio do homem e da natureza. Relata-se a experiência de ensino de arte na Extensão Universitária com a produção de papel reciclado artesanal, direcionado ao ensino no laboratório

de artes plásticas da UFRN e em oficinas de papel artesanal com fibras de carnaúba, como atividade pioneira realizada na Fundação Félix Rodrigues, na cidade de Pendências, município do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. Recompõe-se a história do papel artesanal e um diálogo reflexivo sobre as possibilidades artísticas do papel de carnaúba. Elabora-se ainda, uma discussão sobre o aproveitamento desse papel para a criação artística como elemento complementar no ensino da arte, conforme sugestões das propostas de ensino de Ana Mae Barbosa, e outros autores da pedagogia do ensino de artes como Buoro, Ostrower, Nachmanovitch. Analisa-se a natureza das relações sociais estabelecidas nesses grupos numa perspectiva de renovação da consciência ecológica. Pretende-se trilhar os caminhos de religação entre saberes científicos e da tradição, à luz de um diálogo com Edgar Morin e outros autores.

Palavras-chave: Arte e educação. Papel machê. Papel reciclado.

ABSTRACT

Nowdays, recycling became a relevant social and educational aim among many other factors, which involve balance between man and nature. This study relates the experiences with the production of recycled handmade paper directed at the teaching in Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, and through workshops of "carnauba" recycled handicrafts papers as a pioneer activity accomplished at the Felix Rodrigues Foundation, in the city of Pendências, Açu Valley, Rio Grande do Norte. A bibliographic review was done about the history of handmade paper and a discussion about "carnauba's" paper artistic possibilities in art-education. Analyses within the context of art teaching, accordingly to Ana Mae Barbosa's triangle propose and, also, Buoro, Ostrower and Nachmanovitch's pedagogy of art. It deals with a group of artisans in order to establish the nature of their relationship and the possibilities of achieving more ecological awareness. Finally, we intend to realize a dialogue with Morin and other authors.

Keywords: Art – education. Papier-mâché. Papier recycled.

FREIRE, Milena Carvalho B. **O som do silêncio: a angústia social que encobre o luto: um estudo sobre isolamento e sociabilidade entre enlutados do cemitério**

Morada da Paz (Natal/RN). 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2005. Orientador: Profa. Dra. Lisabete Coradini.

RESUMO

O estar enlutado, nos dias atuais, configura-se como uma circunstância de isolamento e angústia social devido à impossibilidade de exposição da dor por parte dos indivíduos que sofrem uma perda. Ao mesmo tempo, a relação simbólica instituída entre a sociedade e o cemitério abrange interpretações sobre a morte, a dor e o medo – conferindo às visitas ao espaço um caráter especial e individual. Diante deste contexto, esta dissertação busca analisar a formação de uma sociabilidade observada entre visitantes do Morada da Paz – cemitério particular localizado em Natal/RN –, bem como a frequência assídua destes sujeitos à necrópole. Assim, a pesquisa transcorre a partir da observação das relações existentes entre estes atores sociais – cujos encontros têm proporcionado laços baseados na troca de experiências sobre a dor do luto. Desse modo, este estudo pretende analisar, como ponto principal, de que maneira o espaço do Morada da Paz e as relações lá instituídas estão sendo apropriados pelos visitantes em seu processo de luto, buscando compreender qual o papel destes vínculos na elaboração da perda para estes sujeitos.

Palavras-chave: Luto. Sociabilidade. Isolamento.

ABSTRACT

Nowadays, the act of mourning configures as a circumstance of isolation and social anguish due to the impossibility to express the pain by those who suffer the loss of a dear one. At the same time, the symbolic relations established between society and the cemetery contains interpretations about death, pain and fear – which confer to the visits a special and individual feature. In this context, this dissertation tries to analyse the formation of a sociability observed among visitors of the Morada da Paz – a private cemetery located in Natal/RN – as well as the frequency of the visitors to the necropolis. Therefore, the research was accomplished from the observation of the existent relations among these actors – whose meetings have procured links based on the experiences' exchange about pain and bereavement. In this sense, this study

tries to analyse, as its principal point, in which way the Morada da Paz space and the relations established there are being appropriate by the visitors in their mourning process, trying to understand what are the role of these bond in the elaboration of the loss for these people.

Keywords: Mourning. Sociability. Social isolation.

DISSERTAÇÕES 2006

GUIMARÃES. Aline Amorim Melgaço. **Democracia possível: espaços institucionais, participação social e cultura política.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2006. Orientador: Prof. Dr. José Willington Germano.

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir teoricamente a respeito do processo de reconstrução da democracia que podemos observar no país, a partir, inicialmente, do processo de abertura política que tem início no governo Geisel em 1974, prolongando-se com o primeiro presidente civil em 1985, pela Constituinte de 1986 e pela promulgação da Constituição de 1988. Interessa ao trabalho analisar que a Constituição de 1988 inaugura o momento em que a democracia começa se reconstruir no país, e esta reconstrução se dá de modo inovador, ao prever a inserção da sociedade civil na deliberação das políticas públicas, com a criação de espaços de gestão compartilhada entre os executivos federal, estadual e municipal, e à sociedade civil, nos conselhos gestores federais, estaduais e municipais. Neste sentido, o trabalho tem como preocupação focalizar o processo de abertura à participação da sociedade civil que ocorre com a criação dos conselhos gestores municipais de políticas públicas. Trata-se de investigar o formato em que, na prática, as relações estabelecidas nesses espaços híbridos possam ser consideradas, enquanto democráticas, inclusivas e promotoras de uma participação efetiva, analisando tendências, dando ênfase às regularidades e algumas das especificidades encontradas nos formatos de participação, que se tem observado nestes conselhos. A fim de realizar o exercício de compreensão a respeito da democracia que se coloca em construção no país, toma-se como objeto de estudo, a análise das relações estabelecidas entre sociedade civil e executivo local,

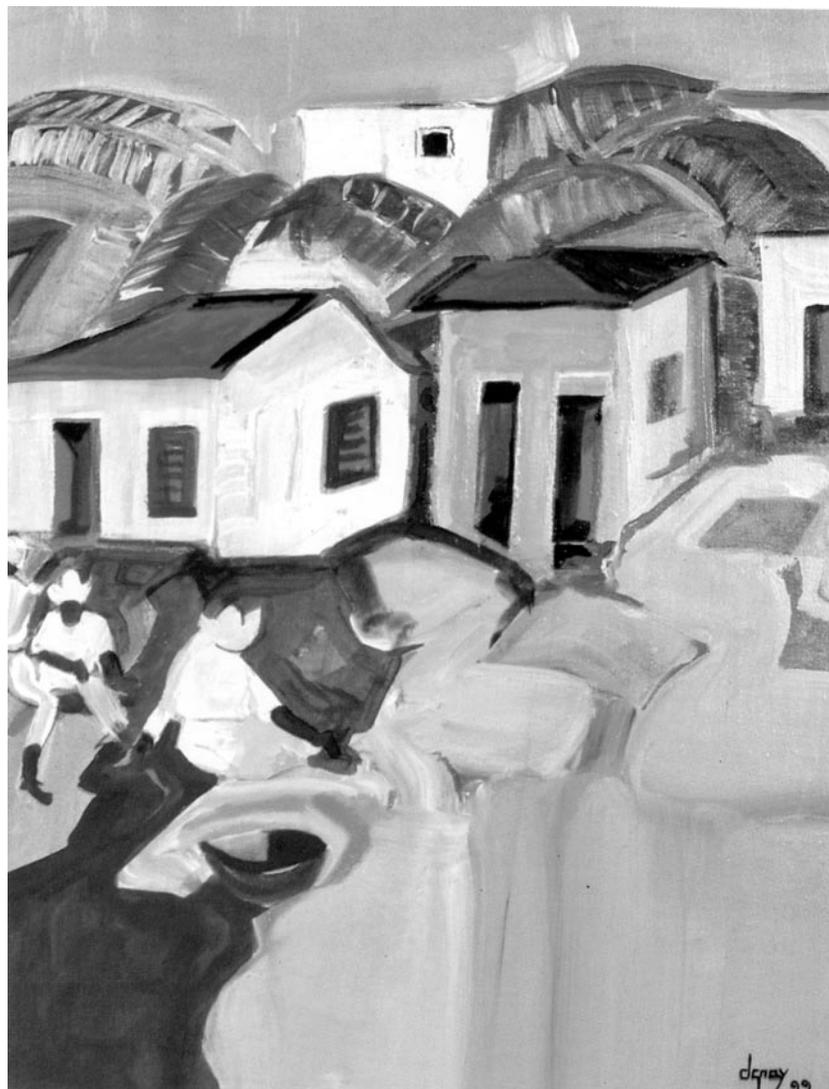
nos conselhos gestores municipais obrigatórios, passando pelas tensões que envolvem instituições e práticas políticas, permeadas pela cultura política local. Parte-se de um breve balanço de dissertações produzidas a cerca do presente tema.

Palavras-chave: Democracia. Políticas públicas. Cultura política.

ABSTRACT

The present study aims at making a theoretically reflection about the reconstruction process of democracy that can be observed in the country since the opening political process, which took place with the Geisel's government in 1974, passing through the first civil president, in 1985, the Constitution process, in 1986, and finally the Constitution promulgation in 1988. It interests to this study analyses the premise that the 1988 Constitution inaugurates the moment in which democracy starts to be reconstructed in the country, and that this reconstruction is made in such a brand new way, once it included the possibility of participation of the civil society in the deliberation of the public politics, what became possible with the creation of new spaces of a gestion shared by the three executive powers: federal; states; municipalities, and with the civil society, in the councils created in those spheres. In this way, this work wishes to focus the opening process to the civil society participation, wich became possible with the creation of the city councils of public politics. It's about investigating the form in wich the relations set up in these hibrid spaces could be considered democratic, inclusive and promoters of effective participation, checking up tendencies, giving emphasis to regularities and some specifities encountered in the forms of participation, which have been observed in those councils. In order to comprehend the democratic process in construction in the country, the analysis of the relations established by the civil society and the local executive power in the obligatory municipal councils is taken as object of study, passing by the tensions wich evolves institutions and political practices, permeated by the local political culture. It starts from a briefly review of works already made on the subject.

Keywords: Democracy. Publics politics. Political culture.



DOSSIÊ DOS AUTORES

ALDENOR GOMES

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN. Engenheiro Agrônomo/UFERSA, Doutor em Economia/UNICAMP, Pós-Doutorado pela FEA/USP, Bolsista de Produtividade do CNPq, Pesquisador do Grupo Rurbano. Foi Supervisor Regional-NE do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA para implantação do Programa Fome Zero no NE. Tem experiência na área de socioeconomia, com ênfase em Estudos Rurais e Segurança Alimentar. Autor de livro, capítulos de livro, palestras e conferências nessas áreas.

E-mail: aldenor@ufrnet.br

ALEX GALENO

Doutor em Ciências Sociais, PUC/SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN. Área de interesse: Ciências Humanas; Antropologia; Teoria Antropológica/Especialidade: Complexidade; Sociologia; Fundamentos da Sociologia. Publicações: *Antonin Artaud. A Revolta de um Anjo Terrível..* Porto Alegre: Sulina, 2005. 206 p. *Brasil em Tela. Incivildades contemporâneas.* Porto Alegre/RS: Editora Sulina, 2004. *Complexidade à Flor da Pele: ensaios de ciências, cultura e comunicação* (org.). São Paulo: Cortez, 2003.

E-mail: alexgaleno@terra.com.br

ANTÔNIO ANDRÉ ALVES

Graduado em Jornalismo e Filosofia, mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisador do Grecom/UFRN – Grupo de Estudos da Complexidade. Publicações: *Feito passarinho em tarde de sol: poesia* (Natal: Sindicato dos Bancários/RN, 2003); *A virgem dos lábios de quissuco: contos* (Natal: Sindicato dos Bancários/RN, 2003). Co-autoria: *Anistia – 20 anos: um resgate da luta no Rio Grande do Norte* (Natal: Câmara Municipal do Natal/Sindicato dos Bancários/RN, 2000).

E-mail: alvesandre@bol.com.br

CARLOS ALBERTO PEREIRA SILVA

Professor de História do Brasil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador da Rede de Estudos da Complexidade – UESB.

E-mail: caca@uesb.br.

CÉLIA REGINA CONGÍLIO BORGES

Doutora em Ciências Sociais. Professora de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, PUC/Campinas. Membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) da PUC/SP. Publicações: *Taylorismos, fordismos e toyotismos: as relações técnicas e sociais de produção configurando reestruturações produtivas* (*Lutas Sociais*, n. 15/16, 2006).

E-mail: conborg@uol.com.br

EDISON BARIANI

Doutorando em Sociologia pela UNESP, Araraquara. Bolsista da FAPESP. Publicações: ISEB: fábrica de controvérsias. *Revista Espaço Acadêmico*, Universidade Estadual de Maringá/PR, n. 45, fev. 2005), disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45cbariani.htm>); Guerreiro Ramos e a interpretação do Brasil. *Trapézio*, CEB/UNICAMP, Campinas, n. 5/6/7, 2003/2004, p. 81-112. Áreas de interesse: Pensamento Social no Brasil, Sociologia dos Intelectuais.

E-mail: edsnb@ig.com.br.

ELDA RIZZO DE OLIVEIRA

Professora de Antropologia do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia e da Pós-Graduação em Sociologia. UNESP/Campus de Araraquara. Membro fundador do Centro Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Imaginário, CIPI, filiado ao CRIS-GRECO (França). Coordena o Grupo de Estudos: Imaginário e Organização de Sistemas Simbólicos: doenças, *ratio hermetica* e processos iniciáticos, com

alunos de Graduação em Ciências Sociais e Pós-Graduação em Sociologia, desde 2002. Publicações: *A profanação do sagrado e a sacralização do profano*. Araraquara-UNESP-Laboratório Editorial, 1992; *Da cidade planejada à cidade espoliada*. São Paulo: UNESP, 2003; *Eficácia simbólica de cura e razão analógica*. *Revista Antropológicas*, Recife: v. 13, Série Imaginário A6, p. 607-38, 2001.

E-mail: eldarizzo@uol.com.br

EMANOEL FRANCISCO PINTO BARRETO

Professor do Curso de Comunicação Social/UFRN. Jornalista, Mestre em Ciências Sociais (UFRN), doutorando em Ciências Sociais (UFRN). Publicação: *Crônicas para Natal* (2000).

E-mail: e.barreto@ufrnet.br

FERNANDO BASTOS

Economista, especialista em planejamento agrícola, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Doutor em Ciências Sociais e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Prodemia/UFRN. Recentemente tem orientado seus estudos para a mediação de políticas públicas para o meio rural, com base na teoria institucional. É autor de livros, capítulos de livros, palestras e conferências nessas áreas, com destaque para seu último livro: *Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar*.

E-mail: fbastos@ufrnet.br

FERNANDO BESSA RIBEIRO

Antropólogo, professor auxiliar, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (DESG-UTAD) e investigador do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD) e investigador associado no Núcleo de Estudos em Sociologia (Universidade do Minho). Publicações recentes: *Uma fábrica no mato: políticas de produção e mudança técnica na indústria do caju em Moçambique* (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 46, n. 1-4, p.

67-80, 2006); *Sistema mundial, mercados e ajustamento estrutural: dinâmicas do capitalismo em Moçambique* (In: Organizado por Manuel Carlos SILVA. *Nação e Estado: entre o global e o local*. Porto, Afrontamento, 2006. p. 195-208); Co-autoria com: M. RIBEIRO; M. C. SILVA; O. SACRAMENTO. *Prostituição abrigada em clubes: zonas fronteiriças do minho e de trás-os-montes: práticas, riscos e saúde* (Lisboa: CIDM, 2005). Áreas de interesse: Dinâmicas do capitalismo e mudança social na África subsariana e economia do sexo e circulação internacional de pessoal.

E-mail: fbessa@netc.pt; fbessa@utad.pt.

HENRIQUE CASTRICIANO¹

Nasceu em Macaíba, a 15 de março de 1874, vindo a falecer em Natal, no dia 26 de julho de 1947. Com Auta e Eloy de Souza, forma a família de intelectuais mais importantes do Estado. Ligada desde a geração anterior a outra igualmente importante, a Albuquerque Maranhão, logo estaria ele atuando no centro do Poder, tendo chegado ao cargo de Vice-Governador do Estado. Contudo sua atividade nesta área resultava muito mais da ação do irmão Eloy, este sim, político (e também jornalista de talento) desde os primeiros passos de Pedro Velho. Doente, feioso e de raça negra, Henrique, como Auta, venceu possíveis preconceitos, vindo a se tornar o poeta mais culto do seu tempo. Publicou, além de uma enorme colaboração nos jornais e alguns textos para teatro, pequenos ensaios de ficção e os seguintes livros de poemas: *Iriações* (1892); *Ruínas* (1899); *Mãe* (1898) e *Vibrações* (1903).

ILZA ARAÚJO LEÃO DE ANDRADE

Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP (1994). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Áreas de Interesse: Sociologia Urbana; Políticas Públicas / Especialidade: Análise do Processo

¹ Transcrito do livro de: GURGEL, Tarcísio. *Informação da literatura potiguar*. Natal (RN): Argos, 2001. 364p. p. 178.

Decisório; Estado e Governo/Especialidade: Estudos do Poder Local; Relações Intergovernamentais. Publicações: *Os condicionantes políticos e sociais para a dinamização dos espaços de participação na gestão pública: o caso da política de águas do governo do Ceará*. (Políticas públicas e sociedade, Fortaleza-CE, v. 1, p. 61-70, 2005); *Conselhos do PRONAF: quando a parceria faz a diferença* (Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 62-71, 2003); *Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária*. (Organizado por Ilza A. L. de ANDRADE; Irene A. PAIVA; Iris OLIVEIRA. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2006. v. 1. 125 p.). E-mail: ilza@cchla.ufrn.br

JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA

Doutor em Sociologia, Professor Adjunto de Sociologia e Epistemologia (Centro de Educação, UFPB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPB. Publicações: *O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as Implicações do nacional em Manoel Bomfim (Política & trabalho, João Pessoa: UFPB, n. 22, p. 165-184, 2005)*; *Espaço político, democracia e sistema partidário em estudantes universitários* (In: Organizado por Ana Raquel R. TORRES; Marcus Eugênio O. LIMA; Joseli Bastos da COSTA. *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas*. 1. ed. Goiás: Editora da UCG, 2005, v. 1, p. 293-314); *Nacionalidade, cultura e dialogicidade: uma interpretação metodológica a partir da hermenêutica histórica gadameriana*. (In: Simpósio Internacional – Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social, 2006, Recife. *Anais...* Recife, 2006). E-mail: jeanccosta@yahoo.com.br

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

Atualmente é Representante Regional da FAO para América Latina e o Caribe. Engo. Agro./ESALQ; Doutor em Economia/UNICAMP; Pós-Doutorado pela Institute of Latin American Studies University College London. Foi Ministro de Estado (Ministério Extraordinário de Segurança Ali-

mentar e Combate à Fome – MESA) e Assessor Especial da Presidência da República no primeiro Governo Lula. É Professor Titular MS6 (licenciado) do IE/UNICAMP, responsável por dezenas de orientações acadêmicas ao nível de Mestrado e Doutorado, e Coordenador do Grupo Urbano. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária e Segurança Alimentar, com vasta produção acadêmica (livros, capítulos de livros, artigos e conferências) nessas áreas. E-mail: graziano@eco.unicamp.br

LINCOLN MORAES DE SOUZA

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Política Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Principais publicações: *Estado e democracia no programa do PT e nos governos populares* (Cadernos CRH, Salvador, v.1, n. 35); *As eleições de 1996 no Brasil e no Rio Grande do Norte* (Lusotopie, Paris, p. 70-95). Atualmente, vem trabalhando com a temática Estado e políticas públicas. E-mail: lincolnmoraes@ufrnet.br

MARGARIDA MARIA KNOBBE

Jornalista, Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais, Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bolsista CAPES e Pesquisadora do Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM/UFRN). Principais publicações: *Polifônicas Idéias: por uma ciência aberta* (Organizado em parceria com M. da C. de ALMEIDA; A. ALMEIDA. Sulina, 2003); *Ciclos e Metamorfozes: uma experiência de reforma universitária* (Co-autoria com M. da C. de ALMEIDA. Sulina, 2003). E-mail: margaridamk@hotmail.com

MARINA SOLER JORGE

Mestre em Sociologia pela Unicamp, Doutoranda em Sociologia pela USP. Área de interesse: Sociologia da Arte. Publicações: Indústria cultural no Brasil: cinema novo e Embrasil: 1969-1987 (Idéias, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 13-52, 2005); Industrialização cinematográfica e cinema nacional-popular no Brasil dos anos 70 e 80 (História Questões e Debates, Curitiba-PR, ano 20, n. 38, p. 161-182, 2003).

Email: m-soler@uol.com.br

MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

Socióloga e Economista, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Economia da UFRN. Doutora em Economia pela UNICAMP. Fez Pós-Doutoramento em Lyon2, França. Atualmente coordena o Núcleo Avançado de Políticas Públicas – NAPP – da UFRN, inclusive o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas do Programa da Escola de Governo da UFRN. Como pesquisadora, participa do Observatório das Metrôpoles, Instituto do Milênio, CNPq sendo integrante da coordenação executiva do projeto e coordenadora no Núcleo RMNatal. Publicações: *O mapa social da região metropolitana de Natal* (Revista Fapern, Natal, v. 1, n. 2, 2005); *Municípios metropolitanos: os desafios do financiamento público* (In: Organizado por Márcio VALENÇA. *Globalização e marginalidade*. Natal: EDUFERN, 2006, no prelo); *Região metropolitana e o parlamento comum a carta de vereadores da grande Natal* (Cadernos metrópole, São Paulo, v. 8, 2004).

E-mail: clement@ufrnet.br

MÓNICA ISABEL BENDINI

Doctora en Sociología. Actividades Post-doctorales en Sociología Rural en Brasil, México y Estados Unidos de Norteamérica. Profesora Titular en la Universidad de Buenos Aires; Coordinadora del Grupo de Estudios Sociales Agrarios; y Directora de la Carrera de Postgrado en Sociología de la Agricul-

tura en América Latina en la Universidad Nacional del Comahue en Argentina. Actualmente Vocal I del Concejo de Comité de Investigación RC 40 en Sociología de la Agricultura y de la Alimentación de la Asociación Internacional de Sociología.

OCTÁVIO SACRAMENTO

Antropólogo, assistente no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (DESG-UTAD) e investigador do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD-UTAD). De entre as suas publicações destacam-se as seguintes: capítulo de livro: *A masculinidade como ameaça: reflexões antropológicas aplicáveis sobre comportamentos sexuais e doenças sexualmente transmissíveis, num contexto de prostituição* (Organizado por X. PEREIRO; P. MENDES. *Textos de antropologia aplicada*. Vila Real: UTAD, 2006. p. 81-110); livro: *Prostituição abrigada em clubes* (Zonas Fronteiriças do Minho e de Trás-os-Montes): *práticas, riscos e saúde* (Lisboa: CIDM, 2005. Em co-autoria com M. RIBEIRO; M. C. SILVA; F. B. RIBEIRO); *Violence against prostitutes: findings of research in the spanish-portuguese frontier region* (*European Journal of Women's Studies*, v. 12, n. 1, p. 61-81, 2005. Em co-autoria com M. RIBEIRO). Áreas de interesses: Fenómenos da economia do sexo e da circulação internacional de pessoal.

E-mails: octavsac@utad.pt;

riosacra@portugalmail.pt.

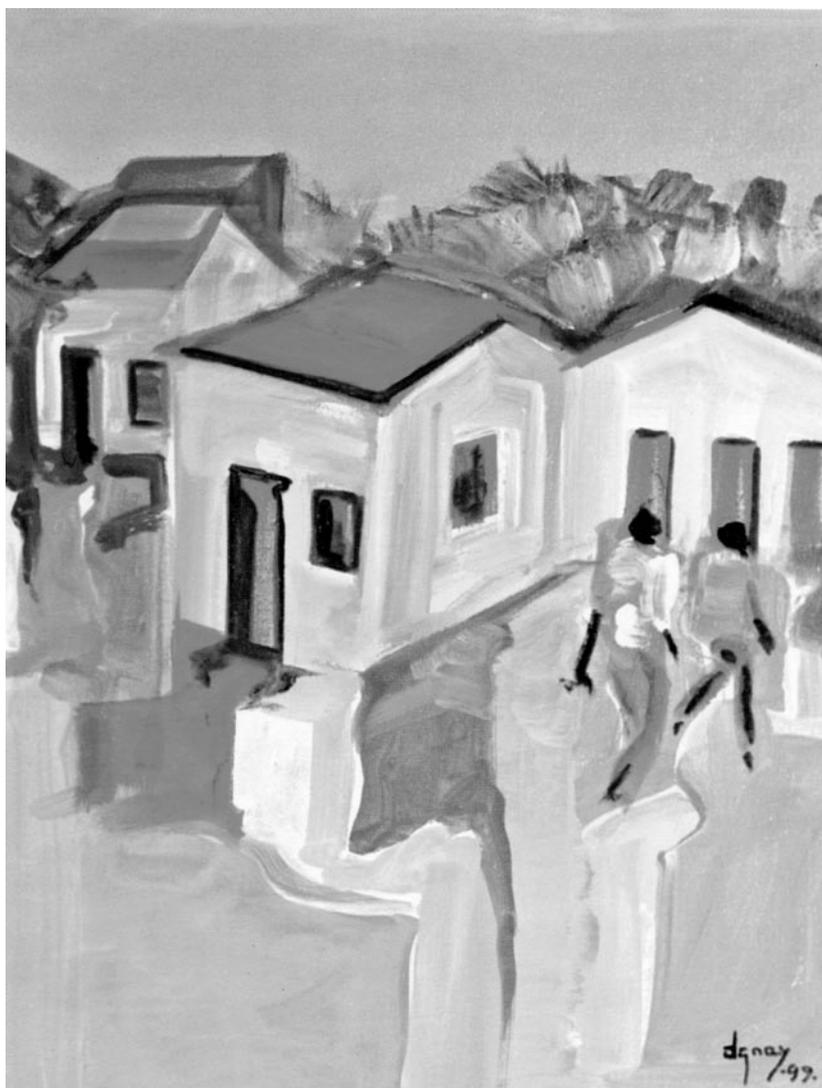
PEDRO DAMIÁN TSAKOUMAGKOS

MS. en Ciencias Sociales – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Orientación en Estudios Agrarios. Profesor Titular. Investigador en la Universidad Nacional de Luján y en el Grupo de Estudios Sociales Agrarios y Miembro del Comité Académico y Profesor de la Carrera de Postgrado en Sociología de la Agricultura en América Latina en la Universidad Nacional del Comahue.

VERA SCHATTAN RUAS PEREIRA COELHO

Pós-Doutorado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Áreas de Interesse: Políticas Públicas, Poder Executivo, Estado e Governo, Democracia Participativa. Publicações: *Democratization of Brazilian Health Councils: the paradox of bringing the other side into the tent* (*International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 3, p. 656-671, 2006); *Microcrédito e pobreza* (*Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 71, p. 93-99, 2005); *Brazil's health councils: the challenge of Building Participatory Political Institutions* (*IDS Bulletin*, Sussex, v. 35, n. 2, p. 33-39, 2004); *Deliberative fora and the democratisation of social policies in Brazil* (*IDS Bulletin*, Sussex, v. 33, n. 2, p. 65-73, 2002).

E-mail: veraspc@uol.com.br



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

CRONOS, Revista semestral da UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é impressa nas dimensões do presente volume (20,5cm x 27,5cm).

- 1) Os artigos originais apresentados devem ser entregues em três cópias, digitados em times new roman, espaço duplo, fonte 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas cinco laudas. Cada artigo deve conter um resumo (no máximo 10 linhas) com tradução (inglês ou francês) e três a cinco palavras-chave. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da Revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59072-970. E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Todos os artigos, resenhas e outros tipos de trabalhos acadêmicos encaminhados a CRONOS para publicação, serão avaliados por pareceristas *ad hoc*.
- 3) A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (endereço e telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
- 4) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia em papel.
- 5) A ordenação de capítulos e/ou seções deverá partir da primária não ultrapassando a quinária. A citação bibliográfica deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: Teixeira (1992, p 46); (TEIXEIRA, 1992, p 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula. Ex: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p58). De acordo com a NBR 10520/2001.
- 6) As notas de rodapé devem ser explicativas e limitadas a um mínimo possível. Podem ser indicadas: por asteriscos, se não ultrapassarem a três em cada página; ou numeração arábica contínua da primeira à última página.
- 7) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicações claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas, etc.).
- 8) As referências bibliográficas devem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR 6023/2002. A lista de REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2006.

CRONOS, a biannual publication of UFRN, CCHLA, Graduate Program in Social Sciences, is printed in the size of this issue (20.5 cm X 27.5 cm).

- 1) The original articles should be submitted (with three copies) in double spaced size, 12 type. Articles should be no longer than 30 pages, reviews no longer than 5 pages. Each article should have an abstract of no more than 100 words (with a translation in English or french), and 05 key words. They should be sent to the Comissão Editorial of the magazine (UFRN. CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal – RN – CEP: 59078-970). Email: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) All the articles, papers and other types of academy researches send to Cronos for publication will be judged for foreigners consultants.
- 3) The first page of the article should have: title of the work, name of the author, address and data about the author (telephone number for and email for contact, institution, position, areas of interest, latest publications and other important data etc.).
- 4) After approval for publication, the authors should send a copy of the work on diskette along with one printed copy.
- 5) The progressive numbering of the sections of the text should not pass five. The bibliographic citations should follow the author-date system. EX. (Teixeira, 1992, p. 46); Teixeira (1992, p. 32); for work without authors, enter by the first word of the title in capital letters. Example: A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). According to the norms of Brazilian system of ABNT, NBR 10520/2002.
- 6) The footnotes should be explanatory and should be limited to the least amount possible. They can be indicated by asterisks, if there are no more than 3 per page; or in roman numerals in sequential order from the first to the last page.
- 7) The illustrations should be inserted in the body of the text, in separate files, with clear indications through the text, of the places where they are to be included. They can be tables, charts and figures (graphs, maps, photographs, flow charts etc.).
- 8) The references should list all citations mentioned in the text. They should be organized according to the author's last name in alphabetical order and typed according to the norms of the Brazilian system of ABNT, NBR 6023/2002. The list of REFERENCES should be submitted under this title, at the end of the text.

Natal (RN), 2006.

Sumários Anteriores

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti (Org.) – Desafios sociais e abordagens socioclínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Brasília Carlos Ferreira – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais

Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos

Cristiano German - Access Denied: marginalização na era da informação

Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho

Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil

Edilson José Gracioli – Reestruturação produtiva e movimento sindical

Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna

Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

- Vincent de Gaulejac – A gênese social dos conflitos psíquicos
Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil
Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos
Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural
-

Cronos – Volume 2 – Numero 2 – julho / dezembro 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

- Maria da Conceição Xavier de Almeida – Reforma do pensamento e extensão universitária
Edgar Morin – A suportável realidade
José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante
Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo
Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida
Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

- Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia
Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território
Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme Noir
-

Cronos – Volume 3 – Numero 1 – janeiro / junho 2002

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS

- Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e geografia
Ana Sánchez – Complexidade e feminismo
Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas
Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã
Jean Tellez – O sujeito complexo
Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem
Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

- Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!
Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica
Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte
Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

Cronos – Volume 3 – Numero 2 – julho / dezembro 2002

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação: explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

Cronos – Volume 4 – Numero 1/2 – janeiro/dezembro 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant’Anna – Gaston Bachelard : os índices do dramático no seio do lírico

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação

Eugène Enriquez – Da solidão imposta a uma solidão solidária

Norma Missae Takeuti – O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos – a democracia na miséria

Vincent de Gaulejac – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Christophe Niewiadomski – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito – Loucos pela rua: escolha ou contingência?

Tereza Cristina Carreiro e Cristine M. Mattar – História de vida, subjetividade e violência conjugal

Jean Gabriel Offroy – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais

Celso Frederico – O marxismo de Lucien Goldmann

Assis Brandão – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos

Maria José de Rezende – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo

Marcos M. B. de Mesquita – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?

Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto – Desmandos e violência no sertão rosiano

John Lemons – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe

Maria Noel Lapoujade – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana

Soraya Fleische – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli

Márcio de Oliveira – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN

Ivanaldo Santos – Da gênese à crise do Estado de bem-estar

Márcio de Lima Dantas – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÊS

Modernidade & Pós-Modernidade: reflexões

Boaventura de Sousa Santos

Cinema Brasileiro & Sociedade

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59078-970 – E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Intercâmbio

SELO
STAMP

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
BIBLIOTECA SETORIAL

Serviço de Intercâmbio

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal-RN – Brasil – CEP 59078-970

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Remetente: _____
Sender

Endereço: _____
Address

Cidade e Estado: _____
City and State

País: _____
Country

Senhores,
Dear Sirs

Por gentileza preenchem a solicitação abaixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número de sua revista.

Please fill the request below and return it to us, so we can send you the next number of revista.

1. Recebemos e agradecemos: **Cronos, v. 7, n. 1, jan./jun. 2006.**

We have received

2. Faltam-nos: _____

We are in want of

3. Enviamos em permuta: _____

We sent you in exchange

Local e data: _____

City and date

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Ficha de Assinatura

- Assinatura anual (dois fascículos): R\$ 20,00 (vinte reais)
- Números avulsos ou atrasados: R\$ 10,00 (dez reais)
- Assinatura para o exterior: US\$ 35,00 (trinta e cinco dólares)

Nome:.....

Profissão:.....

Endereço (Address):.....

CEP:.....Cidade (City):.....

Estado (State):.....País (Country):.....

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – Natal/RN – Brasil – CEP 59078-970

Email: cronos@cchla.ufrn.br

Leia, assine, divulgue e remeta artigos para publicação do próximo número
Veja as normas editoriais e envie artigos inéditos

Sumário

EDITORIAL

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

Vera Schattan Ruas P. Coelho (CEBRAP), Ilza Araújo L. de Andrade (UFRN), Mariana C. Montoya (University of Sussex)

Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN)

Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

Aldenôr Gomes (UFRN)

A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino

Fernando Bastos (UFRN)

Estabelecidos e outsiders nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B

Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos (Universidad Nacional del Comahue Argentina)

Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina

Lincoln Moraes de Souza (UFRN)

A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

Elda Rizzo de Oliveira (UNESP – Araraquara)

Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

Célia Regina Congílio Borges (PUC – Campinas)

Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do estado mínimo

Jean Carlo de Carvalho Costa (UFPB)

Sílvio Romero e a "idéia das três raças": uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação

Edison Bariani (UNESP – Araraquara)

Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

Fernando Bessa Ribeiro (Univers. de Trás-os-Montes e Alto Douro Portugal), Octávio Sacramento (Univers. de Trás-os-Montes e Alto Douro Portugal)

Sexo, amor e interesse entre gringos e garotas em Natal

Marina Soler Jorge (USP)

Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

ENTREVISTA

José Graziano da Silva (Entrevista realizada por Aldenôr Gomes e Fernando Bastos – UFRN)

A FAO frente às desigualdades sociais na América Latina e Caribe

POEMAS

Henrique Castriciano

Alma ferida

Na aldeia

RESENHAS

Alex Galeno (UFRN)

Maffesolianas

Margarida Maria Knobbe (UFRN)

Conhecimentos nos plurais

Emanuel Francisco Pinto Barreto (UFRN)

Teorias do jornalismo

André Alves (UFRN)

Recompondo um mosaico de sentimentos

Carlos Alberto Pereira Silva (UESB)

Transdisciplinaridade e fragmentação do conhecimento

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

DOSSIÊ DOS AUTORES

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

SUMÁRIOS ANTERIORES